UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

BRUNELLA CARLA RODRIGUEZ

Parentalidade e adoção em casais de homens
Uma análise psicanalítica vincular
(versão corrigida)

São Paulo

2017

BRUNELLA CARLA RODRIGUEZ

Parentalidade e adoção em casais de homens
Uma análise psicanalítica vincular
(versão corrigida)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia

Área de concentração: Psicologia Clínica

Orientadora: Profª. Isabel Cristina Gomes

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Rodriguez, Brunella Carla.

Parentalidade e adoção em casais de homens: uma análise psicanalítica vincular / Brunella Carla Rodriguez; orientadora Isabel Cristina Gomes. -- São Paulo, 2017.

203 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração**:** Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Parentalidade 2. Homoparentalidade 3. Adoção 4. Família 5. Psicanálise vincular I. Título.

RC504

Nome: Rodriguez, Brunella Carla

Título: Parentalidade e adoção em casais de homens – Uma análise psicanalítica vincular

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Psicologia

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição_____Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição_____Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição_____Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição_____Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição_____Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Isabel Cristina Gomes, pela cuidadosa orientação e disponibilidade, sempre acolhedora, desde o Mestrado até o Doutorado, em todas as etapas deste processo.

À Lidia Levy pela leitura atenta do meu trabalho, pela participação produtiva no Exame de Qualificação, por todas as críticas e sugestões esclarecedoras que me propôs.

À Maria Lucia Campos Paiva, à Maria Galrão Rios, à Maria Inês Assumpção Fernandes e ao Gilberto Safra pelas significativas contribuições.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, onde me foi propiciado traçar um percurso de pós-graduação *stricto sensu* consistente e autêntico.

Às famílias colaboradoras, que me receberam em suas casas e compartilharam suas histórias de vida, tornando esta pesquisa possível.

À Laura Fernandes Merli, pela duradoura amizade, apoio e ajuda em todo o percurso da pós-graduação, do Mestrado ao Doutorado.

A todos os colegas do Laboratório de Família e Casal, pelos aprendizados frutíferos em nossos encontros e pela companhia nos eventos e congressos que partilhamos.

À Sandra Zanetti e Maria Galrão Rios Lima, pelos ensinamentos e inspiração que puderam me transmitir, como profissionais e amigas, em especial como tornaram a minha entrada na USP mais doce e alegre.

À Ive Braga, por ter me ensinado as coisas mais importantes da vida, inspirando-me a viver e amar, apresentando-me ao belo presente na profundidade do encontro.

... eu toda a minha vida pensei por mim, forro[1], sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Diverjo de todo o mundo... Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa. O senhor concedendo, eu digo: para pensar longe, sou cão mestre - o senhor solte em minha frente uma ideia ligeira, e eu rastreio essa por fundo de todos os matos, amém!

Guimarães Rosa

[1] Liberto, livre.

RESUMO

Rodriguez, B. C. (2017) *Parentalidade e adoção em casais de homens – Uma análise psicanalítica vincular.* Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o processo de construção da parentalidade em casais homossexuais masculinos com filhos adotivos, com ênfase nas questões vinculares e geracionais. As transformações nas relações conjugais, parentais e familiares na contemporaneidade, apontam um questionamento da ordem simbólica, desestabilizando a ordem heteronormativa e desmascarando a sacralidade da família tradicional, a qual já não pode mais ser considerada a única base para a construção identitária. Diante do crescente aparecimento e visibilidade das novas configurações familiares, em especial da homoparentalidade, e da movimentação na relação pai/mãe e nas funções materna e paterna torna-se fundamental o estudo de outros funcionamentos familiares igualitários e criativos, em que a norma heterocêntrica não funciona como imperativo. Observa-se que nos encontramos em um momento de experimentação dessas novas famílias, o que traz consigo questionamentos e preocupações concernentes às especificidades no processo de vinculação entre pais homossexuais e seus filhos, por exemplo, o relacionado com o Complexo de Édipo. O referencial teórico utilizado nesta tese é o da psicanálise vincular aliada à teoria *queer* de gênero. O método utilizado é o clínico qualitativo com entrevistas semidirigidas e a aplicação da técnica projetiva do genograma. Com estes instrumentos, o objetivo pretendido foi compreender a construção da parentalidade – lançando um olhar às transformações dos continentes psíquicos no contexto da adoção - considerada em sua complexidade. Para tanto, foram entrevistados cinco casais de homens com filho/s adotado/s conjuntamente. Os encontros ocorreram na casa dos colaboradores e a análise dos resultados foi feita em três categorias criadas *a posteriori* das entrevistas. Tendo como eixo central a questão vincular, as categorias elaboradas foram as seguintes: 1) Vínculo conjugal e a escolha pela parentalidade; 2) O vínculo parental e; 3) O vínculo familiar, o legado geracional e a família atual. A discussão dos achados da pesquisa compreendeu uma visão ampliada dos resultados, os quais foram tratados a partir de três eixos relacionados às categorias de análise: 1) Assunção homossexual e o não dito; 2) Adoção como uma forma de parentalizar e reparar e; 3) Família e norma, a nomeação dos membros como indicativo relacional. Os resultados encontrados remontam alguns diferenciais no exercício da parentalidade homossexual, a partir dos quais se destacam três que marcam a especificidade dessa experiência: 1) Os efeitos da falta de modelos parentais alternativos e a construção do vínculo parental; 2) O desejo de fazer família como forma de recuperar algo perdido e; 3) A presença da alteridade na família homoparental como potência para a subjetivação dos filhos. Para finalizar, as considerações finais retomam as reflexões sobre o conceito de família, seu significado e os modos como a dinâmica relacional e seus vínculos afetam a saúde psíquica de seus membros. Nesses termos, defendem-se a premissa da alteridade, em substituição à diferença sexual como garantia de subjetivação para as crianças provenientes desses novos arranjos.

Palavras-chave: Parentalidade. Homoparentalidade. Adoção. Família. Psicanálise vincular.

ABSTRACT

Rodriguez, B. C. (2017) *Parenthood and adoption on male's couples – A linkage psychoanalytical analysis*. Doctoral Thesis. Institute of Psychology. University of São Paulo, São Paulo.

This research aimed to investigate the process of parenthood construction in homosexual couples with adoptive children, emphasizing on the linkage and generational issues. The transformation on couple, parental and familiar relations on contemporaneity, points to a questioning of the symbolic order, destabilizing the heteronormative order and unmasking the sacrality of the traditional family, which can no longer be considered the only basis for the identitary construction. Before the growing emergence and visibility of the new familiar configurations, specially homoparenthood, and the motion on relation father/mother and on maternal and paternal functions it becomes fundamental to study other familiar functions more even and creative, in which the heterocentric norm does not work as an imperative. It can be noticed that we are at a moment of experimenting for these new families, what brings questionings and worries concerning to the specificities on the process of linkage between homosexual parents and their children, for example related to the Oedipal Complex. The theoretical reference used in this thesis is the Linkage Psychoanalysis, associated to the queer theory of gender. The method employed is the clinical qualitative clinical with semi directed interviews and the application of a projective technic of genogram. The purpose was to comprehend the construction of the parenthood - observing the transformation of the psychic continents in the context of adoption – considered in its complexity. This way, five couples of men with children adopted together were interviewed. The meeting occurred in the house of the participants and the analysis of the results was made in three categories created after the interviews. The categories are: 1) Conjugal bond and the choice for parenthood, 2) The parental bond and 3) The familiar bond, the generational legacy and the actual family. The discussion of the findings from the research understands an amplified vision of the results, treated in three themes related to the categories of analysis: 1) Homosexual assumption and the Non-spoken, 2) Adoption as a way of parenting and reparing and 3) Family and norm, Naming the members as a relational indicative. The results point to some differentials in the homosexual parenthood, from which we point out three of these for marking the specificity of these experience: 1) The effects of the lack of alternative parental models and the construction of the parental bond, 2) The desire of making family as a way of recovering something lost and 3) The presence of otherness in homoparental family as a might to the children's subjectivation. The final considerations retake the reflections about the concept of family, its meaning and the ways how the relational dynamics and its bonds affect the psychic health of its members. In these terms, we defend the premise of otherness, in replacement to the sexual difference as a guarantee to the subjectivation for the children from these new arrangements.

Keywords: Parenthood. Homoparenthood. Adoption. Family. Psychoanalysis Linkage.

RÉSUMÉ

Rodriguez, B. C. (2017) *Parentalité et adoption dans les couples d'hommes – Une analyse psychanalytique du lien.* Thèse de Doctorat. Université de São Paulo, Institut de Psychologie, São Paulo.

Cette recherche vise à étudier le processus de construction de la parentalité dans les couples homosexuels de sexe masculin avec les enfants adoptés, en mettant l'accent sur les liens et les questions générationnelles. Les changements dans les relations conjugales, parentales et familiales à notre époque posent un questionnement d'ordre symbolique, déstabilisant l'ordre hétéronormatif et démasquant le caractère sacré de la famille traditionnelle qui ne peut dès lors plus être considérée comme la seule base pour la construction identitaire. Face à l'apparition croissante, à la visibilité des structures familiales, en particulier de l'homoparentalité, ainsi qu'au changement de la relation père/mère et des rôles maternel et paternel, il devient fondamental d'étudier d'autres modes de fonctionnement de familles égalitaires et créatives où la norme hétérocentrique n'est plus impérative. Il se fait que nous nous trouvons dans une période d'expérimentation de ces nouvelles familles, ce qui apporte des questionnements et des préoccupations concernant les spécificités du processus de liaison entre les parents homosexuels et leurs enfants, comme par exemple, celle liée au complexe d'Œdipe. Le cadre théorique utilisé dans cette thèse est celui de la psychanalyse du lien combiné avec la théorie queer du genre. La méthode employée est celle de l'analyse qualitative de cas cliniques avec des entretiens semi-structurés et l'application de la technique projective du génogramme. À l'aide de ces instruments, l'objectif de l'étude est de comprendre la construction de la parentalité – en regardent aux transformations du continent psychique dans le contexte de l'adoption – considéreé dans toute sa complexité. Pour réaliser cette recherche nous avons interrogé cinq couples d'hommes avec enfant(s) adopté(s) ensemble. Les réunions ont eu lieu dans la maison des participants et l'analyse des résultats a été faite en trois catégories créées postérieurement aux interviews. Ayant comme axe central la question du lien, les catégories Ayant comme axe central la question du lien sont les suivantes: 1) Le lien conjugale et le choix de la parentalité, 2) Le lien parentale et 3). Le lien familiale, l'héritage des générations et de la famille actuelle. La discussion des résultats de la recherche consiste en une vision plus étendue des résultats, lesquelsont été traités à partir de trois axes liés à des catégories d'analyse: 1) L'assomption homosexuel et les non-dits, 2) L'adoption comme une forme de parenté et de réparation et 3) Famille et norme, la nomination des membres comme indicatif relationnel. Les résultats trouvés présentent quelques différences dans l'exercice de la parentalité homosexuelle, dont trois d'entre elles peuvent être mises en évidence et qui marquent la spécificité de cette expérience: 1) Les effets de l'absence de modèles parentaux alternatifs et la construction du lien parental, 2) Le désir de fonder une famille comme un moyen de récupérer quelque chose perdu et 3) La présence de l'altérité dans la famille homoparentale comme potentialité pour la subjectivisation des enfants. Pour conclure, les considérations finales reprennent les réflexions sur le concept de la famille, sa signification et la façon dont la dynamique relationnelle et leurs liens influent sur la santé mentale de ses membres. En ces termes, nous défendons la prémisse de l'altérité, en substitution de la différence sexuelle, comme la garantie de la subjectivisation des enfants issus de ces nouveaux arrangements.

Mot-clés: Parentalité. Homoparentalité. Adoption. Famille. Psychanalyse du lien.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

1 PSICANÁLISE E A CONSTRUÇÃO DOS VÍNCULOS 17

1.1 OS REFERENCIAIS DA PSICANÁLISE VINCULAR 17

1.2 A FAMÍLIA DO PONTO DE VISTA HISTÓRICO, SOCIAL E POLÍTICO 21

1.3 A FAMÍLIA E O VÍNCULO 24

1.4 A CONJUGALIDADE 28

1.5 A PARENTALIDADE 32

1.6 A ADOÇÃO 35

2 A PARENTALIDADE EM CONTEXTO HOMOSSEXUAL 40

2.1 HOMOSSEXUALIDADE 40

2.1.1 Breve contextualização histórica da homossexualidade 40

2.1.2 Gênero e norma heterossexual 44

2.2 A HOMOPARENTALIDADE 46

2.3 ADOÇÃO EM CONTEXTO HOMOPARENTAL 50

3 MÉTODO 55

3.1 REFERENCIAL METODOLÓGICO 55

3.2 METODOLOGIA 55

3.3 INSTRUMENTOS 56

3.4 PARTICIPANTES 57

3.5 PROCEDIMENTOS 58

3.5.1 Forma de análise dos resultados 59

3.5.2 Categorias de análise do material 60

3.5.2.1 O vínculo conjugal e a escolha pela adoção 60

3.5.2.2 O vínculo parental 60

3.5.2.3 O vínculo familiar, o legal geracional e a família atual 61

3.6 ASPECTOS ÉTICOS 61

4 PARENTALIDADE E ADOÇÃO EM CASAIS DE HOMENS 62

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS 62

4.1.1 Relato da entrevista do casal um: Augusto e Nei 64

4.1.1.1 Relato biográfico de Augusto 64

4.1.1.2 Relato biográfico de Nei 65

4.1.1.3 O encontro do casal 67

4.1.1.4 A adoção 67

4.1.1.5 A experiência da parentalidade 69

4.1.1.6 Análise da entrevista do casal 73

4.1.2 Relato da entrevista do casal dois: Tadeu e Daniel 82

4.1.2.1 Relato biográfico de Tadeu 82

4.1.2.2 Relato biográfico de Daniel 83

4.1.2.3 O encontro do casal 85

4.1.2.4 A adoção 86

4.1.2.5 A experiência da parentalidade 87

4.1.2.6 Análise da entrevista do casal 89

4.1.3 Relato da entrevista do casal três: Diogo e Rômulo 100

4.1.3.1 Relato biográfico de Diogo 100

4.1.3.2 Relato biográfico de Rômulo 101

4.1.3.3 O encontro do casal 102

4.1.3.4 A adoção 104

4.1.3.5 A experiência da parentalidade 104

4.1.3.6 Análise da entrevista do casal 107

4.1.4 Relato da entrevista do casal quatro: Guilherme e Rafael 116

4.1.4.1 Relato biográfico de Guilherme 116

4.1.4.2 Relato biográfico de Rafael 117

4.1.4.3 O encontro do casal 119

4.1.4.4 A adoção 120

4.1.4.5 A experiência da parentalidade 122

4.1.4.6 Análise da entrevista do casal 124

4.1.5 Relato da entrevista do casal cinco: Umberto e Sérgio 132

4.1.5.1 Relato biográfico de Umberto 133

4.1.5.2 Relato biográfico de Sérgio 134
4.1.5.3 O encontro do casal 135
4.1.5.4 A adoção 136
4.1.5.5 A experiência da parentalidade 137
4.1.5.6 Análise da entrevista do casal 139

4.2 IMPRESSÕES INTERFERENCIAIS GERAIS 146

4.3 DISCUSSÃO 148

4.3.1 Assunção homossexual e o não dito 152
4.3.2 A adoção como uma forma de parentalizar e reparar 157
4.3.3 Família e norma, a nomeação dos membros como indicativo relacional 160

CONSIDERAÇÕES FINAIS 165

REFERÊNCIAS 177

ANEXOS 189

ANEXO A – Roteiro de entrevista semidirigida 189
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 190
ANEXO C – Parecer Consolidado do Comitê de Ética 191
ANEXO D – Convite para pesquisa 194
ANEXO E – Genograma do Casal 1 195
ANEXO F – Genograma do Casal 2 197
ANEXO G – Genograma do Casal 3 199
ANEXO H – Genograma do Casal 4 200
ANEXO I – Genograma do Casal 5 202

INTRODUÇÃO

Esta tese tem sua origem no desejo de aprofundar o estudo do tema pesquisado no Mestrado, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), acerca da representação parental de casais homossexuais[2] masculinos, no qual me aproximei do universo conjugal destes casais e de suas representações parentais. O objetivo do trabalho atual é ampliar a reflexão, lançando um olhar sobre o fenômeno da parentalidade adotiva no contexto homossexual masculino, pesquisando essa realidade a fim de propiciar a interlocução entre a Psicanálise vincular e a construção da parentalidade exercida exclusivamente por casais de homens.

O aumento da visibilidade do novo arranjo familiar conhecido como homoparentalidade[3] levanta questões fundamentais acerca da constituição familiar e seus efeitos na subjetividade dos filhos, e mais especificamente no vínculo parental entre pais homossexuais e seus filhos, os quais no caso desta pesquisa são adotivos. Pretende-se, portanto, discutir acerca do conflito edipiano nesse contexto, da suposta ausência da diferença sexual e seus possíveis efeitos na constituição subjetiva da(s) criança(s), além de outros temas que permeiam o fenômeno, como o preconceito e as estratégias dessas famílias para viver em um contexto heteronormativo[4].

O encontro dos temas família, vínculo e homossexualidade, em uma sociedade centrada na norma heterocêntrica, é o que suscitou o interesse nesta investigação. A polêmica resultante do tema homoparentalidade e adoção em contexto homossexual tem recebido grande destaque nas pesquisas acadêmicas recentes (Toledo & Paiva, 2013; Almeida, 2012; Rodriguez & Gomes, 2012; Rodriguez & Paiva, 2009; Manzi-Oliveira, 2009; Toledo, 2008; Santos, 2004; Eugenio, 2003; Tarnovski, 2002; Uziel, 2002) retratando a busca pelo

[2] O termo homossexual foi escolhido em detrimento do termo mais recente homoafetivo, primeiramente pela constatação de que é o mais utilizado no movimento homossexual (Mello, 2005). Butler (2004) apoia o uso de termos problemáticos e polêmicos (tais como feminismo e lésbica) por enaltecer o potencial de interrogação e ampliação dos limites do mesmo, justificado pela esperança de transformação das realidades e seus paradigmas.

[3] O termo homoparentalidade será usado nesta tese como forma de explicitar a parentalidade exercida por casais/indivíduos homossexuais. A escolha do uso deste termo será explicada no capítulo Homoparentalidade.

[4] Heteronormatividade, heterocentrismo, heterossexualidade compulsória e matriz heterossexual são termos para designar a grade de inteligibilidade cultural que compreende o discurso hegemônico sobre o que se entende natural do gênero, acerca da forma de se relacionar afetiva e sexualmente e da forma de constituir família, que tem como pano de fundo a heterossexualidade como premissa obrigatória do ser. Em resumo, heteronormatividade é um padrão de sexualidade que regula o modo como a sociedade ocidental está organizada (Petry & Meyer, 2011).

reconhecimento social e legal da constituição dessas famílias, bem como de uma aproximação e manutenção do modelo familiar tradicional.

A luta dessas famílias por reconhecimento aponta um momento de experimentação e construção de novas formas de ser e de se relacionar, perpassando questões como a vivência de papéis e funções relacionadas ao parentesco, e remete inevitavelmente às influências intersubjetivas e à transmissão de legados e mandatos sociais e geracionais, nos contextos familiares e exogâmicos.

Na contemporaneidade não se pode falar em um modelo familiar único, a ampliação de seu conceito e suas múltiplas possibilidades conduz a dificuldade de abstração de um sentido claro e delimitável. O modelo tradicional de família heterossexual, monogâmica e nuclear, tende a ser vista como invariável, inequívoca e natural (Moscheta & Santos, 2009), compondo o imaginário social de forma intensa. As transformações de valores notados nos dias de hoje buscam acompanhar as diversas formas de se constituir família, indicando a coexistência de referências tradicionais e modernas (Araújo, 2008; Mello, 2006; Passos, 2005), ou seja, refletem a coexistência de ideários de família hierárquica e igualitária. Com a queda do patriarcado, a diluição dos papéis e a flexibilização da associação entre função e gênero, nota-se a tentativa de reinvenção de formas de se relacionar na família (Toledo, 2008; Santos, 2004; Tarnovski, 2002).

Para a família o que conta é a organização psíquica dos cuidadores da criança, isto é, a possibilidade desta última em vincular-se com seus responsáveis e irmãos, permitindo o desenvolvimento dos que fazem parte desse grupo (Uziel, 2002). O desenvolvimento da capacidade de criar vínculos está diretamente ligado à possibilidade de subjetivação do indivíduo (Gomes & Porchat, 2006). Considerando a família como o grupo relacional que se configura a partir de laços afetivos e da transmissão geracional, que garante o equilíbrio entre o individual e o plural que todo sujeito precisa para construir sua identidade (Roudinesco, 2003), portanto, investiga-se nesta tese o processo de constituição subjetiva nesse contexto parental.

Com relação à adoção por homossexuais[5], a atual legislação brasileira é omissa quanto à possibilidade de casais homossexuais adotarem crianças ou adolescentes.

[5] Desde o ano de 2000 a adoção homoparental passou a fazer parte dos direitos dos cidadãos nos seguintes países: Holanda (2000), Suécia (2003), Canadá (2005), Inglaterra e Gales (2005), Espanha (2005), Bélgica (2006), Islândia (2006), África do Sul (2006), Escócia (2009), Uruguai (2009), México (2009), Noruega (2009), Finlândia (2009), Argentina (2010), Dinamarca (2010), Irlanda do Norte (2013), Nova Zelândia (2013)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) não menciona orientação sexual como critério ou requisito para adoção (Santos, 2004). A decisão de 2011 do Supremo Tribunal Federal (STF) permite que casais homossexuais firmem união estável e os reconhece como entidade familiar. Superando o artigo 1.723[6] do Código Civil Brasileiro, o STF reconheceu o caráter preconceituoso e discriminatório deste, admitindo "... a união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, entendida esta como sinônimo perfeito de família. Reconhecimento que deve ser feito segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva".

Em dezembro de 2012 o Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo publicou uma norma que regulamenta o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, podendo a união ser oficializada nos cartórios do Estado de São Paulo. No entanto, muitos cartórios se negaram a oficializar a cerimônia, o que levou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a aprovar nova resolução n. 175, maio de 2013, obrigando os cartórios a registrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo, apesar de ainda não haver legislação que garanta esse tipo de casamento. Desde a aprovação dessa resolução foram registrados mais de 8.000 casamentos homossexuais até o final de 2014 em cartórios de todo o país segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (Andrade, 2016).

Desde 2005 casais homossexuais assumidos no Brasil adotam crianças e adolescentes conjuntamente. Embora o trâmite ainda não seja realizado em todas as comarcas do país, apesar da decisão do STF e da resolução do CNJ mencionadas acima, o debate sobre esta formação de família exige discussão e posicionamento não só dos operadores do Direito, mas também das equipes técnicas envolvidas nas Varas de Infância e de Família.

Em março de 2015 o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união homossexual como um núcleo familiar (sem distinção) e manteve a decisão que autorizou um casal homossexual a adotar uma criança, independentemente da idade. Essa decisão ocorreu como resultado de um caso que chegou nessa instância após o Ministério Público do estado do Paraná haver questionado o pedido de adoção feito por um casal de homens em 2006, e que

---

Colômbia (2015), Áustria (2015) e Estados Unidos (alguns estados) *Adoção homoparental*. (2016, 05 de junho). Wikipedia. Recuperado em 10 de novembro, de https://pt.wikipedia.org/wiki/Ado%C3%A7%C3%A3o_homoparental.

[6] Da lei 10406/02, de 2002: "É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família" (p. 64). Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (2002, 11 de janeiro). Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, n. 139 (8), seção 1, p. 1-74. Recuperado em 16 de novembro de 2016, de http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/01/2002&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=192.

pretendia limitar a adoção a uma criança com 12 anos ou mais, para que esta pudesse opinar sobre o pedido.

Em levantamento realizado no interior do estado de São Paulo (Almeida, 2012), foram encontrados registros de três adoções conjuntas (por ambos os cônjuges) concluídas e três em andamento, o que confirma a realidade desse tipo de adoção nessa região.

Nesse ínterim, considerando tal realidade, a presente investigação tem por objetivo geral: Investigar o processo de construção da parentalidade em famílias homoparentais compostas por casais de homens com filhos adotivos. Bem como, os *objetivos específicos* são: a) Investigar as motivações (conscientes e inconscientes) para a parentalidade e sua influência na escolha de parceiro; b) Compreender as possíveis especificidades do processo de adoção na construção parental e suas influências na conjugalidade e as repercussões da entrada do/s filho/s na família extensa e; c) Analisar as influências das transmissões geracionais no funcionamento familiar atual.

Uma vez que se admite que as novas formas de famílias, incluindo as homoparentais, necessitam de uma ética que leve em conta suas demandas afetivas e atenda com justiça às transformações humanas (Dubreuil, 1998). Esta ética deve estar voltada às diferentes formas de conjugalidade, parentalidade e filiação que configuram um contexto familiar pautado nos laços de afeto (Passos, 2005), a cada dia mais comum.

Destarte, é um desafio para a psicanálise se debruçar sobre as experiências homoparentais, do ponto de vista teórico e prático. A construção dessa nova família, em todo seu cenário, acontece como um processo lento, gradual, cheio de expectativas e cautelas (Manzi-Oliveira, 2009). O decretado desejo pela adoção por parte de casais homossexuais traduz a tentativa de formar uma família dentro da norma, sob o modelo tradicional de família, a qual sem filhos não se constitui.

Dessa maneira, evidencia-se a urgência do reconhecimento de direitos aos homossexuais e suas famílias, ampliando a possibilidade de integração desses no imaginário social e no sistema legislativo brasileiro, o que lhes garantiria maior dignidade e possibilitaria que muitas crianças à espera de famílias possam ser atendidas em suas necessidades. Visando a legitimação dos homossexuais e dessas novas famílias, demanda-se uma nova ordem relacional, com ênfase no vínculo. Nessa pesquisa o embasamento teórico é prioritariamente a Psicanálise Vincular – interpsíquica – associada a alguns conceitos da Psicanálise Clássica – intrapsíquica – acompanhada por estudos interdisciplinares, e da *Teoria Queer*, que auxiliam

a compreensão do processo de construção da parentalidade em famílias homoparentais compostas por casais de homens com filhos adotivos, objetivo geral da tese.

CAPÍTULO I

PSICANÁLISE E A CONSTRUÇÃO DOS VÍNCULOS

1.1 OS REFERENCIAIS DA PSICANÁLISE VINCULAR

A escolha da perspectiva vincular para fundamentar esta tese justifica-se pela percepção de que as transformações que vem ocorrendo na família e na constituição das subjetividades estão profundamente relacionadas às alterações nas formas dos vínculos entre os sujeitos. Desse modo, a psicanálise vincular integrada a alguns conceitos da psicanálise clássica compõe o embasamento teórico desta tese.

A teoria psicanalítica vincular tem como ponto de partida a própria psicanálise, sob a perspectiva intrassubjetiva, pois compartilham as premissas baseadas nas teorias do inconsciente, do complexo de Édipo, das identificações e da transferência (Berenstein, 2007). Tais pressupostos teóricos são os pontos de partida para as proposições vinculares, o que torna as perspectiva intra e interpsíquica dois pontos de vista articuláveis, a fim de dar conta da complexidade presente no campo relacional.

A perspectiva vincular parte da concepção de que o psiquismo é um sistema aberto em continuidade-descontinuidade com os outros. Diferentemente da perspectiva intrapsíquica, a psicanálise vincular tem como conceitos base o vínculo (Spivacow, 2012; Kaës, 2011; Eiguer, 2010; Benghozi, 2010; Puget & Berenstein, 1993), a bidirecionalidade[7], a trama interfantasmática[8] e as alianças inconscientes[9]. Na perspectiva intrassubjetiva o funcionamento psíquico do sujeito reduz o outro e os objetos do mundo externo à condição de objetos internos (fantasias) e compreende o ser individual como delimitável. O funcionamento

[7] O conceito de bidirecionalidade é utilizado para tratar de uma característica do psiquismo, o qual é determinado pela interinfluência com o outro, e então a atividade do psiquismo, consciente e inconsciente, ocorre em virtude dessa influência eu-outro/s (Spivacow, 2012).

[8] Trama interfantasmática como a articulação de dois mundos fantasmáticos originados de dois sujeitos, constituindo uma única trama (Spivacow, 2012).

[9] As alianças inconscientes (Kaës, 2011) referem a pautas não explícitas que estimulam os intercâmbios e participação de ambos os sujeitos, componentes de repetição ou novidade radical que não podem ser explicadas pelas leis próprias da estrutura vincular. São ligações que compõem a "homeostase narcísica" e defensiva de ambos os polos, que ajuda a manter o sujeito em certa segurança interior.

da dimensão intersubjetiva, por sua vez, considera as produções do outro e da cultura, não homogeneizadas por processos de internalização (Spivacow, 2012).

A partir do reconhecimento do caráter fundador do vínculo com o outro e sua incidência tanto sobre as produções do inconsciente como sobre as novas inscrições psíquicas é que a psicanálise vincular se constrói. Berenstein, (2003) afirmou que a teoria do inconsciente estava ameaçada pelas concepções que atribuem importância à conjuntura, ao real, aos acontecimentos, admitindo a limitação de algumas formulações realizadas até então. Esse real a que Berenstein se referia é o que a autora Puget (2015) chamou de "Efeito do presente"[10], o termo refere aos efeitos da imposição daquilo que é sempre estrangeiro, que nasce da diferença irreduzível, da impossibilidade de se parecer ao outro, ou seja; diz respeito à produção do devir, do ser-fazer no agora, para além da proposição de um mundo representacional.

Sendo assim, o sujeito é constituído simultaneamente pela sua origem e pelo que realiza em sua caminhada com os outros, a subjetividade é afetada por todos os vínculos significativos do sujeito, do momento de seu nascimento, momento inaugural, ao surgimento do novo por meio de vínculos exogâmicos[11], em qualquer momento da vida (Berenstein, 2003). Dessa forma, os vínculos contêm a possibilidade de transformar e elaborar diversas inscrições psíquicas geradoras de sofrimento.

O conceito de vínculo refere-se a uma estrutura inconsciente que liga dois sujeitos ou mais, instaurando entre eles uma relação de presença ao criar uma investidura específica que os torna sujeitos do vínculo (Puget, 2015; Berenstein, 2007). Vínculo pode ser considerado então uma realidade psíquica inconsciente construída do encontro de dois ou mais sujeitos (Kaës, 2011) que dá suporte à transmissão psíquica genealógica (Benghozi, 2010).

Outro aspecto importante acerca do vínculo é a "Lógica do Dois"[12] (Puget, 2015), como a característica do intercâmbio entre dois ou mais sujeitos, cuja qualidade essencial é a alteridade de cada um que se impõe ao outro. Essa lógica diz respeito à intersubjetividade, a qual retira o sujeito do centro de seu mundo e o considera no ser-fazer com os outros.

> Uma subjetividade vincular reconhece que o sujeito se torna outro a partir do vínculo com o outro, no qual nenhum deles é o centro de si mesmo nem da relação, mas que ambos se produzem como sujeitos a partir de determinadas relações de poder que percorrem o vínculo. (Berenstein, 2007, p. 14).

[10] Tradução nossa.
[11] Exogamia como o espaço para além da família de origem, que permite a construção de novos espaços psíquicos (Spivacow, 2012).
[12] Tradução nossa. O termo também já foi traduzido como "efeito de imposição".

Confirmando o que afirmou Puget (2015) acerca do encontro com o outro, o qual tem sempre algo de inédito e impensável previamente. Nesse sentido, Kaës (2011) propôs o termo *Sujeito do vínculo* para referir-se ao sujeito que é ao mesmo tempo sujeito singular e sujeito que se constrói nos vínculos e alianças que forma, como na família, nos grupos, nas instituições. Dessa forma, o sujeito do vínculo seria sujeito plural e sujeito singular, e nesse duplo sentido sujeito do inconsciente. São três os espaços do vínculo: 1) *Intrassubjetivo,* do sujeito singular*; 2) Intersubjetivo,* dos vínculos intersubjetivos e; 3) *Transubjetivo*, dos conjuntos complexos, família e demais instituições, o que denota a complexidade da constituição subjetiva.

O vínculo intersubjetivo implica uma relação de reciprocidade entre dois sujeitos cujos inconscientes se influenciam mutuamente. A relação que ocorre não é entre duas subjetividades, mas entre dois sujeitos do inconsciente. O sujeito do inconsciente busca no outro uma via para realização de seus desejos, ou mais especificamente: encontrar o seu desejo encontrando o do outro (Eiguer, 2008).

A realidade psíquica do vínculo é constituída pelos contratos básicos e alianças inconscientes (estruturantes e defensivas), as quais estão na base da realidade psíquica do vínculo, aliadas aos interditos, as referências identificatórias e aos ideais comuns, as representações imaginárias e simbólicas compartilhadas (Kaës, 2011). É essa realidade que comporta a ocorrência da transmissão psíquica.

Em *Introdução ao Narcisismo*, Freud (1914/2006) aponta a existência de uma continuidade na vida psíquica entre gerações, considerando o sentimento de culpa como um organizador da cultura, e nota a dimensão do assujeitamento a uma corrente geracional como elo da transmissão (Correa, 2003). A transmissão psíquica é o processo que ocorre em cadeia permitindo a continuidade dos conteúdos psíquicos entre as gerações (Passos, 2007) e pode ser transgeracional ou intergeracional: a *transmissão psíquica transgeracional* refere àquilo que é transmitido de um espaço psíquico a outro, sem a possibilidade de elaboração, enquanto a *transmissão psíquica intergeracional* pressupõe um trabalho de ligações e transformações entre as gerações, ou seja; contempla a possibilidade de elaboração de conteúdos (Kaës, 1998).

Os conteúdos transmitidos são principalmente referentes a algo que não se pode conter, “aquilo que não se retém, não se lembra” (Kaës, 1998, p. 9), da ordem do negativo: aquilo que não foi revelado, não foi metabolizado, simbolizado, e que é transmitido

geracionalmente. “O impensável, o inominável, o indizível e o inconfessável familiar são, a expressão da transmissão transgeracional do negativo” (Benghozi, 2010, p. 13).

Joubert (2008) apresenta uma metáfora para explicar os aspectos transgeracionais no funcionamento psíquico familiar, que é a caixa de Pandora, como continente das vivências de angústias de abandono, de funcionamentos paradoxais, defesas perversas e narcisistas no centro das linhagens geracionais do casal. A autora traz a referência mítica de Pandora para explicitar os riscos de crise no momento em que tal caixa é aberta trazendo à tona pactos denegativos, os quais deveriam permanecer retidos, não revelados, ou seja: no registro do transgeracional.

Volta-se, aqui, para o vínculo psíquico como suporte das transmissões psíquicas como forma de elucidação das mesmas. O vínculo insere-se no conceito de “malhagem genealógica[13]”, ou seja, a disposição em forma de rede, dos vínculos filiativos e afiliativos[14] que permite a manutenção dos “continentes genealógicos familiares”, um espaço psíquico comum do grupo familiar. Na ancoragem entre vínculos biológico e psíquico da família se dá a construção de vínculos afiliativos entrecruzados com os de filiação formando o chamado *continente genealógico*. Esse continente psíquico tem a função de sustentação, como organizador do vínculo genealógico. A transmissão psíquica genealógica decorrente dos vínculos também genealógicos permite ao indivíduo ter uma referência simbólica de origem (Benghozi, 2010), fundamental na constituição subjetiva do indivíduo.

A criação de um espaço psíquico comum ou de um *continente genealógico* depende do trabalho psíquico recíproco dos envolvidos na construção do vínculo. Esse espaço demanda primeiramente um investimento libidinal narcísico e objetal a fim de receber em troca os investimentos que o tornem sujeito do vínculo. Essa exigência tem como base o modelo do contrato narcísico originário de Aulagnier (1977) que caracteriza uma aliança inconsciente estruturante. Outra exigência é o recalcamento de certas formações psíquicas do sujeito em prol do ideal comum do vínculo intersubjetivo, para que as conjunções de subjetividade se formem e o vínculo se mantenha, o que resultaria nas alianças inconscientes defensivas. Kaës

[13] A *malhagem genealógica* pode ser definida como o emaranhado de vínculos/laços psíquicos de filiação e afiliação, caracterizando um continente psíquico. A *malhagem* pode ser definida como o emaranhado de vínculos/laços psíquicos de filiação e afiliação. O *desmalhe/desmalhagem* dos continentes psíquicos é o dilaceramento de tal rede de malhas, ou seja: uma situação traumática causa o rompimento da malhagem, podendo ser catastrófica ou não. A *remalhagem* é definida como a capacidade da família de formar *malhagem*, ou melhor: de desmalhar e remalhar, de desconstruir e reconstruir o laço/vínculo, entendido como o vínculo de filiação e/ou afiliação (Benghozi, 2005; 2010).

[14] O vínculo de filiação refere-se ao nível vertical e diacrônico, aos ascendentes – pais, avós... até a figura do ancestral – e aos descendentes – filhos, netos. O vinculo afiliativo diz respeito ao vínculo de aliança conjugal, ou a algum grupo ou instituição. A adoção é um vínculo afiliativo (Benghozi, 2010).

(2011) diferencia os contratos narcisistas primários ou originários, característicos da relação mãe-bebê, dos contratos narcisistas secundários referentes aos vínculos extrafamiliares, ou contratos de afiliação que costumam ter início na adolescência.

A fim de garantir vínculos estáveis e confiáveis faz-se necessário a criação de alianças inconscientes estruturantes, nas quais se incluem o contrato narcisista, o pacto entre os irmãos, o contrato de renúncia mútua, dentro outros. São essas alianças que permitem a formação de sentido ao grupo, possibilitando a simbolização e a interpretação. Tais exigências são estruturantes e conflituosas ao mesmo tempo, a realização desse trabalho psíquico do vínculo garante que os membros do grupo atribuam e recebam benefícios e encargos, estabelecendo-se assim um equilíbrio libidinal, ou uma homeostase narcísica (Kaës, 2011).

Concluindo, são os vínculos intersubjetivos bem estabelecidos, formando um "continente genealógico familiar" (Benghozi, 2010) capaz de sustentar os membros desse grupo família, que permitem ao sujeito do vínculo a constituição de uma identidade autêntica.

1.2 A FAMÍLIA DO PONTO DE VISTA HISTÓRICO, SOCIAL E POLÍTICO

A família, tal como é concebida é um fenômeno recente na história da humanidade, ela é fruto de importantes transformações que vêm ocorrendo desde o advento da industrialização, a qual teve início na segunda metade do século XVIII na Inglaterra. Resultado da necessidade política da constituição do privado, a família é incumbida à tarefa de garantir a ordem social e prover a educação e formação das crianças, ou seja; a partir do modelo nuclear heteronormativo a família deveria servir como a matriz de identidade na constituição do sujeito (Arán, 2003).

A fim de localizar o leitor historicamente, Roudinesco (2003) distingue três momentos chave no processo de transformação da família ao longo da história: no primeiro tem-se a família tradicional, baseada no poder patriarcal e considerada uma unidade econômica; no segundo momento a família dita moderna (a partir do final do século XVIII e meados do século XX), fruto do advento da industrialização e do fim das grandes propriedades rurais, na qual se prezava a intimidade e a satisfação dos cônjuges e o terceiro momento seria o atual, o

da família contemporânea ou pós-moderna, a partir dos anos 1960, na qual o casal se une em busca de realização sexual, com valores sociais mais amplos e maior flexibilidade dinâmica e estrutural. A partir do momento em que a unidade familiar deixou de ser considerada em seu papel produtivo-econômico, o poder patriarcal fragilizou-se, a mulher começou a disputar espaço no mercado de trabalho e teve início o processo de separação entre sexualidade, conjugalidade e procriação.

Em estudo sobre as transformações ocorridas na família contemporânea brasileira, Araújo (2008) aponta que o modelo tradicional – hierárquico e autoritário – flexibilizou-se a partir do final da década de 1970 e teve início um movimento mais democrático igualitário, resultando na transformação dos valores, das estruturas, das funções e relações no meio familiar. A autora relaciona tais mudanças com o cenário político da época, na qual houve a retomada da democracia no país (década de 1980), além da expansão dos meios de comunicação e dos movimentos libertários como o feminismo e a contracultura.

Para exemplificar algumas dessas transformações, observam-se nas últimas décadas algumas tendências na estrutura e função da família, como: o aumento da idade média das mulheres em seu primeiro casamento e primeiro parto; a redução do tamanho das famílias e dos lares; o aumento das responsabilidades financeiras dos pais; a elevação do número de lares chefiados por mulheres; a maior participação das mulheres no mercado de trabalho formal e; a maior visibilidade de famílias configuradas das mais diversas maneiras (Mello, 2006).

Arán (2003) indica o paradoxo social que se impõe nas sociedades democráticas ocidentais que, ao mesmo tempo em que valorizam a autonomia do indivíduo, se organizam a partir de instituições hierárquicas. Diante de todas as transformações relacionais, fruto das alterações de ordem simbólica nos sistemas de nomeação, filiação e relação entre os sexos. A autora afirma que "... é certo que a família nuclear não pode mais ser considerada uma base sólida para construção identitária" (p. 402).

Apesar de todas as mudanças que vêm sucedendo, relativas aos sistemas de atribuição do nome, os sistemas de filiação, maternidade e paternidade e identidade sexuada (Tort, 2001), a busca pela preservação da família como instituição natural, a-histórica e sagrada, perdura. Como afirma Uziel (2007, p. 20): "A família nuclear, modelo inspirador da sociedade ocidental é cada vez mais uma experiência minoritária". Juntamente com os avanços na tecnologia e as novas legislações, o questionamento dessa ordem simbólica tem

gerado controvérsias acerca do conceito família, resultando em uma batalha política e psicanalítica que interpela um posicionamento.

Se por um lado os conservadores buscam legitimar a ordem familiar, justificados pela manutenção de uma moral familiar, de outro os modernos buscam a evolução dos costumes, compreendendo a coabitação pré-nupcial, o concubinato, a escolha por não ter filhos (Rios, 2012) e as novas estruturas parentais correspondentes (Lenoir, 2003).

A supervalorização da manutenção da família como instituição organizadora na sociedade contemporânea é a imposição de uma nova/velha ordem moral face às transformações das formas de reprodução social. Os discursos atuais, como por exemplo, a enquete[15] proposta no último ano sobre o conceito de família e a importância da preservação de seu modelo tradicional são violentos e discriminatórios (Mello, 2006), o qual apenas confirma a tese de que a família, bem como outras instituições socializadoras (como a escola e a igreja), tende à permanência de modelo heterocêntrico, ou seja, caracteriza-se como relativamente estável, de transformação lenta (Horkheimer, 2003).

No ano de 2016 foi realizado um projeto do dicionário Houaiss para alteração do significado da palavra família no dicionário no qual foram coletadas (via internet) opiniões acerca de sua definição mais apropriada e o resultado foi o seguinte: "Família: núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantém entre si uma relação solidária". A definição anterior, a qual consta nos dicionários publicados até então é a seguinte: "Grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto (O pai, a mãe e os filhos)" (Dicionário Houaiss, 2016).

A iniciativa de reformulação do conceito via dicionário não retrata o imaginário social acerca do que é família, o qual permanece estanque, como explicitado na enquete referida na página anterior. As transformações relacionais e vinculares que vêm ocorrendo na contemporaneidade não são acompanhadas pelas alterações de representações sociais, as quais Bourdieu (2005) nomeia de "realidades sociais", ou "ficções sociais" reconhecidas coletivamente. E se a família aparece como uma das categorias sociais mais naturais – na ordem das coisas, é porque ela se enquadra no esquema classificatório com o qual se constrói o mundo, que funciona como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

[15] Em fevereiro de 2014 foi criada uma enquete pela Câmara de deputados, acompanhando o Projeto de Lei 6583/13, que cria o Estatuto da Família. Enquete: E você? É a favor ou contra o conceito de família como núcleo formado "a partir da união entre homem e mulher"? Recuperado em 13 março de 2016, de http://www2.camara.leg.br/enquetes/votarEnquete/enquete/101CE64E-8EC3-436C-BB4A-457EBC94DF4E

Uziel (2007) conclui que a permeabilidade atual das famílias faz com que estas se construam não mais a partir dos casais, mas a partir das crianças, corroborando com Puget & Berenstein (1993), que afirma que para haver família seria necessária a presença de filhos. Em consonância com o autor Mello (2005) em discurso que pretende desmistificar a instituição família, defende-se que esta não representa uma associação indissolúvel entre papéis conjugais e parentais, o que permite pensar o casal sem filhos também como um núcleo familiar.

Mello (2005) apresenta uma formulação interessante acerca da função da família na contemporaneidade:

> ... a viabilização da sobrevivência material e psíquica dos seres humanos, seja no âmbito das famílias de origem por meio dos processos de socialização das crianças e dos adolescentes, seja no contexto das famílias instituídas por adultos que se escolhem livre e reciprocamente como parceiros. (p. 33).

Almeida (2012) questiona a funcionalidade da instituição familiar nas sociedades modernas, propondo a reflexão sobre sua viabilidade como instância de proteção e apoio emocional a seus membros. Arán (2003) aponta também, que diante das rupturas e deslocamentos nas relações de sexo e gênero a família não pode mais ser considerada a única base para a construção identitária. Em resposta, pode-se pensar a família como um espaço relacional, mais do que como uma instituição, na qual se verifica uma demanda, explícita ou não, de autonomia pessoal (Rios, 2012).

No próximo tópico será apresentada uma reflexão acerca da família a partir da psicanálise, prioritariamente a psicanálise vincular, de modo a pontuar alguns posicionamentos teóricos acerca de conceitos como papéis, lugares e funções e suas transformações na contemporaneidade.

1.3 A FAMÍLIA E O VÍNCULO

A concepção da psicanálise vincular acerca do que é família perpassa a ideia de um conjunto de sujeitos diferentes se reconhecendo como semelhantes, marcando o pertencimento e o parentesco (Berenstein, 2007). A representação dominante acerca do que é a família parte da crença de que existe um vínculo familiar sanguíneo (filiativo), evoluindo

então para a consideração dos vínculos afiliativos que são fruto de construção recíproca, ou seja, do trabalho do vínculo (Benghozi, 2010).

A família, conforme concebida pela teoria psicanalítica, pressupõe descrições de parentesco, funções e papéis, que ordenam o funcionamento do grupo. As bases da instituição familiar segundo Freud podem ser encontradas em diversos de seus textos, com significativa importância para as obras Totem e Tabu (1913/1990) e Introdução ao Narcisismo (1914/2006). Nessas obras o autor apresentou as leis fundamentais da família: o interdito do incesto, as noções acerca das funções materna e paterna e a importância das experiências primitivas do desenvolvimento humano nos padrões emocionais da vida adulta, como nas escolhas amorosas.

Ainda segundo a psicanálise, as funções habitualmente atribuídas ao lugar da mãe referem aos seguintes cuidados: assistir o filho material e emocionalmente, auxiliando na condição de desamparo inicial do bebê, investir narcisicamente o corpo da criança, exercendo a função de tradução de sensações do bebê, dar um lugar ao pai e colocar o filho no lugar de terceiro. Já o lugar do pai refere prioritariamente à tarefa de proibir, impedindo a relação infantil da esposa com a família de origem desta, em especial seu pai e obstaculizar a aproximação excessiva do filho com a mãe (Berenstein, 2007). As funções parentais, ainda hoje chamadas de função materna e função paterna, explicitam, portanto, as divisões de tarefas de acordo com o binarismo de gêneros.

Entretanto, o exercício dessas funções vem se flexibilizando concomitantemente às transformações nas configurações familiares. Freud (1930/2010) reconheceu as influências e determinismos que a anatomia, aliada às convenções sociais, exerceu sobre os mitos acerca do cuidado materno quando apontava que as funções de criar a prole entre os animais nem sempre são ligadas às fêmeas, bem como a crença de que masculinidade coincidiria com atividade, enquanto a feminilidade coincidiria com passividade:

> ... as funções de criar a prole, que nos parecem femininas por excelência, não são ligadas invariavelmente às fêmeas entre os animais. Em espécies nadas inferiores constatamos que os sexos partilham os cuidados com os filhos ou até mesmo que o macho se dedica exclusivamente a eles. (Freud, 1930/2010, p. 267).

Como afirmou Badinter (1986, p. 12):

> Há quinze anos[16], apaga-se pouco a pouco, na maioria das sociedades ocidentais, a linha que separa os campos da maternidade e da paternidade. Os homens começam a aprender diretamente o que significa ser pai, e a fazer para os filhos o que as mulheres fizeram no decorrer dos tempos.

[16] A obra em questão foi redigida há 30 anos.

Mello (2005), duas décadas depois, atenta para o processo de mudança instaurado que suscita cada vez mais dificuldade em definir o "retrato do pai típico" devido aos mais diversos arranjos familiares. Desde então os homens têm passado a desempenhar papéis considerados ainda hoje do universo feminino, seja no cuidado com os filhos, com os cônjuges ou no meio profissional.

Chodorow (1990) em seu livro sobre a reprodução da maternidade e gênero[17] reconheceu a maternação como decisiva na organização dos gêneros e abriu uma perspectiva de mudança por meio da ideia de "reprodução da maternação" desvinculada de seu imperativo exercício feminino. A psicanalista assumiu que a possibilidade do exercício da maternação, entendida atualmente como parentalidade[18], realizada também por homens geraria um efeito significativo na sociedade no sentido de eliminação da hierarquia de gêneros.

As nomeações envolvendo as descrições dos lugares, papéis e funções familiares aparecem, tanto na teoria psicanalítica quanto nos imaginários sociais e experiências contemporâneas, como supostamente estáveis, as quais são utilizadas nessa tese (papel materno, papel paterno) com propósito de facilitar a compreensão dos relatos e discursos coletados na pesquisa. Embora, atualmente seja possível observar maior flexibilidade no exercício das funções de parentesco, o intuito nesta tese é didático, para possibilitar o questionamento posterior acerca da rigidez das mesmas.

As concepções tradicionais da psicanálise acerca da instituição família aliada às representações sociais dominantes sobre o masculino e feminino não fornecem campo fértil para as reinvenções vinculares necessárias para a compreensão de experiências que escapem à norma, como a homoparentalidade. O rol de funções na família contemporânea já não cabe mais nessa clássica descrição, os lugares atribuídos à masculinidade e feminilidade (Badinter, 1993), à mãe e ao pai, ao cruzamento entre gênero e sexualidade, devem ser colocados em outros termos com objetivo de transformação das representações sociais (que remetem a heteronormatividade) para que se possa pensar uma nova ordem simbólica, com a possibilidade do novo (Puget, 2015; Derrida & Roudinesco, 2004).

A partir da psicanálise vincular é possível vislumbrar o grupo família como um continente psíquico genealógico. Autores da psicanálise reconhecem na família a função de continente psíquico (Benghozi, 2010; Levy & Féres-Carneiro, 2008), o qual começa a ser

[17] O título original do livro é *The reproduction of Mothering – Psychoanalysis and the Sociology of Gender*, traduzido no Brasil como Psicanálise da maternidade.
[18] Termo criado por Solis-Ponton (2004) e explicado no tópico 1.5 Parentalidade, da presente tese.

construído nas relações amorosas. A possibilidade de se criar um aparelho psíquico compartilhado na família, incluindo até mesmo a vivência psíquica fusional, é o que propicia a subjetivação de cada membro (Levy & Féres-Carneiro, 2008), o que está profundamente relacionado à transmissão geracional familiar.

Por meio da transmissão de conteúdos psíquicos, transgeracionais e intergeracionais, o grupo família pode funcionar como formador da matriz intersubjetiva do nascimento da vida psíquica (Kaës, 1998), em outras palavras; a família atuaria como potencial de desenvolvimento das subjetividades. A transmissão psíquica familiar pressupõe a existência de vínculos intersubjetivos bem estabelecidos, envolvendo contratos intersubjetivos, como os pactos denegativos. A transmissão via pacto denegativo contempla a polaridade negativa desta, daquilo que fica oculto, não dito e pode atravessar gerações na dimensão transgeracional (Correa, 2003).

No exercício da parentalidade, Correa (2003) explica que, quando conteúdos psíquicos não encontram inscrição no psiquismo dos pais estes podem ser depositados no psiquismo da criança. Desde sua chegada ao mundo, a criança é requerida para compartilhar os enunciados dos ancestrais, estando encarregada da continuidade geracional e da manutenção da identidade familiar, o que pode comprometer sua integridade psíquica e somática. Ser família, compartilhar desse continente genealógico suscita em cada membro do grupo a lealdade genealógica como uma responsabilidade ao fato de pertencer. Lealdades genealógicas podem ser lidas como referência ao ideal do eu familiar, as quais veiculam o mito familiar e asseguram o narcisismo grupal familiar (Benghozi, 2010).

O trabalho da transmissão permite a vinculação por intermédio de um encadeamento de gerações, o que dá a noção de pertencimento e permite além da construção da própria subjetividade um processo de transformação do material transmitido. É por meio desse processo que o sujeito se torna autor e dono de sua herança, permeando sua história pessoal, familiar e da própria civilização (Gomes & Zanetti, 2009).

Em “O romance familiar dos neuróticos” Freud (1909/2015) já reconhecia o processo de desprendimento dos pais como uma das realizações mais importante e sofrida pelo indivíduo em crescimento, esse afastamento permite ao sujeito apropriar-se de suas heranças, podendo então constituir novos vínculos, ou como Benghozi (2010) nomeia: novas malhas de pertencimento.

"A família é um conjunto grupal particular, construído em torno do vínculo de filiação e de afiliação e estruturado de acordo com as regras do grupo de pertencimento" (Benghozi, 2010, p. 162). No grupo familiar, as lealdades genealógicas garantem a resiliência familiar, a capacidade da família de malhagem dos vínculos, de desmalhar e remalhar os vínculos psíquicos, ou seja: de estar em crise e criativamente superar as mesmas sem que se coloque em risco o vínculo entre os membros.

Concluindo, família é o grupo de sujeitos ligados por meio de vínculos intersubjetivos que compartilham de um continente psíquico geracional, o qual lhes garante o pertencimento grupal, sustentados por alianças inconscientes e comprometidos entre si por lealdades genealógicas. Uma família pode abarcar o exercício da conjugalidade e parentalidade, bem como pode ser constituída nuclearmente pelo casal sem filhos.

A escolha pela psicanálise vincular nesta reflexão acerca da família deve-se à abertura que a mesma possibilita ao tratar dos vínculos intersubjetivos, favorecendo a compreensão dos novos arranjos familiares e relacionais como legítimas formas de vinculação. Em busca de novas respostas às questões interpessoais da contemporaneidade, teóricos desta acabam por afastar-se de alguns pressupostos mais tradicionalistas da psicanálise clássica, como o Complexo de Édipo e a diferença sexual como premissas para a constituição das subjetividades. A psicanálise vincular foi escolhida para sustentar a discussão desta tese, pois fornece o respaldo necessário acerca do que necessita uma criança para se desenvolver psiquicamente a partir dos vínculos familiares.

1.4 A CONJUGALIDADE

Sobre a genealogia da conjugalidade, Freud (1914/2006) já considerava a influência dos modelos parentais na escolha e desenvolvimento dos vínculos conjugais e familiares, transmitidos de uma geração a outra. Féres-Carneiro e Magalhães (2005) acrescentam que a conjugalidade se funda na escolha amorosa inconsciente dos cônjuges e ao mesmo tempo reedita o romance familiar, propiciando a elaboração das vivências infantis.

Definida como uma identidade compartilhada na literatura psicanalítica, a conjugalidade é produto de uma trama identificatória inconsciente dos parceiros, que se origina na história familiar de cada um e se dirige a um ideal conjugal compartilhado (Féres-Carneiro & Ziviane, 2009). Os parâmetros que definem a conjugalidade são: o compartilhamento do cotidiano, o projeto conjugal, a tendência monogâmica e as relações sexuais.

Giddens (1993) afirma que o compromisso e a história compartilhada devem proporcionar algum tipo de garantia aos parceiros de que a relação será mantida por um período indefinido. No entanto, considerando o contexto social contemporâneo, o autor postula que o casamento não é mais considerado uma "condição natural" e que a relação é durável enquanto houver satisfação suficiente. O autor denomina esse tipo de relação de "amor confluente", caracterizado pela finitude do laço quando este deixa de ser vantajoso para um dos parceiros ou para ambos. Para a psicanálise vincular, os mantenedores de um vínculo conjugal se relacionam aos pactos inconscientes travados entre a dupla, os quais estão diretamente atrelados às identificações com as figuras parentais de cada um.

A conjugalidade resulta de uma transformação do objeto casal de cada parceiro num "objeto casal" compartilhado, uma criação inédita (Puget & Berenstein, 1993). A estruturação da conjugalidade evidencia dois paradoxos fundantes do psiquismo, o primeiro concerne à escolha *versus* o pertencimento e está associado às possibilidades de o sujeito elaborar o seu modo particular de pertencer aos vínculos, delineando sua inserção no contexto social, nas instituições, em especial a família e o casamento. O segundo refere-se à coexistência fusão-separação e consiste no fato de que, por um lado, a fusão tende a eliminar a distância entre os dois "eus", fundando o vínculo conjugal por meio do elemento passional e, por outro, a própria existência do vínculo implica um distanciamento mínimo entre os sujeitos, com o objetivo de preservação da alteridade (Féres-Carneiro & Ziviane, 2009).

Os parceiros se escolhem impulsionados inconscientemente para a realização de mandatos familiares transmitidos. Essa escolha amorosa é originada no interjogo das relações de objeto, modeladas a partir da identificação com o casal parental (Eiguer, 1984).

A transmissão da vida psíquica na família segue o modelo da passagem do objeto individual a um objeto comum. Postula-se, portanto, a existência de uma conjugalidade transmitida nessa série identificatória familiar, constituída pela introjeção dos diversos vínculos conjugais significativos do grupo familiar mais amplo. A cadeia geracional precede o sujeito e, ao mesmo tempo, é transformada pela sua inserção na mesma. Os modelos parentais

são considerados referências importantes, entretanto o sujeito opera suas próprias transformações, se autoengendrando. A escolha amorosa pode ser considerada como ponto inicial demarcatório dos contornos da conjugalidade, é no momento do encontro amoroso que os elos geracionais dos parceiros se entremeiam e formam a matriz da conjugalidade. A tessitura que se organiza, resulta do interjogo identificatório dos parceiros e das atrações mútuas entre conteúdos psíquicos análogos, simétricos ou complementares (Féres-Carneiro & Ziviane, 2009).

Berenstein e Puget (1994) desenvolveram uma tipologia dos vínculos conjugais, com três tipos de funcionamento, desde o menor nível de diferenciação entre os dois egos, como a fusão, até o maior nível, da autonomia, caracterizada pela capacidade de sintonia recíproca[19] (Spivacow, 2012). Os autores acreditam que a escolha do parceiro acontece em função do vínculo edípico da infância, sendo o outro visto como um prolongamento de si mesmo.

A primeira estrutura, denominada pelos autores de estrutura dual, tem predomínio do vínculo de tipo fusão, no qual há indiscriminação entre eu e outro, não existindo neste relacionamento dois egos inteiros. Tal estrutura implica na idealização mútua, existindo uma relação de simetria quanto à idealização, gemelaridade, ou de assimetria estável, complementariedade. Este vínculo dual evolui para a necessidade de um terceiro na relação, partindo-se para a estrutura da terceiridade limitada, onde a presença do terceiro é necessária para se evitar indiscriminação total, entretanto ele ocupa um lugar de excluído na relação, assim sendo, a autonomia do outro só é aceita em determinadas condições.

Na estrutura da terceiridade limitada os autores descrevem quatro tipos de funcionamento: pervertedor-pervertido, enciumante-ciumento, hiperdiscriminação e inibidor-inibido (Berenstein & Puget, 1994). O terceiro presente na estrutura da terceiridade limitada é mantido, até a etapa da terceiridade ampla, na qual o casal não mais necessita da fusão total para manutenção do vínculo, podendo assim, se perceber como indivíduos discriminados e então, o terceiro perde seu caráter de exclusão na relação. Na terceiridade ampla, última estrutura descrita pelos autores, o casal apresenta a capacidade de representação de si mesmo como um conjunto. Esta última estrutura seria o tipo mais maduro de vínculo conjugal, o que compreenderia a sintonia recíproca (Spivacow, 2012).

[19] "Sintonia recíproca é a captação sensível e receptiva do outro, possibilitada por uma articulação de posições subjetivas ativas em ambos". Spivacow, M. A. (2012). *Clínica psicoanalitica con parejas: entre la teoria y la intervencion.* Buenos Aires: Lugar Editorial, p. 115.

Em oposição à terceiridade ampla, há também uma estrutura que precede as três descritas e refere à sua quase ausência, é a chamada Estrutura zero, quando a estrutura de casal carece de sentido, se forma sob o mínimo de ligação (Puget & Berenstein, 1993) a qual se mantém prioritariamente pela existência de alianças inconscientes defensivas. A articulação de ligações e não ligações configura o vínculo de maneira que o não intercambiável, o não ser, têm efeitos fundamentais sobre o sujeito do vínculo. A hiperdiscriminação ou a Estrutura Zero, como é chamada por Puget e Berenstein (1993), compõe uma lógica particular na qual o vazio sustenta defensivamente conteúdos privados e não passíveis de simbolização, interpretação e, portanto, compartilhamento (Spivacow, 2012).

De acordo com essa tipologia do vínculo de casal pode-se descrever o tipo de vínculo estabelecido entre os casais e dimensionar o lugar ocupado pelo terceiro (filho, carreira, outro) nesta relação. O lugar do filho na economia libidinal dos pais pode ir de objeto messiânico a um objeto pouco investido pelo casal (Spivacow, 2012).

Na mesma linha da sintonia recíproca como característica de conjugalidade madura. Kernberg (1995) desenvolve o conceito de amor sexual maduro, como condição essencial a uma relação profunda e duradoura, sendo esta, uma disposição emocional complexa que integra: a excitação sexual transformada em desejo erótico para a outra pessoa; a ternura, com a integração das representações libidinais e agressivas em relação ao objeto de amor; uma identificação com o outro, tanto genital quanto de interesses e desejos; uma forma madura de idealização, acompanhada de comprometimento com o outro e com o relacionamento; e um caráter apaixonado da relação amorosa.

Puget (2015) aponta que o vínculo conjugal abarca a complexidade da bidirecionalidade característica dos vínculos significativos, de forma que se faz necessária à combinação de espaços individuais e vinculares, de lógicas de representação e efeitos de presente, composta por momentos ora de continuidade, ora de descontinuidade. Em resumo, a autora reforça a importância do espaço inviolável da alteridade para se pensar o vínculo conjugal de qualidade. Em suas palavras: “Devemos abandonar a ilusão de estabilidade e continuidade e a certeza que podemos alcançar uma compreensão total do outro.” (Puget, 2015, p. 42).

Cabe sinalizar que os autores aqui trazidos, para discutir o conceito de conjugalidade, abordaram a mesma sob o viés heterossexual, assim como a maioria dos estudos acerca do tema em psicanálise referem-se à heterossexualidade. Destacam-se os trabalhos de Esteca (2016), Féres-Carneiro e Ziviane (2009) e Féres-Carneiro (1997) que trataram da

conjugalidade homossexual. Essa escassez de pesquisas sobre a conjugalidade homossexual na psicanálise demonstra a necessidade de se ter cuidado ao analisar o material das entrevistas, considerando que a norma social não inclui a conjugalidade homossexual o que resulta em algumas especificidades nessa vivência, tais como: os abalos e/ou rompimentos com as famílias de origem e o preconceito e a violência simbólica com que esses sujeitos têm que lidar.

1.5 A PARENTALIDADE

"Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu."
Goethe

O termo parentalidade destina-se à nomeação de vínculos de parentesco e processos psicológicos que se desenvolvem a partir destes. Resultante da junção dos termos paternalidade e maternalidade, Solis-Ponton (2004) o distingue, por sua vez, dos termos paternidade e maternidade, pois busca romper com o modelo tradicional de família, retirando a ênfase do vínculo biológico pai/mãe e filho/s e priorizando o processo de construção psíquica desse vínculo.

O processo de parentalização envolve questões geracionais e reativas nos pais, processos complexos como o "contrato narcísico", um contrato implícito que indica a missão que pesa sobre cada filho na genealogia familiar, como um fantasma que encarna as expectativas conscientes e inconscientes das gerações anteriores sobre as subsequentes. O contrato narcísico desempenha a função de vincular cada geração à anterior garantindo ao sujeito da linhagem familiar os sentimentos de pertencimento e de continuidade (Aulagnier, 1977).

Freud, (1914/2006), por meio da expressão "sua majestade o bebê" desenvolveu a atribuição de lugares e os significantes do filho no processo de transmissão em que este é o herdeiro dos sonhos e desejos não realizados pelos pais, ponto chave a partir do qual o sujeito deve assumir seu lugar e se apropriar de sua herança genealógica ressignificando-a de acordo com seu próprio desejo (Correa, 2003). O trabalho psíquico realizado para se tornar pai/mãe

começa pela aceitação de que se herda algo dos próprios pais, o que só é possível quando os progenitores puderam enxergar-se no/s próprio/s filho/s via contrato narcísico (Solis-Ponton, 2004).

Esse contrato acontece com a identificação narcísica dos pais com o bebê, ou seja, o bebê existente no imaginário dos pais como o sujeito ideal seria o possibilitador do surgimento da subjetividade do bebê (Solis-Ponton, 2004). Por outro lado, a apreensão do modelo parental influencia a construção do vínculo dos pais com a criança e o exercício da parentalidade. A autora esclarece: "O ser humano, quando se torna pai, tem de agir tendo os próprios pais como modelo" (p. 27), pontuando que não são os pais reais que ocupam o lugar das representações parentais, mas o superego parental que se transmite de geração em geração, ou seja, as lembranças dos cuidados parentais, regras, obrigações e interditos. Além da identificação narcísica dos pais é preciso que ocorra a triangulação edipiana para que o bebê se subjetive, a fim de que este exista para além da relação dos pais.

A constituição da subjetividade depende do reconhecimento da alteridade, e para tal a formulação acerca do complexo de Édipo, é um dos postulados básicos quando se trata de desenvolvimento infantil. O complexo de Édipo, como definido por Freud (1923/1996), é o desejo inconsciente de manter uma relação sexual com o pai/mãe (do sexo oposto ao seu) e eliminar o genitor rival do mesmo sexo. A criança se depara com múltiplos obstáculos, o que a faz confrontar-se com o temor da castração. O complexo presume a relação triangular entre o pai, a mãe e a criança, que tem início com a entrada do pai na relação dual mãe-bebê. O corte imposto pela figura do pai representaria o limite, possibilitando a diferenciação e alteridade, o que permite que a criança se torne sujeito, um ser humano singular na sociedade em que vive (Freud, 1923/1996).

Ainda sobre o desenrolar do Complexo de Édipo, Freud teorizou também acerca das falhas nesse processo, concebendo que para as crianças "pré-homossexuais" (crianças que viriam a se tornar homossexuais) a resolução do complexo de Édipo teria se dado de forma equivocada, o que ele chamou de "complexo de Édipo invertido", acreditando ser essa uma falha no desenvolvimento do indivíduo (Freud, 1905/1996). Cabe esclarecer que apesar dessa primeira teorização, o autor tratou do assunto posteriormente de forma a considerar a homossexualidade como um dos possíveis destinos da pulsão sexual, abandonando a relação desta com a ideia de falha ou inversão. Ele chegou a lutar para que a sociedade de psicanálise

admitisse a participação de homossexuais como analistas e se posicionou em defesa dos mesmos de forma geral, condenando o preconceito e a homofobia[20] (Ayouch, 2015a).

De qualquer maneira, há que se considerar que os preceitos psicanalíticos acerca do complexo de Édipo foram criados diante de uma realidade histórica, do patriarcado como justificativa para o lugar de castrador do pai e da diferença sexual dos pais como suposta origem das subjetividades (Ceccarelli, 2007).

A revolução demográfica do século XIX, fruto do controle contraceptivo e da consequente baixa da natalidade, o novo olhar concedido às mulheres e às crianças promoveu um agenciamento inédito das relações de alianças, foi a partir do enfraquecimento do poder patriarcal que teve início o exercício de uma autoridade parental mais igualitária e o homem passou a ser visto como o "patriarca mutilado" (Roudinesco, 2003). Essas mutações fizeram com que os alicerces da família se deslocassem do pai em direção à criança, resultando em uma passagem do "filho-objeto" para o "filho-sujeito" (Roudinesco, 2003, p. 49). O resultante abalo da ordem simbólica serviu tanto para prolongar como para abalar velhos costumes. Com a ajuda da psicanálise, bem como da psiquiatria e da pedagogia, a família tornou-se objeto de uma política de controle e a noção de "carência paterna" popularizou-se nos diagnósticos moralistas acerca da família (Roudinesco, 2003).

Com isso, é necessário esclarecer que a teorização freudiana acerca do romance familiar e do complexo de Édipo não responde mais à realidade da família atual. Os modelos psicanalíticos, com suas noções de ordem simbólica e função paterna, adquirem um caráter normatizador quando utilizados para indicar os ideais de subjetivação (Perón, 2011). O questionamento acerca da resolução edipiana no contexto homoparental está diretamente ligado à tentativa da psicanálise em se transformar na guardiã de uma ordem simbólica e imutável, que considera a diferença sexual como a única forma de produção de subjetividades (Levy, 2011; Ceccarelli, 2008).

[20] A homofobia é um fenômeno complexo que circunscreve o mosaico de situações hostis contra homossexuais. A homofobia geral refere à hostilidade não apenas aos homossexuais, mas a todos aqueles que não se encaixam na norma heterossexual (Borillo, 2010). O termo homofobia tem gerado algumas controvérsias por sua utilização abarcar não apenas uma dimensão de passividade, com medo e retraimento, como uma atividade agressiva ou persecutória em direção aos homossexuais ou àquilo que é julgado pertencente ao universo homossexual. Quinet & Jorge (2013) cunhou o termo "homoterrorismo" para se referir às reações de violência e desprezo diante dos homossexuais, explicitando a necessidade de reformulação de tais conceitos. Homofobia implica o repúdio à própria homossexualidade, ou seja: seria o repúdio projetivo da homossexualidade do outro: repudia-se no outro aquilo que incomoda em si mesmo (Borillo, 2010; Quinet & Jorge, 2013). Nesta tese utiliza-se o termo homofobia, pois aparece como o mais utilizado nos estudos relacionados ao tema da pesquisa e atende à necessidade de referir ao repúdio contra a homossexualidade de maneira geral.

Diante da homoparentalidade, não sendo a heterossexualidade uma pressuposição do complexo de Édipo, é necessário recorrer a uma releitura desse complexo considerando os elementos invariáveis e fundamentais como a questão da alteridade dos pais e incluindo novos elementos que compreendam as transformações sociais, culturais e psíquicas daqueles que vivem fora do parentesco normativo. O debate sobre a homoparentalidade requer repensar o modelo de família tradicional e revisar conceitos básicos da psicanálise e referenciais simbólicos (Tort, 2001).

As motivações para a parentalidade vêm da esperança de realizar os ideais narcísicos, da possibilidade de continuidade geracional por meio dos filhos e da busca reparatória das próprias vivências familiares. Entretanto, nos dias de hoje, sabe-se que o número de casais que optam por não ter filhos têm crescido. Ao estudar esses casais que abriram mão de sua descendência, Rios (2007) percebeu que o desejo para ter filhos não garante a aceitação do diferente, permitindo o lugar de sujeito ao filho, bem como não é indicativo de uma conjugalidade de terceiridade ampla. A pesquisadora esclarece que a escolha pela parentalidade pode estar relacionada a uma autêntica disponibilidade psíquica para o exercício parental, e também pode evidenciar psicopatologias vinculares (Rios, 2007), o que comumente é denunciado pelos sintomas das crianças (Gomes, 2006).

Enfim, o desejo pela parentalidade em um casal não garante que o vínculo conjugal esteja bem estabelecido ou que o filho terá um lugar de sujeito nessa família, e tampouco há indícios de que o desejo de cuidar tenha qualquer relação com a sexualidade dos pais.

1.6 A ADOÇÃO

A adoção consiste no ato de assumir legalmente uma criança ou um adolescente nascido de outra pessoa como filho/a e se caracteriza pelo estabelecimento de relações parentais entre pessoas que não estão ligadas por vínculos biológicos diretos, o que possibilita a essas crianças fazerem parte de uma família, na qual as relações parentais são marcadas pelos laços afetivos (Levinzon, 2009). A adoção se fundamenta na premissa de que a

integração a uma nova família permite à criança a reconstrução de sua identidade a partir do estabelecimento de novas configurações parentais.

Com o Estatuto da adoção (1957) e o segundo Código de menores (1979) a adoção ganhou estatuto de legalidade no século XX, esclarecendo e facilitando os processos tanto para os pretendentes, bem como para as crianças. Com a adoção, o adotante passa a ser mãe ou pai do adotado com as mesmas responsabilidades e direitos garantidos à maternidade/paternidade biológica.

Além disso, com as concepções da psicologia acerca da adoção ressaltando a importância da infância na estruturação da personalidade, as restrições para compor o perfil dos adotantes diminuídas e com a flexibilização da lei, houve um aumento no número de adoções. Com as mudanças legislativas de 1988 (Constituição Federal) e 2009 (Nova Lei da adoção[21]), o panorama das práticas de adoção detém como prioridade o interesse da criança, ou seja: a adoção é uma medida tomada como forma de proteção à criança e apenas quando atestado vantagem para a mesma.

Segundo a psicanálise vincular, a adoção é uma forma de criação de um tipo de vínculo particular – o vínculo afiliativo –, e possui suas especificidades: envolve um trabalho psíquico de reconhecimento recíproco pai/s e filho/s, além de um processo psíquico de recusa de paternidade biológica necessário. Com a adoção de uma criança se dá um segundo nascimento desta, um nascimento psíquico que é construído na reciprocidade intersubjetiva, consequente do tornar-se pai/mãe e tornar-se filho/filha a partir do reconhecimento mútuo. A possibilidade da adoção propicia à família uma reestruturação dos vínculos movimentando as regras do grupo de pertencimento. Considerando-se a concepção corrente de que atualmente são as crianças que "fazem famílias", o projeto parental e familiar parece ganhar sentido com a presença destas. O eixo simbólico do projeto de "fazer família" é grupal e afiliativo, o que não difere nos casos de adoção por homossexuais (Benghozi, 2010, p. 231).

---

[21] Lei 12.010/09 permite que pessoas solteiras adotem, desde que tenham como diferença de idade mínima 16 anos entre adotado e pretendente. Com essa Lei foi criado um cadastro nacional que pretende impedir uma prática comum no país: a adoção direta, em que a pessoa já aparece com a criança pretendida. Pretende-se também um maior controle dos abrigos, chamados então de acolhimento institucional. O conselheiro tutelar fica proibido de levar a criança diretamente ao abrigo, é o juiz quem determina a medida. A Lei deixa claro que a permanência da criança no acolhimento deve ser algo excepcional e breve. Outro ponto importante na nova Lei é a prioridade dos parentes mais próximos em adotar e a não prioridade de adoção por estrangeiros. Lei n. 12.010, de 03 de agosto de 2009. (2009, 03 de agosto). Dispõe sobre adoção; altera as Leis n^{os} 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, n. 147, seção 1, p. 1-5.

> A adoção é um acontecimento genealógico. Ela tem a função de restauração dos continentes genealógicos da família de origem e da família adotiva. No nível psíquico, a adoção tem uma importância estruturante, do pacto de negação para um trabalho de "re-co-nhecimento" (nascimento) recíproco. (Benghozi, 2010, p. 179).

Com relação à motivação para adoção, a qual representa um aspecto essencial na evolução saudável deste tipo de afiliação, Levinzon (2014) observa que na maioria das vezes o motivo inicial do desejo pela adoção é algum tipo de esterilidade de um ou ambos os pais adotivos. A autora aponta que a possibilidade de elaborar a questão da infertilidade é fundamental para que os pais adotivos não sofram com sentimentos de inferioridade, vergonha, entre outros. Outros motivos podem aparecer também, como a tentativa de substituir um filho perdido, a fantasia de "fazer o bem", identificação com a criança abandonada e a necessidade de fazer reparações em relação à própria história familiar.

Nos casais homossexuais, essas motivações se diferenciam especialmente nos casais de homens, já que para eles a adoção seria a única forma de exercer a parentalidade, pois as leis brasileiras não permitem a "barriga de aluguel". A esterilidade, motivo corrente da adoção em muitos casais heterossexuais não entra em questão nesse tipo de decisão, por exemplo. As motivações que os casais homossexuais masculinos têm para adotar são o desejo de continuidade por meio de um filho – o que acontece via transmissão geracional, a possibilidade de dar netos para os seus pais e com isso resgatar o contato e proximidade com as famílias de origem e a maior aceitação e reconhecimento social.

Pesquisas mostram (Mota, 2011; Almeida, 2012; Goldberg, 2010) que os pretendentes homossexuais apresentam uma maior predisposição à adoção de crianças com perfis excludentes, como crianças com mais de dois anos de idade (adoção tardia), de raças diversas e até mesmo com algum tipo de deficiência ou doença. Essa predisposição parece estar relacionada à identificação dos pretendentes com a figura da criança rejeitada e estigmatizada que muitos carregam dentro de si. Os pretendentes homossexuais tendem a mostrar maior desejo de acolher essas crianças, pelo fato deles próprios se sentirem excluídos da sociedade e das famílias de origem, pela identificação projetiva com essas crianças e seus sofrimentos.

Os sentimentos e expectativas dos pais diante do filho têm uma influência direta e determinante na formação da personalidade da criança. Na situação da adoção a acomodação progressiva entre o filho sonhado e o filho real pode ter alguns entraves extras devido à descontinuidade biológica. A necessidade de lidar com muitas diferenças entre eles (pais) e o filho pode levar a associações muito correntes como "herança maldita", "sangue ruim", que

fazem parte das fantasias que os pais adotivos constroem acerca da origem biológica dos filhos adotivos.

O processo de adaptação dos pais com o/s filho/s adotivo/s parece demandar um esforço maior. Os pais iniciam um vínculo com um filho que tem uma história da qual eles não participaram e que em geral incluem situações de privação ambiental e de contenção psíquica. Os pais que adotam são informados que em um primeiro momento deverão desempenhar um papel de terapeutas de uma criança carente (Winnicott, 1953/1997), o que vai diminuindo com o passar do tempo (Levinzon, 2009).

Ainda em Levinzon (2014), dentre algumas fantasias inconscientes recorrentes atreladas à parentalidade adotiva encontra-se a fantasia de roubo. Essa fantasia está associada ao temor dos pais biológicos roubarem o filho de volta, bem como dos pais adotivos sentirem que roubaram o filho de outro, como se não lhes fosse de direito. Esse sentimento está relacionado com angústias edípicas mal elaboradas, da rivalidade com os próprios pais na infância. Como resultado pode ocorrer uma proteção excessiva e dificuldade de permitir a autonomia dos filhos. Outra angústia frequente é a da separação devido à ausência de laço genético entre pais e filhos. Com isso a solidez do vínculo estabelecido é questionada pelos pais e o temor de separação implica no medo da perda traumática do outro, o que por sua vez pode ser lido como a transmissão do próprio medo do filho adotivo ser abandonado e perder mais uma vez seus pais.

A transmissão psíquica na adoção implica alguns elementos de grande complexidade e influi no desenvolvimento psíquico da criança e na relação com os pais, já que a criança adotada deve gerenciar dois níveis genealógicos de pertencimento, sua inscrição afiliativa como filho na genealogia das duas famílias de origem de seus pais adotivos e sua inscrição filiativa como filho na genealogia das duas famílias de origem de seus pais biológicos (Benghozi, 2010). Ou seja, a aceitação da criança adotiva demanda que sua herança geracional anterior à da família adotiva seja aceita e integrada, para que assim ela possa ser inserida no legado dos pais adotivos. Esse processo demanda a elaboração de sentimentos, fantasias e angústias características do processo de adoção.

A descontinuidade biológica entre pai/s e filho/s adotivos, as motivações para adoção, somado à complexidade que há na conciliação dos legados geracionais são fatores fundamentais para se considerar a transmissão psíquica no vínculo da adoção.

Em um primeiro momento, o que é transmitido para a criança é um enigma acerca de sua identidade genética, como um buraco em sua história pessoal. As crianças podem ter sido entregues pelos próprios pais/mães para adoção, ou retirados pelo Estado, em diferentes idades, tendo convivido com essa família de origem por algum período de sua infância ou não.

Acerca das lembranças e seus efeitos na psique das crianças adotivas, Levinzon (2014) questiona como a vivência com a mãe biológica ainda dentro do ventre fica inscrita na memória da criança, além disso, a depender do tempo que esta passou com a família de origem as lembranças acerca dos cuidados ou da falta desses pode também deixar marcas, muitas vezes irrepresentáveis.

Após a entrega ou a retirada da criança do seio familiar de origem, ou mesmo da rua, o destino é a instituição para crianças e adolescentes até que o processo de adoção se efetue. A vida no abrigo garante os cuidados básicos (físico e material), mas não provê um cuidado exclusivo, um olhar para cada criança como sujeito singular, perdurando um predomínio do sentimento de anonimato (Levinzon, 2014). O rompimento psíquico que ocorre nas crianças quando separadas de suas famílias é apenas o primeiro momento de quebra na transmissão do legado geracional. A posterior vivência no abrigo como um lugar de passagem até que essa criança seja desejada por uma família adotiva tem uma série de impactos profundos na constituição subjetiva de cada uma. A possibilidade de adoção dessas crianças causa mais uma quebra em sua história, o que demanda a transformação e elaboração de conteúdos relacionados aos momentos traumáticos diversos que cada uma experimentou. Para que a adoção aconteça genuinamente e o vínculo afiliativo se estruture consistentemente, é preciso que a/s criança/s seja/m inserida/s e considerada/s nos processos de transmissão psíquica da nova família em sua integridade psíquica, compreendendo suas heranças filiativas.

CAPÍTULO II

A PARENTALIDADE EM CONTEXTO HOMOSSEXUAL MASCULINO

2.1 HOMOSSEXUALIDADE

Antes de tratar, propriamente, da parentalidade cabe apresentar uma breve contextualização histórica da homossexualidade.

2.1.1 Breve Contextualização Histórica da Homossexualidade

O movimento homossexual, como foi chamado dos anos 90 até início dos anos 2000, ou movimento LGBT[22] como é tratado na atualidade, refere-se à luta dos homossexuais pela igualdade de direitos, seja de forma institucionalizada ou não.

No Brasil, o registro das primeiras manifestações homossexuais e da população LGBT em geral data do final da década de 1970, com a criação do grupo *Somos*, um dos primeiros grupos organizados com fins políticos na defesa dos direitos LGBT. Esse movimento teve início em 1974, com a abolição do termo *homossexualismo* do Manual de doenças psiquiátricas (DSM-II) pela Associação Americana de Psiquiatria (Arán, 2011).

Com a epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) na década de 1980 o tema da união homossexual emergiu em esfera pública, levando a um movimento jurídico-institucional com a finalidade de proteger os indivíduos da discriminação e prover-lhes direitos. Com a epidemia, muitos companheiros se viram injustiçados e desamparados legalmente, o que deu início ao debate em torno do direito patrimonial desses casais e consequentemente das questões familiares (Uziel, 2009).

[22] Sigla oficial definida na Conferência Nacional de 2008 que significa: Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

Em 1985, no Brasil, o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade do rol de doença mental ou física. Em 1999, foi publicada uma resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP n. 001/99) que normatizou a conduta dos psicólogos frente à questão: "... os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades", entendendo a homossexualidade não mais como uma doença.

Apesar do aparente avanço com relação à maior aceitação e compreensão da homossexualidade na sociedade, o sexo monogâmico heterossexual persiste como centro da norma e da sustentação da estrutura social; do ponto de vista da medicina, da psicologia e psicanálise, as quais catalogam e classificam o comportamento humano, corroborando com um registro binário normal *versus* patológico (Martins, Leite, Porto & Netto, 2014).

Cabe apresentar aqui a posição de Freud, pai da psicanálise e principal referência da mesma, acerca da homossexualidade; apesar de algumas ambiguidades encontradas em diferentes textos (desde o "manuscrito H" escrito para Fliess, "Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade", "Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância", "O caso Schreber" e "Psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher"); afirma que se refere a uma posição libidinal, uma orientação sexual tão legítima quanto à heterossexualidade. O autor sustenta essa posição partindo de sua concepção de bissexualidade fundante como referência para o Complexo de Édipo, a partir do qual se constitui a "escolha de objeto" de cada sujeito (Ceccarelli, 2008).

Martins et al. (2014) em seu artigo *Psicanálise e homossexualidade – da apropriação à desapropriação médico-moral* denunciam a fobia por denegação que perdura tanto na instituição psicanalítica como no discurso médico moral acerca da homossexualidade. Os autores chamam atenção para as formações discursivas oriundas da psicanálise clássica, as quais funcionam como formas de poder por intermédio da nomeação, resultando no assujeitamento dos indivíduos. Bulamah (2014) segue na mesma linha, apontando que a vigilância da sexualidade dos psicanalistas é apenas mais uma medida normativa que configura a própria função das instituições normalizadoras, a que no caso visa à homogeneização do psiquismo.

Atualmente, alguns movimentos e lutas da comunidade homossexual, que denotam a tentativa de enquadramento nessas instituições, estão se tornando cada vez mais correntes,

como a luta pelo casamento homossexual[23] e a adoção por homossexuais (Vespucci, 2014; Maya, 2013; Mello 2005).

A luta pelo reconhecimento do casal homossexual no Brasil teve início com o Projeto de Lei nº 1151 em 1995, e só em 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união homossexual (equivalente à união estável heterossexual) como entidade familiar, garantindo pensões, aposentadorias e inclusão em planos de saúde. O casamento homossexual no Brasil está regulamentado desde 2013 e a adoção por homossexuais vem acontecendo há alguns anos no país, desde 2005, apesar de entraves jurídicos com os quais os pretendentes têm de lidar. O Censo de 2010 ofereceu, às famílias pesquisadas, a possibilidade de registro de casais de mesmo sexo, com o intuito de identificar e contabilizar as relações homossexuais. Apesar da dificuldade de obtenção deste dado por conta da homofobia, foram encontrados 60.000 casais coabitando no país. Esse dado aponta o reconhecimento de uma parte da população que, até então, permanecia invisível nas estatísticas populacionais oficiais (Toledo & Paiva, 2013).

Arán (2011) analisa o potencial subversivo e instituinte do debate sobre o reconhecimento jurídico e social do casal homossexual na cultura contemporânea e, percebe este encerrado no processo de normalização da sexualidade com a interdependência dos domínios do excluído (impensável) e da norma (inteligível). A autora pontua como as fronteiras estabelecidas pela biopolítica entre o impensável e o inteligível provocam uma "exclusão inclusiva" (p.74), constitutiva da norma. "O impensável está assim plenamente dentro da cultura, mas é plenamente excluído da cultura dominante." (Butler, 1990, p. 117).

Bourdieu (2005) em uma análise do movimento homossexual, presente no livro *A dominação masculina*, pontuou o movimento de revolta dos homossexuais contra uma forma de violência simbólica colocando em questão a ordem simbólica vigente e as condições de mobilização para subversão desta.

A violência simbólica de que os homossexuais são vítimas tem como principal efeito o estigma, que pode ser ocultado ou exibido, o qual permanece como marca em suas vivências. Essa violência ocorre por meio da dominação simbólica imposta pelos "atos coletivos de categorização que dão margem a diferenças significativas, negativamente marcadas, e com isso grupos ou categorias sociais estigmatizados" (Bourdieu, 2005, p. 166). A negação de sua

[23] Além do Brasil, atualmente são 23 países que permitem o casamento homossexual: Holanda (2001), Bélgica (2003), Canadá e Espanha (2005), África do Sul (2006), Noruega e Suécia (2009), Argentina, Islândia e Portugal (2010), Dinamarca (2012), França, Nova Gales (2014), Irlanda, Finlândia e Estados Unidos (2015) e Colômbia (2016). *Casamento entre pessoas do mesmo* sexo. (2016, 19 de outubro) Wikipedia: Recuperado em 23 de outubro de 2016, https://pt.wikipedia.org/wiki/Casamento_entre_pessoas_do_mesmo_sexo.

existência pública, ou seja, a invisibilidade à qual estão sujeitos os homossexuais é o resultado da opressão, da recusa à existência legítima - reconhecida pelo direito (Bourdieu, 2005).

Ao mesmo tempo em que se admite o papel fundamental do movimento homossexual em direção à legitimação e reconhecimento social, depara-se com o paradoxo do mesmo quando atende ao enquadramento dos sujeitos na norma social, a mesma que é questionada e se busca combater. O contrassenso apontado na luta dos homossexuais refere-se ao inconciliável objetivo de aceitação de sua alteridade ao mesmo tempo em que busca a assimilação aos padrões culturais, da heteronormatividade (Vespucci, 2014; Maya, 2013).

Eribon (2008, p. 148) explica o movimento:

> A história da homossexualidade, no século XX, situou-se entre dois polos, o da *assimilação* (ou integração da cultura/norma) versus o do *separatismo*. Em outras palavras: a vontade de serem considerados indivíduos como os outros, cuja sexualidade não seria elemento distintivo e no outro polo da constituição de um mundo "gay" e de uma minoria específica. É dessa interação, de aspirações opostas entre o "universalizante e o minorizante", que se constituiu o movimento gay.

O processo de assunção da homossexualidade diante da família, bem como da sociedade implica em rupturas. Pesquisas diversas (Rodriguez & Paiva, 2009; Nunan, 2007; Tarnovski, 2002; Uziel, 2002) têm mostrado que a assunção de homossexuais dentro de suas famílias frequentemente causa abalos, ou até mesmo *desmalhagens*, resultando na perda da função continente dirigida para o/s filho/s em questão (Benghozi, 2010).

A falta de um modelo identificatório alternativo com que se depara o homossexual dentro de sua própria família de origem somado à frustração por não se enquadrar na norma social (heterossexual) causa um sentimento de solidão e incompreensão. Dessa lacuna surgem as "famílias de substituição" (Eribon, 2008, p. 51) que seriam os laços de amizade íntimos e duráveis, devido também à disponibilidade e energia que eles têm para se dedicar a essas. O empreendimento de substituição dos laços familiares, quando há uma não aceitação da homossexualidade, em algum momento supõe um trabalho de luto longo e doloroso (Eribon, 2008). O surgimento do "gueto" (Mello, 2005, p. 199) homossexual aparece também como uma estratégia de fortalecimento do grupo, que por meio da identificação se transforma em uma "comunidade" explicitamente reconhecida como homossexual e simpatizante.

O convívio dos homossexuais no contexto familiar depende, por vezes, da manutenção do não dito sobre a homossexualidade como uma das concessões para a reaproximação, mesmo quando há a inserção do companheiro no convívio familiar sem a explicitação (nomeação) do seu lugar, como namorado ou marido (Rodriguez, 2012).

"Uma sociedade se define pelo que nela é dizível e pensável" (Butler, 1990, p. 42). Em suma, a possibilidade de existência real dos homossexuais na sociedade – heterocêntrica – implica na superação do estranhamento, do preconceito e da discriminação dirigidos a essa população. Essa existência depende do reconhecimento social, familiar e concomitantemente individual (interno - psíquico), âmbitos estreitamente relacionados.

2.1.2 Gênero e Norma Heterossexual

Considerando a influência dos mandatos sociais nos psiquismos tratar-se-á de explicitar a relação inextricável entre a norma heterossexual e a complexa dimensão de gênero, a qual depende do esclarecimento de conceitos como sexo e identidade. Para tanto será utilizado a *Teoria Queer*[24]*,* escolhida como respaldo para a reflexão, uma vez que se constrói em diálogo com os conhecimentos da psicanálise, além de responder a uma série de questionamentos acerca da expressão humana na contemporaneidade.

Butler (2003), filósofa e representante da *Teoria Queer,* considera gênero e sexo como categorias fundacionais da identidade, ambas concebidas como produções que visam o efeito natural, original e estável de um sexo. A premissa da qual Butler parte para buscar desconstruir esses conceitos é a da existência de uma identidade binária de sexo, de gênero e consequentemente de desejo. A autora considera a heterossexualidade compulsória como um regime de poder pautado na continuidade entre sexo, gênero e desejo e busca desconstruir a ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído, desmontando a noção de gênero como decorrente do sexo. Ambas as categorias sexo e gênero são fruto dos efeitos das instituições, das práticas e dos discursos que definem o que deveria ser uma identidade sexual genuína e autêntica, a partir da matriz heterossexual.

A construção fictícia de "sexo" liga-se à noção corrente de sexo como natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e levanta um conjunto de problemas quando pensamos na produção desse constructo em sua história. Quinze anos atrás uma bióloga

[24] A Teoria *Queer,* surgida nos anos 1990, representa uma nova norma que pretende abolir ou apagar a diferença, tendo como eixo: a resistência à normalização, argumentando a favor da democratização das identidades, questionando lugares discursivos acerca de sexo, gênero e identidade. *Queer* significa bizarro e antes de ser resgatado pelos pesquisadores da Teoria *Queer* foi utilizado como injúria contra os homossexuais.

especialista em gênero - Anne Fausto-Sterling - apontava a imposição de uma norma social sobre o gênero e sustentava sua discussão contra a referida formulação dicotômica dos sexos por intermédio de achados genéticos que comprovavam a existência cromossômica de mais de "cinco sexos". Ela entendia que os padrões possíveis: macho e fêmea estão diretamente relacionados ao poder da medicina em sustentar uma mitologia da normalidade, na medida em que altera os corpos intersexuais para ajustá-los ao máximo a um dos dois padrões (Fausto-Sterling, 2001).

A distinção entre natureza e cultura embasa a distinção sexo e gênero, baseando-se na suposição do sexo como matéria-prima da identidade (natural e biológico) e do gênero como cultural, fabricado. A produção discursiva do sexo como natural atua como estratégia de dominação de um modelo cultural, o modelo heterocêntrico. Já o gênero funciona como um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens, uma vez que caracteriza de maneira abstrata o que é ser homem e ser mulher, por meio de seus comportamentos e atitudes.

Butler (2003, p. 45) aponta que "A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual".

Sendo assim, tanto sexo quanto gênero são culturalmente construídos e a distinção entre os termos é contestável. O gênero pode ser lido como uma interpretação múltipla do sexo, como o significado cultural assumido pelo corpo sexuado e pelo psiquismo do indivíduo. Portanto, o gênero liga-se diretamente à identidade do indivíduo, já que só pode haver gênero por trás de suas expressões, ou seja, são seus efeitos que confirmam sua existência e caracterizam a identidade de um indivíduo.

A descontinuidade entre os corpos sexuados e gêneros construídos culturalmente supõe a radical distinção entre os termos sexo e gênero, pautado na ideia de estabilidade do sexo binário (feminino ou masculino justificado biologicamente). Se for considerado sexo e gênero como independentes, o próprio gênero se torna um artifício flutuante e resulta que homem e masculino podem significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino tanto um corpo masculino como feminino.

A autora formula, dentro dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam.

A autora acredita que a discussão sobre a identidade deva estar à frente da identidade de gênero, pois as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com os padrões reconhecidos socialmente. A identidade como ideal normativo está relacionada com as práticas reguladoras que governam o gênero, que estipulam a estabilidade e continuidade entre sexo, gênero e sexualidade.

A identidade assumiu um valor estratégico, especialmente nas lutas pelos direitos de grupos historicamente marginalizados (Cunha, 2009), propiciando um espaço de contestações e de conflitos políticos e culturais. Portanto, nesta tese, trata-se de identidade e não de identidade sexual ou identidade de gênero, como proposto por alguns autores (Corbett, 2009a; Patterson, 2006).

2.2 A HOMOPARENTALIDADE

O desejo de constituir família e ter filhos não é exclusivo dos casais heterossexuais, e, cada vez mais se observa casais homossexuais recorrendo à adoção ou à biotecnologia para sua concretização (Fiorini, 2010). Em decorrência à maior visibilidade do fenômeno da parentalidade exercida por homossexuais, surge o termo para nomeá-lo: Homoparentalidade, que é uma nomenclatura francesa. O termo foi criado em 1997, pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL) (Roudinesco, 2003), e pode ser resultado de família recomposta com filhos de relacionamento heterossexual anterior, adoção ou o uso de tecnologias reprodutivas. A família homoparental é aquela em que ao menos um indivíduo homossexual assume a responsabilidade por uma criança.

O termo tem sido alvo de questionamentos por colocar o foco na orientação sexual dos pais ao mesmo tempo em que se refere ao cuidado dos filhos, sendo que é exatamente essa associação que muitas pesquisas (Toledo, 2008; Uziel, 2007; Mello, 2005; Eugenio, 2003) e estudos buscam desfazer. Ducousso-Lacaze e Grihom (2012) apontam que nada autoriza, *a priori*, afirmar a existência de um laço evidente entre orientação sexual, ou escolha de objeto em termos psicanalíticos, e a experiência da parentalidade.

A polêmica discussão em torno da questão da nomeação das novas formas de família, como a homoparental, está relacionada com o estranhamento que causa (Berenstein, 2007). Estranhamento este que está associado com aquilo que não pode ser representado (Zambrano, 2008) e refere a um irrepresentável, com o qual encontra dificuldade de lidar, ou seja: não equivale ao diferente, pois este último pode sim ser representado e nomeado, compreendido como parte da realidade.

A escolha pela utilização da terminologia homoparentalidade nesta tese vai ao encontro ao aspecto estratégico mencionado por Uziel (2007) acerca da visibilidade social que tal nomeação produz, lembrando que o uso de um determinado discurso na luta pelos direitos não inviabiliza sua posterior revisão e questionamento.

A homoparentalidade tem sido descrita como uma nova composição familiar marcada pela ausência de papéis fixos entre os membros, pela inexistência de hierarquias e pela circulação das lideranças no grupo, pela presença de múltiplas formas de composição familiar e, consequentemente, de formação dos laços afetivos e sociais, o que possibilita distintas referências de autoridade, tanto dentro do grupo como no mundo externo (Passos, 2005).

Os avanços recentes nas tecnologias reprodutivas, bem como o progresso social e político criaram um clima no qual os homossexuais estão cada vez mais cientes das possibilidades de parentalidade, o que tem levado a um crescente número de famílias homoparentais planejadas. Segundo o Censo dos Estados Unidos, em 1990, um em cada vinte casais homossexuais de homens criavam filho/s, e um em cada cinco casais de mulheres; já em 2000 esses números aumentaram de um para cinco nos casais de homens e um para três nos casais de mulheres (Goldberg, 2010).

A família homoparental adquiriu maior visibilidade a partir de 1975 e desde então tem levantado questionamentos acerca da supressão da diferença sexual no casal parental (Roudinesco, 2003), o que afetaria de forma negativa a subjetividade das crianças.

Diversos autores do meio psicanalítico (Melman, 2003; Legendre, 2004; Schneider, 2006; Winter, 2010) têm se posicionado negativamente diante da homoparentalidade, discorrendo teoricamente acerca dos prejuízos e confusões que podem ser geradas em decorrência da mesma. A diferença sexual, suposta fundadora da cultura e subjetividade, é a reivindicação mais recorrente, bem como a preocupação em torno da identificação primária da criança, do complexo de Édipo, da cena primária (Smola, 2010), e quais as resoluções que os casais homossexuais oferecem aos infantes. O questionamento é se o casal homoparental

poderá oferecer à criança a imagem da alteridade necessária para o desenvolvimento do psiquismo infantil (Carrasco, 2010).

Os argumentos mais utilizados contra a homoparentalidade referem-se à necessidade de preservação da instituição família, em defesa da ordem familiar, contra o casamento e a filiação homossexual e à necessidade de resguardar o simbólico como condição da cultura e emergência da subjetividade (Arán, 2011). Observa-se no contexto particular a resistência ao reconhecimento de outras formas de família e parentesco e para sustentar tais argumentos utilizam referências psicanalíticas acerca do Complexo de Édipo e do processo de subjetivação.

Em resposta a tais argumentos questiona-se: Como se dá o processo de parentalização do casal homossexual de homens por meio da adoção? Como se desenrola o Édipo nesse contexto? Fala-se de qual Édipo para tratar dessa família não tradicional? Como o casal homossexual fornece a noção de alteridade para a criança, para além da suposta necessidade da diferença sexual para tal? Quais as saídas das famílias homoparentais diante das dificuldades encontradas no processo de parentalização?

Apesar de alguns psicanalistas manterem ressalvas com relação à falta da imagem de mãe/pai real na homoparentalidade, Perelson (2005) se utiliza dos termos “posição materna” e “posição paterna” (p. 715) para desvincular o sexo biológico dos pais de suas atuações no seio da família. Perelson contrapõe-se à visão determinista de alguns autores que afirmam ser a diferença sexual fundamental na triangulação da criança dentro de uma família, questionando a função paterna a partir da fragmentação e multiplicação de seus agentes.

Em uma pesquisa com casais heterossexuais e homossexuais, Martinez (2013) analisou as dificuldades no exercício parental envolvendo questões edipianas e encontrou em ambas as configurações familiares uma resolução edipiana incompleta dificultando a separação mãe-filho; defendendo com isso a desmistificação do cuidado homoparental como fonte de problemas.

Rodriguez e Paiva (2009), em pesquisa anterior, notaram o preconceito como um fator chave na dificuldade do exercício da parentalidade, apontando uma ruptura dos filhos com a própria história e suas famílias de origem. A falta de aceitação das famílias de origem e da sociedade corrobora na manutenção do conflito do par conjugal na conciliação da vivência da conjugalidade e da parentalidade. O preconceito e a discriminação dificultam a dinâmica da

conjugalidade dos casais homossexuais e consequentemente o exercício da parentalidade (Rodriguez & Gomes, 2012).

Homossexuais masculinos que se tornam pais se deparam inevitavelmente com os estereótipos de que homens são inaptos como cuidadores e educadores. A desconstrução e a redefinição da vida em família, nesse caso, ocorrem dentro de um contexto mais amplo, no qual as famílias homoparentais estão se tornando aos poucos socialmente inteligíveis. Particularmente, os pais homossexuais que adotaram e que não contam com o resguardo jurídico, seja de um casamento reconhecido ou da adoção conjunta, ocupam lugares pouco visíveis e incompreendidos. A falta de suporte legal e institucional, bem como de uma linguagem simbólica por meio da qual se define e descreve as relações para os filhos, faz com que esses pais tenham que articular e comunicar seus lugares e papéis, inclusive especificando como a definição de seus papéis e *status* coincidem ou não com noções de parentalidade já existentes na sociedade (Goldberg, 2010; Mallon, 2004).

O esforço dos homossexuais em construir família está associado ao desejo de pertencimento, de fazer parte de uma prática socialmente aceita e valorizada, cumprindo assim com os mandatos sociais. O anseio de constituir família encontra-se atrelado ao benefício que Bourdieu (1996) chamou de "lucro simbólico da normalidade", ou seja, a pressão social para se adequar a norma da família e da sociedade. Além do desejo de constituir família vincular-se com a possibilidade de uma maior aceitação social, há também o desejo de transmissão de um legado geracional, de um patrimônio cultural e psíquico.

Rodriguez e Gomes (2012) notaram que o processo de elaboração identitária dos homossexuais tem uma influência considerável na decisão pela parentalidade. A possibilidade de assumir o desejo de ser pai em sujeitos homossexuais está conectada à superação e elaboração de alguns conflitos tais como: o sofrimento causado pela vivência da homofobia e da discriminação prioritariamente oriundo das famílias de origem, mas também em âmbito mais amplo, o social.

2.3 ADOÇÃO EM CONTEXTO HOMOPARENTAL

A adoção homossexual é a adoção de um ou mais filhos realizada por um indivíduo homossexual ou por um dos parceiros. A adoção homossexual conjunta, por sua vez, implica na adoção realizada por um casal, devendo constar no registro da criança/adolescente adotado/a o nome dos dois pais ou das duas mães adotantes. Esta última possibilidade ainda é um tema que desperta muitas dúvidas, especialmente, no âmbito jurídico, o primeiro convocado a implicar-se diante do pedido dos casais homossexuais.

Frente à ausência de uma Legislação que garanta o direito à adoção por parte dos casais homossexuais, sabe-se que cada caso é conduzido de acordo com os profissionais dos Fóruns e Varas da Infância e Juventude de cada região.

De forma geral, eram encontrados núcleos de resistência, em especial por parte do Ministério Público, mas também no Judiciário, em relação à parentalidade exercida por casais homossexuais, com a alegação de que essa conjugalidade ou até mesmo essa formação familiar não tinha respaldo legal e seria portadora de risco às novas gerações (Uziel, 2005), o que vêm mudando a lentos passos em consonância com os conhecimentos que a psicologia tem provido (Gomes & Levy, 2016).

Atualmente, sabe-se que o sucesso de uma adoção depende também de uma preparação dos pretendentes, bem como das crianças que serão adotadas (Alvarenga & Bittencourt, 2013). As crianças que estão nos abrigos devem ser preparadas para os diferentes tipos de arranjos familiares aos quais podem ser inseridas, já que esse movimento é também uma resposta às mudanças na realidade da família brasileira. O que se tem buscado é a gradativa desidealização da i*mago* familiar por parte das crianças, a qual se constitui quase sempre com a presença de uma mãe como inexorável para a composição de uma família.

Na preparação dos pretendentes, mais conhecida e comum, também se trabalham questões como a desmistificação do processo de adoção. Aqui o Judiciário não garante um modelo de proposta a ser desenvolvida, assim sendo, este mesmo é variável em cada Estado do Brasil, que pode variar desde grupos informativos a grupos reflexivos com finalidade terapêutica (Gomes & Levy, 2016; Alvarenga & Bittencourt, 2013).

Butler (2003), em artigo que tem em seu título o provocativo questionamento: *O parentesco é sempre tido como heterossexual?*, pontua com clareza a crença na exigência

cultural da presença de um homem e uma mulher para gerar uma criança e de que a mesma tenha esse ponto de referência parental dual, a fim de garantir sua iniciação na ordem simbólica, ou seja, num conjunto de regras que ordenam e apoiam os sentidos de realidade e de inteligibilidade cultural.

Diversos psicanalistas (Ferrari & Andrade, 2011; Winter, 2010; Legendre, 2004; Laurent, 2000) ainda argumentam a favor dessa exigência apontando que o parentesco gay é não natural e um risco à cultura, considerando-se que a diferença sexual, restrita à sua dimensão biológica, ganha significação na esfera cultural como alicerce da vida na procriação. Para esses autores, o parentesco homossexual é uma prática que se afasta da natureza e da cultura, além de retratar um tipo de violência ao abolir a diferença sexual na origem de uma criança, encarada como o alicerce cultural e simbólico.

Laurent (2000) entende o movimento LGBT como uma tentativa de transformar a homossexualidade em uma norma, a qual inclui a definição de uma nova ficção paterna, exigindo assim o reconhecimento dos direitos dos casais homossexuais pela adoção ou fecundação *in vitro*. O autor justifica sua colocação afirmando que tanto diante de casais de mulheres, bem como de casais de homens é preciso inquietação quanto à forma como a posição paterna será representada a essas crianças. Por outro lado, psicanalistas esclarecem que o pai e a mãe não precisam existir realmente, mas podem ser posições ou figuras imaginárias - as figuras é que devem ocorrer estruturalmente de alguma maneira (Butler, 2003). Dessas possibilidades de vivenciar tais posições é que se irá tratar adiante.

Levy (2011) esclarece que não há, *a priori*, diferenças na parentalidade entre heterossexuais e homossexuais nos casos de adoção, e que das questões mais importantes que devem ser consideradas diante do desejo de ter um filho (biológico ou adotivo) estão as fantasias de parentalidade e de filho, a fim de verificar se este será colocado na posição de filho ou de objeto.

Como já mencionado anteriormente, pesquisas demonstram maior tolerância dos homossexuais no quesito do perfil do adotando, admitindo a opção de adoção tardia ou de crianças acolhidas em instituições em razão de graves maus tratos (Almeida, 2012), bem como a adoção de crianças com deficiência, porque eles se identificam com os sujeitos marginalizados, indesejados da sociedade (Goldberg, 2010). Mallon (2004) aponta que nos Estados Unidos, os casais de homens que buscavam a adoção nos anos 1980 e 1990 se utilizavam da estratégia de aceitar perfis excludentes (como, por exemplo, crianças com HIV

positivo) para aumentar suas chances de êxito, uma vez que a adoção por homossexuais era ainda muito mal vista.

Casais homossexuais com filhos adotivos declaram grande preocupação com suas atuações como pais, realizando a comparação recorrente com casais parentais heterossexuais. Diante da falta de modelos de família homossexual, os casais remetem aos referenciais disponíveis na sociedade sobre o que é a parentalidade: os pais que tiveram, os casais heterossexuais que conhecem, e até mesmo o modelo tradicional de pai (Manzi-Oliveira, 2009). Esses achados mostram como a família homossexual, na tentativa de legitimar-se diante da sociedade, está ancorada ao modelo heteronormativo por ter este como único referencial até então. Eles mostram preocupações realistas com relação ao estigma que o filho/a de um casal homossexual pode se deparar.

Homens homossexuais em particular têm que lidar também com o forte preconceito social contra homens em geral, e homossexuais mais especificamente, como cuidadores de crianças (Mallon, 2004). Os pais estão cientes da necessidade de preparar seus filhos para o heterocentrismo e a possível homofobia que os poderá acometer, mesmo quando seus filhos são pequenos. As estratégias de preparação incluem discussão acerca de diferentes tipos de família, enfatizando a importância da apreciação da diversidade e como defender-se de comentários homofóbicos (Goldberg, 2010).

Em estudo de caso com família composta por casal homossexual masculino e dois filhos adotivos, Almeida (2012) encontrou convergência entre os conteúdos fantasmáticos ligados ao desejo de ter filho e de família e o exercício da parentalidade. O autor pontua que o exercício da homoparentalidade tem suas particularidades, relacionadas à falta de redes de apoio e à supervigilância em relação a suas atuações como pais, o que confirma achados de outras pesquisas (Goldberg, 2010; Mallon, 2004) sobre a preocupação desses pais com suas atuações e com seus filhos associadas aos mesmos fatores citados acima.

Passos (2005) esclarece a necessidade de considerar, no caso da adoção homossexual, a negociação em torno da funcionalidade do grupo familiar, de suas posições internas e da importância do fantasma do outro (seja uma mãe no caso de dois pais adotivos, seja um pai no caso de duas mães adotivas); em uma rede fantasmática onde o outro passa a ter uma função simbólica fundamental no processo de subjetivação da criança. Nessa linha, a questão da revelação das origens da criança tem sua importância reforçada (Almeida, 2012), mais uma vez a fim de propiciar um terceiro elemento simbólico na história de vida da criança,

favorecendo assim a alteridade e a reconstituição da malhagem que sustentará os processos vinculares parentais e familiares (Benghozi, 2010).

A metapsicologia psicanalítica presume a necessidade de aceitação das diferenças entre os sexos e as gerações para a formação de um sujeito e seu psiquismo, o que permitiria então uma identidade e a integração do tabu do incesto. Nas famílias homoparentais recorre-se à possibilidade de compreender o Édipo deslocado do nome do pai como castrador e da consequente reformulação dos lugares e papéis vivenciados no seio familiar.

Em uma revisão de mais de 300 artigos sobre a parentalidade homossexual, os autores Heenen-Wolff e Moget (2012) apontaram que as crianças se portam de maneira similar às crianças de famílias tradicionais e sinalizam as questões chave para se pensar na homoparentalidade, como o enigma das origens e a construção do romance familiar, pois os consideram fundamentos para a subjetivação e pertencimento da criança. Os autores pontuam a importância de se agregar a figura de um terceiro (de sexo biológico oposto ao dos pais) no romance familiar para a concepção subjetiva destas, mesmo que não identificado ou nomeado.

Ainda sobre a dimensão constitutiva da alteridade nas subjetividades, Duchenne (2012) em sua pesquisa com casais homossexuais de mulheres investigou a dimensão da alteridade no seio conjugal e, se haveria a função paterna à disposição da criança. Interessada em entender como cada um dos pais – seja um casal heterossexual ou homossexual – lida com a questão fálica e como a transmite à criança, ela enfatiza a importância de se oferecer à criança a ideia ou o discurso referente à sua origem a fim de esclarecer a diferença dos sexos como condição *sine qua non* para a vida humana. Ela se questiona como isso deveria ser transmitido à criança, e não tem dúvidas que esse assunto é da ordem do que deve ser transmitido. A pesquisadora percebeu que não há um perfil típico de configuração familiar nas famílias homossexuais e que a noção de alteridade está presente na maior parte desses casais, por exemplo, por meio da posição subjetiva que cada um ocupa na vida dos filhos, ou seja, função castradora e função materna. Ela esclarece que a criança não se encontra diante de dois pais/mães iguais, mas diante de duas pessoas que podem exercitar o jogo de lugares, o que permite que a criança venha a se tornar sujeito. Sua maior preocupação está na preservação da diferença de função, em como não fazer dos pais e das mães peça intermutáveis.

O convite a uma releitura do Complexo de Édipo efetuado por alguns psicanalistas (Ayouch, 2015a; Corbett, 2009b; Tort, 2001) com vistas à compreensão das novas formas de vinculação não tradicionais é fundamental para expandir a reflexão sobre a ordem simbólica

que tem regido as transformações sociais, cujo desafio é questionar algumas proposições tidas como certezas.

Nesse sentido, no próximo capítulo dispõe-se o método aplicado, na presente investigação, para contemplar os objetivos – geral e específicos – apresentados no início da exposição.

CAPÍTULO III

MÉTODO

3.1 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Essa pesquisa teve como base teórica o referencial psicanalítico clássico e psicanalítico vincular e o método utilizado foi o clínico-qualitativo, proposto por Turato (2003). A pesquisa com método clínico-qualitativo utiliza como principal instrumento de coleta e registro dos dados em campo o próprio pesquisador, suas percepções e sua consciência diante dos fenômenos (Turato, 2003).

3.2 METODOLOGIA

A estratégia de pesquisa foi o *Estudo de caso,* utilizada quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em contexto de vida real. O estudo de caso visa compreender fenômenos sociais complexos, preservando as características holísticas e significativas dos eventos. A presente investigação alcançou ser um estudo de casos múltiplos (Yin, 2010), especificamente cinco casos.

A postura do pesquisador pretendeu compreender as vivências dos colaboradores, suas representações das experiências de vida, e com isso criar um modelo de entendimento profundo de ligações entre elementos, isto é, de falar de uma ordem que é invisível ao olhar comum (Turato, 2003).

3.3 INSTRUMENTOS

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foram utilizados na coleta de dados os instrumentos: *Entrevista semidirigida* (Anexo A) e o *Genograma*, que é a representação da árvore genealógica familiar (Benghozi, 2010).

A entrevista semidirigida é um tipo de entrevista na qual o pesquisador se utiliza de um roteiro para o estudo e permite momentos de flexibilidade de temas e da ordem dos mesmos. Esse tipo de entrevista é usado quando o pesquisador busca informações específicas, e, portanto, introduz o tópico e guia a discussão para questões concernentes ao tema pesquisado (Turato, 2003), permitindo que a direção da entrevista seja dada alternadamente e que elementos relevantes possam ser explorados no decorrer da mesma.

Para um enquadramento claro da entrevista, foram utilizados alguns preceitos psicanalíticos básicos, como: estabelecimento do *setting*, a valorização da transferência e da contratransferência, além da livre-associação de ideias (Turato, 2003). A entrevista caracteriza-se como um encontro interpessoal preestabelecido, com hora e local marcado, que leva em conta o pesquisador e considera o entrevistado como um participante em estudo (integrante técnico) e o pesquisador com uma função bem definida, que dirige a entrevista (Turato, 2003).

O genograma é a representação gráfica do desenho, também chamado de mapa da família. Pautado na figurabilidade da vida psíquica familiar, ele pode servir de suporte às associações verbais e enriquecer a construção de um narrativo familiar. Por meio da produção do genograma de forma livre pelos membros da família, obtêm-se a imagem do corpo grupal e genealógica, permitindo um aprofundamento acerca da representação do corpo psíquico grupal e assim captar a história das dinâmicas relacionais da família (Benghozi, 2010). Esse instrumento tem sido utilizado na clínica psicanalítica como estratégia de avaliação e intervenção, proporcionando uma aproximação com o "tecido de transmissão familiar" (Vitale, 2004), ou seja, com as heranças simbólicas recebidas e transformadas pelas famílias. As histórias contadas, o mito familiar compartilhado via genograma, integram o patrimônio relacional das famílias. Com a aplicação do referido instrumento pretendeu-se aprofundar a compreensão acerca do funcionamento familiar e suas transmissões psíquicas.

A escolha desses dois instrumentos (Entrevista semidirigida e Genograma) teve como finalidade obter informações que fosse além do verbal e manifesto. Por meio do discurso resultante da entrevista e da produção do genograma, aproximou-se do objeto deste estudo (construção da parentalidade), e também se obteve acesso aos aspectos mais inconscientes dos participantes. A realização do genograma foi conjunta, e logo em seguida foi realizado o inquérito sobre o mesmo. O inquérito visou esclarecer quem são as figuras que apareceram no genograma, o tipo de vínculo (filiativa, afiliativa ou amistosa) e sua qualidade, e as motivações para a forma do desenho, distância entre figuras, ausência de outras, etc.

3.4 PARTICIPANTES

A pesquisa foi realizada com a colaboração de cinco casais homossexuais masculinos vivendo em união estável por no mínimo três anos, com filhos adotados conjuntamente. Não havendo restrição de idade para os cônjuges ou para os filhos.

Especificou-se a adoção conjunta porque dessa maneira é possível considerar que ambos os cônjuges estão legalmente sob os mesmos direitos, evitando que um dos pais tivesse laço biológico com a criança (fruto de relacionamento heterossexual anterior), o que garantiria o mesmo início da parentalidade para ambos. No caso de desigualdades legais, em casais, nos quais apenas um dos parceiros é pai segundo a lei, pode-se criar um sentimento de invisibilidade, ansiedade, ciúme no pai não legal, ou sentimentos de culpa e responsabilidade excessiva no pai-legal (Goldberg, 2010).

Os casais foram contatados por intermédio de redes sociais da própria pesquisadora, que alcançou número suficiente de famílias colaboradores por meio da técnica de amostragem chamada bola de neve, na qual os sujeitos seguintes da amostra são recrutados a partir da rede de conhecidos dos já presentes na amostra, formando assim cadeias de referência.

A amostragem proposital (Turato, 2003), ou seja, a escolha deliberada de respondentes, e a não necessidade de fechar o número de participantes visa permitir a análise aprofundada de cada caso particular a fim de obter uma visão do fenômeno o mais completa possível, reconhecendo assim o geral no individual.

Com relação à ida do psicólogo/pesquisador até a casa da família, Simon (1983) aponta que essa visita possibilita uma percepção direta do ambiente natural e das relações dos integrantes da família de forma mais espontânea. Por meio dessa visita, o psicólogo como observador pode colher, significativas, informações, tanto materiais (a ordem da casa pode evidenciar a organização familiar e psíquica de seus integrantes) quanto transferenciais, como entre os integrantes da casa e entre cada integrante e o psicólogo (Simon, 1983).

3.5 PROCEDIMENTOS

As entrevistas foram realizadas com os casais, conjuntamente, e os filhos podiam estar presentes, com a finalidade de se observar as dinâmicas relacionais. A efetuação da entrevista em conjunto deve-se à intenção de acessar conteúdos associados à conjugalidade, parentalidade e família. Nesse sentido, a ênfase encontra-se nos referenciais de um inconsciente grupal/familiar e não na dimensão intrapsíquica.

Concernente à entrevista em conjunto vale ressaltar que esta poderia gerar conflitos entre o casal, mas pode também ser um espaço de diálogo, sendo este último o objetivo da proposta. Na área da pesquisa clínica, em especial de casal e família, é comum o uso de entrevistas em conjunto, sendo estas justificadas não apenas por seu alcance informativo, mas também por sua função terapêutica, com a possibilidade de reflexão acerca do fenômeno pesquisado.

Após o término da entrevista foi requerida a produção do genograma, para a qual se ofereceu uma folha de papel sulfite (A4) e dois lápis pretos (B2) e a instrução verbal (“Façam o genograma como melhor puderem”, e quando necessário foi explicado que o genograma é: “um desenho que representa a sua família, como, por exemplo, a árvore genealógica”). Durante e após a produção do genograma a pesquisadora fez perguntas no intuito de aprofundar as informações fornecidas e entender seu significado.

3.5.1 Forma de Análise dos Resultados

A análise dos dados foi feita com base no referencial psicanalítico clássico e psicanalítico vincular, associando os resultados obtidos aos objetivos propostos, por meio de categorias. As categorias de análise foram definidas após o levantamento do material completo das entrevistas e análise do material – entrevistas semidirigidas e genogramas. A escolha das categorias (três) foi realizada a partir dos objetivos da pesquisa (três) em confluência com o material coletado nas entrevistas. A análise do material foi feita com base nas repetições/ausências de temas e elementos que apareceram/faltaram no discurso – conteúdo em maior parte consciente – e no material projetivo – com presença mais significativa de conteúdo inconsciente, orientado pelos objetivos da pesquisa e fundamentado pelo referencial teórico proposto.

O material coletado nas entrevistas é apresentado da seguinte maneira: primeiramente em formato de quadro descritivo (Quadro 1) das famílias entrevistadas, em seguida em forma de Relatos – resumo das entrevistas transcritas na íntegra – organizados na seguinte ordem: relato biográfico de cada participante (com dados como idade, profissão, descrição da família de origem e recordações dos cuidados parentais, e assunção/não dito da homossexualidade), o encontro do casal (história do encontro do casal e motivação para a parentalidade), a adoção e a experiência da parentalidade.

Logo após os relatos encontram-se as análises subsequentes, realizadas em consonância com as três categorias propostas, as quais respondem em número e ordem aos três objetivos específicos da pesquisa. Por fim, são apresentadas as impressões interferenciais das cinco entrevistas. As análises dos genogramas aparecem conjugadas às análises na categoria três, uma vez que esta trata do vínculo da família e seus legados geracionais.

3.5.2 Categorias de Análise do Material

Em consonância com os objetivos específicos da pesquisa foram estabelecidas três categorias de análise[25].

3.5.2.1 O vínculo conjugal e a escolha pela parentalidade

Nesta primeira categoria foi realizada uma análise do vínculo conjugal, buscando as motivações conscientes e inconscientes para a escolha de parceiro, bem como, as especificidades e vicissitudes do vínculo conjugal. Pretendeu-se investigar a influência do vínculo conjugal na decisão pela parentalidade e os aspectos que precederam tal decisão, incluindo a assunção homossexual.

3.5.2.2 O vínculo parental

Na segunda categoria foi feita uma análise do vínculo pai/s-filho/s, buscando compreender a construção do vínculo filiativo.

[25] As categorias de análise, aqui indicadas como: o vínculo conjugal e a escolha da parentalidade; o vínculo parental e o vínculo familiar, o legado geracional e a família atual, são apresentadas no Capítulo IV, no subitem "Análise da entrevista do Casal" identificadas pelas: a, b e c, respectivamente.

3.5.2.3 O vínculo familiar, o legado geracional e a família atual

Na última categoria o foco foi a análise do vínculo familiar, o qual engloba os vínculos conjugais e parentais, e sua relação com os legados geracionais de ambos os pais. Também se buscou investigar a escolha pela parentalidade adotiva, visando compreender seus efeitos na conjugalidade e na relação com as famílias extensas e sociedade.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS

O estudo foi conduzido de acordo com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa: o CONEP, o qual aprovou o projeto (Anexo C). Foi elaborado e encaminhado ao Comitê do Instituto de Psicologia da USP o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B) antes do início da realização da pesquisa. Tal documento assegura que os nomes dos participantes sejam resguardados, assim como o direito de não participar ou mesmo retirar-se da pesquisa se necessário. Os participantes assinaram a carta de consentimento, autorizando a efetivação da entrevista e produção do genograma, e a divulgação dos dados em meios acadêmicos. Os participantes receberam uma via do Termo de Consentimento esclarecendo como ocorreria a pesquisa.

Ao final do encontro, caso fosse percebida a necessidade de algum tipo de acompanhamento psicológico, seria feita a indicação para psicoterapia individual ou de casal na Clínica Psicológica “Durval Marcondes” do IPUSP e/ou para profissionais cadastrados na mesma.

CAPÍTULO IV

PARENTALIDADE E ADOÇÃO EM CASAIS DE HOMENS

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A primeira parte dos resultados apresenta um Quadro descritivo com informações básicas sobre as famílias entrevistadas com o intuito de facilitar a localização e compreensão dos dados. O Quadro 1, abaixo, apresenta nomes fictícios, idades, estado onde habitam os participantes, nível de escolaridade, estado civil dos sujeitos, tempo de relacionamento, tempo até a coabitação, tempo de adoção dos filhos e o tipo de adoção, se em guarda provisória ou adoção efetiva.

Em seguida é apresentado o material das entrevistas com os participantes em forma de relatos – caso a caso. Após os relatos encontram-se as análises realizadas em consonância com as categorias escolhidas. A análise dos genogramas encontra-se integrada às três categorias apresentadas. Os genogramas encontram-se nos anexos (ANEXO E – Genograma do Casal 1; ANEXO F – Genograma do Casal 2; ANEXO G – Genograma do Casal 3; ANEXO H – Genograma do casal 4 e; ANEXO I – Genograma do Casal 5), com os nomes cobertos com tarjas pretas para garantir o sigilo dos participantes e suas famílias.

Por último, são apresentadas as *Impressões interferenciais* da pesquisadora diante dos encontros com os participantes da pesquisa, fruto da integração das impressões das cinco entrevistas realizadas. Nas impressões interferenciais apresentam-se as percepções da pesquisadora quanto aos efeitos dos encontros com as famílias entrevistadas, com reflexões acerca das motivações destas para a participação na pesquisa, das posições de poder de cada integrante durante o encontro, dentre outras.

Quadro 1 – Dados dos participantes da pesquisa

Casal	Nomes[26], idades	Estado	Nível de escolaridade	Estado civil – Tempo de relacionamento/ Tempo até a coabitação	Adoção ou guarda provisória	Tempo de adoção
1	Augusto (40) Nei (38)	São Paulo	Superior completo (ambos)	União estável 10 anos/ 3 meses	2 irmãos (5 e 2 anos) – adoção	1 ano e 11 meses
2	Tadeu (55) Daniel (49)	Paraná	Superior completo (ambos)	Casados 23 anos/ menos de 1 ano	1 menino (11 anos) – adoção	1 ano
3	Rômulo (55) Diogo (43)	São Paulo	Superior completo (ambos)	União estável 18 anos/ 4 meses	2 meninos (9 e 14 anos) – adoção	1 ano e 6 meses/ 10 meses
4	Guilherme (50) Rafael (33)	Rio de Janeiro	Superior completo Superior incompleto	União estável 12 anos/ 6 meses	1 menino (5 anos) – adoção	6 meses
5	Sérgio (38) Umberto (55)	Rio de Janeiro	Fundamental I Superior completo	Solteiros 12 anos / 3 meses	1 menino (9 anos) – guarda provisória	5 meses

[26] Foram utilizados nomes fictícios com propósito de preservar à identidade dos participantes, de modo a respeitar os aspectos éticos da pesquisa.

4.1.1 Relato da entrevista do casal um: Augusto e Nei

Na ocasião da entrevista, o casal Augusto e Nei residia no estado de São Paulo.

4.1.1.1 Relato Biográfico de Augusto

Augusto (40 anos) é agente de modelos, trabalha em período integral em uma agência de moda. Oriundo de um modelo tradicional de família, com núcleo familiar composto por mãe bancária, pai engenheiro e quatro filhos; sendo ele o primogênito, dentre três homens e uma mulher. Atualmente seus irmãos são casados e têm filhos. Seu pai faleceu quando tinha 19 anos de idade em decorrência de problemas de saúde relacionados ao consumo de álcool. Augusto começou contando de sua família apontando a falta (sentida) do pai: *"A minha família, é... eu não tenho meu pai"*. Em seguida, prossegue dizendo que a família é muito unida, que tem um relacionamento próximo e relata com orgulho que a história do casamento de seus pais se assemelha a um conto de fadas: "*a aluna se apaixonou pelo professor nove anos mais velho e eles se casaram*". Refere-se ao pai de maneira superficial, resumindo a relação entre eles como *"normal"*, passando a impressão de que para ele não havia um pai mesmo antes do falecimento deste.

Em seu relato afirma ter tido uma infância feliz, com muita liberdade para brincar na rua e se expressar. Ao falar de sua mãe relatou um forte apego e conta diversas histórias em que rememora o cuidado e a participação desta. Relata ainda lembranças de ter tido uma infância muito "*solta*", sempre com muito divertimento.

Conta que aos sete anos já se interessava por meninas e meninos, relatando que desde então não sofrera preconceito homofóbico familiar nem social:

> *Eu nunca tive grandes problemas, aliás, nunca tive nenhum problema, eu nunca falei sobre isso, ... nunca ninguém chega pra contar que é hetero, então porque eu tenho que contar que sou gay? A sexualidade é minha, não é da minha família e não vou dar satisfação.*

Em seguida comentou que não houve um momento específico de "*sair do armário*" para o mundo, mas que quando questionado pelos amigos ele respondia de forma incisiva acerca de sua homossexualidade. Contou que por um longo tempo sua sexualidade era assunto não conversado com a sua família, tanto que quando saiu de casa para morar com o seu

primeiro namorado disse que se tratava de um amigo. O participante explica que os irmãos notaram um "*movimento natural*" seu de interesse por homens, sem que necessariamente falassem sobre o assunto específico, concluindo assim não haver sentido preconceito ou discriminação por parte de seus pais e irmãos. Enfatizou que a única vez que falou sobre isso com alguém da família foi recentemente quando pediu para a sua mãe dar uma entrevista para um site que entrevistaria mães de homossexuais e ela aceitou. Por fim, esclarece que evitava falar sobre a homossexualidade na tentativa de afastar de si o rótulo de "gay", termo esse que lhe soava preconceituoso.

4.1.1.2 Relato Biográfico de Nei

Nei (37 anos) é produtor de vídeos e trabalha como *freelancer* em casa. Ele relata que vem de uma família reconstituída, viveu com os pais e o irmão até os dois anos de idade, quando seu pai saiu de casa para viver com outra mulher. Com isso, a mãe foi viver na casa de sua avó paterna levando consigo os dois filhos. Prossegue dizendo que quando estava com oito anos de idade a mãe partiu para a casa de sua própria mãe deixando os dois filhos com os avós paternos e afirma ter sentido a partida de sua mãe como um "*abandono*". O participante conta que foi criado pela avó e pelo tio. Seu pai foi assassinado quando ele tinha 11 anos de idade, por conta de um desentendimento profissional. Explica que sua avó foi uma mãe para ele e que o mimou muito, e associa isto ao fato dele ser o primeiro neto, além de muito parecido com o seu pai (primogênito da avó).

Nei refere-se à sua infância como "*diferente da do Augusto*" (movimento comparativo que se repete algumas vezes em seu relato), pois gostava mais de atividades intelectuais e ficava muito em casa. Contou com ênfase sobre sua coleção de revistas de quadrinhos, a qual começou com a "*herança*" que seu pai lhe deixou, um número considerável de revistas e o gosto pela leitura e pelo universo infantil. Explica que começou a trabalhar aos 12 anos de idade na empresa do tio, que era muito rígido e não entendia seu gosto pelos estudos, dificultando sua dedicação à faculdade, pois tinha pouco tempo livre para estudar por conta do trabalho.

Em relação ao pai, esclarece que se lembra de pouca coisa, pois depois que este saiu de casa vinha visitá-lo com pouca frequência e, menciona como recordação, o pai cantando a

música “Coisinha do pai” enquanto levava ele e o irmão ao parque para passear. Ainda, declara que seu pai sempre foi visto como sendo um *“verdadeiro rabo de saia”*, pelo envolvimento com muitas mulheres fora do casamento.

A respeito da mãe, também diz ter poucas lembranças, e conta que ela o buscava no aniversário, no dia das crianças e no Natal, o levava passear e o presenteava. Em seu discurso, assinala o abandono da mãe como um “*acovardamento*” e esclarece que jamais faria isso com os seus próprios filhos. A mãe recasou e teve outros filhos e explica que sentiu muita inveja desses, pois eles foram cuidados e criados pela mãe, enquanto ele fora deixado na casa dos avós. Menciona que o relacionamento atual deles é “*fantástico*” e que convivem com frequência, inclusive porque sua mãe demonstra forte apego pelas crianças (seus netos), conforme seu relato: “*as ama num tanto que é absurdo*”. No que se refere aos irmãos afirma que atualmente tem uma relação muito boa também, o que segundo ele se deve ao fato dele ter esclarecido bem os seus motivos de ressentimentos para a mãe e irmãos (sentimento de abandono e ciúme dos irmãos por parte de mãe).

De acordo com Nei, o relacionamento com a família hoje é “*100%*” e considera isso uma consequência de seu amadurecimento e explica:

> *Eu saí da casa da minha avó, eu não dependia mais dela,... eu fui morar com o Augusto, a gente construiu uma família e a gente comprou casa... Eles deixaram de me ver como o menininho assustado, rebeldinho da família e passaram a me ver como um ser humano, como um homem*.

Nei contou que, assim como o Augusto, ele nunca sentiu preconceito seja familiar ou social: *“Com relação a me compreender como gay eu nunca tive problema... na verdade eu nem achava que devia contar, como o Augusto fala...”,* entretanto, relata resistências por parte de várias pessoas. Explica que a avó o insultava referindo-se à sua sexualidade quando discutiam; seu tio usava palavras preconceituosas para se referir a ele e; sua mãe, por um período, o tratou como doente, chegando a levá-lo a um psicólogo em busca de cura para sua homossexualidade:

> *... minha mãe achou que ela ia conseguir me curar me levando num psicólogo, ela achou que eu devia tá [sic] com alguma coisa na cabeça, com algum efeito retardado pela morte do meu pai, reflexo de alguma coisa lá atrás ... eu me lembro da resposta do cara pra minha mãe: Olha, eu acho que quem tem que se tratar é você, porque o menino é normal, não tem nada de errado com ele, não sei o que vocês acham que há de errado com ele... Ele é um menino saudável, tem consciência de quem ele é, de quem é a família, do que ele pode e do que ele não pode. Eu lembro da cara da minha mãe até hoje, tipo: Peraí! [sic] Era pra você me ajudar, não ajudar ele...*

4.1.1.3 O encontro do casal

O casal se conheceu há 10 anos em uma *"balada"*, na época, Nei estava com 26 anos e Augusto com 29, e três meses depois estavam morando juntos. Semanas depois de se conhecerem, Nei fez uma viagem para outro país na qual pretendia passar uma temporada fora. Entretanto, ele voltou dias depois para ficar com Augusto, pois *"não aguentou de saudade"*. Nei explica que não contou para sua família que havia voltado; levou quatro meses para avisar que estava de volta e que não voltaria para a casa da avó, já que era a primeira vez que estava saindo de casa para viver com outra pessoa. Desde então o casal vive junto em um formato de relacionamento conjugal monogâmico.

Relatam que ambos tiveram relacionamentos heterossexuais e homossexuais anteriores, sendo alguns de longo prazo e mantêm contato com os últimos parceiros. Afirmam que isso chama a atenção de amigos e parentes que não entendem a possibilidade dessa convivência como saudável e sem envolvimento sexual.

Augusto diz ter se apaixonado muito rápido e que em alguns meses já sabia que queria se casar com Nei. Conta ainda que quando o recepcionou de volta no aeroporto, levou um bicho de pelúcia de presente (elemento infantil, simbolizando o interesse que tinha no potencial de Nei para lidar com esse universo). Afirma também que, quando estava com 27 anos teve o desejo de ser pai e recebeu a proposta de uma adoção ilegal, mas seu parceiro (que na época trabalhava como coordenador pedagógico) não queria filhos. Explica que com uma ex-namorada também se *"animou"* com a possibilidade de ser pai quando ela engravidou, mas esta sofreu um aborto espontâneo. Augusto esclarece que depois dessa perda decidiu adiar e se *"conformar"* com a ideia de que *"talvez filhos ficassem para a próxima vida"*. Entretanto, no relacionamento com Nei o tema ressurgiu, uma vez que desde o primeiro encontro se *"encantou"* pela proximidade que ele tinha com o mundo infantil.

4.1..1.4 A adoção

Nei salienta que sempre quis ter filhos e quando propôs a adoção para Augusto, esse disse que se sentia muito velho para ser pai. Augusto relata que percebia em Nei o desejo de

ser pai pela forma como ele se relacionava com os sobrinhos. Quatro anos depois de se conhecerem, Nei sugeriu para Augusto que seria o momento de adotar, antes que ambos estivessem muito velhos para a experiência, o que foi acordado. Neste período, organizaram os documentos e foram até o Fórum para dar entrada no pedido de adoção, dando início às entrevistas e visitas das assistentes sociais. Nei, ao falar sobre o processo de preparo até a formalização do pedido de adoção, afirma que:

> *Foi um processo que durou uns três anos, pra vender o apartamento foi um ano, aí depois mais um ano e um meio pra chegar nesta casa, aí mais seis meses reformando, depois trocamos de carro, ... eu parei de fumar...*

Augusto contou do processo como "*tranquilo e sem preconceito*" pelo fato de serem dois homens adotando:

> *A gente foi se preparando e chegou o momento: nós dois fomos lá, demos entrada no[sic] processo e começamos a passar com a psicóloga, assistente social e entrevista e não sentimos e não passamos por nenhum tipo de preconceito no fórum, a justiça foi incrível com a gente.*

Nei, por sua vez, sente que houve maior dificuldade por conta de serem dois homens adotando, mas não relatou nenhuma situação em que foram de fato discriminados. Inicialmente Augusto queria uma criança do sexo feminino e negra, e explica:

> *O negro tem menos espaço, menos possibilidade, muito mais gente vai querer adotar uma menina branca recém-nascida do que uma menina negra, então pessoa por pessoa quem tem menos oportunidade é uma criança negra, vamos atrás? Nei concordou, apesar de acreditar que deveriam deixar em aberto essa questão do perfil por sentir que "filho não se escolhe, ele vem".*

O casal conta que começaram a visitar um abrigo em Diadema, sugerido por uma assistente social e lá encontraram, os irmãos, João (um ano e onze meses) e Vivian (um ano). Augusto relata o primeiro encontro com o filho (João):

> *Nossa! não pode ser, é uma viagem da minha cabeça, é meu filho!... eu acho que ele é meu filho ... meu coração com o coração dele. E eu falei: eu vou levar ele pro [sic] Nei; eu falei vai com o tio, ele pulou no colo do Nei e o abraçou e dormiu no colo dele. A gente ficou se olhando, ele disse: acho que é nosso filho. Eu também acho! Eu não sabia se era uma coisa meio ilusão nossa, que a gente estava inventando ..., a coordenadora do abrigo falou que ele tinha uma irmã, na UTI, que estava se recuperando de problemas respiratórios por ser prematura.*

Na primeira visita a João, foram informados pela coordenadora do abrigo que João tinha uma irmã (Vivian, um ano e dez meses) que estava internada na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) devido a problemas respiratórios por ter nascido prematura. Quando Vivian saiu da UTI, levaram as crianças ao hospital para fazer alguns exames e decidiram fazer o pedido de adoção na comarca de Diadema, já que o processo deles estava em andamento em São Paulo. Afirmam que sabiam que as crianças ainda não tinham o poder destituído dos pais e que teriam que entrar na fila de adotantes de Diadema, para tal decidiram contratar um advogado para ajudá-los no processo, pois como não eram de Diadema a prioridade da adoção

dos irmãos seria para alguém da região. Contam que foram impedidos de ver as crianças por um período de nove meses, tempo que levou para ser concluída a destituição do pátrio poder das crianças. No município foi verificado que não havia interessados em adotar grupo de irmãos e, então o casal foi chamado.

Durante o processo de adoção foi liberada a união estável para casais homossexuais, sendo assim foram até o cartório para legalizar a união e depois disso decidiram incluir o nome do Nei no processo de adoção, que até então estava apenas no nome de Augusto. O motivo para o processo de adoção ter sido feito primeiramente apenas no nome de Augusto não foi explicado na entrevista, supõe-se que a situação profissional do mesmo, com carteira assinada e benefícios estendidos a membros da família tenham sido considerados nessa decisão. Eles contam que a sugestão foi da juíza que conduziu o processo e assim, Nei teve seu nome incluído na petição e precisou então passar novamente por todo o processo de avaliação. Ainda, o casal relata que no dia 19 de outubro de 2011, o advogado que os acompanhavam ligou questionando se eles queriam mesmo adotar a menina, pois esta tinha um diagnóstico de "problemas neurológicos". Nei disse que só adotaria se fossem os dois juntos e então o advogado disse que eles poderiam ir buscar as crianças, pois "*estavam prontos*".

4.1.1.5 A experiência da parentalidade

No dia 21 de outubro de 2011 foram buscar as crianças, contam que se depararam com muitas dúvidas acerca de como cuidar das mesmas:

> *Foi assim: Parabéns! Vocês são pais de gêmeos, to [sic], leva pra casa! Então foi, e aí a gente chegou em casa... e como faz dormir? O que eles comem?... vamos fazer o que a gente acha que é o certo...*

Relatam que toda a família e amigos queriam visitá-los e que optaram por não ter visitas nesse primeiro momento para que pudessem se conhecer e se aproximar das crianças. Entretanto eles contam que as visitas vieram mesmo assim e que "*no final das contas foi bom*".

Após a adoção, Nei decidiu trabalhar em casa por um período para poder ficar mais perto das crianças e Augusto tirou licença paternidade, tendo direito a três meses em casa nesse primeiro momento com os filhos. O casal relatou que fez algumas economias para o

caso de Nei não conseguir muitos trabalhos nesse período, já que estavam decididos a priorizar a convivência com os filhos nesse período.

Com relação à nomeação dos pais, Augusto contou que logo que as crianças chegaram a casa, Nei orientou que queria ser chamado de "pai" e corrigia sempre que era chamado de tio, enquanto Augusto não se sentia confortável para pedir isso, pois não lhe parecia "*natural*". Com o passar dos dias Nei ensinou que os filhos deveriam chamar os pais de Papai Augusto e Papai Nei, o que durou pouco, pois João resolveu mudar as nomeações:

> *Um dia ele falou assim, Papaaaai, aí eu e o Nei: Oi! E ele falou assim: você (olhando para Augusto) é Papai pra mim, você (olhando para Nei) é o Papia. Ele resolveu isso que a gente não conseguiu resolver. E ficou, ela também vai na dele, chama o Nei de Papia, então ficou papai e papia e ficou bem resolvido e a gente começou a viver dia a dia, minuto a minuto e tentar fazer as coisas...*

O casal conta das diversas mudanças na rotina da família, relatam que nos primeiros meses sentiram o impacto da necessidade de terem regras e horários para tudo e perceberam que já não poderiam mais decidir as coisas em cima da hora e viver sem planejamento. Contam que mesmo com todo o planejamento que fazem sempre surgem situações novas que precisam ser resolvidas e que estão aprendendo a cada dia, por fim resumem a tarefa da parentalidade e seus desafios: "*O como vai ser é sendo...*".

Além disso, explicam que, com a chegada dos filhos pequenos, onde sentiram maiores mudanças foi no vínculo conjugal, pois passaram a ter um olhar de cuidado ampliado, não só se preocupando com o bem-estar dos filhos, mas com o do *marido*, a fim de garantir a organização de uma dinâmica familiar. Nei conclui: *"Ficou uma coisa mais dinâmica e comunitária assim, virou uma coisa mais, sabe em conjunto, a gente anda mais em conjunto"*. E Augusto concorda dizendo: *"Eu senti uma mudança de comportamento na gente no que diz respeito a, essa coisa da comunhão, do todo, da preocupação com o bem estar de um com o outro"*.

Nei diz que percebe que com a chegada das crianças o que considerava ser uma família foi modificado, explica que acreditava que o casal já constituía uma família, mas mudou de ideia quando percebeu o quanto o cuidado com o grupo familiar se tornou mais intenso com a presença dos filhos. O casal relata algumas mudanças na rotina, como o hábito que tinham de improvisar as refeições e realizar programas de lazer sem programação prévia. Ainda, Augusto remete à dificuldade em exercer os cuidados que, de acordo com o participante, são atribuídos a figura materna e o quanto estão tendo que aprender a fazer esse papel:

> *A gente aprendeu a fazer isso, que é muito feminino, eu acho que mulher tem essa coisa de... (planejamento) eu fui numa reunião de escola e a diretora falou assim: "vocês tem que mandar roupinha de frio também", esse instinto feminino, a blusinha ... é muito feminino, é muito de mãe! a gente teve que aprender, tem que pensar em certas coisas que acho que para mulher é mais natural do que pro [sic] homem... E aí faz a gente pensar com uma mente mais feminina de cuidado, o cuidado com os detalhes.*

Em seguida, o casal explica que contam com a ajuda de uma empregada que fica o dia todo na casa, cuidando da casa no período da tarde e ajudando com as crianças no período da manhã e afirmam que os filhos gostam muito dela. No que diz respeito à questão da adoção, relatam que as crianças ainda não fizeram perguntas a respeito do assunto e que irão esperar o surgimento desses questionamentos para falar sobre o tema. Por enquanto tentam apresentar, por meio de brincadeiras e conversas, a diversidade de modelos familiares que existe, usando como exemplos, situações próximas como as de familiares ou amigos.

O casal menciona que antes mesmo de buscarem as crianças no abrigo já se sentiam pais e relatam que o período de nove meses nos quais não puderam ver os filhos foi complicado. Durante este tempo, acompanharam a busca feita por parentes das crianças para certificarem-se de que a destituição do pátrio poder poderia ser realizada; o que aconteceu após contato com um tio e um avô, os quais recusaram ficar com as crianças por falta de recursos. Augusto fala desse período como *"uma gestação de risco!"*, enquanto Nei; conforme suas palavras; mostrou-se *"menos dramático"* que Augusto, e explica que nesse período teve que se manter mais equilibrado a fim de acalmar a ansiedade do parceiro, mas que também sofreu muito com esse período de espera.

A respeito do período de concessão da guarda provisória, o casal comenta que permaneceram alerta e angustiados, em função da incerteza da situação e, esclarecem que mesmo com a guarda provisória, a qual durou seis meses, tinham medo de que algum parente surgisse querendo reaver as crianças. Ambos relatam que quando a adoção foi consumada e não havia mais o caráter provisório foi um grande alívio para a família, e concluem dizendo que a melhor forma de adotar é sem conhecer previamente a/s criança/s, pois isso causa muita angústia e sofrimento.

Segundo os participantes, ambas as famílias de origem apoiaram a adoção e têm casos de adoção na família, Nei tem uma prima adotiva e Augusto uma irmã. Ambos falam sobre a adoção como algo natural e se mostram inconformados com a ênfase dada em muitas situações marcando a questão da adoção. Além disso, contam que ambas as famílias são muito apegadas aos seus filhos (João e Vivian) e querem participar muito mais do que o fazem. O casal diz primar por alguns momentos íntimos em família e que, como tem mais tempo livre no fim de semana, acabam recusando muitos convites. Augusto conta que sente

que fica pouco tempo com os filhos durante a semana, pois os vê brevemente de manhã e quando retorna do trabalho e, comenta que Nei, por trabalhar mais tempo em casa, tem vantagens por passar mais tempo com as crianças.

A respeito da rotina, o casal relata que durante a semana a família toma café da manhã junto, Augusto leva os filhos para a escola (período integral, das 10hs às 18hs) e vai trabalhar na agência, de onde retorna por volta das 20hs. Nei fica em casa trabalhando e recebe as crianças (que voltam de perua), brinca um pouco com eles, dá banho e jantar e, quando Augusto chega os coloca para dormir. Aos finais de semana costumam fazer programas caseiros, na própria casa ou na de familiares ou amigos, e explicam que o centro das atenções costuma ser as crianças.

O casal conta que os filhos gostam muito da escola e tem se desenvolvido significativamente desde que ingressaram, esclarecem que esperaram alguns meses até os matricularem na escola (os filhos chegaram em outubro e foram para a escola em julho do ano seguinte), pois queriam que se adaptassem à casa e à família e acreditam que isso funcionou bem. Também, contam que levou um tempo até os dois se apropriarem da casa e entenderem que esta era a nova casa deles: *"Eu falo pra ele: vamos pra casa? E ele diz: a casa é minha? Eu falo: é! a casa é sua!".* Nei fala que teve que estar atento aos detalhes, o que foi desafiador, especialmente por conta da Vivian que, quando chegou a casa deles estava com um ano, mas tinha o desenvolvimento de uma criança de aproximadamente cinco meses, pois ainda não sentava e não comia sólidos. Com João, lembram que muito do que ele falava era incompreensível, e ainda o é para a maior parte das pessoas, mas dizem que eles se entendem e percebem que cada vez mais sua dicção está melhorando. Contam que a diretora da escola deu algumas *"dicas"* relacionadas à parentalidade e os ajuda com estratégias educativas, o que apreciam.

Sobre o período de adaptação, o casal conclui que levaram por volta de seis meses até se sentirem confortáveis com o exercício da parentalidade: *"Entre a chegada deles e a gente já estar descoladão [sic] mesmo, uns seis, sete meses..."* e complementam dizendo que foi pouco tempo. Ainda, Augusto relata que foi difícil voltar ao trabalho depois de terminada sua licença, pois tinha o desejo de estar com os filhos e cuidar deles pessoalmente.

Augusto aponta que espera que seus filhos sejam felizes, que eles possam estudar e estar preparados para a vida, se tornarem independentes. Ele diz:

> *A minha expectativa pra eles é que eles se tornem pessoas de bem, capazes, independentes, autossuficientes para lidar com as situações, desde ter dois pais, de poder entender, acolher a situação deles*

e expressar de uma forma tranquila pros [sic] outros, até uma situação financeira e qualquer coisa que venha a aparecer na vida deles...

Nei concordou e destacou a preocupação com os estudos dos filhos. Eles enfatizaram a importância que dão à cumplicidade entre os irmãos e que buscam sempre incentivar o relacionamento dos dois. Além disso, Augusto diz que sonha entrar na igreja com Nei levando Vivian de noiva, e ver os filhos *"crescidos e gratos pela oportunidade de terem tido essa família"*, e o casal compartilha o receio de que os filhos se envolvam com drogas, como uma possível herança geracional, uma vez que os pais biológicos eram usuários de crack.

4.1.1.6 Análise da entrevista do casal

a) O vínculo conjugal e a escolha pela parentalidade

Sobre a constituição do casal conjugal, os participantes se conheceram em uma festa informal e em curto espaço de tempo (alguns meses) decidiram compartilhar a casa e logo se comprometeram em um relacionamento monogâmico e romântico. Rodriguez, Merli e Gomes (2015) e Toledo (2008) apontam a rapidez e intensidade do envolvimento conjugal como aspecto recorrente nos relacionamentos homossexuais, associada com a falta de pertencimento sentida em suas famílias de origem; o que remete ao segredo da volta de Nei ao Brasil. O participante não trata do assunto diretamente com sua família, o que permite pensar que houve a necessidade de um período de preparação, de fortalecimento para poder assumir um relacionamento homossexual frente sua família.

O vínculo conjugal mostra-se estruturado, percebe-se o compartilhamento de histórias, compromisso com a família atual, em que há uma realidade comum com desejos e projetos do casal e família (Giddens, 1993; Féres-Carneiro e Magalhães, 2005). Além disso, observou-se a presença de alianças inconscientes e identificação narcísica por parte de ambos os parceiros, que relatam por diversas vezes como são semelhantes e se sentem compreendidos um pelo outro; bem como, uma dependência vincular de ambas as partes, mais especificamente por parte de Nei que afirma sentir muita falta de Augusto quando, por exemplo, precisam se

separar por algum período de tempo. Ainda, fica claro durante a entrevista que o casal compartilha ideias, em alguns momentos chegam a utilizar o discurso um do outro para explicar como se sentem e vivem, o que evidencia aspectos de uma complementaridade da relação conjugal.

Durante a entrevista, Augusto e Nei apresentaram uma postura bastante flexível e de discurso dialogado, alternando momentos em que um deles tomou a frente para falar do âmbito parental e familiar e, quando questionados sobre histórias individuais (anteriores ao encontro conjugal) os espaços de individualidade eram respeitados e ouvidos com atenção por ambos. Em alguns momentos um deles comentava que não sabia de tal detalhe da história contada ali, em outros complementavam o discurso um do outro, mesmo em situações referidas quando eles não eram ainda um casal. Notou-se a capacidade de vincular-se do casal ali no momento da entrevista, o que pode ser remetido ao que Puget (2015) nomeou de efeito do presente – e ficou claro o funcionamento do casal dentro da "lógica do Dois", na qual os sujeitos passam a se fazer e ser com os outros, criando formas de ser e estar junto conforme surgem as novas situações no vínculo.

Considera-se que a constituição do casal encontra-se pautada em um modelo relacional tradicional, incluindo logo de início (encontro do casal) o desejo de constituir uma família nos moldes normativos - família monogâmica com filhos. Cabe apontar também que a recusa inicial de Augusto em ter filhos, justificada manifestamente porque ele se sentia velho, possivelmente associa-se à perda que sofreu em relacionamento anterior – com uma namorada que sofrera um aborto – e denota mais uma vez a tentativa de evitar entrar em contato com o sofrimento. Movimento este, que também se faz presente nas situações em que Augusto relata a respeito das possíveis situações de discriminação, mesmo se tratando da "violência simbólica" (Bourdieu, 2005).

b) O vínculo parental

O que uniu o casal foi o desejo de constituir família e de ter filhos, bem como a segurança que esse modelo relacional familiar propiciaria. A adoção já estava presente em ambas famílias de origem e, portanto, não foi tema de grande polêmica para o casal.

Entretanto, a questão da homoparentalidade trouxe alguns impasses em um primeiro momento para as suas famílias que chegaram a questioná-los como dois homens cuidariam de seus filhos sem a presença de uma mãe.

O casal relatou que tinha contato e interesse pelo mundo infantil anterior ao início do relacionamento, entretanto por questões nomeadas por eles de racionais trataram a decisão pela adoção como possibilidade remota. Considera-se que estas questões tidas como racionais, talvez encobrissem fantasias e medos inconscientes a possíveis perdas e sofrimentos, e que o adiamento do tema se deu no psiquismo de ambos a fim de propiciar uma maior organização e segurança para sentirem-se aptos a exercerem a tarefa de serem pais. A sensação de serem filhos diante de seus pais, marcada pelo sentimento de ausência da figura paterna, corroborava a ideia de que ser pai não era uma tarefa simples e que, portanto, poderiam falhar assim como acreditam que os pais fizeram. Desta forma, supõe-se que a possibilidade de que ocorresse a repetição das atuações parentais passadas, somado ao medo de assumir a responsabilidade por filhos sem contar com a presença de uma mãe – figura esta que sempre tiveram como garantia de boa criação e segurança – levou o casal postergar a reflexão sobre o assunto pelo tempo que lhes foi necessário. Contudo, o desejo de ser pai apareceu no discurso dos dois e influenciou a escolha conjugal de maneira significativa.

Conforme relatam, ambos diziam-se cientes do "*trabalho e abdicação*" necessários para cuidar de crianças, e que para realização desse projeto seria preciso a elaboração de um luto intenso – luto pelo estilo de vida descompromissado que levavam. Decidem pela adoção em um momento significativo, que julgaram ser a hora certa e não mais passível de adiamento, pois eles já se sentiam "velhos", o que carrega a ideia de maturidade e proximidade da morte, daí também o desejo pela parentalidade como uma das formas de dar continuidade a um legado geracional (Correa, 2003). Após a decisão de adoção o casal se impôs um período de preparo para se tornarem "*pais em potencial*", o que incluiu a mudança de casa e posterior reforma, a troca do carro, o planejamento financeiro e a mudança de hábitos, como parar de fumar.

Sobre o processo da adoção notou-se mais uma vez o mecanismo de negação no discurso de ambos, com mais força em Augusto, já que contaram que foi tranquilo e isento de preconceito, buscando atentarem-se aos aspectos positivos como a sorte que tiveram por encontrar alguns profissionais que ajudaram a facilitar a adoção.

Em um momento da entrevista, Nei afirma que considera que existe mais dificuldade para dois homens adotarem, entretanto não consegue se lembrar de nenhum fato ou conversa

que deixasse claro o preconceito, apontando um movimento de negação (Freud, 1898/2006). Em seguida, contam muito rapidamente que uma das assistentes sociais que conheceram no começo do processo lhes sugeriu um fórum específico no qual a adoção homossexual era mais provável.

A respeito das preferências envolvidas no processo de adoção, Augusto afirmou que tinha preferência por uma criança do sexo feminino negra, enfatizando o desejo de acolher uma criança com menor chance de ser adotada, isso é, em um movimento de identificação projetiva com o futuro filho/a adotivo/a, pois Augusto coloca o seu desejo de adotar e cuidar de aspectos excluídos e indesejados dele próprio. Nota-se em seu discurso uma maior tolerância no perfil do adotando, não apenas aceitando, mas requerendo uma criança em "*situação de desvantagem*". Nei não se opôs ao pedido de Augusto, porém o questiona justificando que os filhos não são escolhidos, entretanto, como em outras situações, acaba cedendo ao desejo do *marido*, denotando uma posição mais passiva na relação; mostra-se cuidadoso e atento às necessidades e desejos de seu *marido* buscando atendê-lo e agradá-lo. Estes dados confirmam os achados de outras pesquisas (Goldberg, 2010) que apontam que os homossexuais têm maior abertura para adotar perfis excludentes.

Considera-se que para Augusto e Nei a escolha pela parentalidade é um meio de constituir uma família o mais próxima possível à tradicional, permitindo-lhes afastar-se do estereótipo de homossexuais promíscuos e receber um novo olhar por parte da sociedade, um olhar de respeito por estarem assumindo papéis responsáveis na sociedade – o de pais – regozijando-se do lucro simbólico de fazer parte da normalidade (Bourdieu, 1996).

Em relação ao exercício parental, observou-se que a possibilidade de exercer a parentalidade para esse casal tem permitido reparar a falta que experimentaram dos próprios pais em suas histórias, levando-os a buscar atender os próprios filhos de um jeito diferente dos pais (pai e mãe) que tiveram (Rodriguez & Paiva, 2012). Nei, por exemplo, relata que não quer ser como sua mãe, nem como seu pai, e explica que sua referência de maior cuidado é a figura materna de sua avó, que cuidou dele a vida toda. Já Augusto diz que sua mãe é um *"bom modelo de mãe"* e aprendeu muito com ela acerca do que é cuidar, enquanto seu pai não é visto como *"modelo de pai"*. Durante toda a entrevista, os participantes foram construindo seus discursos apontando aspectos de suas histórias com seus pais que desejam transmitir e outros que buscam diferenciar-se.

A respeito dos papéis parentais, constatou-se que Nei ocupa na família uma posição de cuidador, que culturalmente seria nomeada de uma "atuação materna", por ser a figura mais

cotidiana no cuidado dos filhos, amorosa e acolhedora; ficando em casa a maior parte do tempo e cuidando do preparo da comida e outras atividades domésticas. Augusto por sua vez, trabalha o dia todo fora e participa menos (do que o *marido*) das atividades com os filhos; entretanto, sua participação é de grande importância, garantindo aos filhos uma figura de alteridade, um sujeito diferente daquele que está em tempo integral. Sendo assim, considera-se que o casal estabelece com os filhos uma relação que marca a diferença de papéis[27] - justificada por questões psíquicas de cada um – já que Nei apresenta maior disponibilidade vincular (Lógica do Dois) e, portanto, de cuidar do outro, enquanto Augusto permanece em uma posição mais narcisista (Lógica do Um) menos atento às necessidades do outro – do *marido* e dos filhos (Puget, 2015).

Apesar de a disposição de papéis e lugares dos cônjuges manterem a estrutura tradicional familiar, percebe-se que em alguns momentos – como com a viagem de Nei – há a possibilidade de flexibilização desses lugares e funções. Flexibilização esta, que remete aos apontamentos de Passos (2005) sobre a possibilidade de circulação de liderança como uma das marcas da homoparentalidade, apontando para uma maior flexibilidade na assunção de papéis e funções ligada à família moderna – ou não tão tradicional.

Sobre o relato do primeiro momento em que viram o filho, está envolto em uma atmosfera de idealização, em que o casal conta ter partilhado de uma sensação intuitiva intensa e que, dessa forma, confirmaria a ordem das coisas, de como deveria ser o futuro, como se o destino com esse filho adotado já estivesse traçado. Chamar-se-á esse fenômeno de: *mito do encontro mágico com os filhos;* representando a crença em algo de outra dimensão que os une, aproxima e fortalece essa relação; é a partir daí que, no convívio com as crianças, começam a enxergar a si mesmos nos filhos, inclusive em características físicas, estabelecendo assim o princípio da construção do que Benghozi (2010) nomeia de vínculo afiliativo.

Além disso, notou-se no casal a presença da vivência de angústias comuns aos pais adotivos (Levinzon, 2014), como por exemplo, o medo de perder a chance de adotá-los. Durante o processo de adoção foi proibido, ao casal, a visitação por um período de nove meses, descrito pelos participantes como um momento de fragilidade e confirmação do desejo

[27] Conforme apresentado no capítulo "Família, a distinção entre os papéis e funções materna e paterna", Berenstein (2007) aponta que os termos função materna e paterna são utilizados para diferenciar as atuações de mãe e pai dentro da concepção heteronormativa. Nesta tese, a terminologia será, ao mesmo tempo, incorporada a fim de esclarecer as dinâmicas atuantes nas famílias em questão e, também, utilizada para posterior questionamento quanto ao congelamento desses lugares familiares, ainda vigentes na contemporaneidade.

de adotar, além de fortalecimento do vínculo conjugal, que mantinha como projeto comum a conquista da adoção desses dois irmãos já sentidos como filhos por eles. A chegada das crianças a casa conferiu o estatuto de *família* ao casal, trazendo mudanças significativas no vínculo conjugal, como uma maior noção de permanência e estabilidade, além de um *status* de maior seriedade para a relação conjugal e familiar. Em decorrência do sentimento de responsabilidade pelos filhos criou-se entre eles um clima de maior integração e cuidado, o que chamaram de um *"sentimento de ser família"*, de pertencer a um grupo no qual há dependência, implicação e comprometimento.

A dificuldade inicial do casal em se autodefinir na nova função parental fez com que ao chegarem a casa com os filhos ensinassem aos mesmos que os dois seriam *"papai"*, o que aponta para questões acerca dos lugares familiares que iriam ser ocupados e da confusão de papéis. Há uma não diferenciação na nomeação desses pais quando se apresentam para os filhos como papai e papai, indicando primeiramente a falta de referências disponíveis para se pautar nesse momento, e por conseguinte, um atrelamento ao modelo de família heterossexual que dificulta enxergarem seus lugares como dois pais legitimados, permanecendo na ordem do inominável. A questão foi resolvida pelo filho maior (na época com dois anos e meio), quem resolveu o incômodo com a confusão de serem dois pais e não saber como diferenciá-los e decidiu chamar o pai Nei de *Papia* e o pai Augusto de *Papai*. Como indica Benghozi (2010), atualmente são as crianças que "fazem famílias" enfatizando a importância do processo de adoção dos filhos pelos pais e dos pais pelos filhos. Ainda, a escolha dos termos, intuitiva e inteligente, mesmo em se tratando de uma criança pequena e com vocabulário restrito, denota a compreensão da importância da diferença e é isso que ele denuncia nessa família pouco depois de chegar.

Acerca das expectativas em relação aos filhos, o casal traz o desejo comum de que sejam felizes e se tornem autônomos, uma vez que valorizam a autonomia e independência como estratégias de fortalecimento para estar no mundo e se defender. Além disso, apontam a preocupação de que os filhos os aceitem como pais e se aceitem como filhos de um casal homossexual, acolhendo a realidade homoparental, o que pode denotar uma tentativa de reparação de uma história familiar própria, na qual não foi possível a livre expressão e vivência das sexualidades em suas casas.

Quanto à convivência com as famílias de origem, a chegada dos filhos do casal suscitou maior participação, ampliando o convívio, fenômeno comum e recorrente nas famílias heteronormativas. Com a chegada de novos bebês os avós passam a auxiliar nos

cuidados transmitindo ensinamentos e apoio. Entretanto, a "*grande participação das famílias*" pode ser vista como resposta às dificuldades do casal, que em um primeiro momento com a chegada das crianças levanta questionamentos acerca da capacidade em cuidar e suprir a falta de uma figura materna, a qual para eles, assim como é reforçado pela sociedade e saberes da psicologia, diz respeito a um lugar que pode ser ocupado apenas por uma mulher.

c) O vínculo familiar: O legado geracional e a família atual

Sobre as famílias de origem e as heranças que carregam com eles, alguns aspectos chamam a atenção por sua similitude entre os dois cônjuges: ambos perderam o pai cedo, Augusto aos 19 anos de idade e Nei aos 11 anos. Ambos relataram a sensação de ausência de pai, notando a sua existência (real ou imaginária) apenas por meio do "corte" (com broncas e limites). Dessa maneira, os dois encontraram suporte e apego nas figuras maternas, com as quais estabeleceram vínculos intensos. No caso de Augusto, o apego foi dirigido à avó que assumiu o seu cuidado após a partida da mãe.

Os dois remetem às suas famílias com grande desejo de pontuar uma herança positiva, de valores importantes, enfatizando que foram bem cuidados e preparados para os desafios do mundo. O relato de ambos acerca de suas famílias traz a realidade heterocêntrica de suas origens e apresentam pontos em comum entre eles. Confirmam que os modelos familiares originários de ambos estão pautados na participação significativa da figura materna como cuidadora e acolhedora (Winnicott, 1953/1997) e da figura paterna como a que provê o sustento da casa e exerce o corte na relação mãe-filho, propiciando a triangulação na relação.

O pai de ambos aparece descrito em um lugar de poder na família e pouco associado ao afeto, o que faz com que a falta sentida pela pouca atuação dos primeiros os levem a uma parentalidade reparatória (Rodriguez, Merli & Gomes, 2015), em que o casal busca compensar as faltas que vivenciaram como filhos por meio dos cuidados com os próprios filhos, uma maneira de reescrever suas histórias a partir da identificação projetiva com a prole. A proximidade excessiva às mães que lhes foi permitida não camuflou o sentimento de falta do pai, que é o elemento que buscam prover para os seus próprios filhos hoje. Pode-se

dizer que os pais de Augusto e de Nei marcaram suas presenças em suas vidas como figuras significativas, apesar da falta que os filhos relatam da presença física e participação nas rotinas familiares.

A preocupação em qualificar como boa a família de origem aparece como uma tentativa de atestar a qualidade da herança (psíquica) que carregam e que desejam também transmitir para os filhos, podendo dar continuidade às qualidades intergeracionais. Nei contou, por exemplo, que apesar do pouco que aprendeu com seu pai, carrega consigo mais do que uma coleção de revistas em quadrinhos, o gosto pela leitura e pelo universo infantil.

A dificuldade e preocupação do casal em prover um cuidado maternal aos seus filhos, associadas à percepção deles de que esses cuidados com crianças é algo do universo feminino, estão pautadas na concepção corrente de que o cuidado, não só com os filhos, é algo natural do universo feminino, exclusivo das mulheres. Essa ideia do casal é representativa da visão que se tem das chamadas atuações materna e paterna na família tradicional, o que pode ser explicado pelo que Badinter (1985) chamou de mito do amor materno, que compreende a existência de uma natureza procriadora das mulheres aliada ao sentimento de amor materno, naturalizado e explicado a partir de bases biológicas. O casal conclui que para cuidar dos filhos estão experimentando um lado mais feminino de ser, marcando em seus discursos o binarismo de concepções acerca de sexo e gênero, em que normatizam as condutas sexuais e as expressões da masculinidade e da feminilidade (Butler, 1990).

O discurso de ambos, tanto relacionado aos próprios pais como às suas atuações como pais, é carregado da idealização da figura da mãe como a grande cuidadora, aquela que supre todas as necessidades do filho, figura continente (Winnicott, 1964/1982); o que também aparece na literatura psicológica e psicanalítica, em que foi dado grande enfoque à importância do vínculo afetivo mãe-bebê, especialmente nos primeiros anos de vida.

No que diz respeito à assunção de suas homossexualidades, ambos se utilizam da negação como mecanismo de defesa (Freud, 1898/2006) e fazem uso do não dito (Eiguer, 2010) para evitar sofrimento, insistindo que não houve problema com relação à sexualidade, já que não deveria haver segundo seus relatos. A utilização de ambos os mecanismos, denota a dificuldade que há para se entrar em contato com o tema. Eles negam sentirem-se alvo de discriminação ou homofobia, entretanto relataram situações tanto no contexto familiar como no âmbito social (em um cinema onde foram discriminados) em que se notam incômodos e sofrimentos relacionados ao assunto.

Contaram que não houve um momento de assunção e que discordam da necessidade de se declarar como homossexual, sob a justificativa que os heterossexuais não precisam fazê-lo e que, portanto, não deveria ser diferente com eles. No discurso de ambos foi relatado o interesse por meninos desde a primeira infância, o que foi trazido com indiferença. Há um discurso defensivo quando argumentam os motivos para não acreditarem ser preciso revelar à família e sociedade a homossexualidade, mencionam não haver elementos indicativos de preconceito, embora tenham relatado situações em que sofreram violência simbólica (Bourdieu, 2005), naturalizando o rechaço homofóbico para com os seus comportamentos.

O casal pontua que o sentimento de ser família está relacionado à necessidade de cuidado e que dessa forma a chegada dos filhos os fez enxergar o grupo, tanto conjugal quanto familiar, de outra maneira. Augusto relatou que mudou muito sua postura desde que se tornou pai, assim como Nei que contou que depois das crianças é que entendeu o que era o sentimento de ser uma família, de se preocupar com o "*todo familiar*", ampliando até mesmo o cuidado entre o casal. Nas palavras de Nei:

> *Eu acho que eu e o Augusto nos tornamos mais cúmplices com as crianças, acho que a gente andava de mãos dadas e hoje anda abraçado, pra gente não cair, a gente tem que se ajudar, pra gente carregar essa família pra frente. Eu senti uma mudança de comportamento na gente no que diz respeito a essa coisa da comunhão, do todo, da preocupação com o bem estar de um com o outro.*

Augusto e Nei contaram que se sentiram "*fazendo família*" com a chegada dos filhos, e presentificaram (Puget, 2015) o desafio de lidar com a alteridade do outro no momento da produção do genograma. O desejo de desenhar formatos diferentes para representar a mesma família – Augusto fazendo-o em formato de universo e Nei preocupado com o formato inteligível do mesmo – os faz cogitarem realizar o genograma individualmente, entretanto chegam à resolução de que sendo família é necessário "*fazer junto*". Nei demonstra seu desconforto, mas não desiste da produção conjunta.

A dificuldade em criar o genograma junto explicita as resistências em deixar as famílias de origem e construir a própria, representando o "fazer família" (Benghozi, 2010). Bem como apontam Berenstein (2007) e Zambrano (2008), é notável a dificuldade de representar a realidade homossexual quando essa não aparece no meio, não é reconhecível. A necessidade de encontrar um consenso (presente em todo relacionamento conjugal, parental e familiar), demanda que ambos abandonem os seus lugares de filhos para assumir seus novos lugares de pais na vida e nesse desenho familiar, solucionando o impasse do desenho familiar como construção conjunta e, portanto, que compreende a alteridade do outro.

Por fim, o genograma, iniciado por Augusto, em formato de universo, permite questionar se a escolha dessa dimensão, ampla e distante, poderia indicar uma concepção de família idealizada. A preocupação de Nei com a compreensão do desenho aponta a maior clareza e tranquilidade que ele tem na vivência familiar – conjugal e parental – enquanto para Augusto o desenho de universo retrata a sensação que ele tem da própria família, que parece tão distante quanto qualquer outro planeta do universo. O casal foi desenhado no centro da folha, como dois sóis que se fundem parcialmente por meio dos raios e os filhos foram desenhados como luas, evidenciando a ideia de que estes possuem luz (vida-existência) somente quando refletem os sóis (pais), metaforizando a relação parental atual, na qual os astros (lua e sol) são dependentes e essenciais à vida (luz do sol), retratando o desejo de serem uma referência para seus filhos.

4.1.2 Relato da entrevista do casal dois: Tadeu e Daniel

Na ocasião da entrevista, o casal Tadeu e Daniel residia no estado do Paraná.

4.1.2.1 Relato Biográfico de Tadeu

Tadeu (55 anos) é professor universitário, militante das causas LGBT. Ele vem de um modelo de família tradicional, mãe bancária, pai engenheiro e sete filhos. Tadeu contou que foi criado por sua mãe, pois seu pai se suicidou quando ele tinha apenas um ano de idade, por motivo que ele desconhece. Relata que teve uma boa mãe, que educou muito bem os filhos: *"Minha mãe era uma matriarca, e muito dura na educação".* Ele lembra que sua criação foi repreensiva e que apanhou muito quando criança:

> *... eu vim de uma família muito autoritária, mas se eu fosse nascer de novo queria nascer com a mesma mãe, porque foi bacana ... eu queria ter tido contato com o meu pai, né, mas não tive, eu adoro minha família ... eu amo meus genes, não queria mudar nada.*

A mãe de Tadeu teve uma participação fundamental na resolução do casamento de Tadeu e Daniel, pois quando Daniel (de origem inglesa) estava preso e seria extraditado do Brasil, devido à sua situação irregular no país, a mãe/sogra se dispôs a casar com o genro a

fim de garantir o direito dele em permanecer no país. O casal contou que a própria mãe de Tadeu telefonou um dia para o filho e sugeriu o casamento dela com o genro como solução para o conflito. Tadeu contou que nesse momento sentiu que sua mãe o aceitava integralmente e relatou esse fato com emoção e orgulho.

Sobre o relacionamento com os irmãos, Tadeu diz que sempre foi difícil, se recorda de que por volta dos sete anos de idade ele já era alvo de piadinhas por conta de seu jeito mais "*delicado e afeminado*".

O participante perdeu a mãe no ano de 2003 e diz que com o falecimento desta o contato entre os irmãos ficou comprometido. *"Minha mãe infelizmente faleceu e com os meus irmãos, de vez em quando tem alguns telefonemas, eles moram no interior... Mas nós fizemos toda uma família estendida, nós temos os padrinhos, os avós ..."*.

Tadeu contou que seu interesse por homens vem desde a infância, não se recordando de sentir interesse por mulheres e não tendo conseguido relacionar-se sexualmente com elas (teve algumas tentativas frustradas). Ao relatar para a mãe que seu pênis não funcionava bem com mulheres (durante sua adolescência), esta decidiu procurar ajuda médica e posteriormente espiritual, tentando encontrar a cura para a homossexualidade do filho. Tadeu tentou a carreira de padre para afastar de si os próprios desejos, mas relatou que não teve sucesso. Com a possibilidade de morar em outro país (Inglaterra) e observar como a homossexualidade poderia ser vivida de um jeito menos marginalizado, se assumiu homossexual em país estrangeiro.

Relembrando a própria história, Tadeu contou sua estratégia de superação da homofobia sofrida:

> *Sempre fui, eu chego a ser até agressivo, muito assertivo porque eu sofri demais, a partir dos catorze anos comecei a me sentir discriminado e minha mãe falou: 'meu filho, você é doente, pecador, e sem vergonha!", então foi muito triste pra mim, eu prometi que eu seria especialista em sexualidade, mestre, doutor, eu queria entender isso para saber se entendendo iria me ajudar.*

4.1.2.1 Relato biográfico de Daniel

Daniel (49 anos) é tradutor. Ele também vem de um modelo de família tradicional, religiosa (anglicana), sua mãe cuidava do lar e dos filhos e seu pai um homem trabalhador e

dedicado. Daniel é o mais novo dos quatro filhos (dentre os que sobreviveram, pois alguns faleceram quando ainda eram pequenos).

Ele relata que sempre foi mais próximo da mãe e que seu pai era extremamente autoritário e difícil de lidar. Mencionou que seu pai era carinhoso e atencioso até os seus cinco anos de idade, quando ele começou a trabalhar mais arduamente e não tinha mais tempo para "estar em casa", o que causou grande distanciamento dele com a família. Com o adoecimento de seu pai, quando tinha 15 anos, ele assumiu parte das tarefas que o primeiro exercia em casa, como cuidar da horta, além de ajudar nos cuidados com o pai, o que ocasionou uma reaproximação entre ambos.

O participante comenta que sua criação foi muito rigorosa e aliada à formação religiosa que recebera; justifica os valores que aprendeu com a família e a igreja, como o valor da palavra. O pai de Daniel faleceu há três anos e sua mãe está doente e encontra-se com a memória muito comprometida, não reconhecendo mais os familiares. Dos seus dois irmãos vivos, ele contou que mantém contato apenas com um deles via e-mail. Contou também que tinha uma irmã homossexual, porém não era assumida, apesar de ser claro que se relacionou com uma mulher.

Daniel fala que na infância se interessou por meninas e chegou a namorar com algumas, e que sentia atração e interesse por meninos também desde cedo (dez anos de idade), mas que, como tinha "*a meta de uma vida feliz com casamento heterossexual e filhos*", resolvera fechar-se para evitar que as pessoas percebessem que ele era "homossexual". Ele conta que seu pai o levava para tomar cerveja no bar (aos 15 anos de idade) e que ele evitava falar qualquer coisa com receio de ser "descoberto", já que muitos colegas já haviam percebido e feito piadas sobre o assunto.

Ele diz que se assumiu como homossexual no relacionamento com Tadeu. Voltou com ele para o Brasil e tentaram se estabelecer como casal no país, o que durou seis anos até que Daniel foi detido por infringir a lei da estadia de estrangeiros no país. Eles contam que a situação foi resolvida posteriormente, e nesse processo houve a possibilidade do casamento da mãe de Tadeu com Daniel, o que legalizaria a situação deste. Como a mídia internacional apresentou a notícia sobre o "casamento de mãe de homossexual com o genro", Daniel ficou com receio que sua família tivesse acesso à história e decidiu escrever uma carta para os seus pais contando o que estava acontecendo e assumindo seu relacionamento com Tadeu. Recebeu a resposta dos pais, também em forma de carta, e essa foi tranquilizadora, já que eles diziam que continuariam amando-o mesmo ele sendo homossexual. Ele disse:

> *Quando eu era adolescente eu percebi que tinha atração, eu não via como eu podia assumir isso pra família, a não ser para mim mesmo. A autoaceitação é bem difícil, tanto é que eu me casei e fiquei casado por três anos .... Então, foi um processo muito longo, muito difícil, depois de assumir para os outros, principalmente para os pais, a maior dificuldade foi contar para eles .... A partir dos meus 12 anos eu comecei a perceber, e até me assumir, foram 20 anos, então foi um processo conturbado.*

4.1.2.3 O encontro do casal

O casal se conheceu em Londres, durante o período em que Tadeu morou no país (Inglaterra) estudando o idioma inglês. O encontro se deu em uma estação de trem. Daniel ainda era casado (há mais de três anos) e os dois se apaixonaram. Daniel separou-se da esposa e decidiu assumir o relacionamento com Tadeu e, após um ano, Daniel veio com Tadeu para o Brasil para viverem juntos.

Tadeu contou que hoje fazem questão de se assumirem, publicamente, como homossexuais, a fim de fortalecer a comunidade LGBT: *"A gente faz questão de falar, que saiu de uma fase... hoje nós somos até um pouco agressivos, mas a gente faz questão de dizer somos gays, somos maridos, temos direitos".*

Ele fez questão de enfatizar diversas vezes o quanto acredita ser importante se fazer visto e reconhecido devido a todas as dificuldades que tiveram para conseguir legalizar o casamento, a adoção, dentre outras lutas nas quais estão envolvidos. Tadeu contou que eles são o primeiro casal a ganhar na justiça e na imprensa o direito de casar nessas condições (um brasileiro com um estrangeiro). Ele explicou que Daniel só poderia permanecer no Brasil se tivesse um filho, casasse com uma mulher ou fizesse algum investimento financeiro no país. Como não havia nenhuma dessas possibilidades, a mãe de Tadeu se propôs a casar com o genro. Tadeu relatou a fala de sua mãe:

> *Eu me lembro como se fosse hoje, aquele momento foi o indicador que ela me aceitava, ela disse:" meu filho, entendi a história de vocês, pela tua felicidade eu caso com ele, acerto a vida de vocês, eu sei que vocês são super felizes e eu caso com ele".*

Quanto à família de origem de Daniel, Tadeu contou que se sentiu aceito pelos pais dele quando o pai de Daniel levou bandejas com café da manhã no quarto onde eles estavam dormindo durante hospedagem na casa da família (na Inglaterra).

4.1.2.4 A adoção

Tadeu contou que sempre quis ser pai e que ao conhecer Daniel esse desejo cresceu, esclareceu que o casal adiou a decisão por motivos que envolviam desde questões financeiras até as jurídicas. Eles contam que foi no ano de 2000 que o casal tomou a decisão pela adoção, entretanto levaram mais cinco anos até concretizarem o pedido de adoção na Vara da Infância e Juventude. Relatam a tomada da decisão pela adoção como um processo planejado e cuidadoso, pois pretendiam realizar a adoção de forma legal e pública, já que eles são militantes. Eles justificaram a demora na entrada do pedido de adoção primeiramente pela dificuldade de legalização da situação de Daniel no país, uma vez que ele ainda estava com os documentos incompletos devido à falta de reconhecimento do casamento homossexual na época.

Daniel conseguiu o visto de permanência no país no ano de 2005, que foi o mesmo ano em que entraram com o pedido de adoção. Relatam que antes disso tiveram a possibilidade de adoção à brasileira[28] e recusaram, pois eles queriam fazer a adoção legal. A princípio queriam adotar um casal (uma menina e um menino) com idade ao redor dos cinco anos de idade, mas adotaram Antônio (na época com 10 anos de idade) após um longo processo que envolveu entraves e dificuldades, no ano de 2011.

Ambos contam com muito orgulho a história da adoção, pois relatam que foi um dos primeiros casos de adoção conjunta homossexual que ficou conhecido na mídia. O processo levou mais de cinco anos para se efetivar, pois algumas restrições lhes foram impostas, como a idade mínima da criança (acima de 10 anos) e o sexo (feminino). O casal recorreu alegando que estavam sofrendo discriminação infundada e acabaram conseguindo a liberação para adoção sem restrições.

Antônio tinha 10 anos quando foi adotado. O casal contou que quando souberam que havia um menino para adoção, foram até a cidade onde ele vivia e saíram para um almoço com ele, que descrevem da seguinte maneira: *"Encontramos o Antônio e ele veio todo 'Michael Jackson', todo disfarçado com boné, de chapéu branco, óculos"*.

[28] Adoção à brasileira refere à prática ilegal de registro como filho de uma criança nascida de outra pessoa sem passar pelos trâmites legais, ou seja, o registro é realizado diretamente em cartório. Essa prática constituía cerca de 90% das adoções no Brasil até os anos 1980 (Weber, 2001).

No primeiro encontro o menino lhes disse que queria ser médico e mostrou-se extremamente polido. Eles contaram que Antônio soube fazer a sua propaganda, deixando o casal espantado, admirado com o menino que pretendia estudar e fazer medicina, que "já vinha educado" e sabia se portar à mesa, quase ao modo inglês como eles mesmos brincam.

4.1.2.5 A experiência da parentalidade

O casal contou do encantamento que a chegada de Antônio causou na família, mas que muito rapidamente sentiram a necessidade de colocar rígidos limites para o filho, pois quando ele chegou tentando a "*ditadura do príncipe*" como o casal relatou, buscando fazer as coisas do jeito dele como se estivesse em férias intermináveis.

Contaram como a adoção foi acontecendo tanto da parte deles para com o menino como do menino para com eles. Disseram que se vincularam afetivamente com facilidade e que as dificuldades com as regras da casa foram resolvidas com um contrato que eles criaram e discutem para garantir o cumprimento das regras e as multas devidas para o descumprimento dessas. O contrato foi nomeado TAC[29] (termo de ajuste de conduta) e sofre alterações com frequência, aumentando conforme mais regras são criadas. Daniel falou da sua dificuldade para com o jeito de Antônio: *"Nós tivemos que inventar nossa história, tivemos que construir, por isso a dificuldade da adoção tardia, que o Antônio vinha já com uma cultura, e a minha cultura e a do Daniel não combinava com a do Antônio"*.

Relatam que hoje Antônio tem uma rotina e sua vida é muito diferente daquela que levava no abrigo, como descrita pelo menino "*um fuá*". Tadeu contou que viaja com frequência a trabalho e, que por isso fica um pouco menos em casa com a família, portanto telefona diariamente e conversa com Daniel e com o filho. Tadeu relatou a sua grande preocupação com os estudos, sempre acompanhando o desempenho escolar do filho e exigindo boas notas e participação nas aulas. O casal considera que o segredo da família deles é a comunicação, o diálogo.

Tanto Daniel como Tadeu mencionam que suas famílias de origem não estão próximas e que contam com amigos que participam da vida familiar deles com mais frequência do que

[29] TAC é também a sigla utilizada no meio jurídico para referir ao Termo de ajuste de conduta de criança na Fundação Casa.

as próprias famílias, os quais eles nomeiam de "*família estendida*". Daniel justifica isso por sua família ser inglesa e estar distante fisicamente, e Tadeu contou que a relação com os irmãos é distante, que mantém contato com estes por telefone, mas que pelo fato de morarem em outro estado não se veem com frequência. Tadeu fala com orgulho que tanto o casal, como Antônio, estão construindo a família estendida, e que de acordo com a participação e o vínculo que alguns amigos da família têm para com eles são convidados a se tornar avós, avôs, padrinhos e madrinhas.

Daniel mantém contato esporádico (via e-mail) apenas com a irmã, mas sente que é importante levar o filho conhecer o país de origem de seu pai e que para isso estão investindo no estudo do idioma inglês, a fim de marcar uma viagem para Inglaterra.

Tadeu conta que fica dividido entre o trabalho e a sua participação na família, e que tenta passar pelo menos a metade da semana com a família. Já Daniel, trabalha em casa fazendo traduções. O casal conta com a ajuda de uma funcionária, que trabalha para a família há mais de 15 anos durante a semana, que cuida da casa e também cozinha.

A rotina de Antônio é regrada, ele vai para a escola no período da manhã e deve cumprir com seus afazeres até às 17hs, o que inclui aulas de matemática particulares e a leitura de livros (combinado familiar de leitura e escrita de resenha de um livro por semana), após esse horário ele pode ficar em casa ou sair, é estipulado como tempo livre, e ele deve estar de volta em casa às 20hs, para tomar banho e comer com o/s pai/s.

Os dois pais mostraram-se preocupados com a aquisição da noção de responsabilidade de Antônio e priorizam o estudo e o trabalho como bases para uma boa formação, Tadeu: *"A vida é cheia de regras, o Antônio vai começar a trabalhar a partir dos 14 anos como menor aprendiz"*.

Tadeu relatou que a chegada de Antônio na família não acarretou muitas mudanças para o casal, pois eles se sentem mais velhos e, portanto, desejosos de ficar mais tempo em casa. Ele contou que cuidar de Antônio lhes trouxe mais sentido para a vida e que procuram planejar mais e se cuidar mais. A adoção de Antônio foi relatada como o primeiro passo, já que o casal ainda está na fila de adoção, na pretensão de adotar mais filho/s, preferencialmente uma menina com cinco anos de idade em média. Também contaram que além do desejo de ter mais filhos, eles querem que Antônio tenha irmãos, para aprender a conviver e dividir.

Quanto ao funcionamento familiar, Tadeu contou que a chegada de Antônio os desestabilizou e que foi necessário reafirmar os papéis de cada um na família já que Antônio mostrou-se desobediente e resistente no início da convivência familiar. Daniel citou a diferença cultural que sentiu quando Antônio chegou à família. Ele relatou a adoção como bastante desafiadora, tanto no sentido de aceitar algumas diferenças intrínsecas de Antônio bem como no sentido de avaliar o que precisava ser imposto e com que rigidez. Para ele a questão mais complicada foi a comunicação falha, já que ele contou que Antônio mentia muito quando chegou.

Concernente às preocupações com o filho, o casal trouxe uma questão já existente antes mesmo da chegada de Antônio, a do temor quanto à discriminação que Antônio poderia sofrer na escola e demais ambientes sociais. Comentam que buscaram informações a respeito disso e se tranquilizaram quando perceberam que todas as crianças podem ser alvo de preconceito pelo fato de ser minoria e decidiram então preparar o filho para as eventuais situações de preconceito:

> *Hoje em dia, Antônio sabe o que responder para as piadinhas que fazem a respeito da nossa família, ele fala: "eu sou do flamengo, eu sou carioca, tenho dois pais gays e eu não quero saber de discriminação". Antônio já deu uma vacina geral na escola... todo mundo fala da situação, já saiu na Veja, no Jornal.*

Ambos falaram da expectativa em relação ao filho: para que ele se torne um homem de caráter e que não importa a orientação sexual dele, mas que ele possa se defender das injustiças deste mundo e se tornar autônomo e responsável.

4.1.2.6 Análise da entrevista do casal

a) O vínculo conjugal e a escolha pela parentalidade

O casal está junto há vinte e três anos, eles se conheceram durante um período em que Tadeu viveu na Inglaterra e deram início a um envolvimento. A constituição desse casal surge quando fazem planos para ficar juntos, levando Daniel a divorciar-se da esposa e acompanhar

Tadeu de volta ao Brasil. Seis anos mais tarde, Daniel se encontra em situação irregular no país, o que constitui juridicamente um crime. A história deles perpassa a questão da estrangeirice, em que primeiramente Tadeu experimenta a homossexualidade liberada pela sua condição de estrangeiro e Daniel faz o mesmo quando tem a possibilidade de assumir-se homossexual e estrangeiro ao mesmo tempo. Estar forasteiro[30] em outro país aparece aí como uma condição libertadora por permitir a ambos a realização de seus desejos. A condição de Daniel no Brasil se constitui como "fora da lei", o que permite pensar que o casal só poderia permanecer por meio do rompimento de um interdito. Como se o interdito remetesse não apenas à condição ilegal de estrangeiro, bem como de casal homossexual. Como uma formação reativa tornam-se militantes engajados para a "legalização" da conjugalidade e parentalidade homossexual.

Daniel assumiu sua homossexualidade quando conheceu Tadeu, que foi para ele a figura de suporte para o seu movimento de assunção e desprendimento do modelo heteronormativo. Os motivadores para a assunção de Daniel ultrapassam o apaixonar-se por Tadeu, o fato de envolver-se com um estrangeiro e a possibilidade de experimentar essa relação em outro continente, distante de seu país de origem e família, parece ser uma questão central no seu processo de assunção.

Ao conhecer Daniel, Tadeu o incluiu em sua vida e em seus projetos profissionais, passando a cuidar e amparar o *namorado*. Esse apoio possibilitou a saída de Daniel de seu país, de sua situação reprimida de um casamento por conveniência (com uma amiga próxima, a qual sabia de sua homossexualidade), para experimentar ser autêntico, assumindo seus desejos.

O vínculo conjugal estabelecido entre eles aponta para uma parceria complementar, na qual um assume o lugar de dominador/ativo e o outro de controlado/passivo. A postura dominadora de Tadeu, na relação conjugal, pode ser explicada também pela questão histórica do casal, já que Tadeu foi uma figura de força e poder que permitiu ao Daniel investir em um relacionamento, independente da falta de apoio familiar e social. A possibilidade que Tadeu trouxe para a vida do parceiro, ao assumirem um relacionamento e voltarem juntos para o Brasil, traz consequências para este último, que, desde o início se submete ao *namorado*, já que este parece ter sido o impulsionador de sua assunção homossexual. Dessa forma, Daniel parece ter uma dívida com Tadeu, como se ele fosse o responsável pela sua assunção

[30] Forasteiro: Que é estranho à terra onde se encontra; que ou o que é de fora (Houaiss & Villar, 2009).

homossexual, o que tornaria os desejos de Tadeu inquestionáveis, como por exemplo, o desejo pela adoção.

O casal pontua que o relacionamento é pautado no diálogo, reconhecendo que desde o início prezaram pela possibilidade de uma relação sem segredos ou não ditos, como acontecia em suas famílias de origem. Eles descrevem a própria relação como modelo e evitam entrar em temas de enfrentamento, os quais aparecem mascarados. Quando questionados a respeito de suas divergências de opiniões, as perguntas foram respondidas de maneira superficial e fugidia, utilizando-se de mecanismos de defesa a fim de distanciar a possibilidade de contato com assuntos conflituosos. Por exemplo, quando indagados acerca das dificuldades frente a um relacionamento de longo prazo, Tadeu assume a fala e simplifica dizendo que eles têm suas diferenças e conflitos, mas resolvem tudo conversando até encontrar uma solução confortável para todos. A fim de fugir do assunto delicado e difícil, Tadeu conclui sua fala com exagero apontando as qualidades do seu *marido*: *"... o Daniel é maravilhoso, é o melhor homem da vida, ai! O Daniel é tudo, ele é o X-tudo, ele tem calabresa, tem salada! Ele é cuidador, ele é pai, ele é muito legal!"*.

Parece que a necessidade de provar a todo custo que sua família funciona e que não têm culpa e, portanto, não merecem punição, pode estar relacionado a uma tentativa de reparação[31] em resposta ao sentimento de culpa, culpa inconsciente por ser homossexual e o consequente temor da castração[32]. Eles parecem colocar-se nesse lugar de réus e assumem essa posição desde o início da relação conjugal, até os dias de hoje quando se colocam no *front* das batalhas da comunidade LGBT.

b) O vínculo parental.

Questionados sobre o desejo de ser pai, Tadeu mais uma vez dominou o espaço da conversa e contou que sempre quis ser pai e que esse desejo se fortaleceu ao conhecer Daniel.

[31] Reparação – Mecanismo por meio do qual o sujeito busca reparar os efeitos produzidos no seu objeto de amor pelas suas fantasias destrutivas. Ligado à angústia e à culpabilidade depressivas (Laplanche & Pontalis, 1992).
[32] Complexo de castração – Complexo em estreita relação com o Complexo de Édipo, com a função interditória e normativa (Laplanche & Pontalis, 1992). Conceito explicado no tópico 1.5 Parentalidade, no Capítulo I.

Isso marca também o início de uma luta militante pelos direitos homossexuais no âmbito mais pessoal já que dependia dessa igualdade para poder dar continuidade ao seu relacionamento. Apesar do discurso de um intenso desejo de exercer a parentalidade e poder transmitir os valores para os filhos, esse se mistura à luta pelos próprios direitos. A adoção aparece como mais uma possibilidade de desafio diante do ativismo e visibilidade que o casal já havia conquistado na mídia, de mostrar ao mundo mais uma vez que cumprem com os mandatos sociais.

O momento de entrada com o pedido de adoção se deu em uma etapa significativa, menos de dois anos após o falecimento da mãe de Tadeu, o que permite inferir que com a perda dessa figura materna o casal precisou colocar outra figura para exercer a triangulação nessa relação. Tadeu relata que tinha com a mãe uma relação muito boa e a reconhece como o elo entre a família extensa; com o seu falecimento os laços familiares de desfizeram, deixando este "sem família". Parece que a dissolução da família de Tadeu está relacionada com a construção de uma família própria, ideia esta que só se explica uma vez que se entende a concepção que Tadeu tem de família, a qual só existe e se liga quando há a presença de filhos.

Tadeu falou das críticas que ouvira sobre a família que constituiu sofrer de familismo[33] ou de heterocentrismo ao buscar repetir os modelos da sociedade burguesa, e do quanto precisam se defender de tais acusações. Ele explicou que o desejo pela parentalidade não se aproxima de um desejo de repetir a norma, de constituir uma família nos moldes tradicionais. Daniel apenas escutava e não esboçava reação ou opinião.

Nota-se na fala de Tadeu a necessidade de defender-se das posições contrárias às suas, deixando transparecer sua irritação, fruto da agressividade que norteia muitas de suas falas. Essa agressividade parece estar relacionada ao fato dele se encontrar em uma posição de minoria/marginalizado, o que aponta que as questões acerca do tema não estão tão bem resolvidas, mas sim envolvem afetos intensos e reprimidos.

A ausência de posicionamento de Daniel nesse momento mostra que para ele não era uma prioridade ter filho/s e o seu relato atual do tanto de trabalho despendido na criação de um filho, atrapalhando-o inclusive em suas atividades produtivas, indica que de sua parte não havia um desejo genuíno de adoção, mas uma concessão ao desejo do *marido*. A motivação da adoção por parte de Tadeu está relacionada a algumas necessidades: de cumprir com um mandato social de ter família, de preencher a falta da figura da mãe como laço estabilizador

[33] É a doutrina que afirma que a família é fundamental para a ordem social, e que, portanto, deve ser preservada, mantida e fortalecida.

familiar além de uma tendência exibicionista diretamente ligada ao seu lugar na militância LGBT. Já da parte de Daniel, há um ofuscamento de suas motivações, seja pela dominância da postura de Tadeu, seja pela sua atitude complementar e passiva diante deste, mas fica claro que não há um desejo declarado de ter filhos e talvez a concessão a mais um desejo do *marido* esteja ligada à sua sensação de dívida para com este. Por fim, a parentalidade para Tadeu parece estar mais próxima da possibilidade de atingir um patamar de respeitabilidade social do que de uma realização.

Sobre a atuação de Tadeu e Daniel como pais, o que se nota é que a divisão de tarefas remete à organização familiar tradicional, já que Tadeu pouco mudou sua rotina - muito trabalho e pouco tempo em casa - mesmo após a chegada do filho. Daniel, que é quem trabalha em casa, fica incumbido de cuidar do filho, das questões do dia a dia, ou seja: Tadeu mantém-se no lugar dominador e pouco presente do provedor, enquanto Daniel submete-se e aceita o lugar de cuidador mais próximo. Antônio demonstra maior intimidade com o pai Daniel, ao mesmo tempo em que reconhece neste pai a imposição rigorosa da lei, ou seja, pode-se dizer que Daniel circula entre as funções (ditas materna e paterna) por não ter outra opção. Tadeu demonstra estar muito confortável com o estilo de vida que levam e não se enxerga como um pai pouco participativo, pois minimiza a sua falta dizendo que liga todos os dias e que no tempo livre busca realizar atividades prioritariamente em família.

Antônio mostra claramente como ainda encontra-se conquistando os pais e que, portanto, busca responder à maior parte das expectativas destes, o que é comum em crianças recém-adotadas, até que sintam segurança no vínculo com os pais adotivos. Ele diz que é melhor ter dois pais do que um pai e uma mãe, explicando que tem um pai legal e outro mais legal ainda. Apesar da idade do filho, que se encontra entrando na adolescência, aquilo que seria natural e esperado de um movimento de diferenciação dos próprios pais (regularmente encarado como rebeldia), não pode acontecer sem riscos, uma vez que o menino já passou por diversas situações de abandono e trauma, com as famílias que o acolheram anteriormente e nos abrigos onde viveu.

Para falar da parentalidade, o casal explicou a rotina e as regras que organizam a vida familiar, e a importância do cumprimento destas e da punição no caso contrário. Eles estão reeditando a vivência, criticada e elogiada anteriormente, que tiveram em suas famílias de origem, em que relataram a rigidez na educação que receberam.

Com o intuito de esclarecer como funcionam as regras dentro da casa, o casal pediu ao filho que explicasse o contrato que estipula as mesmas – o TAC. O TAC aparece como a

importação da lei para dentro da casa, o que aponta a necessidade de adaptação da família diante das questões jurídicas. Com a criação desse contrato, eles como pais, reforçam a ideia de que a regra só tem força quando é tornada lei, quando controlada pelo Estado, e com isso, retiram a sua responsabilidade diante das falhas que possam ocorrer na criação dos filhos. Dessa forma, o TAC aparece como mais um dos instrumentos para proteger a família de mais crimes, de mais incesto, para evitar que os filhos repitam o que os pais tiveram que fazer para exercer seus desejos. A criação do termo, com suas constantes revisões, denota o exagero da exigência do casal em ser melhor, em ser modelo de funcionamento de pais, e, portanto, não falhar, quando a falha é inerente a parentalidade (Solis-Ponton, 2004).

A preocupação com a homofobia que Antônio poderia sofrer na escola os fez prepará-lo de antemão para a possibilidade de vir a sofrer algum tipo de preconceito, preparação essa que veio carregada de agressividade defensiva, uma forma de transmitir ao menino a estratégia de defesa que tem funcionado para o casal. A orientação dos pais, relatada por Tadeu, lança mão da proteção legal do Estado antes mesmo da proteção familiar, já que o próprio filho contou que sabe onde fica a Vara da Infância e da Juventude e já avisou os colegas que pode denunciá-los em caso de discriminação. Antônio diz que já contou para todos na escola sobre os seus dois pais e que todos sabem de sua história por meio da mídia, e diz ter orgulho de sua família. Antônio responde à expectativa dos pais, ele aceita a família homoparental, e mais do que isso, dá continuidade ao trabalho do pai realizando o *marketing* da família.

O casal enfatizou o quanto valorizam o afeto como estruturante das relações e sobre esse aspecto, relatam que é algo que podem fazer diferente de suas famílias, reparando assim a falta que sentiram de maior acolhimento e amor em suas famílias de origem, numa tentativa de uma parentalidade reparatória (Rodriguez, Merli & Gomes, 2015).

Tadeu mostra-se identificado com o filho quando diz que se percebe parecido com Antônio, tendo às vezes a impressão de que poderia ser seu filho biológico. Ele afirma que de personalidade o filho se parece mais com Daniel, apesar deste discordar e enxergar mais diferenças do que semelhanças entre eles. Enxergar-se nos filhos, reconhecendo semelhanças físicas e de personalidade denota o estabelecimento do vínculo afiliativo (Benghozi, 2010). Tadeu mostra-se mais identificado e vinculado com o filho, enquanto Daniel, por conta das dificuldades provenientes de sua cultura mais rigorosa e do convívio mais intenso com o filho, apresenta resistências.

O relato de Tadeu acerca da boa parentalidade que exercem aparece como mais um dos temas a serem exibidos, como comprovante de sua funcionalidade. Há uma necessidade de provar ser perfeito para a sociedade, como se dependesse desta a legitimação da parentalidade do casal. A dificuldade de construir internamente uma imago de família homoparental, de se tornarem pais de forma natural aparece na impossibilidade de abertura para o erro. A teatralização da vida e das relações – por conta de um estilo de vida público, compartilhado em vias midiáticas – implica na plastificação desses vínculos, minimizando as possibilidades de uma verdadeira construção vincular (Puget, 2015) com naturalidade e imprevisto, inerente ao ser humano.

c) O vínculo familiar: O legado geracional e a família atual

Quando Tadeu começa a divagar sobre a sua família, em um primeiro momento ele se inunda de memórias e diz: "*Nossa, eu me lembro de uma família...*" e permanece alguns segundos pensativo, ou seja, ele tem o ímpeto de falar livremente o que lhe vem à mente, mas prontamente reprime seus pensamentos e memórias e se reorganiza de maneira que não se deixa envolver com o afeto de suas recordações: "*... podemos te dar um livro, nós temos um livro ...*". Dessa forma, ele assume uma postura racional e de resistência, retomando o controle de sua fala.

Há algumas similitudes nas histórias familiares, como a estreita relação que ambos tinham com as respectivas mães, o fato de serem os filhos caçulas, e o sentimento de um pai ausente. No caso de Tadeu o pai se suicidou quando ele ainda era bebê e a mãe não teve outros relacionamentos, ficando marcada a ausência da figura paterna, ou de outra figura cuidadora que não a mãe nesse contexto familiar. O pai de Tadeu suicidou-se pouco depois da chegada do bebê (aproximadamente um ano), o que pode ter facilitado o estabelecimento de uma relação mãe-bebê sem limites e, posteriormente uma relação edipiana mal elaborada entre mãe e filho. Entretanto, Tadeu não fornece elementos suficientes que permita aproximação com suas fantasias, ele faz uso de defesas, negando e distanciando-se afetivamente para falar desse pai, talvez porque se encontre diante de uma situação traumática geradora de angústia.

Ainda sobre a relação de Tadeu e sua mãe, nota-se que este em seu lugar de filho foi colocado também na posição de falo e parceiro, pela mãe, especialmente após a morte do marido. A disposição da mãe em se oferecer para se casar com o genro aponta novamente a questão edipiana mal resolvida nessa família, e com essa declaração a mãe entrega a mão do seu "filho/marido" para outro homem e o seu "marido" (genro) para seu filho. Tadeu relata que, frente o oferecimento da mãe para se casar com o genro, se sentiu aceito integralmente, ou seja, sua mãe legitima e autoriza sua homossexualidade e a relação conjugal com outro homem, talvez pelo fato de que o parceiro do filho poderia ser interpretado como um substituto do próprio filho.

No caso de Daniel o pai estava presente fisicamente, entretanto é descrito como pouco participativo na família. Os dois contaram que receberam uma educação tradicional e que aprenderam valores fundamentais, como caráter e honestidade. Daniel traz consigo uma herança de criação mais ortodoxa e rígida em que, tanto seu modo de vestir, comer e falar eram estritamente regulados pelas regras inglesas, assunto que ele traz à tona para comparar com o comportamento de Antônio e apontar suas falhas comportamentais.

Os dois relataram que sofreram *bullying* na infância e adolescência por apresentarem trejeitos homossexuais e contaram que mesmo em casa, com os pais e irmãos, não havia um ambiente seguro e de proteção para poder se expressar.

Também contam o processo de aceitação dos pais como demorado e doloroso, entretanto, afirmam acreditar que seus pais "*fizeram o melhor que puderam*". Eles relatam que a educação recebida é a herança geracional que mais prezam, o que os liga parece ser (re)negar essa rigidez das famílias de origem, que os fazia sentirem-se protegidos da ameaça daquilo que sentiam internamente, seus desejos homossexuais. Tadeu diz: *"Eu adoro minha família, eu amo meus genes... Nossa! eu amo, não queria mudar nada".* Com essa fala nota-se que ele nega as partes ruins de sua família e com isso desconsidera a repressão homofóbica que sofreu, como se fosse possível negar a influência das experiências de sua família de origem em sua formação.

Tadeu traz uma imago de família de origem bastante idealizada, o que pode estar ligado à tentativa de escapar do sentimento de não pertencimento, de desenraizado. Outra hipótese é a de um sentimento de culpa pela morte do pai – suicídio quando Tadeu tinha um ano de idade – e desamparo consequente da mãe.

O casal parece não perceber que ao mesmo tempo em que reconhecem as famílias de origem como conservadoras e preconceituosas, as elogiam e assim sustentam/apoiam a repressão homofóbica na criação que receberam como filhos. Como formação reativa, Tadeu diz para o filho Antônio, de forma irônica, que não sabe onde errou quando este dá indícios de sua heterossexualidade – ao comentar de uma suposta namorada. Mesmo que em forma de piada, Tadeu pode, dentro de sua casa e sua família, expressar o seu estranhamento diante da heteronormatividade da sociedade.

A orientação sexual de Tadeu e de Daniel permaneceu como um não dito por longo período, até que Tadeu resolveu enveredar-se pela militância homossexual e quando conheceu o atual marido, este o acompanhou, tornando-se também figura pública quando esteve em situação ilegal aqui no Brasil.

Ambos contaram que sentiram atração por meninos ainda em suas infâncias, mas que por motivos semelhantes e diretamente relacionados à oposição das famílias de origem, reprimiram seus desejos homossexuais e voltariam a olhar para a questão mais tarde em suas vidas, já na juventude. Daniel apresentando mais resistência, uma vez que chegou a casar com uma mulher como forma de se desviar dos seus desejos homossexuais.

O processo de assunção da homossexualidade foi relatado por eles como um período de luta e dificuldade. Quando decidem assumir-se ao mundo como homossexuais baseiam-se em experiências comuns logo de início, ou seja, o fato de ser estrangeiro em outro país e de suas assunções serem seguidas da luta pelos direitos LGBT. A reviravolta que ocorreu em suas vidas quando se assumiram vem junto com o desejo de Tadeu em estudar a fundo o assunto e lutar pelos direitos da comunidade da qual eles passam a fazer parte.

Tadeu conseguiu assumir-se homossexual sem ressalvas quando saiu do seu país de origem e foi estabelecer-se na Inglaterra, apesar de já haver experimentado a sua homossexualidade e estar em um processo de assunção individual – para com ele mesmo – a vivência em outro país possibilitou um senso de liberdade que o fez mudar de postura. Ele conta o quão inspirador foi estar longe dos seus amigos e familiares e observar outros homossexuais vivendo assumidamente e na luta por seus direitos. Com isso, Tadeu também se engajou na comunidade LGBT e pode sentir-se pertencente a um grupo, e mais do que isso, liderando um grupo, situação oposta à qual vivenciou na maior parte de sua vida.

A semelhança em diversos aspectos da história de vida dos dois, como: o forte apego às mães, a criação tradicional e repressiva que receberam, a sensação de ausências paternas e

a dificuldade para conquistar um espaço de subjetividade genuíno na sociedade, lhes dá um senso de identificação mútuo intenso e mantenedor da relação. A utilização do mecanismo de negação, especialmente no quesito familiar homofóbico, parece ecoar em ambos por meio de um pacto denegativo (Kaës, 1998), garantindo que alguns conteúdos permaneçam ocultos. A dificuldade que ambos apresentam de aproximação de algumas memórias e angústias acerca da história geracional de cada um denota a indisponibilidade de um trabalho elaborativo acerca de tais.

Atualmente ambos encontram-se distantes das famílias biológicas e se referem, de forma contundente, às heranças geracionais destas. Relatam terem sofrido muito com o processo de assunção homossexual, mas declaram haver superado os impasses homofóbicos familiares. Entretanto, questiona-se essa declaração, uma vez que Tadeu afirma seu posicionamento incisivo e até agressivo diante da sociedade em relação à questão homossexual, bem como, em função de sua necessidade de controlar o *setting* da entrevista, determinando os assuntos e a profundidade com que seriam abordados.

Tadeu explicou o funcionamento da família de forma sistemática, ele contou que tanto ele quanto o *marido* tem uma rotina de trabalho intensa e Antônio (com 12 anos no momento da entrevista) realiza a maior parte das suas obrigações de forma independente: vai para a escola e demais atividades caminhando, tem horário para fazer suas tarefas de casa, para sair com os amigos e para retornar .

Relatou ainda que não acha que a família mudou muito após a adoção e talvez isso ocorra em função dele passar a maior parte da semana fora de casa, mantendo o contato com o *marido* e o filho via telefone. Daniel contou que a chegada de Antônio causou algumas mudanças significativas na família, como o maior planejamento das finanças e a reorganização do seu esquema de trabalho: *"O Antônio agregou valor na família, no sentido de que agora tudo que a gente faz a gente quer poupar, a gente planeja mais as coisas, tem que cuidar mais da saúde, pra proteger a cria ..."*.

Tadeu trouxe uma visão da família bastante idealizada, tecendo muito elogios ao *marido* e filho e enfatizando os aspectos positivos da convivência. Já Daniel, nas brechas em que conseguia falar sem interrupções, trouxe as dificuldades que ainda encontra nesse processo de adoção. Daniel compartilhou de forma mais realista os impasses na construção da parentalidade, por exemplo, a forma como o filho responde aos próprios pais, o que não acontecia em sua família de origem.

O casal contou algumas estratégias que têm experimentado no exercício parental e como a relação entre eles tem se estreitado. O vínculo familiar encontra-se ainda em construção, com Antônio (apesar de vivendo a adolescência) atendendo a maior parte das expectativas dos pais, como estratégia para garantir o vínculo e evitar mais um abandono.

Notou-se assim, que nesta família o processo de "re-co-nhecimento recíproco" (Benghozi, 2010), no qual a família adota a criança e a criança adota a família, estava ocorrendo ainda naquele momento da entrevista.

A dificuldade em enxergar na prática a possibilidade de um "fazer família" (Benghozi, 2010), fazer junto na prática apareceu também quando o genograma foi proposto. Tadeu sugeriu que cada um fizesse o seu, enquanto o filho propôs que fizessem juntos, relembrando o papel da família e assumindo o lugar de agregador, de elo que liga a família, como o fazia a mãe de Tadeu. Tadeu denota sua dificuldade no realizar em conjunto a tarefa proposta que abria a possibilidade para o imprevisto; isso o fez recuar de volta a um lugar narcísico e individualista.

Antônio realizou dois desenhos, no primeiro foram colocados os pais, Tadeu e Daniel, seus irmãos e seus pais (família biológica) e, por fim colocou-se como filho e acrescentou o seu nome inteiro (com o sobrenome dos dois pais). No segundo desenho, no qual ele quis fazer a família estendida, colocou figuras consideradas como avós, padrinhos e madrinhas e seguindo a sugestão dos pais foi completando com diversos nomes de amigos. Antônio mostrou-se desanimado e desistiu do desenho quando Tadeu insistiu que ele colocasse o nome de uma amiga que o menino não lembrava quem era, ou seja; o desenho perdeu o sentido para ele fazendo-o desistir do mesmo.

Foram colocados mais de quarenta nomes nesse segundo genograma, incluindo alguns parentes, amigos, seus agregados e os cachorros de estimação. Quando já haviam concordado que o genograma estava completo, Antônio pediu para incluir mais uma pessoa e no verso da folha escreveu o nome da pesquisadora seguida da palavra "amiga" logo abaixo, indicando sua abertura para adotar novas figuras, além do estabelecimento de uma transferência positiva com a mesma. A confusão de Antônio, que adota a pesquisadora como "família", é apenas a continuidade da confusão dos próprios pais que adotam tantos amigos como "família" que o próprio filho não se lembra de todos eles. Antônio denuncia essa confusão por meio do seu questionamento acerca de quem são alguns dos citados. O excesso de figuras consideradas parte dessa família estendida aparece como uma tentativa inconsciente de compensar o esgarçamento dos vínculos filiativos (Benghozi, 2010) nas famílias de origem.

Essa superpovoação no desenho do genograma denota a falta de bordas sobre o grupo familiar de origem e sua discriminação frente outros vínculos existentes; talvez por permanecer uma questão mal elaborada para os pais, na medida em que ainda demonstram uma necessidade de aceitação familiar e social que se reproduz no desejo de "adotarem" muitos filhos e parentes.

4.1.3 Relato da entrevista do casal três: Diogo e Rômulo

Na ocasião da entrevista, o casal Diogo e Rômulo residia no estado de São Paulo.

4.1.3.1 Relato biográfico de Diogo

Diogo (43 anos) é psicólogo e trabalha mais de oito horas por dia.

Ele vem de uma família humilde da periferia de São Paulo, sendo o segundo irmão de quatro filhos (duas mulheres e dois homens). A família mudava de cidade com muita frequência – Diogo lembra-se de mais de 30 mudanças, eles viviam em uma cidade de interior e quando saiu de casa pela primeira vez foi viver na metrópole com seu namorado, a cinco horas de distância da cidade natal.

O pai era empresário, trabalhava em uma empresa e a mãe dona de casa. Contou que sempre se sentiu rejeitado pelo pai, que ficava muito incomodado com o seu jeito afeminado. A mãe foi descrita como muito afetuosa e querida, enquanto do pai lembra-se de uma grande distância. Quando estava com 25 anos, ocorreu uma ruptura de laços com a família de origem, resultante de sua assunção homossexual. A relação foi retomada no momento do funeral do irmão mais novo, ainda sob a insistência do pai para que o filho buscasse um tratamento. O pai de Diogo declarou que o aceitaria de volta à família pela mãe, pois ela estaria muito triste com a distância do filho. Diogo contou que mantém contato com a mãe por telefone e que visita a família esporadicamente, mas que o pai cozinha muito bem e que hoje em dia trocam receitas.

Diogo relatou que quando estava com 25 anos de idade, sua irmã mais nova contou para a família que ele era gay e com isso ele foi expulso da casa pelo pai. Seu pai lhe ofereceu ajuda para buscar um tratamento e ele recusou, tendo, portanto, que sair de casa. Sua irmã mais velha também lhe disse que ele iria arrepender-se da decisão e que um dia voltaria de joelhos pedindo perdão. Ele ficou afastado da família por mais de quatro anos. Diogo ajudou a cuidar muito de seu irmão caçula, com quem tinha uma diferença de dez anos, figura que manteve proximidade após a ruptura que ocorreu com a família visitando-o frequentemente. Diz ainda que sofreu *bullying* homofóbico intenso até os seus 17 anos de idade, quando terminou a escola, sofrendo mais com as atitudes dos colegas.

Diogo tentou convencer-se que poderia ser heterossexual e buscou alguns tratamentos, até que, aos 25 anos de idade assumiu que estava apaixonado por Rômulo e que, portanto, era homossexual: "*... então foi uma descoberta muito sofrida, porque todo o tempo era uma coisa: não quero isso pra mim, não quero isso pra mim*".

4.1.3.2 Relato biográfico de Rômulo

Rômulo (55 anos) também é psicólogo e trabalha o mesmo número de horas em média.

Ele vem de uma família portuguesa, com poucas condições financeiras, filho primogênito com um ano de diferença da irmã mais nova. A sua família morava no mesmo terreno dos avós, então Rômulo teve muito contato com seus avôs durante sua infância e juventude. O pai dele trabalhava com mecânica de carros e a mãe seguiu o ofício de sua mãe que era tecelã. Rômulo começou a trabalhar desde cedo ajudando o seu pai no escritório, e batalhou para conseguir terminar a escola, pois já sabia que queria fazer uma faculdade. Seu pai faleceu aos 42 anos de idade de câncer de esôfago (decorrente de fumo), quando Rômulo tinha 19 anos de idade e sua mãe faleceu há pouco menos de um ano.

Ele contou que seu pai bebia muito e era muito autoritário, o que mudou drasticamente quando Rômulo completou 11 anos de idade, quando seu pai o "*emancipou*", declarando que a responsabilidade pelas atitudes seria de cada um, referindo-se aos filhos. Rômulo lembra que o pai ficou mais próximo dele em seu último ano, quando o filho ajudou a cuidar do pai doente, que já não podia comer via oral. De qualquer maneira, Rômulo contou que se inspira

muito na educação que recebeu de seu pai, que herdou o senso de responsabilidade e respeito que esse transmitiu.

Sua família soube de sua homossexualidade por intermédio do pai que ouvira de um conhecido na cidade que seu filho estaria saindo com homens. O pai o chamou e contou que sabia o que estava acontecendo e que as decisões do filho eram de responsabilidade dele e que se precisasse de alguma coisa estaria lá. Ele contou que nunca falou sobre sua homossexualidade com a família, mas que era tácito e sabido. O primeiro namorado foi apresentado como amigo e quando anunciaram que iriam morar juntos não houve espanto por parte da família. Quando fizeram a festa após a assinatura da união estável, Rômulo convidou sua mãe (o pai já era falecido) e ela primeiramente recusou-se a ir, pois disse que se sentiria constrangida, mas por fim foi.

Rômulo contou que não se sentiu discriminado e que sempre se sentiu respeitado, mas que até os seus dezoito anos fez rezas e promessas para deixar de ter atração por homens, namorou algumas mulheres mesmo sem desejá-las, e no momento que se percebeu "homem" decidiu assumir o seu desejo homossexual: "*... eu lembro muito disso: eu tava fazendo a barba, olhei pra minha cara no espelho e tive uma conversa comigo mesmo: Não vai ter jeito, é assim que tem que ser*".

4.1.3.3 O encontro do casal

O casal está junto há 18 anos. Eles se conheceram na faculdade, Rômulo era professor de Diogo (na graduação de Psicologia), que muito o admirava. A relação começou ainda no âmbito acadêmico e Diogo contou que enxergou em Rômulo um pai em um primeiro momento e sentiu-se confuso quando percebeu a atração que sentira pelo professor. Ele encantou-se com a inteligência e beleza de Rômulo. Ambos contaram que sempre foram muito cobiçados por meninas e meninos em seus círculos sociais. Rômulo estava em processo de separação do primeiro *marido* na época em que o casal se conheceu, o qual ainda vivia na mesma casa.

Diogo contou que precisou ir até a casa do professor um dia para terminar um trabalho e acabou ficando para dormir lá, e que a partir daí os dois deram início a um namoro. Eles estavam namorando há quatro meses, quando Diogo foi expulso de casa e mudou-se para a

casa de Rômulo, onde ficou hospedado por alguns meses até conseguir encontrar outra moradia. Eles continuaram o namoro e em menos de um ano decidiram morar juntos, desta vez uma decisão planejada. Doze anos atrás o casal decidiu assinar o livro de união estável da comunidade gay e fizeram uma festa de casamento, o qual não teve efeito legal. Mais recentemente, com a possibilidade do casamento homossexual, eles decidiram se casar legalmente, o que aconteceu no mesmo dia em que o filho mais novo (Matias) foi morar com a família. Atualmente eles são sócios no instituto que dirigem e lecionam.

Rômulo contou que nunca tinha pensado em ser pai, mas que assumiu a parentalidade pela primeira vez quando a sua funcionária engravidou e contou não ter condições de criar a filha, Marina. Rômulo decidiu assumir os cuidados da criança juntamente com o seu ex-marido 20 anos atrás. Quando Marina estava com seis anos, o casal se separou e Rômulo passou a conviver com a filha aos finais de semana, o que segue acontecendo até os dias de hoje. Complementa contando que cuidar da Marina sempre foi um prazer, pois ela sempre foi muito doce e fácil de criar.

Diogo relata que o desejo pela adoção foi seu, e que Rômulo não se opôs apesar de sua preocupação com relação à dificuldade que os filhos poderiam vivenciar por fazer parte de uma família homossexual. O casal queria adotar ao menos um menino, entre três e cinco anos de idade, de preferência dois irmãos. Diogo disse que a experiência de cuidar do irmão mais novo – falecido aos 17 anos de idade em um acidente de carro – o fez desejar adotar meninos.

A mãe de Diogo lhe disse uma vez que se preocupava com o corte na descendência, já que o filho era gay e não poderia lhe dar netos, o que Diogo relatou como uma fala que ecoou em sua vida e influiu na decisão pela parentalidade.

4.1.3.4 A adoção

O casal contou que após uma palestra sobre adoção tardia e de crianças soropositivo decidiram ampliar o perfil das crianças desejadas, aceitando crianças maiores e também soropositivas, mas ainda com preferência por meninos.

Os filhos adotivos são: Alan, 16 anos e Matias, 12 anos. Alan foi adotado com 14 anos e a outra criança que chegou seis meses depois, tinha 10 anos de idade. O casal conheceu o filho Alan primeiramente por um vídeo, no qual uma juíza queria apresentar uma menina soropositiva para ser adotada, entretanto logo no começo do vídeo apareceu o menino Alan, dizendo que não queria ser adotado, que gostava de ler e de tocar piano. O casal imediatamente se interessou por ele, que na época do vídeo tinha 13 anos de idade. Diogo disse: "*... ele tinha um jeito muito meigo, muito tímido, quietinho... eu não achei o Alan bonito, eu gostei dele simplesmente*".

Com relação a Matias, o casal o conheceu no mesmo dia em que foram ao abrigo pela primeira vez. Matias pegou na mão de Diogo e se ofereceu para lhe mostrar o abrigo, depois se sentou ao seu lado para jogar UNO (jogo de cartas) e o casal se apaixonou com a espontaneidade e doçura dele.

O casal frequentou o abrigo com regularidade, praticamente todos os finais de semana. Três meses depois que o casal começou a fazer as visitas ao lar, a coordenação do abrigo reuniu as crianças e trouxe a possibilidade da adoção homossexual e as crianças deram suas opiniões. Nesse dia, Alan disse que não aceitaria ser adotado por homossexuais. Pouco tempo depois, ele foi informado que Diogo e Rômulo eram um casal e queriam adotá-lo e ele aceitou. Os dois viviam no mesmo abrigo, porém não puderam ser adotados ao mesmo tempo por questões judiciais relacionadas ao Matias.

4.1.3.5 A experiência da parentalidade

No momento da entrevista, Alan estava vivendo com a família há 18 meses e Matias há 10 meses, ambos já haviam passado pelo período da guarda provisória e estavam adotados

formalmente com o nome dos dois pais em seus registros. Além disso, os dois agregaram os sobrenomes dos dois pais, na ordem em que foi combinada com cada um deles: no caso de Alan, o sobrenome da família de origem biológica ficou por último, enquanto no caso de Matias ficaram os sobrenomes dos pais adotivos por último. Os filhos chamam os pais pelos nomes próprios ou apelidos na maior parte das vezes, e quando querem pedir algo os chamam de pai. Matias chama os dois de pai com mais frequência, e já no abrigo chegou a chamar Diogo de pai, o que o comoveu.

O casal contou que a chegada dos filhos despertou alguns conflitos conjugais e intensificou outros já existentes: "*Com a chegada dos meninos, as diferenças apareceram assim desnudadas de uma maneira atroz"* contou Rômulo. Diogo disse que após a chegada de Alan, o seu sentimento de rejeição foi tamanho que ele precisou procurar ajuda terapêutica e psiquiátrica.

Rômulo contou que Alan mudou muito rapidamente desde que chegou a família, o casal teve a impressão que ele adolesceu, crescendo abruptamente e apresentando comportamentos tipicamente adolescentes: "*... ele era uma criança até então. Aí saiu a guarda, provisória, né? Ele veio pra casa, e acho que em duas semanas ele adolesceu! ...ele veio de um jeito, e virou de outro... parecia um Greemelin, ele ficou tão bagunceiro!*". Diogo acrescentou: "*... foi no dia que ele assinou aquele papel (risos dos dois), ele se tornou um adolescente com tudo que implica em ser! sabe aquela sensação de propaganda enganosa? Não foi esse menino que eu adotei!*"

Já com Matias, a chegada dele foi conturbada, pois Diogo tinha recém passado por uma cirurgia no maxilar e estava acamado, sem poder falar, quando o filho chegou. "*Matias era uma criança recém-chegada, querendo atenção, afeto e colo, hiperativo e birrento*". Matias chegou com significativo atraso escolar e com isso, o foco da vida dele hoje têm sido a escola e a superação de suas dificuldades.

Além do que a chegada de Matias despertou ciúmes em Alan, que se fechou mais e começou a destratá-lo. Após algumas semanas o relacionamento dos irmãos melhorou e na ausência dos pais é ainda melhor, segundo relatos de terceiros.

Para Rômulo a noção de família estensa comporta além de sua família de origem (mãe, irmã e cunhado), seu ex-marido Júlio, a funcionária e mãe de Marina, que participam dos principais eventos e festas que eles realizam.

A família de Diogo não tem contato com Rômulo, exceto quando o pai de Diogo viaja e então ele é recebido na casa da família. Diogo visita a família entre duas e três vezes no ano, levando os filhos junto com ele, e o *marido* quando o pai não está em casa.

O casal fica fora de casa trabalhando mais de oito horas por dia e contam com a ajuda de duas funcionárias que se revezam atendendo a casa e os meninos. A família almoça junto todos os dias e aos finais de semana eles buscam fazer algum programa diferente em família, Alan gosta de sair com os amigos e tem feito cada vez com mais frequência. Diogo gosta muito de cozinhar e receber amigos em casa, ele contou o quanto aprecia organizar jantares em casa e agradar com seus feitos culinários. Rômulo gosta de ficar em casa, sem muito agito. O casal contou que viaja muito para dar palestras e que antes dos filhos buscavam conciliar as viagens, o que mudou com a chegada deles, pois eles evitam viajar juntos para não deixar os filhos sozinhos.

Com a chegada de Alan, o casal sentiu algumas dificuldades no estabelecimento de um vínculo afetivo com o filho, já que ele se apresentou bastante fechado e distante. O casal relatou que começou a brigar por questões específicas da parentalidade, se depararam com muitas diferenças e se surpreenderam com o abalo que ocorreu na relação conjugal. Diogo contou que voltou para a terapia, pois se percebeu rejeitando o filho e desentendendo-se por demais com o marido.

Matias tem dificuldades na escola e ainda não está alfabetizado. A família está cuidando disso, o menino está com aulas particulares, acompanhamento psicológico e estratégias dentro de casa para incentivar seu interesse nessa área.

O casal contou que tem grandes expectativas com relação ao futuro acadêmico dos filhos, e já têm algumas apostas quantos aos interesses futuros deles. Sobre o Alan, Rômulo compartilhou: "*... os textos dele que eu li são bem elaborados, são textos legais, então acho que qualquer coisa que pudesse fazer com a escrita, se puder juntar com o olhar – já que ele também fotografa muito bem – daria um excelente jornalista...",* quanto ao Matias ele nota: "*ele tem mil habilidades sociais, ele é extremamente simpático, comunicativo, engraçado, comediante*".

4.1.2.6 Análise da entrevista do casal

a) O vínculo conjugal e a escolha pela parentalidade.

O casal se conheceu no ambiente acadêmico e estão juntos há 18 anos. Eles tinham uma relação de aluno-professor, na qual Diogo era aluno de Rômulo, num tipo de relação que pode vir a repetir a complementaridade cuidador/cuidado. Rômulo vivia em um formato familiar com o ex-marido, com Marina, a *filha*, e a funcionária deles, o que fez com que Diogo enxergasse em Rômulo um pai, disponível para exercer a parentalidade.

Rômulo, por sua vez, buscava alguém que além de admirá-lo precisasse de seu amparo e o legitimasse em sua posição de poder. Ele acolheu Diogo em sua casa quando este fora expulso pelo pai (quatro meses depois do início do namoro), reforçando o seu lugar de acolhedor, encarnando um novo "*pai*" para Diogo: "*... eu tinha ele como o pai que eu nunca tive".*

O vínculo se estabeleceu nesse momento de acolhimento, em que Diogo apresenta-se como abandonado e vulnerável e Rômulo encontra alguém que o legitima em seu lugar de homem acolhedor. A constituição desse casal está ligada diretamente à possibilidade de um acolhimento de Diogo por parte de Rômulo, que assume esse lugar daquele que recebe. O início do relacionamento não considerava a construção de uma família com filhos, tanto que Rômulo afirma que já tendo tido a experiência parental, essa não era sua pretensão, mas que aceitou a proposta do marido, pois percebera que era algo importante para este e passou a compartilhar do projeto. De acordo com Diogo: "*... a decisão pela adoção... sempre eu quis muito e o Rômulo também... acho que ele nunca foi contra*".

Rômulo esclareceu que Marina é a filha da funcionária de seu ex-marido, e que a considera filha desde que ele e o ex-marido decidiram cuidar dela. Também contou que assumiu a criação da Marina junto com o ex-marido (que a registrou como pai junto com a mãe biológica sob o pretexto de assumir os gastos com a sua criação) na época e que após a separação do casal, Marina passou a conviver com ele aos finais de semana (ela estava com seis anos de idade), caracterizando a constituição de uma família tradicional em que após a

separação o "pai" deixa o lar e convive com os filhos aos finais de semana. Rômulo enfatiza a parentalidade exercida com a *filha* Marina por meio das responsabilidades econômicas com a criação da mesma.

Diogo contou sentir-se invadindo o território da filha Marina que demonstrou ciúmes com a sua chegada, revivendo a sensação de ser preterido nas relações, primeiramente nas relações paterna e fraterna e posteriormente na relação com a enteada (filha do *marido* atual).

O casal contou ter assinado o livro de união estável da comunidade LGBT seis anos depois que se conheceu e esclareceram que este não tinha validade legal, mas um significado simbólico da união. Quando eles decidiram entrar com o processo de adoção, eles souberam (por intermédio de uma assistente social do fórum) que poderiam fazê-lo em casal e isso os levou a assinar a união estável em cartório. Com a notícia da liberação do casamento homossexual no país o casal decidiu casar, o que aconteceu no mesmo dia da chegada do filho mais novo em casa. A legitimação das relações – conjugal e parental – acontece concomitante, como se uma convocasse a outra: para adotar, os dois casaram no papel. Essas possíveis coincidências podem revelar que quando o casal decidiu pela parentalidade eles já se encontravam em um momento de vida estável e seguro tanto no quesito conjugal como no familiar.

Eles contaram que se sentem à vontade e confortáveis com as escolhas que realizaram. O vínculo conjugal parece bem estabelecido e indica a presença de complementariedade, denotados pelo pacto inconsciente (Kaës, 2011) realizado entre os dois, no qual um demanda cuidado e acolhimento ao mesmo tempo em que fornece admiração e legitimação de poder ao parceiro.

Diogo reproduz a atuação de sua mãe cuidadora e cozinheira ao tentar agradar os outros oferecendo jantares e recebendo-os em casa, repetindo o cuidado materno que recebeu em sua infância.

Durante a entrevista, notou-se a dificuldade de ouvir as histórias individuais do outro, um deles se retirava para fazer um café ou verificar um dos filhos, telefonar para a filha, verificar um dos filhos, o que pode demonstrar a dificuldade de estar junto quando o assunto não é comum. Ambos contaram suas histórias em detalhes e apresentaram um discurso dialogado, complementando-se em diversos momentos.

b) O vínculo parental

O que uniu o casal não foi o desejo de ter filhos, mas a possibilidade de sentir-se aceito, amado, legitimado, de causar orgulho no outro. Apesar desse não ter sido o motivador da conjugalidade, Diogo declarou que sempre teve o desejo de ter filhos e com isso poder repetir a relação de cuidado que teve com o irmão mais novo que falecera muito cedo e de forma abrupta e traumática. Sendo assim, foi simples para Diogo abdicar do desejo de adoção de uma criança pequena, para poder repetir a relação fraternal que tinha com o "*irmão filho*" buscando não só a continuidade do cuidado parental de uma criança com idade aproximada à desse irmão (falecido aos 17 anos), bem como reparações referentes à sua relação com os próprios pais também. Além disso, Diogo apresentou o desejo de dar um neto para sua mãe. No dia do enterro desse irmão mais novo, a mãe de Diogo lhe disse: "*... nosso sobrenome vai morrer aqui, você é gay, não vai ter filhos mesmo*". Diogo contou que essa fala da mãe teve um peso grande, e o desejo de agradar essa mãe perpassa o seu desejo de parentalidade.

Já Rômulo contou que nunca sentiu o desejo de ser pai, que exercera a parentalidade pela primeira vez com a filha Marina porque embarcou na decisão do ex-marido: "*... a gente resolveu dar força pra que ela fosse criada, então assumimos a criação da Marina junto com a mãe que ficou em casa conosco trabalhando, e nós fomos mantendo as despesas e a educação da menina*". Ele comentou que foi Diogo quem sempre quis casar, constituir família e ter filhos, enquanto ele tinha outras ideias como trabalhar muito e mudar de país.

Diogo justificou a demora na decisão da adoção pelo fato de que o casal estava até aquele momento voltado para suas carreiras. Quando decidiram buscar a adoção, eles combinaram que Diogo entraria com o processo, pois eles não sabiam da possibilidade da adoção conjunta para homossexuais. Rômulo repete a posição passiva e não desejante de filhos na situação em que apenas o seu parceiro adotaria legalmente o/s filho/s que o casal assumiria afetivamente. Contou que ser pai de Marina sempre foi muito fácil, que ela o "enganou" dando a ideia de que ser pai seria simples como foi sua experiência com ela. Portanto, Rômulo apresenta o desejo de ter filhos, mas não o desejo de parentalizar/cuidar de fato.

O casal adotou dois meninos, um adolescente de 14 e um pré-adolescente de 10 anos de idade. Apesar de ter entrado na lista de pretendentes com a preferência por crianças com até cinco anos de idade (queriam dois irmãos), ampliaram o leque de possibilidade após uma

palestra sobre a dificuldade de adoção tardia. Essa nova disponibilidade apresentada pelo casal indica a identificação deles com os preteridos, com os não desejados.

Antes da adoção, o casal assistiu a um vídeo do menino Alan (aos 13 anos de idade) ainda no abrigo em que ele dizia que não queria ser adotado, foi nesse momento que eles decidiram que queriam adotar o menino. Quem contou essa história foi Diogo, que enfatiza a necessidade que ele tem de ser escolhido, na tentativa de reviver a cena de sua infância com o pai que até determinado momento não o rejeitava, poder acolher um filho ou um representante do irmão que precisa ser cuidado foi o caminho que Diogo encontrou para reparar as lacunas na relação parental entre ele e o pai e também com o irmão falecido. O outro filho Matias foi quem os recebeu no abrigo no primeiro dia da visita do casal, ele escolheu o casal de pais e após alguns meses, sem saber ainda da intenção do casal em adotá-lo, chamou Diogo de pai elegendo-o assim para ocupar esse lugar.

O casal Rômulo e Diogo realizou um estágio de aproximação no abrigo, o qual visitou aos finais de semana por meses, até que os responsáveis pela coordenação da instituição apresentaram a possibilidade da adoção por casais homossexuais para as crianças e os dois meninos Alan e Matias disseram que não aceitariam serem adotados por dois homens, mas talvez por duas mulheres. Posteriormente, Alan foi questionado separadamente se ele gostaria de ser adotado pelo casal Rômulo e Diogo e ele aceitou. Matias não estava liberado para adoção, pois o processo de destituição do pátrio poder não havia sido concluído, processo que levou aproximadamente seis meses até a adoção se efetivar.

Em relação aos sobrenomes dos filhos, Alan optou por manter o sobrenome de origem e acrescentar os novos, pois ele relatou que não queria deletar o seu passado, segundo a fala dos pais. Na decisão de Alan transparece um desejo de integrar suas heranças originárias (biológicas) às novas referências familiares surgidas com a adoção, o que foi encarado pelos pais de forma positiva, uma vez que eles relataram compreender a importância de respeitar a história do filho.

Diogo mostrou-se mais atento com relação às datas referentes à adoção, à chegada dos meninos na casa, às idades e detalhes da vida dos filhos. O desejo de parentalizar aparece claramente no investimento psíquico depositado nos cuidados atentos de Diogo. O mesmo é reconhecido pelo filho mais novo que o enxergou como pai antes mesmo de ser adotado formalmente, nomeando-o dentro do abrigo. A maior disponibilidade de Diogo no exercício da parentalidade pode estar relacionada à identificação com essas crianças rejeitadas e abandonadas, assim como ele sente que o foi.

A sensação de rejeição recorrente de Diogo, primeiramente com o pai, posteriormente com a enteada Marina se atualiza na relação com o filho Alan, o que lhe despertou sentimentos de depressão afetando seu relacionamento conjugal, social e profissional. Um dos fatos relatados por Diogo para explicar seu sentimento foi a escolha de Alan diante do seu novo registro, no qual ele podendo opinar diante da possibilidade de acrescentar os sobrenomes dos dois pais, escolheu o sobrenome do Rômulo depois do seu em seu nome, justificando pelo fato de ser mais fácil. Diogo contou: "*... desde que ele veio morar em casa, foi extremamente difícil, eu me senti muito rejeitado por Alan, ele começou a rejeitar todo tipo de afeto, e então eu percebi que eu tava rejeitando ele".*

A chegada dos filhos despertou conflitos conjugais no casal, os quais foram gerados especialmente pela reedição de um conflito familiar de Diogo: o sentimento de rejeição do pai. Diogo tinha a fantasia que Alan poderia ser esse "irmão filho" e que lhe permitiria ao mesmo tempo se sentir aceito e amado - como ele não se sentiu diante do pai, além de um cuidador - a fim de reparar a falta que sentiu dos cuidados do pai (Rodriguez, Merli & Gomes 2015). Diante da atitude de Alan, que não se submeteu a responder às necessidades de Diogo, este se desorganizou e retornou a estágios primitivos tal como a dependência total, deprimindo.

Diogo relatou que sua relação com o filho Alan começou a melhorar nos últimos três meses, quando ele percebeu que o filho estaria reconhecendo seu amor – por meio de elogios à suas comidas: "*... pela primeira vez na vida o Alan está me elogiando numa comida que eu fiz*". A própria construção da frase de Diogo denota como este espera ser reconhecido/elogiado por seus feitos culinários, e sua leitura é a de aceitação, de orgulho. Parece que é nesse momento que o vínculo pai-filho começa a se constituir, mesmo que tardiamente (aproximadamente um ano após a chegada de Alan na família), representado pela possibilidade de reparação de faltas, vivenciando então a parentalidade reparatória (Rodriguez & Paiva, 2012). O "fazer família" entre pais e filhos (Benghozi, 2010) só pode acontecer quando Diogo passou a enxergar em Alan um sujeito para além de objeto de seu desejo, que estaria sendo adotado para cumprir com mandatos familiares (Féres-Carneiro & Ziviane, 2009).

O casal mencionou que os filhos têm se referido a eles como pais para os colegas fora de casa com mais frequência do que os chamam em casa, e declaram que optaram por deixá-los à vontade no quesito da nomeação, uma vez que compreendem que a parentificação (Solis-Ponton, 2004) é um processo e que cada sujeito tem o seu ritmo de construção vincular.

Alan costuma chamá-los pelo nome próprio e quando quer pedir algo se utiliza da palavra pai, como em uma tentativa de reforçar o vínculo e aumentar a chance de ter seu pedido atendido.

Rômulo enfatizou a sua expectativa de que os filhos tenham uma carreira de sucesso, declarando a sua preocupação atual com os estudos. Ele atualiza a atuação do próprio pai que fez as projeções para o futuro, gerando expectativas para a independência dele como filho quando este começou a trabalhar nos negócios do pai. Diogo disse que quer que os filhos sejam felizes, mas também compartilha da preocupação do *marido* com relação aos estudos dos filhos, "*... a gente se preocupa com o desinteresse deles pela escola, que pra gente tem um valor importante*", e explica que tanto ele quanto o *marido,* que tiveram o apaixonamento ocorrido em ambiente acadêmico, valorizam muito o estudo, pretendendo assim transmitir esse interesse pelo conhecimento aos filhos.

O participante referindo-se à educação que dá aos filhos:

> *... eu faço igualzinho o meu pai, eu falo: eu acho que não vai dar certo, mas você que sabe, se não está fora das regras eu deixo passar. Então eu vejo hoje que eu sou muito parecido com o meu pai e acho que foi uma coisa legal*.

A família de Diogo tem pouca convivência com Rômulo, Diogo leva os filhos e a enteada para visitar a sua família de origem de três a quatro vezes ao ano em média. Diogo relatou: "*... o Rômulo continua sendo persona non grata, eu quando vou, eu vou sozinho ou vou com os meninos*". O convívio com as famílias de origem de ambos não se ampliou com a chegada dos filhos, a família nuclear cultiva laços de amizade intensos que participam efetivamente da rotina, as quais são conhecidas como "família de substituição" (Eribon, 2008).

Rômulo contou que com a chegada dos filhos o casal tem ficado menos tempo juntos, pois estão revezando os finais de semana de viagem a trabalho, e pretendem diminuir a frequência dessas viagens em breve.

Com a chegada dos filhos, o casal criou pares, Diogo - Matias, Rômulo - Alan, segundo as afinidades, já que Diogo é mais agitado e gosta de bagunça, ele interage mais com o filho menor Matias, enquanto Rômulo prefere programas mais tranquilos com pouca gente e estabeleceu um vínculo afetivo com maior facilidade com o filho mais velho Alan. Rômulo disse: "*O final de semana ideal pra nós é quando sai ele e o Matias para onde quer que eles queiram e fico eu e o Alan em casa pasmando".*

c) O vínculo familiar, o legado geracional e a família atual

O sentimento de pertencimento a uma família parece ser anterior à chegada dos filhos adotivos, Diogo compartilhou a sensação de cuidado paternal que sentiu quando se juntou ao Rômulo e o sentimento de família após as adoções em um primeiro momento foi abalado e não intensificado, como seria de se esperar. Isso ocorreu, pois Diogo sentiu-se excluído diante do filho que passou a disputar a atenção do "pai", que seria o mesmo pai para os dois.

Foi nos últimos meses que Diogo sentiu de fato que eram uma família, devido às dificuldades que teve logo após a chegada de Alan o que resultou em um movimento regressivo neste – relacionado aos sentimentos de exclusão e rejeição. Foi após alguns meses (quatro) da chegada de Matias, o filho mais novo que compôs par com o pai Diogo, que este se sentiu mais tranquilo e pertencente à família: "*... eu sinto que a gente tá [sic] começando a ter uma conexão, sabe, como família mesmo*". A possibilidade de ser aceito e acolhido pelo filho Matias aparece então como uma reparação às suas feridas narcísicas nessa nova família que estão construindo.

Com relação à sua família de origem, Diogo reconhece que essa sempre fora homofóbica:

> *... E meu pai sempre avesso, extremamente homofóbico. Minha família toda. Então esse nível de aversão, mas sempre muito unida, minha mãe é muito agregadora e meu pai é muito fechado, ele não é afetivo, ele é mais difícil de expressar, bem macho típico*.

Ainda assim, ele traz um desejo intenso de ser aceito por essa família e declara o quão paradoxalmente ele é parecido e diferente do pai, ao contar da sua forma de expressar afetos: "*... meu pai tem uma coisa que gosta de brincadeira de mão, e eu sou igualzinho, se você vê eu e o Matias junto, a gente fica na porrada de um jeito carinhoso".*

Ao falar da mãe, Diogo retoma a questão do afeto por meio da comida e mostra-se repetindo o modelo da mãe amorosa, mas que não alcança o ideal de ego que o pai representa: "*... minha mãe é uma pessoa muito afetuosa, ela tem essa coisa que eu aprendi também, de mostrar afeto fazendo comida, embora meu pai seja muito melhor do que ela, ele é um excelente cozinheiro até hoje*". Diogo conta que sempre se sentiu rejeitado pelo pai, mas que atualmente eles trocam receitas, ou seja; a culinária aparece então como uma ponte entre pai e filho. Ser reconhecido e amado para Diogo está hoje relacionado com a apreciação ou não de

sua comida, na tentativa de aprimorar o afeto que o pai tinha a oferecer e que foi insuficiente para ele.

Ele contou que tem muito orgulho do relacionamento dos pais, que se espelha na forma como eles se vinculam, desconsiderando então a rejeição que sofrera de ambos, seja ativamente pelo pai, seja passivamente pela mãe. Isto é, Diogo mesmo excluído pela família necessita idealizá-la, para com isso ter seu sentido de pertencimento fortalecido justificando o seu desejo de repetir a mesma forma. Ele diz:

> *A ideia de família pra mim é fundamental, sabe, os meus pais tem um relacionamento fantástico, eles estão juntos há 50 anos, você vê no comportamento dos dois o quanto eles se gostam, e essa coisa pra mim é algo que eu tenho como maior valor. Esses dias conversando com a minha mãe, eu fiquei sabendo que eles fazem algo desde que se casaram: quem acorda primeiro levanta e faz o cafezinho pro outro e isso é um símbolo do amor. E isso é algo que eu e o Rômulo também fazemos. Eu nunca atinei que meus pais faziam isso, mas eu tenho isso como um símbolo da gente, o dia que não tem o cafezinho na cama falta alguma coisa.*

Diogo transmite uma grande preocupação em dar continuidade às heranças familiares, busca repetir tudo aquilo que lhe pareceu positivo na atuação parental dos seus pais e tem se dedicado a transformar cenários primitivos relacionados à repetição de sentimentos de exclusão seja em casa, na escola e na sociedade.

Rômulo conta que sempre valorizou muito a família também, que tem na sua um exemplo de comunhão e valores:

> *A minha vida sempre foi muito com família. ... Minha vida era com todos os avós juntos todo o tempo, quando meu tio irmão da minha mãe casou, construíram uma outra casa no meio do terreno pra que ele ficasse, então eu vivi num feudo. Família é uma coisa muito importante!.*

Continua dizendo que tinha um relacionamento muito próximo com a sua mãe e que seu pai lhe ensinou muitas coisas, que conversavam com frequência:

> *... aos 11 anos ele disse: agora se vocês quiserem rolar comigo, se vocês tiverem certeza do que vocês estão falando a gente vai brigar até vocês conseguirem o que vocês querem, e de fato a partir daí eu comecei a decidir coisas da minha vida, ele sempre chamava os dois pra conversar enquanto ele fazia a barba no banheiro, a porta entreaberta, sentava eu e minha irmã num banquinho e enquanto ele fazia a barba conversava com a gente e minha mãe ouvindo da cozinha.*

Apesar de ter sido "*emancipado*" pelo pai aos 11 anos de idade, quando ainda era uma criança e não poderia assumir a responsabilidade pelos próprios atos, Rômulo admira a atitude do pai e declara ser sua inspiração na sua atuação parental, enfatizando que a sua participação na formação dos filhos deve ser a orientação e nada mais. O modelo de vínculo sem afetividade que foi estabelecido com o pai dele é reproduzido na relação com os três filhos, de certo abandono emocional. O pai sustentou-o financeiramente como se isso fosse suficiente para uma criança.

O pai de Rômulo aparece como símbolo de masculinidade para o filho – o pai fazendo a barba – cena remetida em diversos momentos importantes: o momento em que o pai emancipa o filho, a conversa sobre a descoberta da homossexualidade e, por fim a cena do próprio Rômulo quando decide aceitar-se e assumir-se como homossexual aos 18 anos de idade. Naquele momento diante do espelho, ele recordou-se de enxergar-se como homem maduro que deveria, portanto bancar seus desejos e escolhas, o que claramente não estava de acordo com os mandatos familiares e sociais.

Na produção do genograma, Diogo e Rômulo se alternaram no desenho decidindo juntos as figuras e a localização das mesmas no desenho. Rômulo deu início à produção desenhando o casal, os filhos e sua família de origem, logo em seguida Diogo assumiu o desenho acrescentando amigos e os gatos de estimação e logo pediu mais uma folha, para compor a sua família de origem.

A impossibilidade das duas famílias de origem ocuparem a mesma folha de papel na construção do genograma denota a dificuldade de integrar a família de origem de Diogo como parte da família extensa, já que está não aceita Rômulo como seu *marido* . A inserção de figuras significativas como amigos e ex-maridos apareceu no desenho apontando a possibilidade de criação de novos laços familiares. A segunda folha, na qual Diogo representou a sua parte da família de origem, coube apenas o *marido* Rômulo, mas não os filhos. Essa representação indica que a não aceitação da relação conjugal de Diogo com Rômulo e da construção familiar do grupo – Diogo, Rômulo e três filhos – implica na impossibilidade de Diogo sair da posição de filho e reconhecer-se como pai, o que explica sua dificuldade diante do filho Alan logo que este chegou à família.

Sobre as famílias de origem e as heranças que carregam com eles, percebe-se que as histórias se distinguem *a priori* pela questão da aceitação da homossexualidade, na família de Diogo perdura a homofobia enquanto na família de Rômulo há um maior grau de aceitação. Apesar da diferença de atitude das famílias de origem diante da homossexualidade dos filhos, ambos enxergam em suas famílias modelos de referência, seja pela atuação do pai, da mãe, seja como casal conjugal. Ambos declararam o desejo de transmitir aos filhos a herança positiva recebida das famílias, além da ânsia de reparar as faltas que sentiram (Rodriguez; Merli & Gomes, 2015).

4.1.4 Relato da entrevista do casal quatro: Guilherme e Rafael

Na ocasião da entrevista, o casal Guilherme e Rafael residia no estado do Rio de Janeiro.

4.1.4.1 Relato biográfico de Guilherme

Guilherme (49 anos) é jornalista, trabalha atualmente como profissional autônomo na área da política.

Ele vem de uma família reconstituída, pois quando seus pais se casaram a sua mãe já tinha a primeira filha. Seus pais são da Bahia e se reencontraram no Rio de Janeiro, onde construíram família. Guilherme contou que seu pai "*abraçou*" a sua irmã e a criou como filha, ato que ele reconhece como de grande valor. Guilherme se considera o filho temporão de seu pai, já que nascera quando o pai tinha mais de 40 anos de idade.

Quanto à sua mãe descreve-a como extremamente exigente, controladora e perfeccionista, chegando a ser agressiva em diversos momentos: "*... Eu acho que ela solapou minha autoestima por causa disso, eu nunca era suficientemente bom*." Guilherme contou que sempre foi ótimo aluno e que costumava realizar todas as suas tarefas de forma dedicada e cuidadosa, buscando agradar a mãe e proteger-se do *bullying* homofóbico tanto no ambiente escolar como no social.

Segundo seu relato, sua mãe nunca aceitou sua homossexualidade, logo que ela começou a desconfiar do seu interesse por meninos chegou a agredi-lo e proibi-lo de ver alguns dos amigos. Ele reconta uma fala da mãe "*... preferia que meu filho fosse um criminoso de que veado*". A mãe faleceu há mais de vinte anos, como consequência de um câncer reincidente. Perto de sua morte ela o chamou para pedir perdão e dizer que o aceitava como ele era, mas Guilherme diz não ter se convencido, acredita que seu discurso era falso e interesseiro já que sua mãe era religiosa e precisaria consertar seus erros antes de seu falecimento. Guilherme fala de sua mãe com mágoa e rancor, recordando-se de momentos diversos em que o reprovava duramente, fazendo-o sentir-se não aceito. Guilherme morou com a família de origem até a morte de sua mãe, quando ele tinha 27 anos de idade.

Com relação ao seu pai, ainda vivo no momento da entrevista (com 92 anos) ele contou que o sentia como distante e ausente, pouco envolvido, com as questões familiares. Menciona a falta de afetividade do pai, o que mudou com o falecimento da esposa, levando-o a buscar proximidade com os filhos e netos, esforçando-se para expressar seus afetos.

Quanto à homossexualidade, ele contou que sentia atração por meninos desde cedo (aproximadamente aos sete anos de idade) e que teve alguns namoros adolescentes homossexuais. Ele relatou a utilização da estratégia compensatória de ser o melhor na escola, tanto em sala de aula como nas atividades físicas, e acredita que com isso afastou de si as possibilidades de sofrer *bullying*. Comentou que no quesito relacionamentos afetivos sempre se relacionou com rapazes mais jovens, caracterizados em seu relato como breves e superficiais.

Relata ainda que a homossexualidade nunca fora um assunto entre ele e o pai. A não aceitação estava implícita - como um não dito (Eiguer, 2010) - e Guilherme justifica a dificuldade de seus pais aceitarem a homossexualidade pelo fato de serem de outra geração, "*mais conservadora e tradicional*". Atualmente seu pai mora com a família de sua irmã, em Salvador, e tem um bom relacionamento com Guilherme e sua família, apesar de suas limitações diversas – como a perda da audição e da mobilidade física.

Guilherme tem uma diferença de idade com a irmã considerável (15 anos) e embora tenham sido sempre próximos afetivamente, nunca sentiu necessidade de contar da sua homossexualidade para esta, pois já estaria implícita afirma ele, o que leva à reforçar o não dito familiar (Eiguer, 2010).

4.1.4.2 Relato biográfico de Rafael

Rafael (33 anos). Trabalha como profissional liberal, corretor de imóveis. Ele vem de uma família tradicional, primogênito de três filhos, sendo dois homens e uma mulher. O irmão mais novo é um filho temporão (15 anos).

Relata que seu pai vem de um modelo de família tradicional do Rio de Janeiro e que sua mãe sofrera muito preconceito por conta de sua origem afrodescendente e pobre. Segundo ele, as famílias de origem dos pais são muito diferentes, a família paterna é descrita como

"*uma família em pé de guerra por conta dos negócios*", enquanto a família materna: "*É o contrário, é uma família grudada, sempre está todo mundo junto*".

Sua referência de família sempre foi a família materna, com a qual se relacionava com frequência, enquanto com o lado paterno, inclusive com o próprio pai, não havia muito contato. A sua sensação de que seu pai não participava e não se interessava pelos filhos o fez chegar a pensar que seu pai não saberia seu nome completo ou idade: "*... houve uma época eu achava que meu pai não sabia meu nome todo*". Rafael recorda ter sofrido abuso sexual por parte do pai durante a sua primeira infância, ele relata que em viagens (quinzenais) para a casa da família materna ele dormia na mesma cama com o pai e acordava pela manhã com o pai esfregando-se nele, o que ele diz ter ocorrido até os seus sete anos de idade aproximadamente. Ele comentou que a falta que sentia do pai aliado à raiva pelo abuso sofrido, o levou a desejar ser o oposto do mesmo, como marido e como pai, reforçando sua intenção de afastar-se da imagem que carrega desse homem. Contou ainda que seu pai nunca foi independente financeiramente e que era grosseiro no trato com as pessoas, inclusive com os mais próximos, os familiares. Ele refere-se ao pai como um "*pai de merda*".

Em sua família toda nunca houve um divórcio e acredita que sua mãe foi injustiçada ao permanecer junto do marido, que segundo ele nunca valorizou a esposa e a família. Rafael menciona que sempre teve uma relação bastante estreita com a sua mãe, ele diz: "*... eu sempre fui o contrário que meu pai foi com minha mãe, muito presente em tudo, e assim de mulher a grande amiga que eu tenho é minha mãe*".

Rafael tem um relacionamento próximo com a sua família de origem, os visita com frequência e atualmente trabalha com a irmã. Desde muito cedo (três anos de idade) seu irmão convive com ele e Guilherme tem uma relação próxima com o casal. Afirma que seus pais estão encantados com o neto e que têm investido na relação, convidando-o para estar mais tempo com eles.

Já na primeira infância Rafael se percebia homossexual, entretanto foi preciso disfarçar a mesma por receio de perder o amor de sua mãe. Ele chegou a ter alguns namoros heterossexuais na adolescência, mas assumiu-se homossexual aos 17 anos de idade para seus pais, que ficaram bastante assustados questionando-o se ele passaria a se vestir de mulher ou viver uma vida promíscua como um "*Cazuza*". Aos 18 anos ele saiu de casa para ir morar com a namorada (o que ele nomeia como *casamento*), que também sabia que ele era homossexual. Diz que gostava muito dela e que era bom namorá-la, inclusive porque

mantinha uma vida amorosa paralela com outros homens. Essa relação durou quatro anos, até que ele se apaixonou por Guilherme e decidiu terminar com ela.

4.1.4.3 O encontro do casal

O casal está junto há 12 anos, dos quais mais de cinco eles passaram fora do país (entre China e Estados Unidos) por conta do trabalho de Guilherme. Eles consideram-se casados, assinaram o documento de união estável.

O casal se conheceu em uma boate, Rafael ainda namorando e morando junto e Guilherme solteiro, tendo terminado recentemente outro relacionamento homossexual. Rafael contou que estava insatisfeito com o seu casamento, "*... eu estava realmente certo que essa historia (de casamento) não ia avançar. Estava insatisfeito de uma forma geral, e com um sentimento, eu estou me sacaneando porque eu não estou fazendo a coisa que eu tenho que fazer*".

Rafael contou que logo que viu Guilherme se encantou, disse que enxergou um homem comum, mais velho (16 anos de diferença) e com uma beleza despretensiosa. Guilherme sempre se interessou por rapazes mais novos e estava acostumado com relacionamentos instáveis e breves. Rafael diz que se apaixonou logo de cara e que Guilherme foi o primeiro homem com quem se sentiu à vontade para passar a noite junto.

Guilherme, por sua vez, declarou menor interesse, contando que "*se deixou conquistar*". Rafael investiu nele e algumas semanas depois de se conhecerem, estavam namorando. Seis meses depois Guilherme convidou Rafael para morar com ele e na semana seguinte Guilherme recebeu a proposta de um trabalho na China por um período de um ano, para o qual ele partiu seis meses depois da chegada de Rafael.

Quando dessa partida, seis meses depois da decisão da coabitação, Rafael se desestruturou e não conseguiu manter sua rotina de trabalho e estudo, "*... não conseguia não falar com ele, eu não queria mais trabalhar, não queria mais fazer aquilo, queria viajar com ele, sofri de saudade*". Seguiu contando que ambos tiveram seus encontros casuais com outros homens e que quando ele descobria os casos do namorado se sentia muito deprimido, chegando a achar que nada mais daria certo e que iria morrer. Quando Guilherme voltou da

China, eles conversaram e decidiram ficar juntos, então Rafael o acompanhou de volta para a China, uma vez que Guilherme teria mais uma etapa de trabalho. Rafael compartilha: "*... que dure para sempre porque de todo mundo que conheci nesses doze anos ninguém eu tive um interesse*".

Antes do casal se constituir, Rafael contou que tinha o desejo de ser pai e que isso parecia o destino certo se continuasse com uma mulher, mas quando decidiu ficar com Guilherme a ideia da parentalidade deixou de ocupar a sua mente. Guilherme contou que nunca tinha tido o desejo de ser pai antes de conhecer Rafael. Ele justifica isso explicando o funcionamento do mundo gay:

> *... o universo gay é um universo muito egoísta, muito autocentrado. É um universo hipercompetitivo, que é do masculino! Com uma coisa de cafedonismo [sic], é predador, entendeu? Que quer manter a juventude para sempre, que se preocupa com corpo, é um universo que não abre espaço para o pensamento de paternidade, entendeu? O das lésbicas não, ele é mais afetivo e maternal do que entre homens, então eu acho que pode ser que as mulheres tenham esses pensamentos com mais frequência ...*

4.1.4.4 A adoção

O casal contou que começou a pensar em adoção enquanto viveram na China, comovidos com o número de meninas que eram abandonadas no país e que eram destinadas à adoção (aproximadamente oito anos antes da decisão pela adoção). Eles relatam que antes do desejo de ser pai, havia um desejo altruísta de colaborar com a sociedade aliado a uma fantasia de que a parentalidade os afastaria da promiscuidade da "*vida gay",* nas palavras de Guilherme:

> *... você quer dar oportunidade para uma criança que não teve, e a gente achava que devia fazer isso, tinha uma pegada de vida gay que a gente achava meio fútil, a gente estava cansado daquilo tudo, já estávamos casados há muito tempo. E achava que a gente podia ter esse gesto dar oportunidade para alguém que do contrário não teria.*

O interesse na adoção surgiu:

> *... primeiro realmente de a gente tentar construir uma vida, a gente vai tendo dinheiro e vai fazendo a vida. Faltava alguém, faltava alguma coisa, e a gente queria realmente dar oportunidade para alguém, que é para a gente ficar melhor, já que os abrigos estão lotados ...*

Eles contaram que o desejo de ser pai surgiu como uma consequência do tempo de conjugalidade, Rafael contou: "*... a história do filho nasceu do relacionamento, eu acho que se não fosse o relacionamento, talvez eu não tivesse pensado nisso. Foi um degrau sabe ...*" e completou dizendo que no momento em que se encontraram de volta ao país de origem,

estáveis financeiramente e seguros no relacionamento, sentiram que faltava algo e que poderiam construir uma família nos moldes normativos, como comentou Guilherme: "*... uma família que tivesse uma criança, um gato, um cachorro, sabe? ideia de família, bem igual a de todo mundo*".

O casal entrou com o pedido de adoção logo que voltaram de viagem, estavam morando em São Paulo, alguns meses depois voltaram para o Rio de Janeiro e o processo de adoção foi perdido. Até que encontraram o processo e este foi transferido para a cidade do Rio passaram-se dois anos, e daí em diante em menos de um ano receberam a notícia de que havia uma criança disponível para eles em Minas Gerais.

O perfil desejado pelo casal excluía apenas a possibilidade de um bebê menor de dois anos de idade, "*... de dois a seis anos, a gente não queria bebê. Podia ser branco, pardo ou negro, menino ou menina*". O filho adotado é Pedro, com cinco anos de idade na época da entrevista. O casal viu o filho pela primeira vez em uma foto que receberam via email, no qual era oferecido para adoção: "*menino, quatro anos, pardo, interior de Minas, destituído, com suspeita de síndrome alcoólica fetal*". Eles relataram que ver a foto foi um "*baque*" e que a criança não se parecia em nada com o que eles haviam imaginado, imagem que eles tampouco conseguem descrever.

Rafael comentou que depois que viu a foto, enquanto viajava com o *marido* até a cidade onde ficava o abrigo, que declarou que se não fosse para o Pedro ser o filho deles então ele não queria mais ficar na fila tentando adotar, pois se sentiu mal com a possibilidade de escolha e recusa de uma criança que pode ocorrer no processo de adoção, "*... quem sou eu para fazer isso, e a criança que nem teve a chance de me escolher*?".

O casal se interessou e viajou até a cidade em um final de semana previamente combinado com a equipe do abrigo e da Vara da Infância da cidade. Relataram como uma "*grande viagem*" em que pegaram um avião até Belo Horizonte, e depois dirigiram quatro horas até chegar à cidade do abrigo. Descobriram que o menino já havia sofrido uma devolução anterior e que tinha também uma irmã de 14 anos de idade que vivia no mesmo abrigo. Segundo o casal, o juiz lhes confessou: "*Eu não posso errar, porque a criança já teve uma adoção que não deu certo, teve três casais que saíram com ele e vieram dar ele de volta falando que não o queriam*", enfatizando que a criança já havia sido rejeitada diversas vezes e não poderia sofrer mais um abandono.

Chegando lá, eles conheceram o Pedro, que, para o espanto da equipe do abrigo, prontamente se dispôs a brincar com o casal. Segundo eles, Pedro mostrou-se "*... uma criança bastante carinhosa*". O casal havia feito uma aposta brincando para saber quanto tempo levaria para o filho chamá-los de pai – dois meses ou um mês, e depois de meia hora brincando juntos, o menino chamou Rafael de pai, deixando-o embasbacado.

O processo de adoção foi extremamente rápido, o casal visitou o menino nos dois primeiros dias, no terceiro dia saíram para passear e o levaram para dormir com eles no hotel. No quarto dia voltaram com Pedro para o Rio de Janeiro, segundo o casal o menino já estaria partindo com eles já em vias de ser adotado, sem passar pelo período de guarda provisória.

4.1.4.5 A experiência da parentalidade

O casal contou que a chegada de Pedro na família foi um choque, pela rapidez com que se deu o processo. Descrevem o menino como extremamente calmo, carente, doce e disciplinado. Eles contaram que logo que Pedro chegou ele comia de tudo com facilidade, mas quando começou a perceber a variedade e a possibilidade de escolha e recusa, o horário da refeição tornou-se complicado.

Rafael comentou que Pedro demonstra muito medo de ser agredido, protegendo-se quando os pais falam mais duramente com ele (colocando as mãos sobre a própria cabeça). Pedro sofreu agressões físicas da família adotiva anterior e contou alguns episódios para os pais, o que os ajudou a entender sua postura regressiva e amedrontada.

Contam que antes da chegada do filho eles se informaram, se preparando para a adoção. Eles comentaram que os grupos de apoio à adoção foram extremamente úteis e recomendam a todos aqueles que desejam adotar. Depois que Pedro chegou a família, o casal percebeu que muito do que eles haviam idealizado na criação não acontecia e Guilherme concluiu: "*... Chega na hora do vamos ver, tudo é diferente!*". Ele comentou que somente com a chegada do filho se deu conta que o seu físico não acompanha as brincadeiras do Pedro e sente pena por não poder mais "*fazer aviãozinho*", por exemplo.

O casal contou que se preparou para a chegada do filho, começaram a ficar mais tempo em casa, a praticar algumas receitas e quando Pedro chegou sentiram que a rotina

mudou completamente: "*... então ele mudou tudo, mas a gente sente essa falta de um tempo, um tempo nosso*, *então assim o dia ficou curto, então assim, dorme-se pouco e aí ..)".*

Os pais e o irmão mais novo de Rafael vivem em uma cidade de interior e tem convivência média, quinzenal, com a família de Rafael e Guilherme. Pedro gosta muito de ficar na casa dos avós, o casal contou que o filho já ficou dois finais de semana com eles. A parte da família de Guilherme convive menos por conta da distância física, eles moram no Nordeste do país. A família nuclear convive com maior frequência com amigos próximos e com a irmã de Rafael que também mora na mesma cidade.

Sobre os cuidados diários com o filho, optaram por não ter babá no início e contam com a ajuda de uma funcionária no período da manhã três vezes por semana, que cuida da casa e do almoço. Pedro vai para a escola no período da tarde e Guilherme aproveita para trabalhar nesse tempo, pois trabalha em casa. Pedro faz natação e ginástica, duas vezes na semana, o pai Guilherme o leva.

Pedro chama os pais de "*pai Guilherme e pai Rafael*", e no primeiro mês que esteve com eles chamava todas as mulheres (a mãe e a irmã de Rafael, a *baby sitter*, as amigas do casal) que lhe apresentavam de mãe, o que fez com que o casal repensasse como trataria a questão com o filho. Rafael explica:

> *No abrigo tem essa história que uma mãe vai ter, se vai ter pai nessa historia não sei, mas uma mãe sempre tem. Chega aqui e cadê a mãe, né? Não tem. Só pai, e tem até dois e não tem mãe nenhuma, a gente teve que explicar diversas vezes: não é a mãe, não é a mãe*!.

Eles lhe explicaram que a sua mãe biológica havia falecido e que a família deles agora era essa, sem mamãe: "*... você, dois homens, gato, cachorro, essa é nossa família*", nas palavras de Rafael.

Rafael contou que cozinha com maior frequência, mas que as tarefas como dar banho, cortar as unhas, colocar para dormir, são alternadas entre os pais. A família costuma almoçar junto, e como Pedro tem levado muito tempo para comer eles precisaram adiantar o horário do almoço, que começa às onze horas e trinta minutos. O casal entende que Pedro está sentindo-se cada vez mais seguro e confiante na nova família e que, portanto, é natural que ele comece a apresentar algumas resistências e rebeldias.

Comentam ainda que logo no início das aulas na escola, houve uma tarefa de casa em que pediam para que a criança se desenhasse, o que causou um grande desconforto em Pedro. Ele recusou-se a desenhar algumas vezes, e depois por insistência dos pais desenhou-se

rabiscando agressivamente o cabelo desenhado, denotando sua raiva com relação ao seu cabelo enroladinho.

A maior preocupação dos pais com Pedro está relacionada ao seu desenvolvimento cognitivo, devido ao histórico gestacional dele (mãe alcoolista) e a um notável atraso não só na escola, mas também em casa. Entretanto, acreditam que essa questão pode ser superada em poucos anos e que, com os estímulos certos Pedro poderá desabrochar e desenvolver-se plenamente.

Quanto às expectativas do casal com relação ao filho, eles disseram que querem oferecer todas as ferramentas para o filho se desenvolver e alcançar o seu melhor, além de poder transmitir o legado geracional positivo sem exagerar nas expectativas, como o fez a mãe de Guilherme.

4.1.4.6 Análise da entrevista do casal

a) O vínculo conjugal e a escolha pela parentalidade.

O casal se conheceu há 12 anos e desde então estão juntos, apesar de um período de viagem (seis meses) de Guilherme em que eles estiveram separados. Eles se encontraram pela primeira vez em uma boate e contaram de um processo de conquista de Rafael em direção ao Guilherme, que se dizia pouco interessado, pois havia terminado outro relacionamento pouco tempo antes.

Eles se conheceram em um local público, passaram a noite juntos e algumas semanas depois estavam namorando. Seis meses mais tarde Guilherme chamou Rafael para morar com ele, e desde então o casal vive junto. Rafael contou que Guilherme foi o primeiro homem com quem ele se sentiu confortável para passar a noite toda junto e que isso foi um sinal de que esse homem valeria à pena. Rafael empenhou-se na conquista de Guilherme, cortejando-o por algumas semanas até assumirem um relacionamento sério. Durante esse tempo Rafael

terminou seu relacionamento com a mulher com quem vivia e estava determinado a assumir-se como homossexual no relacionamento com Guilherme, ou seja; ele se sentiu forte para bancar o seu desejo, pois havia encontrado outro homem tão admirável – "*bonito e atraente*" – quanto seu pai; dada sua atração pela aparência de homem maduro e mais velho (16 anos de diferença) de Guilherme – o que ele mesmo contou que associou com a figura do pai, retratando uma atualização de sua relação com este.

Apesar do discurso de Rafael sobre o seu pai estar repleto de comentários prioritariamente no negativo (Kaës, 2011) transparece a sua identificação com o mesmo. O seu esforço em superar o pai – dizendo que pretende fazer todo o oposto do pai, tanto na relação com a própria mãe, com o marido e com o filho – traduz a dificuldade de Rafael lidar com um contrato narcísico (Aulagnier, 1977) rompido com esse pai, pelo fato de não ter sustentado o casamento heterossexual, possibilitando a continuidade da linhagem biológica. Além disso, Rafael nutre um sentimento ambivalente – um sentimento de amor e ódio – diante desse pai, a quem ele culpa por sua homossexualidade. Ele questiona a possível relação entre sua homossexualidade e o "*abuso*" sofrido na infância: "*... aquela situação com meu pai e que eu sabia que era errado e eu não gostava e ao mesmo tempo eu gostava. Não sei se aquilo não desencadeou a minha sexualidade ...*".

Ele contou que na época em que conheceu Guilherme estava casado com uma mulher e que o apaixonamento ocorrido lhe deu forças para assumir seu desejo homossexual. Os relacionamentos heterossexuais que Rafael tivera até esse momento responderam aos mandatos familiares, mais especificamente aos da mãe, figura a qual ele tanto deseja agradar. Há uma identificação de Rafael com a mãe, por esta ser vista pelo filho como injustiçada no casamento com o seu pai, ao mesmo tempo em que mantém um laço de proximidade infantilizado – conversando diversas vezes durante o dia por exemplo.

Guilherme, diante de seu sentimento de inferioridade e constante necessidade de reafirmação encontrou em Rafael um parceiro para preencher suas faltas. Tendo se relacionado apenas com homens mais jovens que ele, declara sua necessidade em manter-se nessa posição de poder, buscando garantir seu narcisismo. Parece que a vulnerabilidade excessiva de Rafael – explicitada primeiramente nos relatos de *bullying* intenso sofridos em sua infância e adolescência, e mais atualmente no período em que Guilherme viaja a trabalho pela primeira vez durante a relação do casal – encontrou encaixe na busca de Guilherme por um objeto amoroso para quem ele fosse exclusivo em todos os aspectos. Rafael traz declaradamente sua dificuldade relacional, o que o deixa à margem dos relacionamentos

sociais e o leva a assumir uma postura passiva diante dos círculos sociais do marido. Os laços afetivos que Rafael cultiva restringem-se às famílias (de origem e nuclear).

Desde a infância Guilherme buscou formas compensatórias para o seu sentimento de inferioridade, alimentado a seu ver pela elevada exigência da mãe, defendendo-se por meio de uma postura controladora. Sua estratégia – a qual ele chama de mecanismo de sobrevivência – para evitar o *bullying* homofóbico foi superar os outros na escola: "*... não sofri atitude de bullying no colégio por causa disso. Porque todo mundo dependia de mim, não podiam fazer isso, sabiam que eu era o melhor cara da turma e eu ia ser o cara que ia controlar".*

Guilherme denotou a necessidade de ser o forte, o melhor, o que aparece como mecanismo de defesa em diversos momentos de sua vida. O casal estabelece um vínculo conjugal no qual ele acaba sendo a fonte de vida do parceiro, o "porto seguro" que permite Rafael vivenciar sua sexualidade na plenitude, na medida em que esse último encontra um homem com quem poderia sentir prazer sem culpa – diferentemente do que ocorria nas situações descritas de abuso do pai, além de estabelecer uma relação de dependência, formando um par de complementariedade adesiva (Puget & Berenstein, 1993).

Guilherme "adota" Rafael, levando-o em sua companhia para onde quer que fosse, e foi durante essa primeira viagem juntos (China) que eles relataram que surgiu a ideia pela parentalidade. Ao mesmo tempo em que vivenciaram o cuidar do outro no vínculo conjugal, o desejo de ser pai despontou. Rafael contou que sempre tivera esse desejo, enquanto Guilherme não. A relação com Rafael transforma Guilherme em um "grande pai/cuidador" e o faz desejar fazer algum bem para a humanidade. Daí acaba concordando com a escolha pela adoção, por meio de um ato altruísta que poderia transformá-los em pessoas melhores, como eles explicam. Sentiram-se impelidos à adoção diante da triste situação das meninas abandonadas na China e que se tornar pai serviria como ato heroico por salvar a vida de uma criança abandonada, além de ser um reforçador de uma vida estável, "não promíscua", admirável pela sociedade. Portanto, parecem também buscar na adoção um ato de redenção pela própria homossexualidade de ambos.

O vínculo conjugal estabelecido estrutura-se pela presença de pactos inconscientes (Kaës, 2011) que sustentam e motivam a relação, bem como o compartilhamento de histórias e projetos. Rafael apresentou-se como frágil e dependente do *marido* Guilherme, que aceita esse lugar, pois preenche suas necessidades narcísicas de reconhecimento.

b) O vínculo parental

O desejo de ser pai teve início em Rafael e alcançou o marido com a justificativa de preenchimento de uma falta e uma forma de crescimento pessoal. Após o retorno ao Brasil surge o imperativo de se estabelecerem segundo o legado geracional de ambos e, respondendo a um mandato social e parental, que refere à moralidade dos bons costumes reproduzindo a norma social e formando uma família condizente com a mesma. Guilherme explica: "*... tinha uma pegada de vida gay que a gente achava meio fútil, estávamos cansados daquilo tudo, já estávamos casados há muito tempo*".

Pedro, um menino "feio e triste" que havia sido rejeitado mais de uma vez, desperta, principalmente em Rafael, um sentimento de piedade pelo sofrimento vivido e por tornar-se também um depositário das projeções de desamparo deste frente a diversos momentos de sua vida.

No primeiro encontro do casal com o menino Pedro, ainda dentro do abrigo, este chamou Rafael de pai durante uma brincadeira, escolhendo-o para um fazer família.

Guilherme, por sua vez se espelhou na imago paterna para efetivar a adoção. Ele contou o quanto admira a atitude de seu pai que "abraçou" sua irmã, a qual era filha de um relacionamento anterior de sua mãe. A adoção de Pedro é uma forma de dar continuidade a esse legado geracional, de "abraçar" adotando uma criança sem pai, denotando sua identificação com o mesmo. Assim como o seu pai que teve um filho temporão, Guilherme repete e adota um filho "temporão" enfatizando o quanto ele não pode brincar o tanto que gostaria, pois o seu físico não permite. Ele oferece ao filho o pai que ele mesmo teve, apesar das queixas elencadas. Contudo, é esse pai que é trazido como fonte de inspiração no exercício da parentalidade atual.

Rafael, embora declare o desejo de ser o oposto do que seu pai foi e melhor do que a mãe, ainda se prende aos modelos da sua família de origem, num posicionamento narcísico oposto, mas que procura representar a superação da imago paterna. Especifica que gosta de cozinhar e brincar, e parece exercer um papel extremamente acolhedor com o filho Pedro. Demonstra em seu discurso o desejo de ressignificar a relação pai-filho que ele guarda em seu psiquismo, via reparações no exercício da parentalidade (Rodriguez, Merli & Gomes, 2015).

Após a chegada do filho há a percepção no casal de que a vida mudou e se depararam repetindo as mesmas atitudes dos seus próprios pais, relatando dificuldade de transformação

segundo seus desejos mais conscientes. Isso parece gerar um desafio a mais, já que essa constatação gera frustração e faz com que eles busquem novas maneiras de disciplinar o garoto.

Para Rafael o filho representa a vinda de um terceiro que em um primeiro momento entra como objeto reparatório na família, como aquele que viria para preencher uma falta sentida na vida dessa família de dois homens: "*Faltava alguém, faltava alguma coisa, e a gente queria dar oportunidade para alguém, que é para a gente ficar melhor*". Guilherme aborda por outro lado, como o filho trouxe organização para o dia a dia deles, mas se queixa da perda de espaço do casal:

> *... A gente sempre saía, a gente veio de uma vida muito independente, não tinha ninguém, não tinha família, não tinha amigos, não tinha que dar satisfação para ninguém! A gente era dono completamente do nosso tempo, sem nenhuma interferência, a gente saía para comer todo dia fora. ... a gente sente falta de um tempo nosso.*

Diferentemente de outros casais da pesquisa, este casal faz referência à ausência (intencional) do modelo feminino no cuidado com o filho, apontando a necessidade de esclarecer para o filho que o núcleo familiar deles não inclui figuras femininas. Ao perceber a tendência dos abrigos em reforçar o imaginário social de uma família normativa, Rafael nota como esse desejo compreende inexoravelmente a figura de "mãe", enquanto a figura de "pai" é tratada como dispensável. Ele relata o esforço do casal para desconstruir essa ideia do filho que chega a casa deles em busca de uma "mãe", denotando o seu desejo de ser membro da conhecida família tradicional, na qual sem uma mãe não haveria família.

As tarefas envolvendo os cuidados do dia a dia com Pedro são alternadas entre os pais a partir da disponibilidade de cada um e de suas necessidades profissionais. Guilherme é o pai que está mais tempo em casa e, portanto, acaba realizando com maior frequência. Eles demonstram exercer os papéis parentais com fluidez e criatividade considerando as singularidades de cada cônjuge.

Confirmando o que já foi apontado por Badinter (1986) ainda no século passado, a cada dia que passa a linha que separa os campos da maternidade e da paternidade parece desvanecer. Rafael e Guilherme demonstram estar em um processo de aprendizagem do que significa ser pai, o que sempre foi extremamente naturalizado para as mulheres (Mello, 2005). O casal contou do trabalho que tem tido para assistir o filho em todas as suas necessidades, objetivando suprir a ausência da mãe, uma vez que ele tem dois pais dispostos a atendê-lo em suas necessidades e desejos.

O casal demonstrou que estão em um momento de construção vincular, na qual o filho começou a dar mostras de segurança diante da nova família, inclusive pela forma como escolheu nomear os pais, que varia entre "*pai*" e os nomes próprios dos mesmos. Pedro conta para os colegas e professores que adora os seus novos "*papais*", compartilhando com orgulho sobre a sua nova família. Rafael contou: "*... ele acha que a gente é lindo, os homens mais lindos do mundo, os melhores amigos dele".*

Pedro ainda demonstra receio quanto às repetições de maus tratos e retorno ao abrigo, o que é natural dentro desse período inicial de construção dos laços filiativos. Espera-se que essa sensação se transforme com o transcorrer da vivência vincular e do fortalecimento dos laços indicando a incondicionalidade do afeto construído entre eles. O casal se mostra com disponibilidade frente à aceitação das dificuldades do filho e suas expectativas levam em conta os limites do mesmo, uma vez que foram alertados sobre as consequências da síndrome alcoólica fetal no desenvolvimento da criança. O discurso deles retrata a tentativa reparatória de Guilherme na relação com a sua mãe, a qual fora sentida como extremamente exigente e os inspira a uma postura mais acolhedora: "*Eu tive uma vida muito infernizada pela minha mãe, que tinha uma expectativa muito alta em relação a mim*".

A adoção de uma criança com histórico complicado aparece como estratégia compensatória por parte dos dois, que desejam retribuir à sociedade, compensando a homossexualidade e, portanto, o descumprimento com o mandato social e familiar. A lógica deles para a adoção poderia ser lida da seguinte forma: se no âmbito da sexualidade e da conjugalidade eles romperam a norma, no âmbito parental se redimiram socialmente. Porém, trazer à tona essa motivação pela parentalidade via adoção não diminui as chances de uma boa vinculação entre eles (casal e filho), apenas ajuda a entender os funcionamentos psíquicos desses dois pais e o lugar destinado ao filho.

c) O vínculo familiar, o legado geracional e a família atual.

O casal Rafael e Guilherme compartilhava um sentimento de pertencimento que define uma família antes mesmo de se tornarem pais de Pedro, apesar do relato que faltava algo que

caracterizasse a mesma, fosse uma criança ou um animal de estimação. A fala do casal sobre o desejo de formar uma família é traduzida por Rafael,

> *Foi o tempo de relacionamento, segurança do relacionamento, vontade de que aquilo ali, tipo entrevista de emprego: de onde você vai viver daqui a 10 anos? um pouco isso. A gente visualizava algo parecido com isso: que tivesse uma criança, um gato, um cachorro, sabe?*

E Guilherme sintetiza: "*... ideia de família, bem igual a de todo mundo*".

Na medida em que o casal vai construindo uma vida em conjunto, parece que a conjugalidade "gay" como nova instância familiar não se sustenta, uma vez que o discurso acerca do que os motivou em direção a parentalidade atravessa o imaginário social da heteronormatividade, ou seja, a existência do casal condicionada à construção de família normativa, na qual é preciso haver filhos e animais de estimação.

Rafael se prende, de modo idealizado, ao modelo familiar materno assumindo o desejo de transmitir esse legado: "*... eu quero conseguir passar pelo menos os valores que minha mãe conseguiu me passar".* Demonstra em seu discurso angústia arcaicas ligadas a uma dissociação de objetos: mãe boa e pai mau. Isso pode ser um dos motivadores de sua relação de dependência conjugal, na qual ele finalmente encontrou um "*pai*" bom para ele e para o filho. Diz referindo-se ao pai: "*... me influenciou tanto a falta que ele fez, que me miro muito nele*".

Guilherme, por sua vez, traz a imago de um pai muito bom e acolhedor, que "*abraça*", e uma mãe extremamente dura "*exigente*", pouco amorosa. Comenta com recriminação algumas posturas da mãe das quais pretende se afastar no seu exercício parental, como por exemplo: a grande exigência por desempenho escolar e na vida. Ao mesmo tempo em que ele reconhece que a atitude de cobrança da mãe causou-lhe problemas de "autoestima", pois diante dela sentia-se frequentemente insuficiente; em outros ambientes ele usou a seu favor no sentido de perceber a vantagem de estar entre os melhores, pois assim se protegia do *bullying* e das discriminações. Este, desde sua perspectiva de filho, denota nutrir um "sentimento de si" (Freud, 1914/1973) como castrado e incompleto, pouco investido pela mãe. Spivacow (2012) esclarece que o lugar dos filhos na economia libidinal dos pais e a internalização que a criança realiza desse investimento parental nem sempre estão de acordo. O funcionamento narcísico adequado do adulto depende de um sentimento – em certos momentos formativos – do filho como "Sua majestade" no psiquismo parental.

Já na relação com o pai, Guilherme contou sobre os valiosos aprendizados e o legado que pretende transmitir:

> *Meu pai era funcionário público e nunca foi envolvido em nenhum problema, muito pelo contrário, perdeu posições de chefia porque não compactuava com esquema de corrupção, então me ensinou muito isso, e eu carrego comigo até hoje essa noção de honestidade*.

Atualmente, ele diz reconhecer que seu pai, após o falecimento de sua mãe, se esforçou para se reaproximar dos filhos, mas Guilherme enfatiza que nesse momento ele já não era tão necessário, pois já estava "*adulto e bem resolvido*".

O casal se organizou para receber Pedro de forma que os dois pais estivessem mais tempo em casa para poder conhecê-lo melhor. Guilherme já estava trabalhando em seu domicílio e Rafael diminuiu a intensidade de atividades nesses primeiros meses, saindo para trabalhar poucos dias na semana, o que garantiu um convívio mais próximo com o recém-chegado filho.

Sobre a decisão do casal de não contar com ajuda externa no início da chegada de Pedro, evitando a presença de figuras femininas constantes no cuidado do menino (como babás), embora justificada no sentido de valorizar a aproximação e intimidade vincular; retrata também o desafio que o casal se impõe de provar a si próprios e à sociedade que dois pais podem dar conta da tarefa de cuidar de um filho. Coube a Pedro revelar o diferente nessa organização familiar – a falta da mãe – na medida em que nomeava de mãe qualquer mulher que encontrasse. O casal retifica então a nova organização familiar criada por eles onde o menino teria dois papais que iriam cuidar de tudo o que ele precisasse, embora sem terem como definir o lugar do conjugal na interface com o parental. Com o passar do tempo vão se sentindo mais seguros a partir das referências que carregam dentro de si mesmos sobre o que é cuidar.

Comentam que têm se deparado com algumas dificuldades relacionadas ao racismo no bairro em que vivem, relatando situações em que o filho fora destratado pelo fato de ser negro. O casal tem se posicionado diante das injustiças, buscando esclarecer com os sujeitos racistas a atitude de desrespeito, além de terem uma preocupação com o fortalecimento do "sentimento de si" (Freud, 1914/2006) de Pedro e de suas origens biológicas. Atualmente buscam estratégias de valorizar o seu cabelo e a sua cor, de forma a fortalecer Pedro dentro do ambiente familiar.

Guilherme menciona sua preocupação com a perda de empatia entre as pessoas, com a falta de senso de comunidade esclarecendo que isso é algo que quer ensinar ao filho: "*... as pessoas não se preocupam mais em cultivar laços, laços comunitários, laços familiares. A gente vai às reuniões de condomínio, e as pessoas não pensam como um condomínio, elas pensam como vão resolver os problemas dos apartamentos!*". A preocupação de Guilherme

com as transformações na sociedade, em que ele nota que o vínculo social se desestrutura, parece entrever a relação do social com o familiar (Benghozi, 2010), explicitando seu incômodo e angústia diante do esgarçamento desses laços, em uma tentativa de reparação das vivências sociais infantis (*bullying*).

Os pais e o irmão mais novo de Rafael vivem em uma cidade de interior e têm uma convivência (em média quinzenal) com a família de Rafael e Guilherme. A parte da família de Guilherme convive pouco por conta da distância, eles moram no Nordeste do país. Eles contaram que convivem então com a família de origem de Rafael e com alguns amigos mais próximos.

Na produção do genograma, Rafael assumiu uma postura ativa e começou o desenho pelo filho, colocado bem ao centro da folha, indicando como é o filho o núcleo criador da atual sensação de família. Logo em seguida ele coloca o casal, seus irmãos ligados a ele por meio da mãe e por último desenhou o seu pai no outro canto da folha explicando que a distância no desenho representa sua sensação. Guilherme completou o desenho com o seu pai e sua irmã junto do cunhado.

Rafael sugeriu acrescentar ao genograma alguns amigos (e escreveu apenas "amigos") e esclareceu que são os mais próximos, como a Joana, porque está convivendo muito com a família: "*... amigos que são assim família, eu acho que tem uma amiga que tem sido muito presente, e foi a primeira pessoa que a gente contou quando decidimos adotar*". O casal contou como o fator cotidianidade tem sido importante nesta fase da vida e que a família atual engloba figuras significativas que denotam a presença de uma "família de substituição" (Eribon, 2008) de grande importância, garantindo-lhes um sentimento de pertencimento.

4.1.5 Relato da entrevista do casal cinco: Umberto e Sérgio

Na ocasião da entrevista, o casal Sérgio e Umberto residia no estado do Rio de Janeiro.

4.1.5.1 Relato biográfico de Umberto

Umberto (55 anos) é empreendedor, trabalha na própria empresa, a qual foi iniciada com um sócio suíço. Ele vem de um modelo de família tradicional, de religião protestante, de uma cidade do interior da Suíça. É o segundo de dois filhos, o único que saiu do país de origem. Conta que teve uma infância muito simples, pois sua família não tinha uma boa condição socioeconômica, o que fazia com que toda a família precisasse ajudar em casa.

O participante se recorda que sua educação foi muito rígida, que sua família era extremamente organizada e que apanhava com frequência. Também se lembra de uma mãe participativa e brava, enquanto seu pai estava sempre ocupado com o trabalho fora de casa e, portanto, participava menos da criação dos filhos. Umberto contou que seu pai era mais tranquilo que sua mãe e que não brigava tanto quanto ela. Sobre o pai, ele diz orgulhoso: "... *homem muito inteligente, tinha uma empresa também, trabalhava muito, sempre ...*".

A mãe de Umberto tinha 85 anos no momento da entrevista e segundo o mesmo é bastante ativa: "... *Planta coisa, faz tudo, anda, anda de bicicleta, cuida da horta*". Quando questionado sobre a relação com a mãe durante a infância, ele disse que ela cuidava "*normal*" dos filhos, que ela sempre contava histórias antes de dormir, cozinhava em um fogão à lenha e os filhos ajudavam a mexer a lenha. Ele se recorda que sempre havia tarefas para os filhos.

O pai de Umberto já faleceu, mas chegou a conhecer Sérgio (apresentado como amigo). Sua mãe e irmã, um primo e família, já vieram ao Brasil e conheceram sua casa e família. Umberto justifica a pouca participação do pai dizendo: "*Era na época mais papel de mulher, educar a criança*".

Umberto contou que por conta do trabalho precisa viajar com certa frequência para a Suíça e então visita sua família, para o fim do ano estava programada uma viagem, na qual ele iria sozinho. Sérgio explicou que Danilo ainda não pode sair do país, mas que em breve eles irão todos juntos para lá. Geralmente o contato com a sua família de origem acontece via email, *skype* e telefone; e visitas em média uma vez ao ano.

Com relação à homossexualidade, ele contou que percebeu seu interesse por homens quando já era adulto, ao redor dos 28 anos, e que antes disso tivera namoradas e quase chegou a casar com uma delas. Umberto foi incisivo ao dizer que não acredita ser necessário falar sobre esse assunto, pois este é de âmbito privado. Ele relatou que nunca falou sobre o assunto

com sua família ou com qualquer outra pessoa e que Sérgio é apresentado pelo nome apenas. Ele disse que sua família sabe que eles são um casal, mas não falam sobre o assunto.

4.1.5.2 Relato biográfico de Sérgio

Sérgio (38 anos de idade) trabalha cuidando da casa e do filho, e faz alguns serviços para a empresa de Umberto. Ele vem de um modelo de família tradicional, da roça, e pobre. A família era composta por mãe, pai e mais nove filhos, todos trabalhavam ajudando em casa e na roça. Seu pai veio de outro casamento, no qual tivera 10 filhos.

Relata que quando estava com a idade de Danilo, aos 10 anos de idade, ele foi entregue para uma família vizinha que estava de mudança para uma cidade próxima. Sérgio diz que foi escolhido para acompanhar essa família (com dois filhos apenas), pois ele cozinhava bem e a vizinha prometeu oferecer-lhe melhores condições, como uma escola particular. Sérgio contou que ele entregava leite na época em que viveu com essa vizinha, e voltava aos finais de semana para ficar com a sua família de origem. Quando questionado sobre a forma como se sentiu ao ser enviado para viver com outra família, ele disse apenas que foi "*bom*".

Da época em que viveu com a sua família de origem, ele se recorda que sua mãe sempre foi muito amorosa e atenta aos filhos, enquanto seu pai era muito bravo e lhe batia. Ele se lembra de ter ajudado a cuidar dos irmãos caçulas, que eram gêmeos, e que brincava muito com os outros irmãos. Atualmente convive com a sua família e diz que o relacionamento entre eles é bom, que eles já conheceram o Danilo e gostaram dele, apesar de tampouco falarem claramente quem é a criança e qual a relação entre eles.

Com relação aos estudos, Sérgio contou que nunca gostou da escola, sempre teve muita dificuldade e desistia no meio dos anos letivos. Ele se lembra que desperdiçou a escola particular que a vizinha pagou, pois fugia de lá com muita frequência, tendo concluído apenas o primeiro ciclo do ensino fundamental (até o quarto ano). Menciona que tem planos de voltar a estudar (fazer o supletivo) no próximo ano, para poder ajudar o filho Danilo com as tarefas de casa também.

Quanto à sua homossexualidade, Sérgio teve dificuldades em se lembrar quando percebeu seu interesse por homens, e sugeriu a idade de 10 anos: "*... Tinha uns 10 anos, não mais... não, Ah! não lembro mais quando foi*".

Contou que nunca falou com ninguém sobre sua homossexualidade, o que permanece, e apresentou Umberto para a família como um amigo. Ele diz que sua família sabe de sua relação afetiva com Umberto, apesar de não saber explicar como eles fizeram essa suposição. Em outro momento, ele diz: "*... não levo o Umberto na casa dos meus pais, acho que não dá, por que eles ainda não sabem bem*". Dos irmãos, apenas uma irmã sabe com clareza de sua homossexualidade e se ofereceu para ser barriga de aluguel se eles quisessem ter um filho. Há um irmão (por parte de pai) que sabe que Sérgio é homossexual, apesar dele também não falar sobre o assunto.

4.1.5.3 O encontro do casal

O casal está junto há 12 anos, se conheceram em uma boate e se interessaram um pelo outro, contaram que eram "*jovens, bonitos e magros*". Três meses depois eles estavam morando juntos, com exceção das segundas feiras, nas quais Umberto queria ficar sozinho, o que mudou alguns meses depois com a insistência de Sérgio para que ficassem juntos todos os dias. Eles contaram que não são casados, não tem união estável assinada, e nunca sentiram a necessidade de legalizar a relação.

Sérgio conta que no começo do relacionamento ele era muito ciumento, e brigava muito com Umberto. Nos primeiros meses de namoro, Sérgio lembrou-se que ia ver Umberto quase todos os dias, e gostava de arrumar a sua casa: "*... eu ia lá, arrumava todinha a casa dele. Tirava as roupas dele que estavam mofando, botava no sol*". Ele contou que conquistou Umberto, e foi fazendo as coisas do seu jeito, as mudanças de um apartamento para outro, mais tarde para uma casa, e mais tarde a adoção. Umberto diz: "*... Eu não tomei iniciativa não*!", deixando Sérgio decidir o rumo da vida do casal.

Umberto, por sua vez, contando sobre o início do relacionamento descreve: "*não foi nada extraordinário*" e o que o motivou a ficar com Sérgio foi a estabilidade da relação, além da culinária do mesmo: "*... creio que o tempo, a situação mais estável, mais tranquila, aí a*

gente acaba aceitando... e a comida boa!". Sérgio, por sua vez diz não saber explicar o que o fez apaixonar-se por Umberto e conta que sempre o achou bonito.

4.1.5.4 A adoção

Umberto contou que nunca teve o desejo de ser pai, e que a decisão pela adoção aconteceu por um pedido de Sérgio: "*... para mim eu não preciso adotar uma criança, mas vendo o outro lado: milhares de crianças nessa situação, eles precisam de um lar, então vamos fazer essa ação social porque tenho condição física e psicológica e econômica pra fazer isso*".

Sérgio contou que sempre quis ser pai e começou a pensar nessa ideia quando o casal se mudou para a casa onde vivem atualmente, quando ele soube por intermédio da mídia televisiva que a adoção homossexual estava acontecendo no país ele contou que insistiu com o Umberto para que adotassem também.

Umberto relatou que sua motivação para adoção veio prioritariamente de um desejo altruísta:

> *... é mais uma questão de ter disponibilidade e condição pra fazer uma coisa dessas. Com os problemas no Brasil, é tanta criança nessa situação, eu acho uma atitude boa pra ajudar essas crianças, é mais pra ele do que pra mim, é pra criança. A gente sabe que tem mais de 100.000 crianças disponíveis para adotar, principalmente as crianças acima de 5/6 anos é muito difícil ...*

Eles contaram que fizeram um curso para adoção na Vara da Infância e Adolescência com a duração de um ano, o que incluiu visitas a diferentes abrigos e encontros com outros pais e pretendentes em palestras sobre o tema. O perfil da criança desejada era uma criança com idade entre quatro e oito anos, justificando que eles não queriam uma criança muito pequena e dependente e tampouco um adolescente que se interessaria mais pela rua do que pela casa.

O casal contou que foi visitar outras crianças em outros abrigos antes de conhecer o Danilo, mas que eram mais velhas do que desejavam ou as crianças não se interessaram em interagir com eles. Quando eles foram chamados para conhecer Danilo (10 anos) em um abrigo em outro estado (SP), contaram que encontraram uma criança extremamente fechada, que se comunicava pouco, começaram o estágio de convivência realizando viagens até a cidade do abrigo. Algumas dessas visitas Sérgio fez sem a companhia de Umberto, que

precisou trabalhar. Sérgio contou que brincaram juntos nos primeiros encontros e aos poucos Danilo começou a falar, tornando-se gradativamente mais acessível: "*O menino chegou e não falava uma palavra, ... Ele desenhou, brincou, e depois foi se soltando um pouquinho, mas não muito*". Umberto resume o processo da adoção dizendo que Danilo permitiu que a adoção acontecesse, uma vez que teria sido dele a decisão final: "*... ele escolheu a gente*".

4.1.5.5 A experiência da parentalidade

Sérgio contou que a chegada de Danilo na família trouxe mudanças muito boas e centrou seu discurso no tanto que a vida de Danilo mudou com a adoção, contando das novidades na sua rotina e casa as quais Sérgio julga como "*muito melhor*". Sérgio comentou olhando para o filho: "*É... mudou um pouco... para o menino mudou tudo pra bom! Não é Danilo*?".

Continua falando da reorganização na rotina da família, das tarefas que precisa realizar para o filho, como levá-lo à escola, à psicóloga e ao futebol de salão, além dos cuidados diários como alimentação, higiene e vestimenta. Umberto, por sua vez, tratou da questão de uma forma mais geral, dando ênfase na responsabilidade que sentiu com a chegada de um filho: "*É responsabilidade! É uma mudança radical na vida*!".

Eles descreveram o menino como retraído e que dá pouco trabalho no dia a dia, pois ele chegou à família já sabendo realizar atividades básicas por conta própria, como comer sozinho e se vestir.

Logo que Danilo chegou, os pais o matricularam em uma escola particular no quinto ano, mas foram convocados pela escola na mesma semana para que o menino voltasse para o quarto ano letivo devido ao atraso escolar apresentado. Umberto contou que tiveram então que comprar todo o material do quarto ano letivo e que, Danilo conquanto encontra-se em adaptação na escola nova, já que na escola anterior ele frequentava esporadicamente, queixando-se com frequência de dores de barriga e indisposição. Atualmente, os pais orientaram o filho e a escola que caso Danilo tenha dor de barriga ele deve apenas ser liberado para ir ao banheiro.

Quando questionados sobre o que mudou com a chegada do filho, o casal contou que Danilo alegrou a casa, trouxe "movimento" para a vida. Umberto: "*A rotina diária já era algo sem emoção. Agora tem!*". Já quando questionados sobre a vida conjugal depois da chegada do menino, eles relataram não haver diferença, Umberto esclareceu que eles fazem tudo juntos: "*... a gente faz tudo junto*!".

Por conta da distância da família de Umberto, esta não participa da rotina de sua família, apenas realiza escassas visitas. Sua mãe, irmã e primo já estiveram em sua casa e conheceram Sérgio e Danilo. A família de Sérgio não participa da vida familiar dele, apenas recebe visita de Sérgio e Danilo com uma frequência quinzenal, entretanto a situação não foi esclarecida e a família não fala sobre Umberto ou sobre a adoção do menino.

O casal conta que no dia a dia, eles acordam cedo e tomam café da manhã juntos, Umberto sai de casa para trabalhar e Sérgio se ocupa dos afazeres da casa e do filho. Sérgio trabalha fora de casa com menor frequência, realizando alguns serviços para a empresa de Umberto. Nos finais de semana eles costumam ficar em casa aproveitando a piscina, cuidando dos cachorros (duas - mãe e filha), andam de bicicleta juntos e descansam. Umberto contou que Danilo ainda está aprendendo a andar de bicicleta e que estão ensinando as regras de trânsito ao menino quando saem de casa.

Danilo chama os dois de pai quando se dirige a eles diretamente, e refere a eles como senhor quando fala em terceira pessoa.

A preocupação de Umberto é que Danilo cresça e se torne independente, para poder fazer suas escolhas de forma autônoma. Sérgio diz querer que o filho seja feliz, que siga o caminho do bem. As expectativas do casal com relação ao filho são as de poder direcionar Danilo para que ele tenha caráter e seja um homem trabalhador.

4.1.5.6 Análise da entrevista do Casal

a) O vínculo conjugal e a escolha pela parentalidade.

O casal está junto há 12 anos, após se conhecerem numa boate e se sentirem mutuamente atraídos. Apaixonados, rapidamente foram morar juntos sem se preocuparem em validar socialmente e/ou familiarmente a conjugalidade homossexual. Na forma como relatam o início da relação e até a escolha pela adoção, é quase sempre Sérgio quem ocupa o lugar de protagonista e Umberto parece aceitar as decisões do parceiro. Sérgio conquistou Umberto fazendo o que já estava acostumado - serviços domésticos. Escolhe uma nova família em Umberto, que lhe oferece melhores condições de vida em troca de serviços, o que parece repetir o tipo de vinculação ocorrida em sua infância quando foi o filho escolhido para viver com outra família, aparentemente em função de seus méritos, mas que coloca em questão a capacidade efetiva de seu pertencimento familiar.

Diante do questionamento acerca do estado civil dos dois, Umberto assumiu à frente e respondeu que não são casados e tampouco tem união estável, pois isso nunca foi algo importante para eles, o que denota a dificuldade de assumir sua escolha socialmente. O mesmo ocorre quando questionado sobre o desejo de ser pai, ao que Umberto responde negando esse desejo.

Umberto se expressou sobre o início do relacionamento dos dois: "*Eu não tomei iniciativa não!*" Apesar de ambos não serem assumidos como homossexuais, eles contaram que todos que participam da vida deles sabem, mas que o assunto não é conversado e permanece como não dito (Eiguer, 2010), pois é do "*âmbito privado*". O pacto de silêncio acerca de suas sexualidades aparece no casal como uma aliança inconsciente (Kaës, 2011) que sustenta o vínculo entre eles.

Umberto decidiu que tanto ele, como Sérgio, permaneceriam na sociedade ocupando um lugar sem nome, um "lugar não cooptado pela normatividade" (Butler, 2003), lugares de não representatividade e, na impossibilidade de criar nomes e assim construir lugares nunca antes habitados eles mantêm-se à margem da sociedade.

A impossibilidade de assumir os próprios desejos impede Umberto de reconhecer sua relação conjugal como um casamento, pois em seu imaginário um casamento existiria apenas no molde heterossexual. Sérgio mobiliza Umberto para realização de alguns feitos não imaginados por este, como viver com outro homem, ter um filho nesse contexto e falar sobre o assunto com estranhos, como no caso da pesquisadora. Sérgio disse rindo: "*Tudo sou eu! Eu decido tudo*", referindo-se ao relacionamento, às mudanças de casa e à adoção.

O vínculo estabelecido entre eles aponta para uma parceria complementar, na qual um assume o lugar de dominador e o outro de dominado, em uma posição passiva, com o compartilhamento do tempo e espaço na vivência do cotidiano e presença de alianças inconscientes.

Apesar da não assunção social de suas homossexualidades, é possível reconhecer a presença de vínculo conjugal nesse casal, devido à presença de pactos inconscientes (Kaës, 2011) que sustentam e motivam a relação estável, o pertencimento, o desejo sexual. Os projetos conjuntos permanecem sob o comando de Umberto, que atua como um grande pai que dita as regras na família, como, por exemplo, a escolha do momento em que o casal pode adotar um filho, o que não pode ocorrer antes dele sentir-se amparado pela jurisdição brasileira. Pode-se inferir que esse seria um vínculo de estrutura zero (Puget & Berenstein, 1993) na qual o casal carece de sentido, compondo-se com o mínimo de ligação.

Constata-se que Sérgio submete-se a um lugar de desvalorização diante de Umberto, no qual os outros referendam o seu poder. A submissão de Sérgio parece relacionar-se com a diferença de níveis sociais dele e de Umberto, remetendo ao modelo familiar tradicional em que as mulheres se casavam com homens de posse visando ascensão social. Sérgio dá mostras de que está submetido ao Umberto quando o coloca em primeiro lugar para explicar o funcionamento da família e, logo em seguida se coloca em concordância com Umberto: "*Umberto é mais caseiro, e eu também*!". O mesmo ocorre quando se questiona o que mudou na família depois que Danilo chegou e ambos contam o tanto que a mudança significou para o filho.

O estabelecimento de um vínculo entre Sérgio e Umberto não está ligado ao desejo de ser pai em um primeiro momento. A parentalidade remete inegavelmente à instância familiar, o que significa que assumir a adoção de um filho os leva a um novo lugar na sociedade, o lugar de pais de família. Nota-se que no caso de Sérgio e Umberto a homoparentalidade aparece como uma via de abertura do casal ao mundo, obrigando-os a um novo posicionamento, no qual o não dito não se sustenta. Via adoção esse casal teve que se

apresentar como homossexual diante da instância jurídica, diante dos círculos sociais, como escola e hospitais, nos quais a criança precisa circular sob a responsabilidade de um adulto.

Um casal de homens não representava no imaginário de Sérgio e Umberto a possibilidade de parentalidade até pouco tempo antes da adoção. O que os impulsiona à adoção parece ser em primeiro lugar o desejo de Sérgio em cuidar de uma criança a fim de reparar sua infância carente de cuidados, e Umberto sustenta o desafio quando se sente seguro para tornar visível à sociedade sua homossexualidade.

b) O vínculo parental

O filho Danilo, diferente dos outros casos aqui apresentados, estava sob guarda provisória ainda, com o processo de adoção em vias de ser concluído, segundo os pais relataram.

Sérgio contou que sempre quis ser pai, ele começou a pensar na ideia de adoção quando o casal se mudou para a casa onde vivem atualmente, e quando soube que havia casais homossexuais brasileiros adotando foi conversar com Umberto. Sérgio contou: "*... quando eu ouvi falar que podia, aí fiquei buzinando nos ouvidos dele!*".

Umberto relatou nunca ter tido o desejo de ser pai, e explicou que aceitou a proposta de Sérgio por uma motivação altruísta, como mencionado anteriormente:

> *... pensando bem para mim eu não preciso adotar uma criança, mas vendo o outro lado milhares de crianças nessa situação, precisando de um lar... Então vamos fazer essa ação social porque tenho condição física, psicológica e econômica para fazer isso*.

O modo como Umberto concorda com a adoção interfere na menor disponibilidade que tem para iniciar a vinculação com o menino, se comparado com a maior disponibilidade de Sérgio para a parentalidade desde o início do processo, a exemplo das visitas ao menino no abrigo, em maior frequência realizada apenas por Sérgio.

Diante do questionamento acerca do que mudou no casal após a chegada do filho informam que pouco mudou em suas vidas. Umberto falou: "*... a gente faz tudo junto! Não tem muita diferença, não*" e Sérgio completou: "*Umberto é mais caseiro, e eu também*!"

Não havia projeto de longo prazo até a chegada do filho Danilo, o que tem causado algumas mudanças na vida da família, como o interesse de Sérgio em retomar os estudos e o plano de levar o filho para conhecer o país de origem do pai Umberto, e a família desse pai. Sérgio ainda não fora para a Suíça e a presença do filho torna essa ideia mais possível, pode-se inferir que apresentar um núcleo familiar com filhos seria mais aceitável socialmente do que apenas o casal de homens. Sérgio deseja retomar os estudos para ajudar o filho nas tarefas escolares, além do fato de que, diferentemente da sua infância, ele está sendo cuidado por Umberto, que é visto como um suporte e provedor para finalmente concluir seus estudos.

Danilo chama os pais de "*pai"* e quando se refere aos mesmos em terceira pessoa diz "*senhor"*, demonstrando formalidade e distância, características de um vínculo em construção aliado ao posicionamento mais rígido de Umberto. Este denota que sua postura de pai se aproxima da imago de pai que carrega, ou seja, aquele envolvido com a função de provedor: um pai que segundo ele estava pouco presente, pois trabalhava muito, pouco afetivo: "... *meu pai tinha menos envolvimento*". Ele contou que tem se aproximado do filho Danilo ensinando as regras de trânsito quando saem para andar de bicicleta, sua forma de parentificar é atravessada pelas regras culturais/sociais.

O vínculo parental entre o casal e o Danilo encontra-se em construção, apesar do processo de reconhecimento pai-filho parecer ocorrer mais rapidamente entre Sérgio e o filho. O casal parece repetir o modelo da tradicional família patriarcal, em que um ocupa o posto de provedor e o outro assume as tarefas domésticas e parentais. A construção de um vínculo parental entre Umberto e Danilo parece ocorrer repetindo esse modelo geracional, no qual o pai assume o lugar de provedor, sem muita aproximação afetiva.

O casal compartilhou que suas expectativas para o futuro do filho são de que ele possa se tornar independente e se torne autônomo por meio dos estudos segundo a fala de Umberto, o que indica que ele deseja que o filho se torne diferente do pai Sérgio. Sérgio, por sua vez, enfatizou o desejo que seu filho seja feliz, além de ratificar a fala de Umberto quanto à importância dos estudos.

Sérgio e Umberto falaram muito pouco sobre as suas famílias de origem e consideram os cuidados que receberam dos próprios pais como bons. Não apareceu na fala deles o desejo de reparar faltas, como por exemplo, acerca dos pais que participaram pouco de suas vidas ou do abandono sofrido por Sérgio.

c) O vínculo familiar, o legado geracional e a família atual

Umberto e Sérgio não utilizam verbalmente a palavra família para se referir ao seu núcleo atual: Umberto, Sérgio e Danilo, o filho. Eles contaram sobre o funcionamento do grupo indicando que compõem uma família, pois compartilham sentimento de pertencimento e parentesco, entretanto nota-se a ausência de legitimação desses como família. O não reconhecimento social e familiar da "*Família Neves*" como uma família legítima implica na dificuldade de falar sobre a mesma com naturalidade.

Esse casal de homens se depara com a realidade do inominável – o fato de seus lugares como casal e pais/cuidadores não ter nome. O estranhamento diante do irrepresentável da homossexualidade e da homoparentalidade culmina na dificuldade de encontrar uma saída flexível para lidar com essa diferença, primeiramente com o apaixonamento entre dois homens e posteriormente a adoção homossexual. A questão central permanece na impossibilidade de aceitação individual no quesito das sexualidades, impedindo uma reconstrução identitária a fim de superar homofobias internalizadas e se reconhecer como sujeito homossexual na sociedade (Rodriguez & Gomes, 2012).

A motivação para a parentalidade nasceu em Sérgio, que compartilhou seu desejo de se tornar pai desde antes de conhecer o Umberto, porque ele imaginava que seria bom cuidar de uma criança. Umberto, por sua vez, declarou que não tinha esse desejo de cuidar, que o fez por altruísmo. Diante da pergunta sobre o desejo de ser pai ele respondeu enfaticamente: "*Não, não nunca. Nunca quis*".

Umberto parece ter cedido ao desejo de Sérgio, como o fez em outros momentos, na mudança da casa, por exemplo, mas não pode admitir para não colocar a sua posição de poder em risco, o seu posicionamento narcísico é o que perdura.

Sérgio contou que no momento da mudança para a casa ele pensou sobre a possibilidade de ser pai, pois haveria espaço para tal, mas ele só conseguiu argumentar diante do parceiro no momento em que soube que havia procedimentos legais para casos de adoção homossexual, uma complementariedade vincular na qual Umberto assume uma posição, a de quem impõe as regras na casa. Ele ainda parece demonstrar certa limitação intelectual quando

conta que não compreende as implicações negativas que haveria em aceitar a proposta de sua irmã para ser barriga de aluguel do casal, denotando a intensidade de seu desejo de parentalizar e não acompanha o pensamento e a preocupação de Umberto.

Com relação ao exercício da parentalidade, ambos parecem seguros de suas atuações, apesar de Umberto relatar alguma desconfiança diante de algumas tarefas delegadas a Sérgio, apontando, por exemplo, a dificuldade deste último em administrar as finanças. A posição de dominação e poder de Umberto se explicita também na preocupação dele com a inabilidade de Sérgio em fazer contas e pensar criticamente.

Quanto ao convívio bastante restrito com suas famílias de origem, isso pode evidenciar as dificuldades frente à assunção de seus desejos e escolhas, o que se supõe que pode começar a mudar, via maior convívio com a presença do filho.

O momento da produção do genograma complementa algumas constatações anteriores, como a postura narcísica de Umberto, a passividade de Sérgio diante deste e o questionamento com relação ao lugar de Danilo nessa família, ainda em processo de construção vincular. O desenho todo é produzido por Umberto que não pede a opinião de Sérgio ou lhe convida para participar do mesmo. Ele comenta que o desenho será um organograma[34] explicitando o caráter tradicional hierárquico do mesmo e que, portanto, deve começar colocando-se: "*... vou colocar o meu nome primeiro, Eu primeiro!*". Sérgio reforça a postura autoritária de Umberto dizendo que ele pode fazer tudo.

Umberto começa o desenho pela forma de uma árvore, posicionou seu nome próprio no centro da copa da árvore, Sérgio disse em seguida que deveria colocar o seu nome. Umberto acrescentou Sérgio, Danilo, sua família extensa (seus pais, sua irmã e seu sobrinho, seus tios paternos, avós paternos) e os cachorros. Durante a produção Sérgio diz que sua árvore ficaria muito pior e Umberto confirma, dizendo que ele tem talento apenas para cozinhar, desconsiderando as qualidades do mesmo e assim reforçando seu lugar de prestígio e poder no grupo familiar.

A posição de Umberto no desenho é acima de Sérgio, assim como a posição de seu pai encontra-se acima da mãe, indicando a transmissão da hierarquia de poderes das figuras que representam o pai, repetindo o modelo patriarcal de família (Mello, 2006). Ao lado do tronco da árvore ele escreveu "*Família Neves*", o sobrenome suíço de sua família de origem,

[34] Segundo o dicionário Houaiss (Houaiss & Villar, 2009) "um gráfico de estrutura hierárquica de uma organização social complexa, que representa simultaneamente os diferentes elementos do grupo e suas ligações".

representando como se dá o jogo de lealdades genealógicas (Benghozi, 2010) nessa família. A escolha do título do genograma denota a posição de domínio de Umberto no grupo e a imposição de uma figuração psíquica segundo a sua ordem.

Não há representação da família de origem de Sérgio e ele tampouco se posiciona para acrescentar qualquer elemento no desenho. Após o término a pesquisadora oferece o lápis para Sérgio, o que ele recusa com constrangimento, reforçando e legitimando a produção de Umberto, ao mesmo tempo em que se coloca no lugar de objeto submisso e identificado ao filho quando lhe pede confirmação: "*Tá [sic] bom assim! Não tá [sic] Danilo?"*.

Com relação às expectativas que eles têm para o futuro do filho ocorre a repetição do exercício de poder nesse grupo, no qual o legado geracional de Umberto é supervalorizado e tido como modelo a ser transmitido, enquanto o legado de Sérgio é tratado como descartável. Sérgio disse que não quer repetir a atuação parental de seus pais: "*Nada! Ah, estudar...*" enquanto Umberto diz que quer transmitir: "*Tudo!*" e repete a importância da independência, ética, respeito, educação.

4.2 IMPRESSÕES INTERFERENCIAIS GERAIS

As impressões interferenciais referem-se às impressões da pesquisadora diante do conteúdo produzido no encontro da entrevista, entre os participantes e a pesquisadora. Resultante dos movimentos transferenciais e contratransferenciais no encontro com o outro, o conceito de interferência foi criado para enfatizar a bidirecionalidade no vínculo, ou seja: a interinfluência eu-outro nos vínculos (Berenstein & Puget, 2004). A *interferência* decorre dos efeitos de presença e da potencialidade do encontro, das irrupções do diálogo, do lugar de testemunha do pesquisador e da conversa que ocorre no tempo presente tratando de uma novela familiar em construção, com um passado, um presente e um futuro.

O estabelecimento de uma relação transferencial entre os participantes (casais) e a entrevistadora ocorreu de forma positiva com os quatro primeiros casais, considerando-se o fato desses casais já terem participado de outras entrevistas (midiáticas e/ou acadêmicas)

acerca do tema homoparentalidade. O casal 2, por exemplo, é militante das causas LGBT e enfatizou o desejo de ter suas identidades reveladas na pesquisa, com o intuito de apresentar a sua família como modelo social. Sendo assim, pode-se observar que a maior parte dos participantes apresentou o desejo de legitimar sua família, de comprovar sua capacidade para o exercício da parentalidade, em resposta à homofobia e ao não reconhecimento de seus direitos, bem como devido à atuação do narcisismo dos mesmos.

Reconstruir os romances genealógicos familiares (Benghozi, 2010) de cada um dos participantes (casais 1, 2, 3, 4) foi mobilizador e terapêutico, gerando nos participantes a produção de *insights* acerca das relações entre as questões atuais experimentadas em família e os efeitos de seus legados geracionais transmitidos por seus pais e avós. O que não ocorreu na entrevista 5, na qual a pesquisadora sentiu-se uma intrusa ao questioná-los acerca da homossexualidade, da homoparentalidade e da família, resultando em constrangimento e recusa de respostas. A pesquisadora notou que Umberto não sabia exatamente do que se tratava a entrevista e se mostrou desconfortável diante de algumas perguntas, em especial sobre a assunção homossexual. A especificidade da interferência gerada nessa entrevista deve-se também ao fato dos participantes não serem assumidos diante de suas famílias e sociedade, mantendo a questão da homossexualidade implícita, como um assunto do âmbito "*privado que não deveria ser falado*", ou seja: um "não dito" (Eiguer, 2010) em suas vidas.

Todos os cinco casais entrevistados tiveram acesso ao tema da pesquisa previamente ao encontro (Anexo D - Convite para Pesquisa). Com isso, os casais 1, 2, 3, 4 dirigiram seus discursos ao tema, na tentativa de agradar e responder à "pergunta da pesquisa" em troca de que a pesquisadora acadêmica pudesse reconhecê-los como casal e família, e, assim, legitimá-los socialmente. Esse fenômeno só não foi notado no casal 5, no qual parece persistir o pacto de silêncio acerca da homossexualidade e decorrente homoparentalidade.

As entrevistas ocorreram na casa dos participantes, a maior parte (1, 2, 3 e 4) na parte interna da casa e um deles (5) na área externa da casa (quintal) o que permitiu que eles escolhessem o cômodo onde a entrevista seria realizada e o que mostrariam de seus lares. A possibilidade dos participantes elegerem o local na casa para a entrevista lhes permitiu algum controle sobre a mesma, mas também uma possibilidade de se mostrarem mais intimamente, com menos resistência.

Todos os casais entrevistados vivem juntos há mais de dez anos (média de 15 anos de união estável), sendo o mais longo de 23 anos (casal 2) e o mais breve de 10 anos (casal 1), o que indica a presença de conjugalidades de longo prazo e bem estabelecidas. O casal 5, juntos

há 12 anos, aparece como exceção, pois optou por não legalizar a relação e tampouco nomeia a relação conjugal.

A nomeação escolhida pelos casais 1, 2, 3 e 4 para se referir aos cônjuges foi "*marido*" enquanto no casal 5 não há essa nomeação de lugares na relação conjugal, bem como na relação parental. Os casais participantes confirmam os achados de pesquisas anteriores (Rodriguez, Merli & Gomes, 2015; Toledo, 2008) acerca da rapidez com que eles se envolvem em relacionamentos compromissados, com namoro e coabitação ocorrendo em período médio de cinco meses.

Os filhos de todos os casais estavam presentes durante as entrevistas e participaram parcialmente das mesmas, alguns participantes (casais 1, 2, 3, 5) incentivaram a presença e participação dos filhos com o intuito deles poderem confirmar o bom funcionamento familiar ou comprovar a qualidade do vínculo pai/s-filho/s. No casal 1 a pesquisadora foi apresentada aos filhos como "*uma amiga do papai*" e incentivaram a interação com esta, fazendo questão de mostrar como estavam vinculados aos filhos. No casal 2 o filho foi convocado diversas vezes durante a entrevista a fim de confirmar a boa parentalidade exercida pelo casal.

Durante as entrevistas foi possível notar a presença de relações de poder nos participantes, indicando o funcionamento conjugal e familiar dos grupos. Por meio da "lógica do dois" a alteridade de cada participante se impõe no vínculo conjugal e parental, os sujeitos se tornam outros a partir dessa relação de bidirecionalidade (Puget, 2015), ambos se produzem como sujeitos a partir das relações de poder que percorrem o vínculo (Berenstein, 2007). Os sujeitos que dominaram a fala durante as entrevistas, Tadeu, Guilherme e Umberto, dos casais 2, 4 e 5 respectivamente, explicitaram no "ser-fazer" do encontro características de seus vínculos conjugais, presentificando a relação de dominação que ocorre em seus vínculos familiares (Puget, 2015).

A percepção da pesquisadora acerca da *interferência* (Puget, 2015; Berenstein & Puget, 2004) gerada nos encontros com as famílias entrevistadas denota, partindo de uma generalização dos cinco casos, a predominância de um desejo de pertencimento social – em referência aos continentes genealógicos familiares e institucionais (Benghozi, 2010) que se daria via legitimação por parte da figura da pesquisadora e psicóloga. Na fantasia dos casais isso poderia representar o atestado de uma profissional sobre a qualidade do vínculo de suas famílias, mais especificamente do exercício homoparental.

4.3 DISCUSSÃO

Tendo em mente o objetivo da tese, são discutidos os achados da pesquisa desde o seu desenrolar metodológico - a forma - até a análise do material coletado – o conteúdo. Para tanto foram selecionados alguns eixos para organizar a discussão tomando como referência a análise dos cinco casos, abrangendo as três categorias temáticas propostas anteriormente, que nesse item serão interligadas: 1) Assunção homossexual e o Não dito; 2) Adoção como uma forma de Parentalizar e Reparar; e 3) Família e Norma, a Nomeação dos membros como indicativo relacional. Com isso pretende-se refletir acerca de algumas questões formuladas no início da tese, desde as motivações encontradas nos participantes da pesquisa em direção à parentalidade até a atuação das transmissões geracionais nas famílias por eles constituídas.

Serão tecidas algumas considerações a respeito do método escolhido e de seus alcances nesta pesquisa antes de adentrar os três eixos. A pesquisa foi guiada pelo método clínico qualitativo e a escolha por estudo de caso atendeu ao objetivo da mesma. Foram enviados (via internet) 25 convites para homens que se encaixavam no perfil dos participantes e apenas cinco casais aceitaram o convite. As justificativas daqueles que responderam ao contato negativamente foi a não concordância do marido ou a preservação da intimidade da família, uma vez que já haviam participado de outras entrevistas. Esse dado permite considerar um primeiro limite desta pesquisa: as famílias que participaram representam uma parcela restrita dessa população em busca de legitimação e reconhecimento, as quais já foram abordadas pela mídia e/ou por estudantes pesquisadores do fenômeno (com exceção do casal cinco que contou que era a primeira entrevista deles). Todos os casais entrevistados, embora tenham se mostrado confiantes de suas atuações, pareciam buscar certa comprovação por parte de uma especialista no tema, a pesquisadora/psicóloga.

As entrevistas tiveram a duração média de três horas cada e ocorreram na casa dos participantes. A entrevista mais breve foi com o casal cinco - com a duração inferior a duas horas - na qual se travou uma delicada batalha, uma vez que o casal mostrou-se extremamente resistente em suas falas, perdurando o não dito (da parte de ambos) e o esquecimento (Sérgio) acerca de distintos assuntos relacionados à afetividade e homossexualidade. Já a entrevista mais longa ocorreu com o casal três - com a duração de mais de sete horas, incluindo a

participação da pesquisadora no almoço familiar - ambos os cônjuges, que são psicólogos, apresentaram o desejo de contar suas histórias em pormenores e encontraram na pesquisadora uma figura de confiança, estabelecendo uma transferência positiva e rápida, tal como ocorreu com os outros três casais (casal 1, 2 e 4), com os quais as entrevistas duraram em média três horas.

O fato dos encontros terem ocorrido na casa das famílias, inspirado na proposta de Simon (1983), como uma estratégia de aproximação dos psiquismos dos entrevistados, mostrou-se revelador do funcionamento dos casais permitindo à pesquisadora observar as dinâmicas relacionais dos mesmos em seu ambiente natural. A maneira como os casais receberam a pesquisadora em suas casas foi significativa, pois denota a entrada do novo no espaço familiar do grupo, que como Eiguer (2008) aponta, é capaz de trazer à tona aspectos do inconsciente grupal. Na família cinco, o casal sugeriu que a entrevista acontecesse na área externa da casa evidenciando a dificuldade de compartilhar os espaços internos do lar, explicitando com isso a impossibilidade de expor e adentrar a "interioridade psíquica" dos mesmos e dos vínculos. Alguns casais (2 e 3) sugeriram mostrar a casa e o quarto dos filhos para a pesquisadora, denotando o desejo de legitimação de suas parentalidades. O exibicionismo por detrás da proposta de expor outros cômodos da casa parece apresentar-se como meio de garantir que sejam compreendidos em sua integridade e para tanto buscam no registro do concreto complementar seus discursos com a cena real da casa/lar. Para ambos os casais (2 e 3), ao final das entrevistas essa mostra da casa não ocorreu e supõe-se que seja pelo fato dos casais terem sentido que a tarefa de captar a "verdade" acerca de suas famílias, compreendendo suas histórias familiares, havia sido realizada.

No que diz respeito à escolha dos instrumentos, observou-se que a entrevista semidirigida, combinada com a aplicação do genograma, forneceu à pesquisadora dados suficientes para a compreensão do fenômeno da homoparentalidade, pois os dados coletados permitem uma aproximação dos processos significativos vividos por esses casais, tais como: o processo identitário, de rupturas familiares, de assunção de suas sexualidades e de adoção, nos quais se encontram consideráveis similitudes entre as histórias contadas pelos casais (como tempo de união, período de adoção, rompimentos familiares, sofrimentos com a discriminação, dentre outros).

Sobre o uso do genograma, especificamente, cabe pontuar que sua produção apresentou-se como instrumento potencializador de expressão de conteúdos inconscientes acerca da integração dos patrimônios geracionais das duas famílias de origem dos casais

(Benghozi, 2010; Vitale, 2004). A liberdade oferecida nessa produção permitiu que os mesmos apresentassem mais do que o relato de suas histórias familiares, o que leva ao lugar e espaço que cada um ocupa nessa representação familiar, composta na maior parte das famílias pelas figuras significativas como amigos e bichos de estimação. As produções realizadas pelos cinco casais mostraram-se como fonte significativa de acesso aos funcionamentos familiares, em especial daquilo que permanece no âmbito do inominável, da ordem do negativo (Benghozi, 2010). Os não ditos se escancaram no desenho familiar e algumas interpretações dúbias se esclareceram por meio da representação gráfica da família, o que será retomado mais adiante com exemplos.

Como já referido na introdução desta tese, estudos acerca da construção da homoparentalidade masculina permanecem escassos no Brasil, foi encontrada apenas uma pesquisa que realizou um estudo de caso com uma família homoparental em processo de adoção (Almeida, 2012). O que se encontrou são pesquisas (Martinez 2013; Mota 2011; Manzi-Oliveira, 2009; Zambrano, 2008; Mello, 2005; Santos, 2004; Eugenio, 2003; Uziel, 2002). que tratam do processo de parentalização e adoção em contexto homossexual geral e com maior frequência tratando das mães homossexuais e/ou da parentalidade via relação heterossexual anterior. Na Europa (França, Espanha e Portugal) e nos Estados Unidos foi possível encontrar alguns estudos acerca do tema específico, que não são representativos da população brasileira. A escassez de estudos acerca da homoparentalidade especificamente masculina (Gato & Fontaine, 2014; Mallon, 2004) evidencia a dificuldade de perceber o mundo fora do esquema classificatório de realidades sociais (Bourdieu, 2010). Essa realidade é um dos fatores que deve ser considerado para a análise das famílias, visto que esses casais parentais estão exercendo uma atividade reconhecida socialmente como feminina (Puget, 2015; Berenstein, 2007; Derrida & Roudinesco, 2004; Badinter, 1993) e até algum tempo atrás restrita aos casais heterossexuais ou quando muito aos casais de mulheres.

Não há informação disponível acerca do número de famílias homoparentais adotivas no Brasil, supõe-se que esse número vem crescendo e a parcela de famílias que colaborou com esta pesquisa (cinco) é uma pequena amostra, com características singulares, porém não menos significativa. Por isso é preciso levar em conta alguns fatores na amostra dos participantes da pesquisa, uma vez que todas as famílias entrevistadas fazem parte da classe média alta e possuem grau de escolaridade superando a média da população brasileira (oito dos dez participantes possuem ensino superior completo). Das cinco famílias entrevistadas, quatro vivem em metrópoles e uma delas em cidade de interior. Pode-se conjecturar que o

elevado nível socioeconômico e cultural dos participantes está relacionado com a maior possibilidade de consciência acerca da importância deste tipo de estudo.

Ainda sobre o perfil dos colaboradores da pesquisa, no momento da entrevista os homens colaboradores tinham entre 33 e 55 anos de idade e estavam vivendo juntos há mais de 12 anos (um casado, três em união estável e um coabitando). Vale ressaltar que esses casais quebram com o estigma da promiscuidade nas relações entre homossexuais, já que vivem um relacionamento compromissado, monogâmico e duradouro. Quanto aos seus filhos, a idade média era de oito anos de idade, sendo que os cinco casais entrevistados aceitaram adotar crianças fora do perfil requisitado no início do processo e todas as crianças (sete) se enquadram na denominada "adoção tardia", quando a criança tem mais de dois anos de idade no momento da adoção, corroborando achados anteriores acerca da abertura dos casais homossexuais para adotar crianças com perfil excludente (Mota, 2011; Almeida, 2012; Goldberg, 2010).

Sabe-se que a maior parte dos pretendentes à adoção deseja adotar bebês (com até dois anos de idade), de cor branca e sem problemas de saúde, o que inviabiliza a adoção da maior parte das crianças à espera de uma família[35]. A identificação dos pretendentes homossexuais com a figura do preterido tem sido vista como uma vantagem para o sistema judiciário que se beneficia da disponibilidade desses casais para adotar crianças com poucas chances de adoção (Mallon, 2004). Essa ideia parece que perdura no imaginário dos casais entrevistados a respeito dos trâmites jurídicos no processo de adoção, nos quais eles relatam haver sentido uma espécie de "discriminação velada" pelo fato de serem homossexuais. Essa discriminação que alguns participantes contaram vivenciar, mesmo que de forma sutil, é o que Bourdieu (2005) nomeou de violência simbólica, por meio da qual ocorre a dominação simbólica imposta pela categorização do mundo. O efeito desse estigma é a conhecida negação de existência pública e de direitos, ou seja, a invisibilidade.

Os dados obtidos com as cinco famílias entrevistadas não permitem uma generalização das famílias homoparentais compostas por casais de homens e seus filhos. Os casais que aceitaram participar da entrevista compõe parte de uma população que se pode chamar de "militante" das causas LGBT, pois estão buscando por meio de suas exposições e de seus

[35] Segundo dados do Cadastro Nacional de Adoção, 29% das famílias querem adotar somente meninas e quase 70% não aceitam ficar com os irmãos. As crianças que acabam ficando mais tempo nos abrigos são os meninos pardos entre 8 e 17 anos. Mais de 35 mil pessoas estão na fila da adoção no Brasil e 6,5 mil crianças e adolescentes esperam por uma família. *Fila de adoção tem 6,5 mil crianças e adolescentes no Brasil* (2016, 30 de maio). Globo News [Globo News Especial]. Recuperado em 15 novembro de 2016, de http://glo.bo/1NZqX3a

relatos tornar suas experiências reconhecidas via compartilhamento, abrindo o caminho para as futuras famílias. Um dos casais entrevistados (o casal 2) apresentou-se como militante, profundamente envolvido com o movimento, e explicitou o desejo de compartilhar suas experiências enfatizando o pedido de que seus nomes constassem na tese, o que não apareceu nos demais casais.

A discussão que segue compreende uma reflexão geral do material encontrado, embora busque não perder de vista a singularidade de cada família entrevistada.

4.3.1 Assunção homossexual e o Não dito

> Se você não é livre para ser você mesmo na questão mais importante de todas as atividades – a expressão do amor – então a vida, em si mesma, perde seu sentido.
>
> Harvey Milk[36]

Este primeiro eixo trata da recorrência do não dito (Eiguer, 2010) acerca das homossexualidades, como um contraponto à assunção homossexual dos participantes entrevistados, em suas famílias de origem e extensa e os efeitos em suas subjetividades. Como fruto das análises realizadas prioritariamente na categoria A sobre o vínculo conjugal, este também permeia as outras duas categorias na medida em que os efeitos da assunção ou do não dito resvalam sobre os demais âmbitos da vida, do conjugal para o parental e familiar.

Confirmando achados anteriores a respeito das rupturas frequentes que ocorrem entre os sujeitos que se assumem homossexuais e suas famílias (Rodriguez & Paiva, 2009; Uziel, 2007; Nunan, 2007; Tarnovski, 2002) os colaboradores desta pesquisa relataram processos de *desmalhagens* (Benghozi, 2010) em suas famílias de origem, com consequente saída/expulsão de casa, como ocorreu com o participante Diogo (casal 3) que foi expulso pelo pai. Com exceção do caso de Rômulo, que contou uma experiência de emancipação precoce e o apoio familiar no quesito homossexual, os demais casos delatam situações de rejeição de pelo menos uma das figuras parentais após a assunção/descoberta da homossexualidade do filho, com consequente sofrimento psíquico e afastamento das figuras familiares.

Quanto aos sujeitos não assumidos, àqueles que permanecem vivendo sem verbalizar seu desejo homossexual entende-se que estes optam pelo não dito como forma de se esquivar

[36] Harvey Milk foi o primeiro vereador da cidade de São Francisco assumidamente homossexual, assassinado em 1978 por motivo homofóbico.

dos infortúnios que são parte recorrente da vivência homossexual. Esse é o caso de Umberto e Sérgio (casal 5), bem como de Augusto (casal 1) e de Guilherme (casal 3). As justificativas para a não assunção nesses casos diferem, no casal 5 há uma intensa resistência para tratar do assunto e o discurso da sexualidade aparece protegido sob o pretexto de ser do "âmbito privativo" aparece como um tabu. Augusto, por sua vez tenta transmitir naturalidade ao defender a igualdade entre heterossexualidade e homossexualidade e assim justifica o seu não dito e, por fim, Guilherme relata sua compreensão diante da dificuldade da geração dos pais em aceitarem a homossexualidade.

Por conta da dificuldade de se assumir em casa, causando frustração aos pais e uma possível rejeição, muitos homossexuais optam por partir em direção às grandes metrópoles (Eribon, 2008). Dos dez participantes, três (Daniel, Umberto e Tadeu) partiram para outro continente para se assumir e todos eles se envolveram em coabitação e namoro/relacionamento sério muito rapidamente, também devido às rupturas familiares. Esses dados, também, confirmam os achados de pesquisa anterior (Rodriguez, Merli & Gomes, 2015) acerca do rápido envolvimento dos homossexuais como uma estratégia de apoio em momentos de desamparo. Todos os casais estavam coabitando em período inferior a 12 meses (entre três e 12 meses), sob a justificativa de suporte após desmalhagens familiares (Benghozi, 2010), com exceção do casal 5.

Como forma de compensar a lacuna familiar os homossexuais uniram-se criando redes de apoio, conhecidas como "gueto" (Mello, 2005) e também as "famílias de substituição" (Eribon, 2008). Essas "famílias de substituição" apareceram nas entrevistas dos quatro primeiros casais de forma verbal e projetiva, a partir do desenho do genograma. Os amigos foram reconhecidos como parte da família sob a justificativa de sua grande participação e convívio com a mesma. Os casais apontaram também algumas mudanças no convívio com certos amigos após a adoção e supõem que estariam relacionados aos novos tipos de programas e locais que frequentam agora que têm filhos para cuidar. Por exemplo, Rafael do casal 3 compartilhou que notou alguns amigos mais próximos e interessados em participar de atividades com o recém-chegado filho, bem como sentiu que outros se afastaram. A adoção desses grupos de amigos como parte familiar lhes garante um sentimento de pertencimento e fortalecimento, especialmente em momentos de rejeição homofóbica ou mesmo de vivências de violência simbólica (Bourdieu, 2005).

O processo de assunção da homossexualidade significa a afirmação da identidade do sujeito ainda que seu desejo seja visto como subversivo (Eribon, 2008), corrompendo a norma

– heterocêntrica – tal como a homossexualidade o faz. O rompimento com os mandatos familiares e sociais (Féres-Carneiro & Ziviane, 2009) é sinônimo de perdas, uma vez que, se assumir integralmente diante dos pais, familiares, amigos e sociedade, implica no risco de rejeição e discriminação, o que explica a persistência do uso do não dito nesses casos.

Para exemplificar o uso do não dito, tem-se o caso de Rômulo (casal 3), que relata sua assunção de modo poético por um lado e a ambivalência de sentimentos que gera nos pais por outro. Demonstra também como a sua identidade de gênero se mistura com o próprio desejo sexual, pois se vê no espelho como um homem (a semelhança do pai) que deseja outro homem. A constatação desse fato impede o diálogo familiar, tornando-se um segredo, na medida em que os seus namorados eram apresentados como amigos. O primeiro momento em que houve a nomeação e legitimação dos laços do casal (união estável) sua mãe primeiramente se recusou a comparecer, indicando assim a sua reprovação e desconforto com a situação.

Já no casal 2, tanto Tadeu como Daniel saltaram de uma vivência de não aceitação de suas homossexualidades para a discrepante militância nas causas LGBT. Essa nova forma de expressão de identidades, primeiramente via estrangeirice que abriu caminho para a assunção e em seguida para a militância, aparece como contraponto vivencial: da invisibilidade para a exposição midiática.

Dois colaboradores, Rafael (casal 4) e Tadeu (casal 2), relataram que a autoaceitação como homossexual foi tão complicada que eles tentaram se defender pela via de um casamento heterossexual, o que ruiu em poucos anos quando se apaixonaram por outros homens. O esforço por enquadrar-se na norma caminha na direção narcísica de reconhecimento do outro, cumprindo com os mandatos familiares (prioritariamente) e sociais em busca de amor e pertencimento.

Um discurso recorrente entre os participantes desta pesquisa envolveu o não dito acerca da homossexualidade entre eles e os próprios pais, e às vezes até irmãos, explicitando que o assunto era sabido, porém não falado, implícito. Rafael (casal 4), por exemplo, contou que a homossexualidade nunca foi um assunto entre ele e o pai, o mesmo ocorreu com Guilherme (casal 4), que acrescentou uma irmã mais velha também ao não dito, justificado por ele pela proximidade que tinham o que dispensaria a verbalização. Augusto (casal 1) chega a dizer que nunca falou sobre sua homossexualidade com ninguém, *"Eu nunca tive grandes problemas, aliás, nunca tive nenhum problema, eu nunca falei sobre isso!"*

A rejeição por parte das famílias diante da descoberta ou mesmo da desconfiança da homossexualidade dos filhos gera um "sentimento de si" (Freud, 1914/2006) desvalorizado e incapacitante, tendo sido relatado pelos colaboradores como um abandono ou falta de proteção que eles desejam reparar por meio do exercício da parentalidade atual, com seus próprios filhos. A impossibilidade de se assumir aparece vinculada a não aceitação das famílias, às tentativas de cura e conversão dos filhos à heterossexualidade, como relatado por Nei (casal 1), Tadeu (casal 2), Diogo (casal 3) e Rafael (casal 4), o que significa a metade dos sujeitos assumidos nesta pesquisa.

Os relatos acerca da discriminação dentro das próprias famílias de origem apareceram nos quatro primeiros casais, em maior ou menor intensidade. Nei (casal 1), Tadeu (casal 2), Diogo (casal 3) e Guilherme (casal 4) relataram rejeição da parte de suas figuras maternas, o que foi superado pelos três primeiros, que atualmente convivem satisfatoriamente com as mesmas. Guilherme, por sua vez, relatou uma imago de mãe extremamente exigente e pouco afetiva, delegando à mesma a culpa de seus sentimentos de inferioridade. A não aceitação da mãe de Guilherme, associada à homossexualidade do filho, por toda a sua vida (ela pede perdão em seu leito de morte) causou feridas narcísicas no primeiro que não puderam ser superadas ainda, alegando ter tido sua vida "infernizada" pela mãe mesmo após seu falecimento, uma vez que ele se observa repetindo uma cobrança excessiva com o próprio filho hoje. Umberto e Sérgio (casal 5) não relataram vivências negativas relacionadas à questão homossexual, pois a mesma não fora tratada verbalmente, trouxeram apenas o desejo de não repetir as punições que envolviam agressões físicas com o filho. A impossibilidade de entrar em contato com as memórias afetivas familiares desse casal denota o recalcamento de conteúdos psíquicos, de heranças transgeracionais (Kaës, 1998) que não puderam ser acessadas e assim adquirir sentido e nome.

Um caso de não dito pode ser observado nesse mesmo casal (5), com ambos os cônjuges, que apesar de coabitando o mesmo lar há mais de 12 anos e com um filho adotado há cinco meses, não tratam do assunto homossexualidade. Eles relatam que a mesma nunca foi assunto entre família, amigos ou comunidade, pois esse é do "*âmbito privado*". Apesar de contarem que todos que participam de suas vidas sabem (implicitamente) o tema não é tratado verbalmente. Chama a atenção que durante as duas horas de entrevista a palavra homossexual foi proferida apenas pela pesquisadora, bem como as palavras namorado e marido para referir às relações homossexuais.

No quesito das transmissões geracionais é possível inferir que nessa família (5) preponderam as heranças transgeracionais (Kaës, 1998), aquelas impossíveis de serem transformadas, com conteúdos mascarados primordialmente pelo não dito. Umberto esquivou-se de responder algumas perguntas e Sérgio alegou não se lembrar ou não saber como explicar-se diante de boa parte das perguntas. O esquecimento de Sérgio apareceu como mecanismo de defesa diante daquilo que é insuportável ao ego, por exemplo: lembranças de sua infância, na qual os seus pais o entregaram para viver com outra família em troca de serviços. Sérgio pareceu aceitar o lugar infantilizado diante de Umberto, daquele que não fala por conta própria, submetendo-se ao parceiro, repetindo o modelo que vivenciou em sua família de origem.

A dificuldade de assunção homossexual encontra-se, portanto, ancorada na dificuldade de aceitação da homossexualidade como uma possibilidade legítima de ser sujeito no mundo. A falta de apoio das famílias de origem origina um sentimento de desamparo nos homossexuais que pode ser sentido como distante daquele que dita o sentimento de pertencimento, sustentáculo dos vínculos significativos e essenciais à subjetivação de todo ser humano.

A conjugalidade homossexual por si só permite o anonimato dessas relações, enquanto na homoparentalidade a criança funcionaria como reveladora do casal, escancarando sua existência no meio social. Ou seja, os casais entrevistados poderiam passar despercebidos enquanto casal no meio social, e com a adoção dos filhos isso já não é mais possível, o que denota que a homoparentalidade carrega em alguma medida uma força reveladora dessa relação primeira – a conjugal.

4.3.2 A Adoção como uma forma de parentalizar e reparar

Inicialmente, é importante reforçar que a adoção conjunta para as famílias da pesquisa significa hoje, no Brasil, a única forma de ambos os homens terem um filho legítimo, em que estão garantidos os direitos iguais a ambos os pais. Esse foi o motivo da escolha desse recorte de participantes na pesquisa, garantindo que ambos poderiam compartilhar de todo o processo: do plano à execução da adoção, para posteriormente construírem o vínculo pais-

filho/s de maneira igualitária no grupo familiar. Outro dado relevante para se refletir sobre as adoções nas cinco famílias entrevistadas é que todas deram entrada ao processo após um longo período de relacionamento conjugal e planejamento familiar, indicando uma decisão tomada após muita ponderação.

Feitos esses esclarecimentos, retoma-se os questionamentos da categoria 1 para então refletir acerca do processo de construção do vínculo parento-filial e seu significado para esses casais, componente da categoria 2. Quais as motivações desses casais de homens para tornarem-se pais? O que eles estariam buscando com a adoção? Quais as influências das representações parentais (Rodriguez, 2012) que esses homens convocam em suas atuações parentais a fim de reparar as faltas que sentiram como filhos?

Foram divididas em quatro as motivações encontradas nos casais entrevistados: 1) Desejo de parentalizar; 2) Desejo de normatização, 3) Desejo de atender ao pedido do outro e; 4) Desejo de altruísmo. O desejo de parentalizar significa a motivação genuína para o cuidado de uma criança, reconhecendo nela um sujeito. O desejo de normatização seria o cumprimento dos mandatos sociais e familiares com vistas à aceitação social. O desejo de atender ao pedido do outro aponta em direção a um "não desejo", a submissão ao desejo do outro e, por fim, o desejo de altruísmo no sentido de fazer um bem à humanidade.

O desejo de parentalizar como motivação para a adoção foi encontrado em Augusto e Nei (casal 1), Tadeu (casal 2), Diogo (casal 3) e Sérgio (casal 5), o que significa que eles apresentavam antes da adoção a vontade de ser pai, de cuidar de um filho. Todos eles contaram que o sonho de ser pai surgiu anterior ao relacionamento conjugal atual e antes mesmo deles se assumirem como homossexuais, relatando, por exemplo, que a tentativa de relacionar-se com mulheres vinha também para garantir a procriação e suas possibilidades de se tornarem pai. Augusto é quem contou que ficou deprimido ao saber que sua namorada havia perdido o filho do casal (aborto natural).

O desejo de normatização como uma maneira de aproximar-se da heteronormatividade apareceu com muita intensidade em Tadeu (casal 2), o qual declarou que após sua assunção procurou tornar sua vida familiar pública, como estratégia de militância. Tadeu repetiu algumas vezes que seu desejo de adotar filhos não é uma tentativa de aderir à norma, caindo na armadilha de ao negar enfaticamente uma necessidade a reforça. Guilherme (casal 4) também traz a imago de uma família clássica e não apresenta o desejo de cuidar de um filho antes da adoção, apesar de estar sendo ele quem passa mais tempo com o filho após sua chegada na casa.

O desejo de atender ao pedido do outro apareceu em Daniel (casal 2), Rômulo (casal 3) e Umberto (casal 5) que declararam não terem o desejo de adotar antes do pedido dos respectivos maridos, mas que não se opuseram, aceitaram para satisfazer o outro, de acordo com os discursos manifestos apresentados. Daniel cedeu ao desejo de seu marido Tadeu, quem apresentou juntamente com um desejo de parentalizar o de normatização, por meio da exposição midiática de sua família. Apesar disso, é Daniel quem fica responsável por cuidar e acompanhar as tarefas do filho no dia a dia, uma vez que é a figura mais presente na casa, ou seja, ele se mantém no lugar de submissão repetindo a atuação de sua própria mãe na família nuclear.

O desejo de altruísmo foi encontrado em Rômulo (casal 3), Guilherme e Rafael (casal 4) e Umberto (casal 5), via discurso que aponta como motivação inicial para a adoção o desejo de ajudar o outro, de realizar uma benfeitoria para a humanidade, quase que um ato heroico.

Apesar de o desejo de parentalizar, considerado como a motivação mais genuína para a adoção, não ter sido encontrado em todos os colaboradores previamente à adoção, percebeu-se em todos eles a disposição de exercer a parentalidade, participando e se envolvendo de acordo com as possibilidades individuais de cada um. Notou-se que após a adoção, com a criação dos vínculos afiliativos, cresceu dentro desses novos pais o desejo de cuidar, de parentalizar, ou seja, mesmo aqueles que relataram o não desejo pela parentalidade, como Daniel (casal 2), Rômulo (casal 3) e Umberto (casal 5), compartilharam transformações em suas vidas após a parentalidade, denotando que a mobilização causada pela adoção em construção é resultado também de uma disponibilidade psíquica para parentalizar. Tanto Daniel quanto Rômulo, apesar de terem cedido ao desejo dos maridos, tem demonstrado uma abertura para o vínculo parental com significativa criatividade. Rômulo, por exemplo, exerceu um papel de cuidador mais efetivo no primeiro ano da adoção, quando Diogo se deparou com um ciúme extremo do filho que culminou em um episódio depressivo.

O benefício de fazer parte da dita normalidade (Bourdieu, 1996), aproximando-se da heteronormatividade é comprovado por todos os casais quando estes relatam que após a chegada do/s filho/s houve uma reaproximação com as famílias de origem, resultado de uma maior aceitação. Vespucci (2014) alerta para o paradoxo da assimilação cultural *versus* a luta pelo direito à diversidade e questiona, assim como Roudinesco (2003) o faz, esse desejo de enquadramento social. Os casais 1, 2, 3 e 4 já se sentiam família antes mesmo da adoção e a chegada das crianças não caracterizou para os mesmos o princípio da suposta família. O casal

4 trouxe o desejo declarado de atender ao mandato social de constituição familiar, referindo ao modelo tradicional do casal com filhos e bichos de estimação, além da necessidade de visibilidade e reconhecimento por um "ato de altruísmo", como eles se referiram para falar dessa escolha filiativa. A adoção neste caso apareceu também como uma forma compensatória pela homossexualidade, que no caso de Rafael em especial ainda não se encontra bem elaborada.

O exercício da parentalidade apareceu primordialmente como possibilidade de reparação das falhas que perceberam na atuação dos seus próprios pais por meio do exercício parental atual (Rodriguez, Merli & Gomes, 2015) em todos os cinco casais, com ênfase na falta de participação e afetividade em especial das figuras paternas (Augusto, Daniel, Diogo e Rafael), mas também das figuras maternas (Nei e Guilherme). Por parte de Guilherme isso fica mais claro quando conta de seu esforço para não repetir, com seu filho, a eterna insatisfação de sua mãe diante de seus feitos. A motivação para a parentalidade perpassa, além da tentativa reparatória das vivências familiares, a esperança de realizar os ideais narcísicos e a possibilidade de continuidade geracional (Rios, 2007). No caso específico dessas famílias uma preocupação recorrente foi compartilhada em relação à transmissão de novos valores, pautados principalmente no respeito à diversidade.

No que se refere ao desejo de pertencimento, seja às famílias de origem, seja às famílias de substituição, aos guetos ou comunidade, este apareceu em todos os casais entrevistados como um anseio primordial. Como alerta Benghozi (2010), a possibilidade da adoção propicia à família uma reestruturação dos vínculos movimentando as regras do grupo de pertencimento. A adoção apareceu também como uma forma deles serem também adotados pelo mundo sob uma nova perspectiva, seja no âmbito familiar, pois ao dar netos para seus pais ocorre uma reaproximação familiar, seja do ponto de vista social por meio do reconhecimento de seus vínculos conjugal e parental.

Quanto ao contrato narcísico, necessário para tornar-se pai (Solis-Ponton, 2004), foi observado em todos os colaboradores o trabalho psíquico em processo, trabalho no qual eles aceitam o que herdaram de seus pais e se apropriam desse material, ao mesmo tempo em que podem também se enxergar no/s próprio/s filho/s. A adoção homoparental pode ser encarada nessas famílias como uma forma de reparar suas histórias familiares e sociais, na medida em que a vinculação a um filho desperta esperanças de um futuro, um presente e até um passado melhor, ao possibilitar a ressignificação de vivências passadas.

Ao se pensar nesse processo de ressignificação das histórias parentais, cabe apontar um dado importante no genograma do casal 4, no qual Rafael desenha o seu pai na ponta oposta da folha, distante de toda a família representada na mesma, indicando um conflito irresoluto com o próprio pai e a consequente tentativa de negação dessa herança paterna. A adoção de um filho por parte de Rafael parece ser uma tentativa de reconstruir uma narrativa parento-filial, na qual o menino pode estar próximo vincularmente dele, confirmado pelo genograma, com o filho entre ele e o marido.

4.3.3 Família e norma, a nomeação dos membros como indicativo relacional

Em consonância com a categoria de análise 3., neste eixo visa-se refletir acerca da construção vincular familiar, considerando o importante achado na pesquisa acerca da relação entre a heteronormatividade e seus efeitos no "fazer família".

A família ainda aparece como uma das instituições socializadoras centrais da contemporaneidade, com a missão moral de reprodução social, ou seja, responde aos ideais heteronormativos e consequentemente caracteriza-se como relativamente estável, de transformação lenta (Horkheimer, 2003). De todo modo é importante frisar a mudança do papel da família nuclear na cultura contemporânea que, com todas as rupturas e deslocamentos que vem sofrendo não pode mais ser considerada a única das bases para a construção identitária (Arán, 2003). Na mesma linha de pensamento, Deleuze e Guattari (2010) entendem a família apenas como mais um estímulo formativo, rebatem a crença da sagrada família como a gênese justificadora de toda a vida, na qual se pauta toda a organização psíquica em função de Édipo e defendem que a subjetividade se forja no imbricamento dos campos familiar e social.

As transformações de ordem simbólica nos sistemas de nomeação, filiação e relação entre os sexos perpassam a família homoparental e convocam a um reexame das estruturas dessas novas famílias. O distanciamento gradual do modelo familiar tradicional tem resultado na abertura de novas possibilidades de organização e nomeação, nas quais os lugares atribuídos à masculinidade e feminilidade, à mãe e ao pai, ao cruzamento entre gênero e

sexualidade, começam a ser questionados. Conceber uma nova ordem simbólica implica na compreensão do fenômeno de desestabilização das relações entre sexo e gênero, na qual a norma da lógica binária (masculino/feminino, heterossexual/homossexual) é desnaturalizada (Corbett, 2009a; Corbett, 2009b).

Cumpre lembrar que o gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e de feminino são produzidas e normatizadas (Butler, 2004), dentro dessa concepção somente uma mulher poderia exercer a chamada função de mãe, e um homem a função de pai. Não obstante, o que se percebe na prática é a dificuldade na desvinculação entre sexo e gênero, por exemplo, relacionando o cuidado com os filhos como algo específico do universo feminino (Freud, 1930/2010). O casal 2 compartilhou a concepção de que lhes faltaria algo exclusivo das mulheres no cuidado com os filhos e daí decorreria a dificuldade em atentar aos detalhes como a necessidade de sempre carregar uma troca de roupa para as crianças. E concluem, reforçando as representações sociais marcadas pelo sistema binário de concepções (Butler, 1990), que estariam se aproximando de um lado mais feminino de seu ser para exercer a parentalidade, ainda vista prioritariamente como cuidado materno (Badinter, 1985).

As categorias “homem” e “mulher” só alcançam estabilidade e coerência no contexto da matriz heterossexual. Por esse motivo, é preciso alterar o sistema de nomeação das estruturas familiares (de parentesco e filiação) a fim de permitir pensar a possibilidade de pais-mulheres e mães-homens, por exemplo.

Partindo dessa reflexão questiona-se: Seria preciso haver uma nomeação comum para todas as famílias? Seria possível considerar os dois homens das famílias entrevistadas como dois pais? Levando em conta a definição do que é ser pai, ter-se-ia então que dizer que eles assumem o papel materno também? Assim como Derrida e Roudinesco (2004) apontam a urgência na consideração da mutação na relação pai/mãe e nas funções materna e paterna, Ayouch (2015 a) também convida a questionar os operadores simbólicos: homem, mulher, pai, mãe. Seriam esses significantes atemporais da subjetivação ou ferramentas que carregam o sentido cultural e a inflação imaginária de sua inscrição histórica? Diante das possibilidades de mobilidade de lugares dentro dessa organização, os autores citados acima lembram que a família nunca foi natural para nenhum ser vivo e colocam um questionamento: “Será que um casal de homens homossexuais impõe dois pais masculinos para o filho? E se perguntam se não existiriam sempre, em todas as situações, o que chamamos correntemente de ‘um pai’ e ‘uma mãe’?” (Derrida & Roudinesco, 2004, p. 50).

Levando em conta que a possibilidade de alteração nos sistemas de nomeação dentro da família está ligada à abertura dos indivíduos para novas formas de percepção, investigar o quanto as novas famílias homoparentais concebem outros funcionamentos familiares mais igualitários e criativos, em que a norma não funciona como imperativo, foi um dos objetivos norteadores desta pesquisa. Tal como Bourdieu (2005) afirmou, a família como instituição socializadora é apenas mais uma das categorias que se enquadram no esquema classificatório, aquele que garante a "ordem das coisas".

De acordo com os funcionamentos familiares, percebeu-se que os cinco casais apresentaram dinâmicas funcionais mais flexíveis, distanciando-se do tradicional sistema hierárquico binário que se mantém em grande medida no Brasil (Passos, 2005). Observou-se que a divisão das tarefas ocorre de forma mais igualitária e de acordo com as necessidades e afinidades de cada um, o que evidencia uma autêntica disponibilidade de construção de realidades e de vínculos, superando seus legados geracionais.

A possibilidade de nomear as relações, tanto conjugais quanto parentais e familiares é um indicativo do reconhecimento das mesmas por parte dos envolvidos, é a comprovação de que é possível construir novos lugares de composição familiar fora da norma. A dificuldade na aceitação da homossexualidade e posterior homoparentalidade, seja por parte da sociedade, pelas famílias de origem e pelos próprios envolvidos – casais e filhos - se justifica pela ausência de legitimação social de tais vínculos e pela homofobia (Maya, 2013; Borrillo, 2010) e/ou violência simbólica (Bourdieu, 2005) com a qual os homossexuais se deparam.

No que concerne à nomeação, notou-se que todos os casais entrevistados se referem ao outro na terceira pessoa como "marido", com exceção do casal 5. A possibilidade desses casais se identificarem como maridos, reconhecer esse vínculo de comprometimento marital indica a resolução de alguns conflitos internos acerca de suas identidades como homens e homossexuais. Na família 5 a questão do não dito ofusca as possibilidades de nomeação conjugal no social e deixa os cônjuges à mercê das interpretações, as relações são implícitas, porém não verbalizadas.

A ausência de nomeação seja no âmbito conjugal (namorado/parceiro/marido) como no âmbito parental (pai, papai, papia, nome próprio ou outro), no contexto dessas famílias homoparentais evidencia o que Butler (2003) chamou de "lugar não cooptado pela normatividade", lugares de não representatividade. Os protagonistas dessas histórias são obrigados a criar nomes, a construir lugares nunca antes habitados. Essas novas nomeações

são legitimadas no meio social, elas dependem da aceitação e do reconhecimento do outro para que se tornem reais.

No que diz respeito à parentalidade, os entrevistados de forma geral declararam o desejo de serem chamados de "Pai" em um primeiro momento, falaram sobre a ansiedade e expectativa que rondou o momento, o que está relacionado com o desejo de ocupar esse lugar de "pai" e com isso poder exercer essa função, o que não exclui, em termos categóricos de função na família (função paterna e função materna) de também exercer aquilo que seria chamado de função da mãe. O casal 1 permitiu aos filhos escolherem criativamente a forma de chamar os dois pais e o casal 3 optou por deixar os filhos chamarem os pais como preferiam, alegando aguardar o momento em que eles se sentiriam a vontade para tratá-los por "pai", compreendendo que o reconhecimento pai-filho é um processo. Na época da entrevista ambos os meninos dessa família chamavam os pais pelos nomes próprios e em alguns momentos os chamavam de pai, o que era encarado pelos pais como um movimento natural e que devia ser respeitado.

Os casais desta pesquisa se deparam com uma "irrealidade" (Butler, 2004), a do inominável – seus lugares como pais/cuidadores não tem nome – e estão construindo esse lugar no vínculo, criativamente junto de seus filhos. A questão conjugal para os casais 1, 2, 3 e 4 parece ter sido uma batalha já superada e eles também demonstraram, pela nomeação clara e inequívoca, o sentimento de pertencimento à família que construíram. O trabalho psíquico e vincular que essas famílias estão processando se refere às transformações profundas de apropriação autêntica dos legados geracionais herdados, de construção de novas ordens simbólicas e, por fim, da naturalização de novas lógicas, ainda sem nome, porém distantes das concepções fundadas na binariedade e na heteronormatividade.

Pensar criticamente sobre família e norma remete inevitavelmente à reconsideração da continuidade do uso do termo homoparentalidade, o qual não foi utilizado por nenhum de nossos colaboradores. Sendo assim, questiona-se a manutenção do uso termo, quando o objetivo do mesmo é instigar a reflexão, mas acredita-se que por ora convém para garantir a possibilidade de representação por meio de um nome. Com base no posicionamento de Uziel (2007), que destacou o caráter estratégico da utilização do termo ressaltando a visibilidade social e seus ganhos, optou-se pela nomeação do fenômeno ainda encarado como subversivo - fora da norma - com a finalidade principal de ampliação das representações sociais acerca do que é família, de abertura para uma permanente (re)significação da mesma. Para que o nome "família" possa abarcar também as configurações homoparentais, pluriparentais,

monoparentais e todas as demais nomeações criadas para diferenciar as múltiplas formas existentes que colocam em xeque a família tradicional como instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A generalização dos dados na pesquisa qualitativa psicanalítica, na qual se busca enxergar no individual o social, denuncia os limites no alcance da compreensão da homoparentalidade. A intenção desta tese não é a de encerrar a compreensão das histórias das cinco famílias na análise que foi realizada naquele momento específico, durante o processo de adaptação, numa assim chamada recém-adoção (entre cinco e 23 meses depois), mas a abertura para reflexões acerca do fenômeno da parentalidade exercida por homens homossexuais via adoção.

Esta pesquisa possibilitou acessar a forma como esses casais construíram seus vínculos de conjugalidade pautados em grande medida como uma forma de elaborar os sofrimentos e perdas relacionadas às suas assunções como homossexuais, ou seja, as desmalhagens familiares (Benghozi, 2010), ocorridas após suas assunções, refletiram na escolha e manutenção da conjugalidade estabelecida entre eles. O desejo pela parentalidade encontrado na maior parte dos participantes explicita a busca pela reparação de experiências vivenciadas como negativas e corresponde à maneira que eles encontraram de transformar suas histórias. A conjugalidade homossexual por si só permite o anonimato dos sujeitos frente a esse tipo de desejo, ou seja, sem filhos há a possibilidade de manter a relação velada – como um não dito – enquanto a partir da parentalidade o casal é obrigado a posicionar-se diante da sociedade na medida em que tem que responder pelo/s seu/s filho/s. Parece ser esse o motivo do crescente interesse de pesquisadores pelo tema da homoparentalidade, que é maior se comparado aos estudos da conjugalidade homossexual na atualidade. Em contrapartida, essa última parece não levantar tantas questões devido à sua possibilidade de discrição e/ou invisibilidade.

A investigação do fenômeno da homoparentalidade via adoção apresentou alguns diferenciais nos três âmbitos destacados nas categorias de análise, a conjugalidade, a parentalidade e a família. Desses diferenciais, foram selecionados três considerados mais significativos, a saber: 1) Os efeitos da falta de modelos parentais alternativos e a construção do vínculo parental; 2) O desejo de fazer família como forma de recuperar algo perdido e; 3) A presença da alteridade na família homoparental como potência para a subjetivação dos filhos.

1) Os efeitos da falta de modelos parentais alternativos e a construção do vínculo parental.

Ao se analisar o processo de construção do vínculo parental dos casais entrevistados, deparou-se com o sentimento natural de despreparo desses pais para o exercício parental, o qual se justifica primordialmente pela escassez de modelos sociais que marcam a atuação do pai como cuidador.

A ausência de legitimação social de homens como "figuras maternais" aliada à resistência social diante da homossexualidade e da homoparentalidade confirma o poder que a norma social impele a todos que fazem parte dela. A heteronormatividade aparece como uma força dominadora que produz violências simbólicas (Bourdieu, 2005) para com aqueles que não respondem aos mandatos sociais. A sociedade, bem como a família, cobra a continuidade de seu legado e o rompimento com essas expectativas resulta em sofrimento e muitas vezes em experiências não reconhecidas e inomináveis. A figura do homem que supera o tradicional lugar patriarcal, podendo por sua vez também "maternar" os filhos rompe com a perspectiva de machismo que é fruto da dominação masculina, e coloca em xeque o imperativo no qual o cuidado e a sensibilidade não coincidiriam com masculinidade.

Os participantes desta pesquisa comprovaram o quanto suas habilidades e dificuldades para lidar com tarefas consideradas do universo feminino ou masculino estão relacionadas com o que aprenderam em casa e em sociedade, por meio dos esquemas classificatórios com os quais construímos o mundo, comprovando que papel de mãe e papel de pai são construções sociais e culturais, as quais podem ser transformadas.

Os achados indicam que os participantes têm obtido sucesso no percurso de construção dessas realidades e têm encontrado maneiras de ocupar seus lugares de pais, compondo e criando saídas criativas para o exercício parental, suprindo as tradicionais funções materna e paterna de maneira singular e autêntica. Os cinco casais entrevistados não contaram com referências de pais cuidadores em seus meios de convivência, sendo, portanto os inventores dessa experiência, de "pais maternais". Para a execução de tarefas consideradas características de "mãe" eles utilizam como modelos de atuação as mães que conhecem: as figuras maternas que tiveram (mães, avós, etc), as amigas que são mães, dentre outras. Para referir-se às atuações de "pai" parte deles convoca a insatisfação diante dos pais que tiveram, e outra parte convoca as heranças positivas que carregam de seus pais. A tentativa em repetir ou mesmo superar as atuações de seus pais aponta para uma mesma direção: a importância desses pais em suas vidas, por meio da presença ou da ausência, marcando suas subjetividades.

Os resultados encontrados na pesquisa contribuem no sentido de fornecer informações sobre o exercício da "maternação" realizada por homens (Chodorow, 1990), demonstrando que a parentalidade exclusivamente masculina também tem resultado em dificuldades, as quais em sua grande maioria não diferem das famílias heterocêntricas. A marca significativa encontra-se na falta de modelos referenciais alternativos, o que leva esses homens muitas vezes a se sentirem inseguros e despreparados para as tarefas tidas até então como "maternas".

Diante da construção vincular desses "pais-mães", cabe o questionamento de Tort (2001) acerca da contribuição que a psicanálise pode dar à compreensão desse novo dispositivo que determina as identificações, por meio de um agenciamento inédito das funções maternas e paternas. Na mesma linha, Ayouch (2015a) convoca a questionar os operadores simbólicos: homem, mulher, pai e mãe, apontando a arqueologia histórica e cultural desses significantes da subjetivação. O autor lança a preocupação em como desimaginarizar esses termos, propondo uma desconstrução de representações sociais. O reconhecimento da pluralidade de novas formas de ser e vincular-se, o desmantelamento do sistema hierárquico binário e da decorrente heteronormatividade propiciam a possibilidade de invenção de conjugalidades, parentalidades e famílias. As famílias descritas nesta tese apresentam-se como potências de reformulação de representações, pois desmontam uma série de pressupostos ligados à heteronormatividade, tais como: a conjugalidade homossexual, a homossexualidade desconectada da ideia de promiscuidade e a possibilidade de pais como principais cuidadores.

Outro ponto que merece destaque no exercício da parentalidade desses casais é acerca da homofobia com que se deparam os filhos dos casais homossexuais. Os casais entrevistados compartilharam a necessidade de lidar com a realidade da homofobia social, a qual atinge as crianças já na escola por meio do *bullying* homofóbico[37]. Os pais entrevistados declararam consciência e preocupação com o sofrimento que seus filhos estariam sujeitos antes mesmo da realização da adoção e, por isso criaram estratégias de enfrentamento junto com os mesmos a fim de prepará-los para lidar com a homofobia e com a violência simbólica.

[37] Para saber mais sobre o *bullying* homofóbico no Brasil consultar a cartilha "*Bullying homofóbico e desempenho escolar: dados de pesquisa e propostas de enfrentamento*", coordenada pelo professor José Leon Crochik (2015).

A ocorrência de homofobia no Brasil e no mundo parece ter se transformado pouco nas últimas décadas, e atinge também as crianças dentro dos ambientes escolares como apontam pesquisas anteriores (Goldberg, 2010; Mello, 2005; Mallon, 2004).

Os casais entrevistados compartilharam as marcas do sofrimento resultantes da homofobia vivida dentro de casa, na escola, nas ruas e no trabalho e contam haver superado tais experiências além de sentirem-se fortalecidos e preparados para lidar com situações adversas relacionadas ao tema. Esse aprendizado foi destacado na transmissão aos seus filhos, os pais contaram que se preocupam em garantir que seus filhos criem um "sentimento de si" (Freud, 1914/2006) positivo e saibam defender-se diante de injustiças e desrespeitos, não só relacionados à questão homoparental de suas famílias como das demais diversidades, por exemplo, raciais. Um dos casais relatou experiências de racismo para com o filho e demonstrações do mesmo de desvalorização de si mesmo (odiando o próprio cabelo), o que vinha sendo cuidado em terapia também.

O *bullying* homofóbico apareceu como tema de preocupação entre todos os casais da pesquisa e as estratégias de enfrentamento que esses pais têm compartilhado com seus filhos apareceu profundamente ligado às vivências de não aceitação dos mesmos e às possibilidades de superação e elaboração dessas experiências, o que é facilitado pelos vínculos significativos, conjugais, familiares e sociais.

2) O desejo de fazer família como forma de recuperar algo perdido.

Retomou-se o questionamento de Roudinesco (2003) "Por que esse desejo de família?" buscando as motivações dos homossexuais em direção à constituição familiar, e mais do que isso, em direção à parentalidade. Estudiosos da área (Vespucci, 2014; Maya, 2013; Roudinesco, 2003) criticam esse movimento dos homossexuais em direção à assimilação das normas culturais como se este fosse um contrassenso diante da reinvindicação do direito à diferença.

Adotar a ordem familiar representaria um retrocesso na luta LGBT? Acredita-se ser fundamental esclarecer de qual família está se falando quando se faz referência ao desejo de "fazer família" (Benghozi, 2010) na contemporaneidade, o qual é expresso por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições (Roudinesco, 2003). A família a qual, aqui, se faz referência deixou de ser a instituição única que garante a formação de identidade e subjetividade, mas passa por um processo lento de

transformação em que tem funcionado cada vez mais como espaço relacional, o qual propicia sentimentos essenciais ao bem-estar do ser humano, como o pertencimento e comprometimento grupal. Inclui-se no escopo família os casais sem filhos, bem como as chamadas "famílias de substituição" que seriam os amigos íntimos, situações compreendidas como escolhas vinculares, características dos novos modelos relacionais contemporâneos.

Não se acredita que os homossexuais entrevistados nesta pesquisa queiram de fato reproduzir a ordem familiar tradicional tal qual a experimentaram enquanto filhos. O desejo de família surge como possibilidade de reparação de uma série de infortúnios vivenciados no decorrer da vida, em especial aos sofrimentos fruto da assunção homossexual e da decorrente homofobia familiar e social. Os participantes da pesquisa parecem ter seu desejo de se tornarem pais como forma de se afastar da posição de filhos, por meio dessa permuta simbólica de lugares tornam-se eles próprios pais, desejosos de suprir aos seus filhos o que sentiram que lhes faltou enquanto filhos. Os casais apresentaram discursos nostálgicos sobre suas infâncias, por exemplo, com conteúdos relativos à relação com a mãe, com os irmãos ou mesmo relacionado a um "sentimento de si" (Freud, 1914/2006) anterior à percepção da homossexualidade e, portanto, pregresso à angústia gerada pela constatação da diferença e inadequação sentidas diante da homossexualidade.

Foi notado um desejo comum relacionado à parentalidade na maior parte dos participantes, o desejo de transformar o mundo transmitindo valores como respeito à diversidade e empoderamento dos sujeitos na luta por seus direitos. Esses homens demonstraram interesse em ensinar aos filhos os seus direitos e o seu valor como ser humano, como uma forma também de elaborar seus próprios sentimentos de rejeição e "sentimento de si" (Freud, 1914/2006) negativo.

A expressão "fazer família" de Benghozi (2010) parece se encaixar bem para explicitar a construção que vem sendo realizada por esses casais, os quais antes das adoções denotavam que já faziam do par conjugal uma família, e com a chegada do/s filho/s trabalharam na reformulação dessa família, propiciando a reconstrução de um continente genealógico psíquico agregando mais identidades ao grupo.

As construções familiares que eles vêm realizando rompem com as repetições heteronormativas e permitem, como Perelson (2005) propõe, que os pais ocupem as posições materna e paterna independente de seus sexos biológicos. A possibilidade de circulação das lideranças no grupo (Passos, 2005) apareceu em todos os casais reforçando que a parentalidade nessas famílias tem assumido um caráter mais igualitário, desvinculado de

relações de poder oriundos de uma concepção tradicional-patriarcal, diferenciando-se dos seus modelos familiares de origem.

O desejo pela família entre os homossexuais desta pesquisa tem aparecido cada vez mais como uma possibilidade de prover o pertencimento e assim garantir um "sentimento de si" (Freud, 1914/2006) mais satisfatório, o que tem sido realizado de forma autêntica.

3) A presença da alteridade na família homoparental como potência para a subjetivação dos filhos

Como explicado anteriormente acerca do desenvolvimento infantil, a psicanálise clássica pressupõe a diferença sexual anatômica do casal parental como constituinte da subjetividade singular. Desde a construção teórica de Freud sobre o Complexo de Édipo, muito se tem questionado a respeito da triangulação edípica fora do contexto familiar normativo "papai, mamãe e filhinhos" (Deleuze & Guattari, 2010). A crítica dos autores à "edipianização"[38] atinge o encerramento de todo o inconsciente no triângulo familiar por meio da mistificação dos papéis parentais, concluindo por um Édipo generalizado e transhistórico. A ideia corrente de uma mãe com a função passiva acolhedora, o pai como aquele que impõe a lei e a criança no papel de terceiro, daquele que dispara o familismo, têm sido desmontada na medida em que a família esboça novos lugares na ordem social.

Encontrou-se no imaginário de alguns casais entrevistados essa concepção de familismo vigente, acompanhada da explicação de que os filhos trariam sentido para a vida e para a família, como nos casais 1 e 4. Apesar dessa alegação os casais entrevistados nesta pesquisa apresentaram um "fazer família" desvinculado da necessidade de descendência, ou seja, anterior às adoções.

No quesito da suposta necessidade de triangulação edípica, é importante esclarecer os significados conceituais - diferença de sexos e alteridade - com vistas à formação de subjetividades, bem como suas distinções. Compreende-se a diferença de sexos como a necessidade biológica para a concepção da vida, a partir do encontro de dois corpos sexuados, comumente diferençados como homem e mulher. Essa diferença anatômica não é garantia da existência de diferenciação subjetiva, ou seja, de alteridade. O reconhecimento da alteridade eu-outro é a qualidade que possibilita a subjetivação. Esses são dois constructos que alguns

[38] Os autores denominam como "edipianização" a construção teórica da psicanálise que considera o Complexo de Édipo um complexo nuclear e constitutivo de uma subjetividade singular, seja neurótica ou psicótica.

psicanalistas (Melman, 2003; Legendre, 2004; Schneider, 2006; Winter, 2010) se utilizam baseados em noções inapropriadas de sexo, gênero e diferença. Sob a justificativa de garantia de um ordenamento simbólico coletivo, a dicotomia sexual (homem *versus* mulher) tem sido concebida como essência da subjetividade e civilização, o que se pretende rebater apresentando uma concepção de formação de subjetividades a partir da alteridade – a qual não se liga fundamentalmente à diferença de sexos anatômica, mas à diferença em um âmbito mais complexo.

A proposição de superação da dicotomia sexual tem também sua justificativa em estudos genéticos que contestam a existência de apenas dois sexos. Fausto-Sterling (2001) comprovou a existência cromossômica de mais de "cinco sexos" quinze anos atrás. Em seus estudos com os intersexos, a pesquisadora reconheceu que o progresso no manejo da sexualidade reforça a manutenção da ordem social e concluiu que:

> ... a fim de manter as divisões de gênero, precisamos controlar aqueles corpos que são tão refratários que chegam a apagar as fronteiras. Como os intersexuais literalmente corporificam os dois sexos, contribuem para enfraquecer as afirmações sobre diferenças sexuais (Fausto-Sterling, 2001, p. 27).

Freud reconhecia a complexidade das questões sexuais, e ocupou-se em libertar a humanidade para a pluralidade de seus comportamentos, explicitando a livre expressão da pulsão como forma de evitar a formação do sintoma (Martins et al., 2014). No âmbito da sexualidade manteve-se em constante investigação diante das lacunas e incertezas com que se deparou em seu percurso de estudo (Freud, 1930/2010): "Vocês são convidados a familiarizar-se com a ideia de que a proporção em que masculino e feminino se misturam no ser individual está sujeita a consideráveis variações" (Freud, 1930/2010, p. 265). Nesse trecho do texto Feminilidades, Freud aborda a questão do binarismo sexual e dos sinais de bissexualidade que a ciência reconhece nos corpos de ambos os sexos dos seres vivos – macho ou fêmea. O autor apontou a possibilidade de confusão diante da certeza acerca dessa diferenciação, primeiramente do ponto de vista anatômico e posteriormente psicológico e concluiu que o que constitui masculinidade ou feminilidade é uma característica desconhecida que a anatomia não pode apreender.

Em consonância com Freud que já apontava a construção social e psíquica da sexualidade e buscava combater a sua redução à anatomia e à natureza, Butler (1990) reconhece que não existe nenhuma natureza ontológica, ou diferença anatômica entre os sexos, que já não esteja incluída numa instituição cultural do gênero, social e historicamente definida.

É fundamental para esta compreensão temática conceitual, da diferença sexual, atentar-se para as relações hierárquicas entre os gêneros, uma vez que a dominação masculina compõe uma premissa inabalável que sustenta e governa essa ordem social. Entretanto, pode-se pensar que a diferença de sexos é da ordem do irrepresentável no sentido de que é impossível definir o que é um homem e o que é uma mulher (Arán, 2003). É por intermédio desse sistema binário hierárquico que o sexo e o gênero são materializados nos corpos por normas regulatórias constantemente reiteradas, repetidas e ratificadas e que assumem o caráter de substância e de normalidade (Butler, 1990). Tudo isso ocorre em um processo que visa disciplinar formas de masculinidades e de feminilidades possíveis e diferentes entre si (Petry & Meyer, 2011). É preciso pensar a historicidade dessa relação entre os sexos, admitindo o conflito constitutivo dessa relação para que se possa refletir sobre a alteridade (Arán, 2003).

Se existem obviamente dados biológicos incontestáveis, materialidades e corpos, esses dados, no entanto, não são suficientes em si para determinar o sexo ou concluir que há dois sexos opostos. Os elementos biológicos são múltiplos: sua organização ao redor de um único marcador do sexo é um ato social, retomado pelo imaginário de todo sujeito. Com isso, em concordância com Ayouch (2015b) conclui-se que a psicanálise deve também fazer a arqueologia da binariedade de sexos no seu próprio discurso, o que implica revisar a concepção de diferença entre sexos. Propõe-se a reflexão acerca da rigidez do pressuposto do Complexo de Édipo, contestando primordialmente a diferença dos sexos como premissa para o processo de subjetivação. De acordo com a biologia (Fausto-Sterling, 2001) conclui-se que não há "diferença de sexos" (vista pelo prisma da complementaridade binária) pelo simples fato de que não há apenas dois sexos, mas "n" sexos. Ponderações de psicanalistas (Martinez, 2013; Ceccarelli, 2008; Levy, 2011; Perón, 2011; Deleuze & Guattari, 2010; Corbett, 2009b; Roudinesco, 2004; Tort, 2001) que se desapegaram do Édipo, como pilar da ordem simbólica, apontam alguns caminhos para pensar uma releitura do complexo, para além da norma.

Como alternativa à "diferença sexual", Butler (2004) sugere as "diferenças sexuais", reivindicando outra estrutura para se pensar a multiplicidade ao invés da binariedade de posições de sexuação (Knudsen, 2007). E o que se sugere nesta reflexão é a consideração da alteridade como condição da subjetivação, uma vez que a diferença de sexos e a resolução edipiana não detêm todas as saídas para a estruturação saudável do psiquismo.

O questionamento do postulado pelo qual o complexo de Édipo, concebido em termos rígidos, torna-se a condição da própria cultura, leva ao reconhecimento das diversas formas

culturais que o complexo pode assumir (Corbett, 2009b). Abandonando a estrutura triangular edípica como universal levantam-se novas tensões acerca das condições normativas da cultura, e depara-se com a preocupação em garantir que o "simbólico" mude a fim de garantir o "humano" (Knudsen, 2007).

Sendo assim, diante dos achados desta pesquisa, o que se propõe é pensar a alteridade como a diferença que não remete a dualidade sexual, mas sim como a marca por excelência da singularidade (Arán, 2003). Singularidade essa observada nos casais entrevistados, especialmente na forma como cada pai lida e se vincula com o/s seu/s respectivo/s filho/s. O material analisado das cinco entrevistas aponta que a possibilidade dos pais se mostrarem como dois sujeitos diferentes, explicitando suas alteridades por meio das distintas formas de ser e de vincular-se, o que demonstra a presença de um campo fértil para as subjetivações.

As famílias homoparentais desta tese compõem continentes genealógicos leais (Benghozi, 2010; Levy & Féres-Carneiro, 2008) e propiciadores do sentimento de pertencimento, e por fim, fornecem a essencial noção de alteridade de um jeito novo, original. Essa alteridade aparece desvinculada de qualquer ideia biológica de diferença sexual, mas parte de características da singularidade psíquica de cada membro do grupo (Duchenne, 2012). Grupo esse que compreende o continente psíquico familiar, implicado no reconhecimento da transmissão genealógica, o que significa que há aceitação das diferenças geracionais, daquilo que é herdado e daquilo que pode ser transformado na cadeia de vínculos que compõe a malhagem genealógica (Benghozi, 2010).

Para que a família possa funcionar como formadora da matriz intersubjetiva do nascimento da vida psíquica, como propôs Kaës (1998), não se faz necessário o modelo de instituição normativa tradicional, tampouco a triangulação edípica e a chamada diferença de sexos, mesmo porque esse mesmo modelo não tem garantido a prometida funcionalidade social, o apoio e proteção de seus membros (Almeida, 2012). A garantia para a subjetivação dos filhos encontra-se ligada à saúde psíquica de seus cuidadores, na possibilidade de apresentação de um terceiro diferente, ao qual é dirigido o seu desejo, o que independe do tipo de configuração familiar, heteronormativa ou não.

No quesito das diferenças geracionais, o conhecimento biológico da sexuação como ponto de partida da história de qualquer ser humano, seja ele concebido via tecnologias de reprodução ou por meio da cópula, não parece ser assunto tabu dentre os casais homossexuais que adotaram. Conforme explicitado pelos participantes das cinco famílias, os pais acreditam ser fundamental o esclarecimento aos filhos acerca de suas histórias prévias à adoção, e

relatam que a todos os filhos (exceto a filha do casal 1 com 2 anos na época da entrevista) a questão da origem biológica foi explicada, referindo-se aos dois sexos necessários à concepção de um bebê. A revelação das origens da criança propicia um terceiro elemento na história de vida da mesma e favorece a percepção da alteridade (Duchenne, 2012; Heenen-Wolff & Moget, 2012; Almeida, 2012; Passos, 2005) e da reconstituição da malhagem que sustenta os processos vinculares parentais (Benghozi, 2010). Aceitar os limites e diferenças entre a reprodução biológica e a reprodução social da humanidade corrobora o estabelecimento de uma nova ordem simbólica na família.

Retomou-se o conceito de vínculo para pensar a família e suas potencialidades na contemporaneidade, enfatizando o efeito produzido pelo encontro das alteridades quando dispostas à construção desse laço (Puget, 2015; Kaës, 2011; Benghozi, 2010). Por entender que a capacidade de vincular-se cria uma investidura específica que conecta por meio de continentes genealógicos, pode-se pensar nas "novas" e nas "velhas" famílias como potenciais garantidores de constituição e continuidade psíquica, provendo suporte às transmissões psíquicas geracionais. Tendo em mente que o sujeito se constrói nos vínculos que forma, a família pode ser um espaço seguro para que se realize a subjetivação contemplando a singularidade e a pluralidade necessária às constituições identitárias de cada membro. O que garante que um grupo se delimite como família, ou mesmo que apresente um continente genealógico seguro para seus descendentes está relacionado com a potencialidade de estabelecimento de vínculos intersubjetivos, para os quais a alteridade é o elemento determinante.

A instituição família, considerada ainda hoje como o sagrado fundamento da subjetivação humana, vem sofrendo uma inegável transformação, desgarrando-se aos poucos da norma heterocêntrica e do mandato social de descendência, ou seja, ao deixar de responder à ordem de reprodução social (Mello, 2005) a família anuncia novas possibilidades de constituição e de diferenciação por meio da experiência vivida nessas famílias homoparentais. Dessa forma, os homossexuais têm atuado como experimentadores do cotidiano, inovando nos relacionamentos amorosos e familiares, questionando a ordem normativa e cobrando o reconhecimento e legitimação de suas realidades.

Não perdendo de vista a dialética dos movimentos presentes na história, é importante estar alerta para as rupturas e as continuidades na família, na preservação do antigo no novo, tendência inerente da civilização. O questionamento da ordem simbólica, dos sistemas de atribuição do nome, dos sistemas de filiação, maternidade, paternidade e identidade sexuada

(Tort, 2001) tensiona a própria organização social desestabilizando as relações hierárquicas e binárias (relacionadas a sexo e gênero) e desmistificam a sacralidade da família tradicional, já que essa não pode mais ser considerada a única base para a construção de identidades. Apesar da perceptível mutação que vem ocorrendo na ordem simbólica das organizações, ainda é possível se deparar com resistências sociais na compreensão e aceitação da homoparentalidade.

Ao se pensar no grupo família e no mais amplo campo social, cabe lembrar o poder dos efeitos do presente e as interferências do ser-fazer no agora (Puget, 2015), afinal o "... vivente está sempre em vias de se fazer, de se produzir ou de progredir, em vias de se inscrever numa dimensão temporal irredutível e não fechada." (Deleuze & Guattari, 2010, p. 132). Faz-se pertinente considerar a concepção de família dos participantes desta pesquisa, na qual ampliam o seu sentido social (Mello, 2005) agregando amigos e figuras significativas, é importante destacar a questão da potencialidade de remalhagem (Benghozi, 2010) dos vínculos no grupo familiar para além do seu universo nuclear, expandindo assim em direção a outras composições de suporte psíquico, construídas como "efeito do presente" (Puget, 2015). Em outras palavras, propõe-se um mundo novo, expandindo suas "representações e realidades sociais" (Bourdieu, 2005) a partir das transformações vinculares e recomposições de ordem.

As conquistas dessas cinco famílias entrevistadas que realizaram seus desejos de assunção como sujeitos homossexuais, de casamento e de adoção, de maneira legal e até certo modo, esclarecida, apontam para um futuro de possibilidades tanto no âmbito familiar como no social. Compreendendo as complexidades e dificuldades já vivenciadas, as já previstas e as que com certeza os surpreenderão, esses sujeitos aparecem na sociedade como precursores de uma nova realidade, a qual está sendo construída como "efeito do presente" (Puget, 2015).

Com isso, pretende-se instigar a revisão de categorias de pensamento, seja por parte da psicanálise, convidada então a uma subversão simbólica, seja por parte das demais áreas que lidam com a questão do ser humano e sua saúde psíquica. As transformações observadas nos vínculos contemporâneos, por meio dos novos modos de se fazer família, exigem a rearticulação dos pressupostos da psicanálise, nos quesito de gênero, sexualidade e subjetividade.

Para encerrar esta tese, destaca-se a ideia de potencialidade vincular presente nos sujeitos que buscaram compor família, em um primeiro momento via conjugalidade e posteriormente via parentalidade adotiva. Acredita-se que as possibilidades de subjetivação têm se tornado positivamente mais abrangentes e com isso desmantelado preconceitos

fundantes acerca das constituições identitárias, reforçando que a subjetivação depende mais diretamente da presença de vínculo e alteridade, e menos de premissas anacrônicas como a diferença de sexos.

A possibilidade de manter o questionamento e a tensão nas várias definições de família hoje e em todos os efeitos que advêm da cristalização dessas mesmas, principalmente no tocante à sexualidade e às tentativas de regulação social, indica inúmeros caminhos de seguimento de estudos e pesquisas futuras. Seria interessante a possibilidade de se estudar essas famílias a longo prazo, acompanhando a evolução de seus vínculos e o desenvolvimento dos filhos, por exemplo. A fim de que o tornar-se humano não signifique inexoravelmente participar da família em seu sentido normativo, mas sim a possibilidade de expressão dos sujeitos em suas singularidades, encontrando formas de viver nas quais o amor seja a fonte de sentido na vida.

As investigações da conjugalidade homossexual, da homoparentalidade, da família não tradicional e das premissas para sua funcionalidade encontram-se imbricadas na necessidade de enfrentamento de teorias, como a psicanalítica, no intuito dar conta das transformações sociais da contemporaneidade. Os psicanalistas vinculares[39] em especial têm se saído bem nessa árdua tarefa, lançando um olhar comprometido com as transformações processadas nas relações familiares e conjugais e fundamentando a criação de novos paradigmas mais coerentes com o momento atual.

[39] Benghozi, Berenstein, Eiguer, Kaës, Puget, Spivacow, dentre outros que não foram utilizados nesta tese.

REFERÊNCIAS[40]

Adoção homoparental (2016, 05 de junho) Wikipedia. Recuperado em 10 de novembro de 2016, de https://pt.wikipedia.org/wiki/Ado%C3%A7%C3%A3o_homoparental).

Almeida, M. R. (2012). *Os processos subjetivos no acolhimento e na adoção de crianças por casal homoafetivo: um estudo de caso.* Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia Universidade de São Paulo, São Paulo.

Alvarenga, L. L. & Bittencourt, M. I. G. F. (2013). A delicada construção de um vínculo de filiação: O papel do psicólogo em processos de adoção. *Revista Pensando famílias*. 17(1), 41-53.

Andrade, P. (2016, 13 de julho). IBGE contabiliza mais de 8.500 casamentos homoafetivos desde regra do CNJ. *Agência CNJ de Notícias*. Recuperado em 30 de outubro de 2016, de http://cnj.jus.br/noticias/cnj/82813-ibge-contabiliza-mais-de-8-500-casamentos-homoafetivos-desde-regra-do-cnj.

Arán, M. (2003). Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Estudos feministas*, 11(2), 360.

Arán, M. (2011). Políticas do desejo na atualidade: a psicanálise e a homoparentalidade. *Revista Psicologia Política*, 11(21), 59-72.

Araújo, M. F. (2008, janeiro/dezembro). Família, democracia e subjetividade. *Org. & Demo*, Marília 9(1/2), 111-124.

Aulagnier, P. (1977). *La violencia de la interpretación*. Buenos Aires: Amorrotu Editores. (Trabalho original publicado em 1986)

Ayouch, T. (2015a). *Psicanálise e Homossexualidades: Teoria, clínica, biopolítica.* Curitiba: Editora CRV.

Ayouch, T. (2015b). Da transexualidade às transidentidades: Psicanálise e gênero plurais. *Revista Percurso,* 54. 23-32.

[40] De acordo com o estilo APA – American Psychological Association.

Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Badinter, E. (1986). *Um é o outro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Badinter, E. (1993). *XY: Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Benghozi, P. (2005). Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços. *Revista Psicologia clínica*,17(2), 101-109.

Benghozi, P. (2010). *Malhagem, filiação e afiliação. Psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social.* (E. D. Galery, trad.). São Paulo: Editora Vetor.

Berenstein, I. (2003). Reflexões sobre uma psicanálise do vínculo. In: Green, A. (Org.) *Psicanálise contemporânea: Revista francesa de Psicanálise*. (pp. 183-197) Número especial. Rio de Janeiro: Imago.

Berenstein, I. (2007). *Del ser al hacer: curso sobre vincularidad.* Buenos Aires, Barcelona México: Editora Paidós.

Berenstein, I. & Puget, J. (1994). *Psicanálise do casal*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Berenstein, I. & Puget, J. (2004). Implicancias e interferencias en la clínica vincular. In APU 3 *Congreso de Psicoanálisis. XIII Jornadas* Encuentro con Janine Puget e Isidoro Berenstein. AUPCV, Uruguai: Agosto.

Borillo, D. (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. (G. J. F. Teixeira, trad.). Belo Horizonte: Autêntica editora.

Bourdieu, P. (1996). O espírito da família. In Bourdieu, P. (1996). *Razões Práticas*. (pp. 124-135). Campinas: Papirus.

Bourdieu, P. (2005). *A dominação masculina*. (4ª ed., M. H. Kuhner, trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

Bourdieu, P. (2010). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bulamah, L. C. (2014). *História de uma regra não escrita: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Butler, J. (1990). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Butler, J. (2003). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, 21, 219-260.

Butler, J. (2004). *Deshacer el genero*. Buenos Aires: Editora Paidós.

Carrasco, A. M. (2010). Adoção homoparental. In Rotenberg, E., & Wainer, B. A. (Orgs.). *Homoparentalidades: Nuevas familias* (2ª edic., pp. 71-76). Buenos Aires: Lugar Editorial.

Casamento entre pessoas do mesmo sexo. (2016, 19 de outubro) Wikipedia. Recuperado em 23 de outubro de 2016, de https://pt.wikipedia.org/wiki/Casamento_entre_pessoas_do_mesmo_sexo.

Ceccarelli, P. R. (2007). Novas configurações familiares: mitos e verdades. *Jornal de Psicanálise*, 40(72), 89-102.

Ceccarelli, P. R. (2008). A invenção da homossexualidade. *Revista Bagoas*, 2, 71-93.

Chodorow, N. (1990). *Psicanálise da maternidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.

Corbett, K. (2009a). O mistério da homossexualidade. *Jornal de Psicanálise*, 42(76), 159-176.

Corbett, K. (2009b). *Boyhoods. Rethinking masculinities.* Yale College.

Correa, O. B. R. (2003). Transmissão psíquica entre gerações. *Psicologia USP*, 14(3), 35-45.

Crochik. J. L. (Coord.)., & Fernandes, A. M. (2015). *Bullying homofóbico e desempenho escolar: dados de pesquisa e propostas de enfrentamento.* São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Cunha, E. L. (2009). *Indivíduo singular plural: a identidade em questão*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

Deleuze, G. & Guattari, F. (2010). *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia.* (L. B. L. Orlandi, trad.). São Paulo: Editora 34.

Derrida, J. & Roudinesco, E. (2004). *De que amanhã: diálogo.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

Dicionário Houaiss vai alterar definição do termo família (2016, 13 de abril) O Globo online. Recuperando em 20 de abril de 2016, de http://oglobo.globo.com/sociedade/dicionario-houaiss-vai-alterar-definicao-do-termo-familia-19074406

Dubreuil, É. (1998). *Des parents de même sexe*. Paris: Odile Jacob.

Duchenne, S. (2012). Je ne sais pas ce que je serais sans "nanou". Reflexion autor de l'adoption par les couples d'homosexuelles. *La revue Lacanienne*, 135-143.

Ducousso-Lacaze, A., & Grihom, M. (2012). Homoparentalité?: apports d'une approche psychanalytique. *Le Divan familial*, 25, 125-142.

Eiguer, A. (1984). *La thérapie familiale psychanalitique*. Paris: Dunod.

Eiguer, A. (2008). *Jamais moi sans toi*. Paris: Dunod.

Eiguer, A. (2010). Homoparentalidades, afiliación y vínculo filial. In Rotenberg, E., & Wainer, B. A. (Orgs.) *Homoparentalidades: Nuevas familias* (2ª edic., pp. 127-137). Buenos Aires: Lugar Editorial.

Eribon, D. (2008). *Reflexões sobre a questão gay.* Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Esteca, F. (2016) *Impactos da heteronormatividade sobre a conjugalidade lésbica: uma análise psicanalítica a partir do relato de mulheres separadas.* Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Eugenio, F. (2003). *De pais, mães e filhos: discursos e reinvindicações da homoparentalidade.* Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Fausto-Sterling, A. (2001). Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, 17/18(2), 9-79.

Féres-Carneiro, T. (1997). A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(2), 351-368.

Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2005). Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal. In Féres-Carneiro, T. (Org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade* (pp. 111-121). Ed. PUC – Rio.

Féres-Carneiro, T., & Ziviani, C. (2009). Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos conjugais na atualidade. In T. Féres-Carneiro (Ed.). *Casal e família: permanências e rupturas* (pp. 83-107). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ferrari, I. F., & Andrade, M. R. M. (2011). Casar, filiar, procriar: reivindicações na homossexualidade masculina. *Tempo psicanalítico*, 43(1), 25-43.

Fila de adoção tem 6,5 mil crianças e adolescentes no Brasil (2016, 30 de maio). Globo News [Globo News Especial]. Recuperado em 15 novembro de 2016, de http://glo.bo/1NZqX3a

Fiorini, L. G. (2010). Reflexiones sobre La homoparentalidad: Parentalidad em parejas homossexuales. In Rotenberg, E., & Wainer, B. A. (Orgs.). *Homoparentalidades: Nuevas famílias* (2ª edic., pp. 47-56). Lugar Editorial, Buenos Aires.

Freud, S. (2015). O romance familiar dos neuróticos. In *Obras Completas* (Vol. 8) São Paulo: Companhia das letras. (Original publicado em 1909).

Freud, S. (2006). A sexualidade na etiologia das neuroses. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (P. C. de Souza trad., Vol. 3, pp. 249-270). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1898).

Freud, S. (2006). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: brasileira.* (P. C. de Souza trad., Vol. 7, pp. 13-172). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).

Freud, S. (1990). Totem e tabu. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: brasileira.* (J. Salomão trad., Vol. 13, pp. 108-190). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913).

Freud, S. (2006). Sobre o narcisismo: Uma introdução. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.* (P. C. de Souza, trad., Vol. 14, pp.77-108). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914).

Freud, S. (1996). O ego e o id. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (P. C. de Souza, trad., Vol. 19, pp. 13-80). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923).

Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos. In *Obras completas de Freud: Psicologia analítica.* (Vol. 18, pp. 9-89). São Paulo: Companhia das letras. (Original publicado em 1930).

Gato, J. & Fontaine, A. M. (2014). Homoparentalidade no masculino: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 312-322.

Giddens (1993). *A transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

Goldberg, A. E. (2010). *Lesbian and gay parents and their children: research on the family life cycle*, Washington, DC: APA Books.

Gomes, I. C. (2006). *Uma clínica específica com casais: contribuições teóricas e técnica.* Tese de Livre-docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Gomes, I. C., & Levy, L. (2016). A Psicanálise Vincular e a preparação de crianças para a adoção: uma proposta terapêutica e interdisciplinar. *Contextos Clínicos*, 9(1), 109-117.

Gomes, I. C., & Zanetti, S. (2009). Transmissão psíquica transgeracional e construção de subjetividade: relato de uma psicoterapia psicanalítica vincular. *Psicologia USP*, 20(1), 93-108.

Gomes, P. B., & Porchat, I. (2006). *Psicoterapia do casal*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Heenen-Wolff, S., & Moget, E. (2012) Homoparentalité et sexualité. *Cahier de psychologique clinique*, 37(2), 231-245.

Horkheimer, M. (2003). Autoridade e família. In Horkheimer, M. *Teoria Crítica I* (pp. 76-150). Buenos Aires, Argentina: Amorrortu.

Houaiss, A.. & Villar, M. S. (2009). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Joubert, C. (2008). "El rol de lo transgeneracional en el vínculo de pareja" In: *Diván familial*, 18, in Press, 679-79. Paris. Francia.

Kaës, R. (1998). Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In A. Eiguer, *A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica* (pp. 5-19). São Paulo: Unimarco Editora.

Kaës, R. (2011). *Um singular plural: A Psicanálise à prova do grupo.* São Paulo: Edições Loyola Jesuítas.

Kernberg, O. F. (1995). *Psicopatologia das relações amorosas.* Porto Alegre: Artes Médicas.

Knudsen, P. P. P. S. (2007). *Gênero, Psicanálise e Judith Butler – Do transexualismo à política*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Laplanche, J., & Pontalis, Jean-Bertrand. (Diretores). (1992). *Vocabulário de Psicanálise.* (P. Tamen, trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Laurent, E. (2000). Conferências de Eric Laurent. *Curinga*, 14, 152-187.

Legendre, P. (2004). Poder genealógico do Estado. In: Altoé, S. (Org.) *Sujeito do direito, sujeito do desejo: Direito e psicanálise* (pp.79-87). Rio de Janeiro, RJ: Revinter.

Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. (1990, 16 de julho). Dispõe sobre o estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, n. 135, seção 1, pp. 13.563-13.577. Recuperado em 16 de novembro de 2016, de http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/07/1990&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=80.

Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (2002, 11 de janeiro). Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, n. 139 (8), seção 1, p. 1-74. Recuperado em 16 de novembro de 2016, de http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/01/2002&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=192.

Lei n. 12.010, de 03 de agosto de 2009. (2009, 04 de agosto). Dispõe sobre adoção; altera as Leis n^{os} 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, n. 147, seção 1, p. 1-5.

Lenoir, R. (2003). *Généalogie de la morale familiale.* Paris: Seuil.

Levinzon, G. K. (2009). *Adoção.* Casa do Psicólogo, São Paulo: Ed. Ltda.

Levinzon, G. K. (2014). Adoção e transmissão psíquica. In Levisky, R. B., Gomes, I. C., & Fernandes, M. I. A. (Orgs.). *Diálogos psicanalíticos sobre família e casal. As vicissitudes da família atual* (Vol. 2, pp. 109-122). São Paulo: Zagodoni editora.

Levy, L. (2011). A psicanálise e a homoparentalidade. *Cadernos de psicanálise*, 27(30), 153-176.

Levy, L., & Féres-Carneiro, T. (2008). O aparelho psíquico grupal familiar: propostas clínicas. In Gomes, I. C (Coord.) *Família: Diagnósticos e abordagens terapêuticas* (pp.71-91). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Mallon, G. P. (2004). *Gay Men Choosing Parenthood.* New York: Columbia University Press.

Manzi-Oliveira, A. B. (2009). *Adoção por casais homoafetivos: Relato de seus protagonistas.* Monografia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Martins, E. S. T., Leite, R. L., Porto, T. S., & Netto, O. F. L. (2014). Psicanálise e homossexualidade: da apropriação à desapropriação médico-moral. *Ide*, 36(57), 163-177.

Martinez, A. L. M. (2013). Famílias homoparentais: tão diferentes assim? *Psicologia em Revista*, 19(3), 371-388.

Maya, A. (2013). A homofobia no discurso psicanalítico sobre o casal e a parentalidade homossexual. In Quinet, A., & Jorge, M. A. C. (Orgs.). *As homossexualidades na Psicanálise, na história da sua despatologização* (pp. 65-76). São Paulo: Segmento Farma.

Mello, L. (2005). *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond.

Mello, L. (2006, maio-agosto). Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no Brasil. *Estudos Feministas*, 14(2): 248, 497-508.

Melman, C. (2003). *O homem sem gravidade: Gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro, RJ: Cia de Freud.

Moscheta, M. S., & Santos, M. A. (2009). Relação conjugal homoafetiva: revolução ou acomodação? In Cunha, M. V., Pasian, S. R., & Romanelli, G. (Orgs.). *Pesquisas em Psicologia: Múltiplas abordagens* (pp. 129-152). São Paulo: Vetor.

Mota, M. M. (2011). *Estudo do processo de adoção em famílias homoafetivas.* Dissertação de mestrado, Universidade de Tiradentes, Aracaju-SE.

Nunan, A. (2007). Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. In Grossi, M. P.; Uziel, A. P.; & Mello, L. (Orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis* (pp. 47-67). Rio de Janeiro: Garamond.

Passos, M. C. (2005). Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. *Psicologia clínica*, 17(2), 31-40.

Passos, M. C. (2007). A constituição dos laços na família em tempos de individualismo. *Mental*, 5(9), 117-130.

Patterson, C. J. (2006). Children of lesbian and gay parents. *Current Direction in Psychological Science*, 15(5), 241-244.

Perelson, S. (2005). A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês atual. *Revista Estudos Feministas*, 14(3), 709-730.

Perón, P. R. P. (2011, junho). Considerações sobre o complexo de Édipo, novas configurações familiares e a função paterna. *Revista Percurso*, 46(23), 75-84

Petry, A. R., & Meyer, D. E. E. (2011). Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Revista Textos e Contextos*. 10(1), 193-198.

Puget, J. (2015). *Subjetivación discontinua y psicoanálisis. Incertidumbres y certezas*. Buenos Aires: Lugar editorial.

Puget, J., & Berenstein, I. (1993). *Psicanálise do casal*. Porto Alegre: Artes médicas.

Quinet, A., & Jorge, M. A. C. (Orgs.) (2013). *As homossexualidades na Psicanálise, na história da sua despatologização*. São Paulo: Segmento Farma.

Rios, M. G. (2007). *Casais sem filhos por opção, análise psicanalítica através de entrevistas e TAT*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Rios, M. G. (2012). *Um estudo sobre o adiamento da maternidade em mulheres contemporâneas.* Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Rodriguez, B. C. (2012). *A representação parental de casais homossexuais masculinos.* Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Rodriguez, B. C., & Paiva, M. L. S. C. (2009, junho). Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental. *Revista Vínculo*, 6(1), 13-25.

Rodriguez, B. C., & Gomes, I. C, (2012, junho). Novas formas de parentalidade: do modelo tradicional à homoparentalidade. *Boletim de Psicologia*, 62(136), 29-36.

Rodriguez, B. C., Merli, L. F., & Gomes, I. C. (2015). Um estudo sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos. *Revista Temas em Psicologia*, 23(3), 751-762.

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Santos, C. (2004). *A parentalidade em famílias homossexuais com filhos: um estudo fenomenológico de vivências de gays e lésbicas.* Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Schneider, M. (2006) Surimpressions sexuelles. *Cliniques mediterranées*, 74(2), 27-42.

Simon, R. (1983). *Psicologia clínica preventiva; Novos Fundamentos*. São Paulo: Vetor.

Solis-Ponton, L. (Org.). (2004). *Ser pai, ser mãe: parentalidade: um desafio para o terceiro milênio.* (M. C. P. Silva, Rev. Téc. da Trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Spivacow, M. A. (2012). *Clínica psicoanalítica con parejas: entre la teoria y la intervencion.* Buenos Aires: Lugar Editorial.

Smola, A. (2010) Homoparentalidades. In Rotenberg, E., & Wainer, B. A. (Orgs.). *Homoparentalidades: Nuevas familias* (2ª edic., pp. 63-70). Buenos Aires: Lugar Editorial.

Tarnovski, F. L. (2002). *Pais assumidos: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo.* Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Toledo, L. C. C. (2008). *A família no discurso dos membros de famílias homoparentais*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Toledo, L. C. C., & Paiva, V. S. F. (2013). Família e paternidade em meio à revolução: reflexões sobre a homoparentalidade no Brasil contemporâneo. *Revista Trieb.* 12 (1/2), 13-32.

Tort M. (2001). *O desejo frio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-metodológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas.* Petrópolis, RJ: Vozes.

Uziel, A. P. (2002). *Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Uziel, A. P. (2005). Parceria civil: o desejo e o direito de ter filhos. In Ávila, M. B; Portella, A. P., & Ferreira, V. (Orgs.). *Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto* (pp. 113-119). Rio de Janeiro: Garamond.

Uziel, A. P. (2007). *Homossexualidade e adoção.* Rio de Janeiro: Garamond.

Uziel, A. P. (2009). Homossexualidades e formação familiar no Brasil contemporâneo. *Revista latino-americana estúdios familiares*, 1, 104-115.

Vespucci, G. (2014). Una fórmula deseable: el discurso "somos familias" como símbolo hegemônico de las reivindicaciones gay-lésbicas. *Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedade*, 17, 30-35.

Vitale, M. A. (2004). Trabalho Psicodramático com Genograma em Terapia de Casais. In Vitale, M. A. (Org.), *Laços Amorosos. Terapia de Casal e Psicodrama* (pp. 234-250), São Paulo: Ágora.

Weber, L. N. D. (2001). *Pais e filhos por adoção no Brasil.* Curitiba: Editora Juruá.

Winnicott, D. W. (1982). Um homem encara a maternidade. In. Winnicott, D. W. *A criança e o seu mundo* (6ª ed., pp.15-18). Rio de Janeiro: Editora LTC. (Originalmente publicado em 1964).

Winnicott, D. W. (1997). Duas crianças adotadas. In: Shepherd, R. (Org.). *D. W. Winnicott Pensando sobre crianças* (pp. 115-125). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Originalmente publicado em 1953).

Winter, J. P. (2010). Homoparentalité et refus du réel. *Études, 412* (5), 607-615

Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. (4ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

Zambrano, E. (2008). *Nós também somos família*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS.

ANEXO A – Roteiro de Entrevista Semidirigida

1. Como foi a decisão pela parentalidade?
2. Como foi o processo da adoção? Há quanto tempo estão com a/s criança/s? Como foi a entrada da/s criança/s na família de vocês?
3. Como foram os primeiros meses como pais?
4. Quais as mudanças que ocorreram na vida de vocês após a chegada da/s criança/s? Quais as dificuldades que vocês têm vivenciado no exercício da parentalidade?
5. Como é o dia-a-dia de vocês? E nos fins de semanas, feriados e férias?
6. Quais são as preocupações de vocês como pais?
7. Quais as expectativas de vocês para o/s seu/s filho/s?
8. (Pergunta individual) Fale-me de sua família de origem.
9. (Pergunta individual) Como se deu a assunção da sua homossexualidade (para você mesmo e para o mundo)?
10. Qual é a história de vocês, como casal?
11. (Pergunta individual) Como é a relação de vocês com as suas famílias de origem atualmente?

Sugerir a construção do genograma. Pedir informações (como: idade, profissão, com quem vivem/viveram, como é/era a convivência) sobre os membros que surgirem no desenho do genograma.

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de doutorado da Universidade de São Paulo. A pesquisa se refere às transformações ocorridas na família e à vivência da parentalidade em contexto homossexual. A sua participação será através de uma entrevista e a produção do genograma (um desenho sobre linhagem familiar) realizada com a pesquisadora, que poderá ser feita em dois encontros, se necessário, ambos com no máximo três horas de duração, na própria residência dos participantes. Esta pesquisa tem por objetivo investigar o processo da construção da parentalidade em famílias homoparentais (compostos por casais masculinos) com filhos adotivos (adoção conjunta). A entrevista será gravada mediante sua autorização, através deste termo. Após a conclusão da pesquisa, esse material será armazenado pela própria pesquisadora, a qual se responsabilizará em garantir seu sigilo.

Informamos que a participação não é obrigatória, não haverá qualquer despesa para participar desta pesquisa, o consentimento poderá ser retirado a qualquer momento e com a liberdade de recusar a responder qualquer pergunta que o desagrade. Gostaríamos de ressaltar que o consentimento de participação para esta pesquisa fornecerá informações importantes para o avanço no campo das ciências em psicologia e psicanálise de família e casal.

Declaramos, ainda, o nosso compromisso com o Código de Ética Profissional do Psicólogo assegurando que os dados coletados serão mantidos em sigilo, ou seja, a publicação não incluirá informações que permitam qualquer identificação dos sujeitos entrevistados. Em caso de dúvidas, o senhor poderá solicitar informações com a responsável pela pesquisa - Brunella Carla Rodriguez (CRP 06/94062) - a qualquer momento, pelo endereço eletrônico brunellacarla@gmail.com; telefone: (11) 996668029, ou através do "Departamento de Psicologia Clínica" do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, localizado na Av. Prof. Mello Moraes, 1721, bloco F, CEP 05508-030, Cidade Universitária, São Paulo – Telefone: (11) 3091-4173 e e-mail: ceph.ip@usp.br.

Frente a qualquer dificuldade mobilizada em função da pesquisa ou se o procedimento lhe causar algum tipo de dano e /ou desconforto você poderá procurar a pesquisadora para notificação dos acontecimentos e receberá orientação, encaminhamento e/ ou atendimento, se necessário. Respeitando, portanto, o procedimento de padrão ético em pesquisa, pedimos que autorize sua participação, assinando esse termo de consentimento. O participante receberá uma cópia deste termo.

Eu,_____

informado dos objetivos da pesquisa acima e certificado de que os dados coletados serão confidenciais e que poderei optar pela retirada do consentimento a qualquer momento desta, autorizo a participação de meus dados na pesquisa.

_____, ____ de _____ de 20___.

_____

Assinatura do Participante

_____

Assinatura da Pesquisadora

ANEXO C – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética

INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE DE SÃO

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PARENTALIDADE EM CASAIS HOMOAFETIVOS MASCULINOS COM FILHOS ADOTIVOS.

Pesquisador: Brunella Carla Rodriguez

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 13114913.2.0000.5561

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: Financiamento Proprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 424.210

Data da Relatoria: 14/10/2013

Apresentação do Projeto:

Pesquisa de doutorado, dá continuidade ao estudo realizado no mestrado sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos. O projeto proposto tem como foco a família homoparental composta por casal homoafetivo masculino com filhos adotivos. Será realizada com a colaboração de casais homoafetivos masculinos (um a quatro casais), em união estável por no mínimo três anos, com filhos adotados conjuntamente, não havendo restrição de idade para os cônjuges ou para os filhos. Esses casais serão contatados por meio da rede social da pesquisadora utilizando, também, a técnica de amostragem da "bola de neve". A coleta dos dados será realizada na residência do casal por meio de entrevista semi-estruturada e produção do genograma, com duração de no máximo três horas. A análise dos dados será feita com base no referencial psicanalítico vincular.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário

Investigar o processo da construção da parentalidade em famílias homoparentais (casais masculinos) com filhos adotivos (adoção conjunta). Pretende-se investigar o processo de adoção, considerando o período que teve início com a decisão pela adoção até o momento em que houve o reconhecimento pai/s-filho/s, ou seja, a parentificação.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE DE SÃO

Plataforma Brasil

Objetivos secundários
Compreender como se deu a decisão pela parentalidade no casal e o processo de adoção do/s filho/s;
Investigar as repercussões da entrada do/s filho/s na família (nuclear e de origem);
Conhecer as questões com as quais os casais têm de lidar no cotidiano.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Risco
Pode gerar alguma dificuldade mobilizada em função da pesquisa, nesse caso será feita a indicação para psicoterapia individual ou de casal na Clínica Psicológica "Durval Marcondes" do IPUSP e/ou para profissionais cadastrados na mesma.

Benefícios
A possibilidade de compartilhar sua história, ser ouvido e refletir sobre o tema família pode ser considerado terapêutico por si só.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto está redigido com clareza, o objeto do estudo e os objetivos definidos. Método descrito de forma detalhada, adequado para o alcance dos objetivos propostos. O roteiro da entrevista semi-dirigida está anexada no Projeto de Pesquisa apresentado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Documentos apresentados.
Folha de Rosto adequadamente preenchida.
TCLE está redigido em forma de convite, contém as informações necessárias, no entanto, não informa que a entrevista será realizada na residência do casal e menciona apenas o e-mail do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IPUSP - CEPH-IPUSP.

Recomendações:

Incluir no TCLE, o local da entrevista e o telefone e o endereço do CEPH-IPUSP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado. O atendimento às recomendações acima devem ser comunicadas por meio de notificação na Plataforma.

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. Prof. Mello Moraes,1721 - Bl. "O" sala 27
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 05.508-030
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3091-4182 **E-mail:** ceph.ip@usp.br

INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE DE SÃO

Plataforma Brasil

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

SAO PAULO, 14 de Outubro de 2013

Assinador por:
FRAULEIN VIDIGAL DE PAULA
(Coordenador)

Endereço: Av. Prof. Mello Moraes,1721 - Bl. "G" sala 27
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 05.508-030
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3091-4182 **E-mail:** cegh.ip@usp.br

ANEXO D – Convite para Pesquisa

Procuro, para entrevista, casais homossexuais, que tenham se casado ou estabelecido uma união estável há mais de três anos e que tenham adotado um ou mais filhos conjuntamente.

Trata-se de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo que visa compreender a construção da parentalidade em casais homossexuais que tenham adotado filho/s.

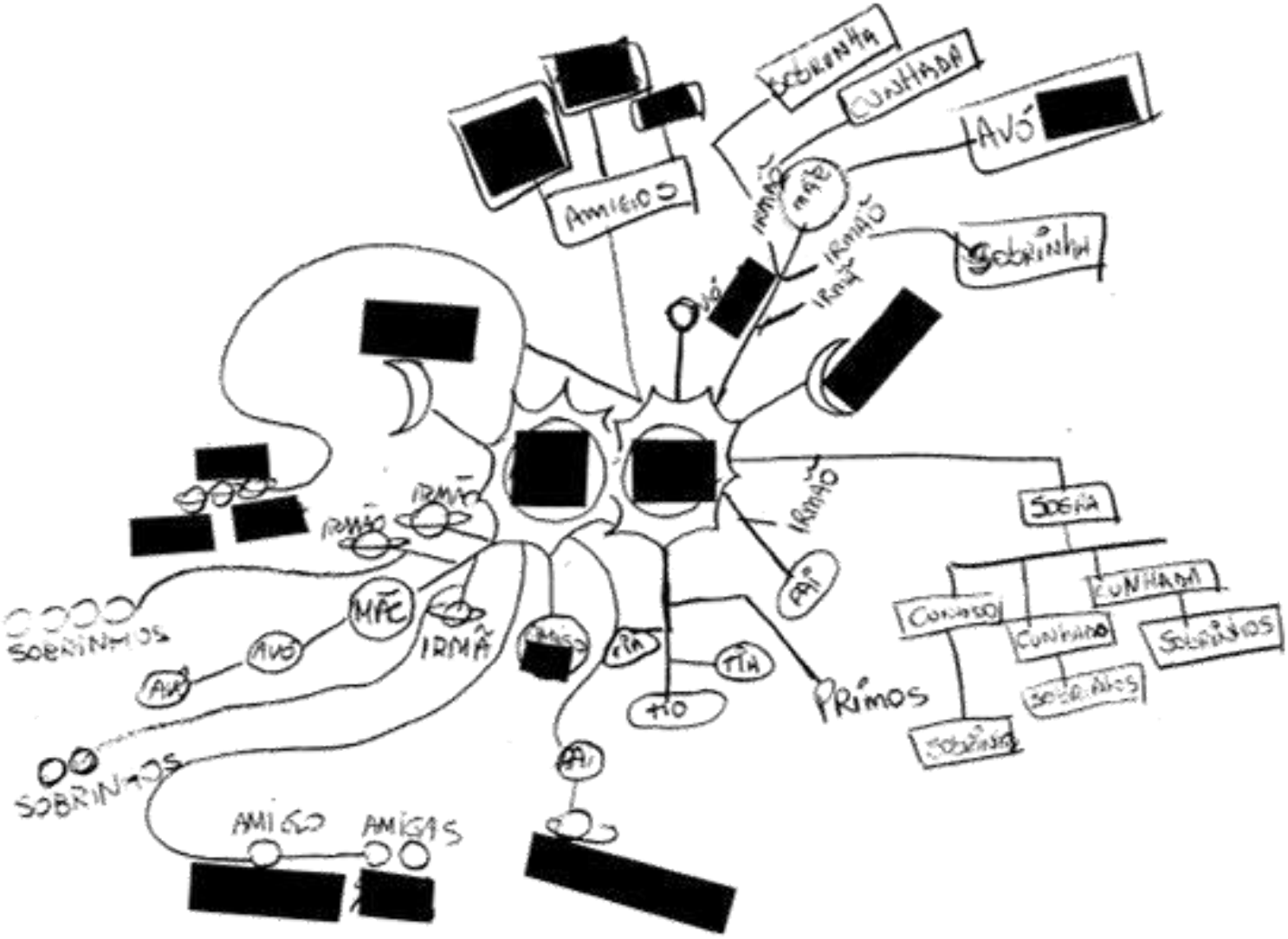
Os interessados em contribuir com este estudo serão muito bem-vindos, e agradeço se puderem entrar em contato comigo através do e-mail brunellacarla@gmail.com.

Atenciosamente,

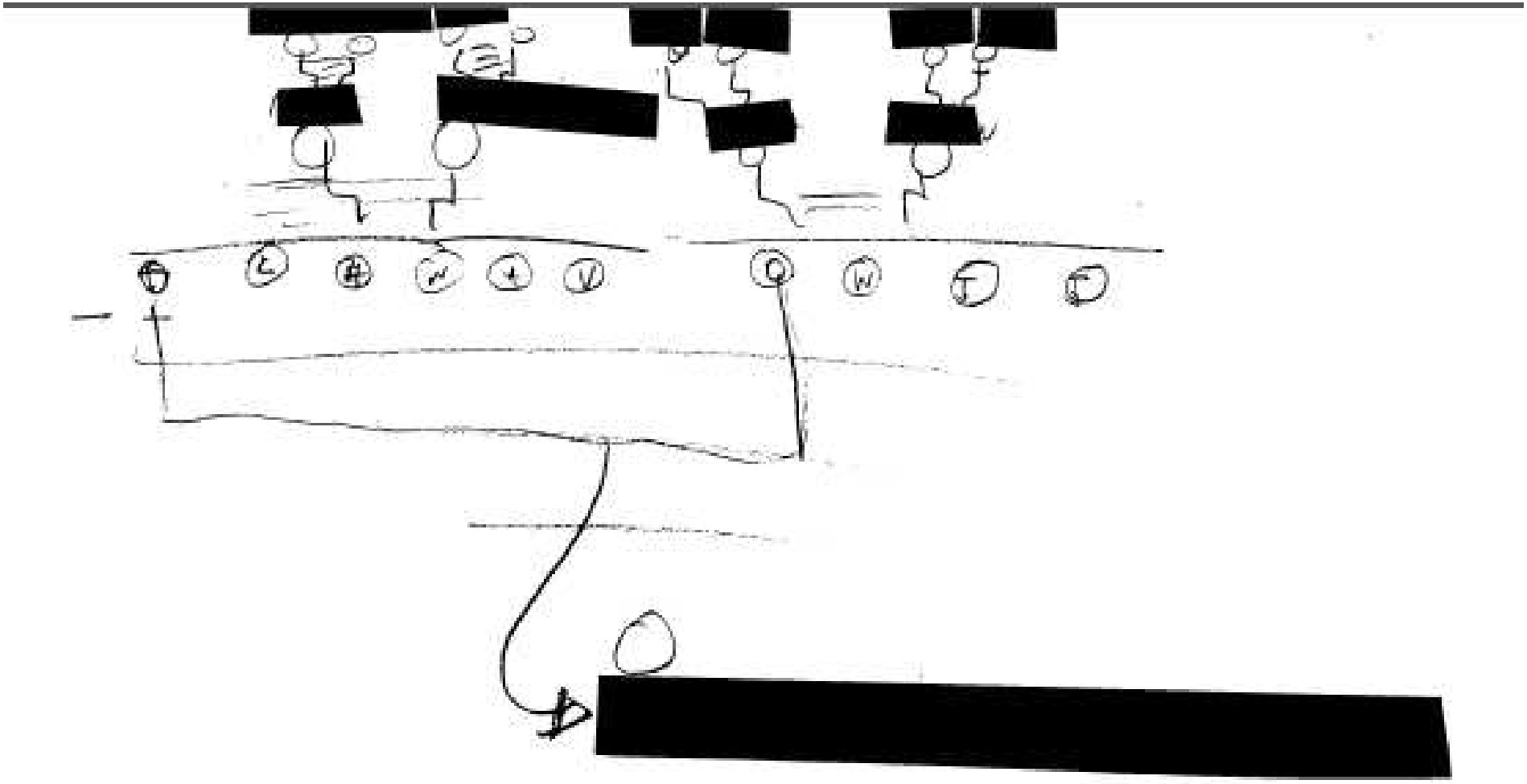
Brunella Carla Rodriguez

Psicóloga, Mestre e Doutoranda em Psicologia Clínica pelo IP-USP.

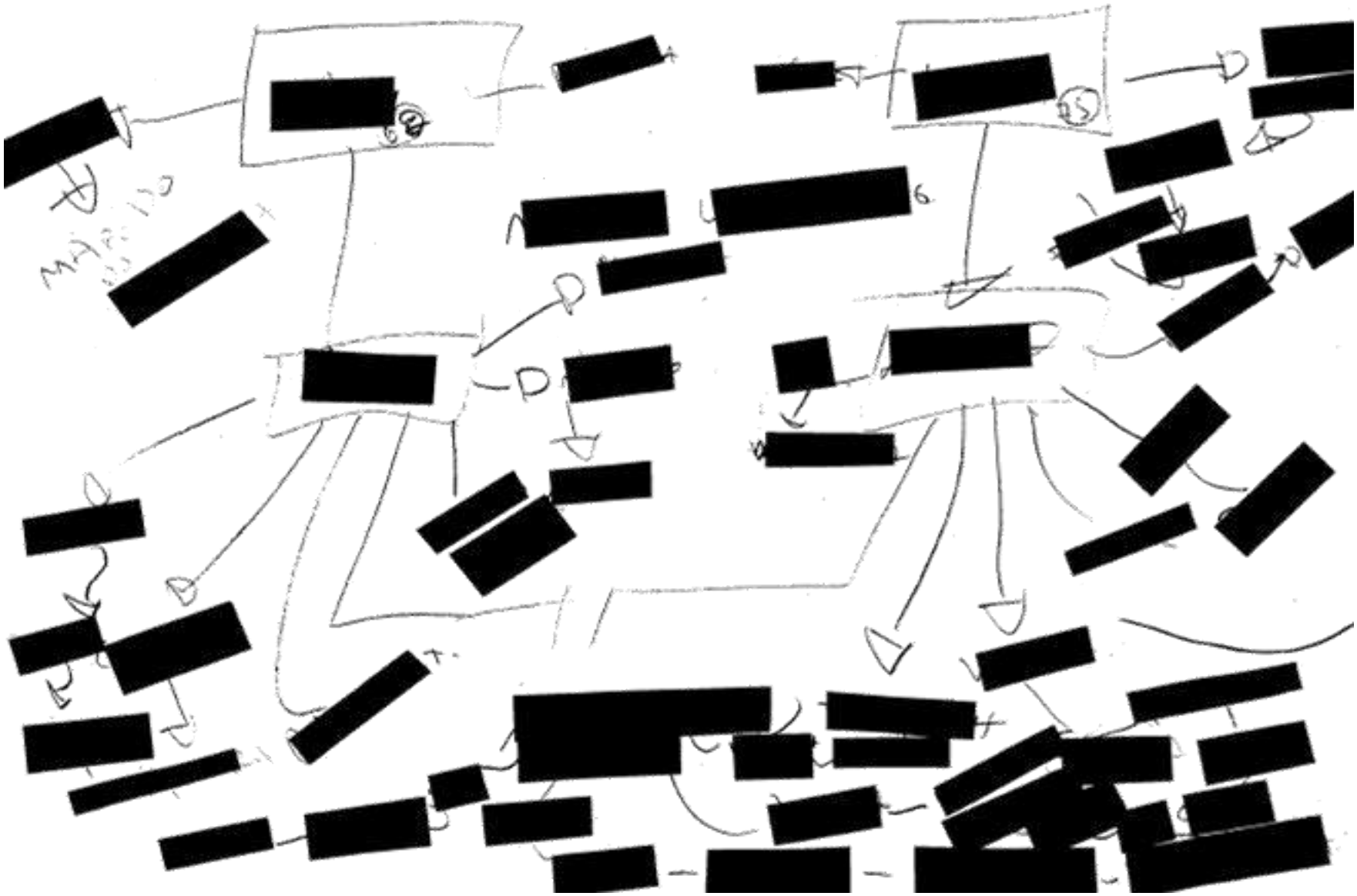
ANEXO E – Genograma do Casal 1



ANEXO F – Genograma do Casal 2 (Primeiro Genograma)



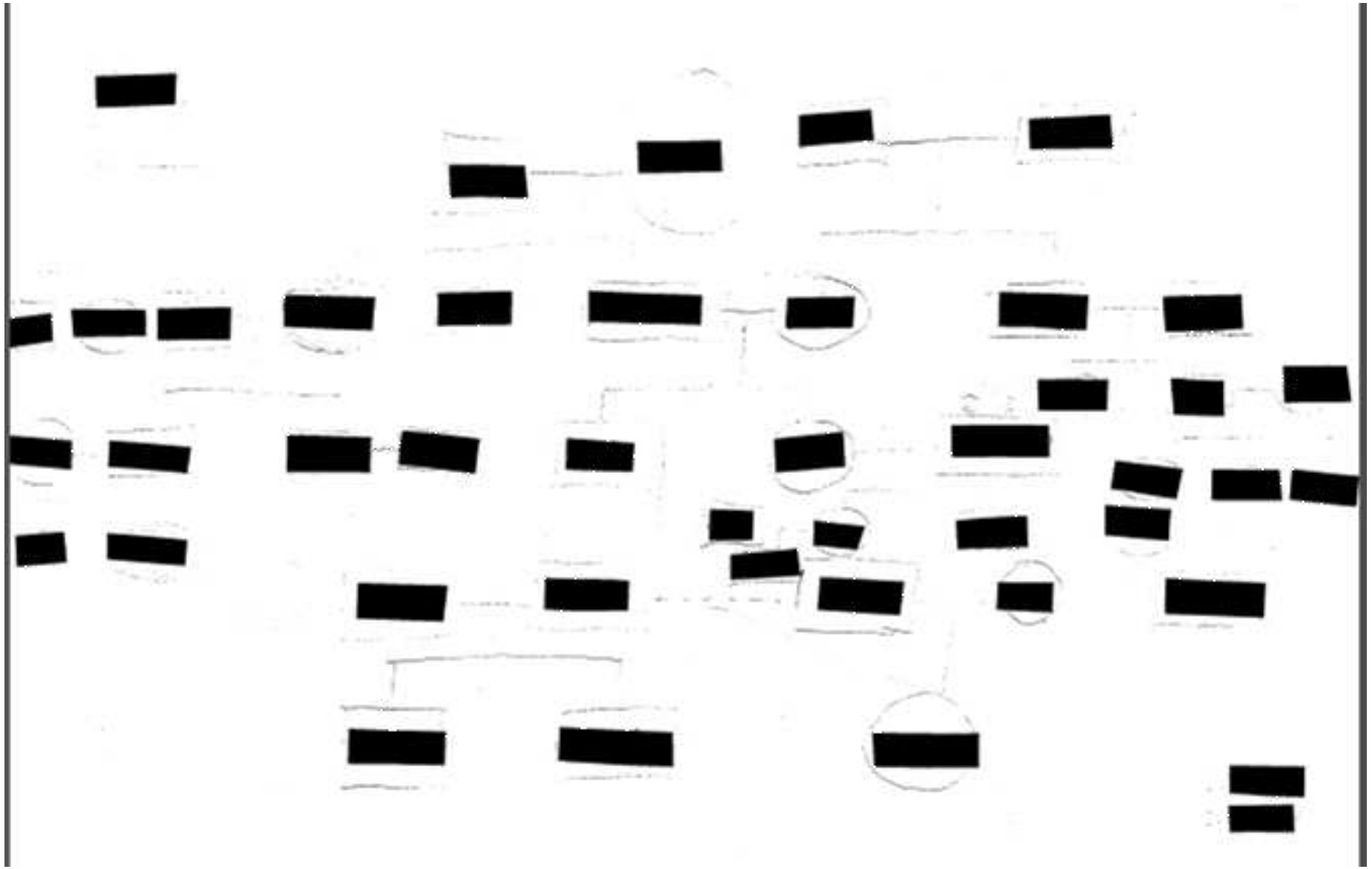
ANEXO F – Genograma do Casal 2 (Frente do Segundo Genograma)



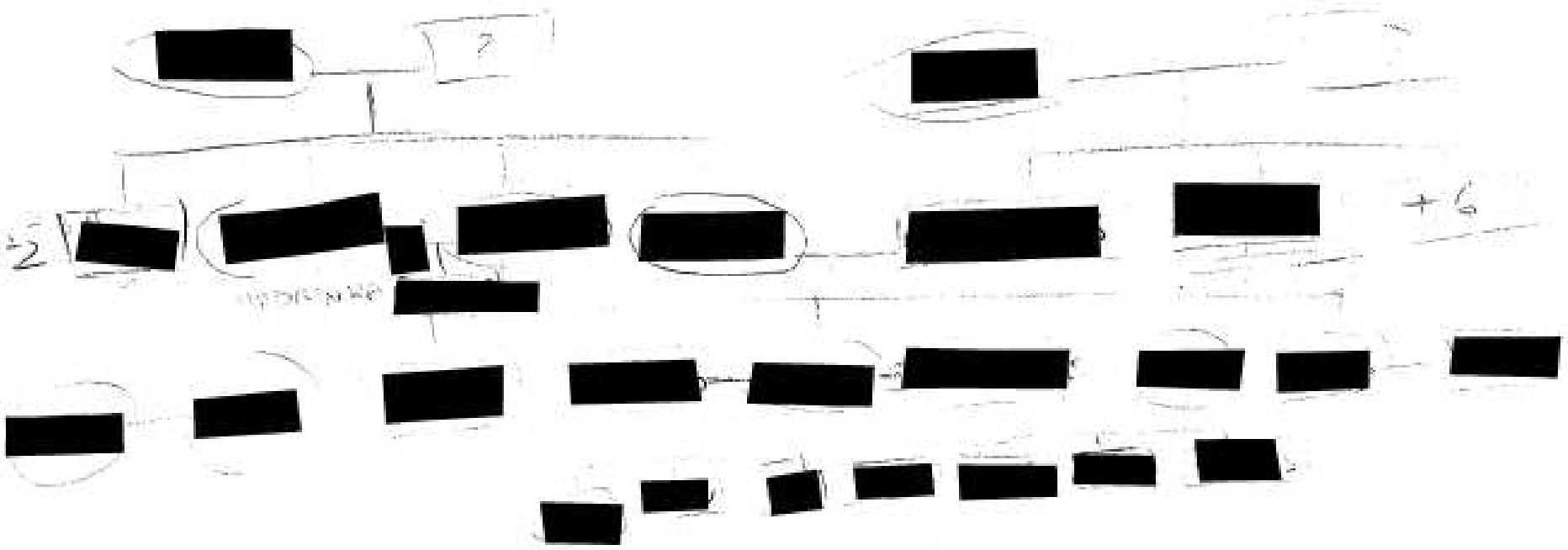
ANEXO F – Genograma do Casal 2 (Verso do Segundo Genograma)



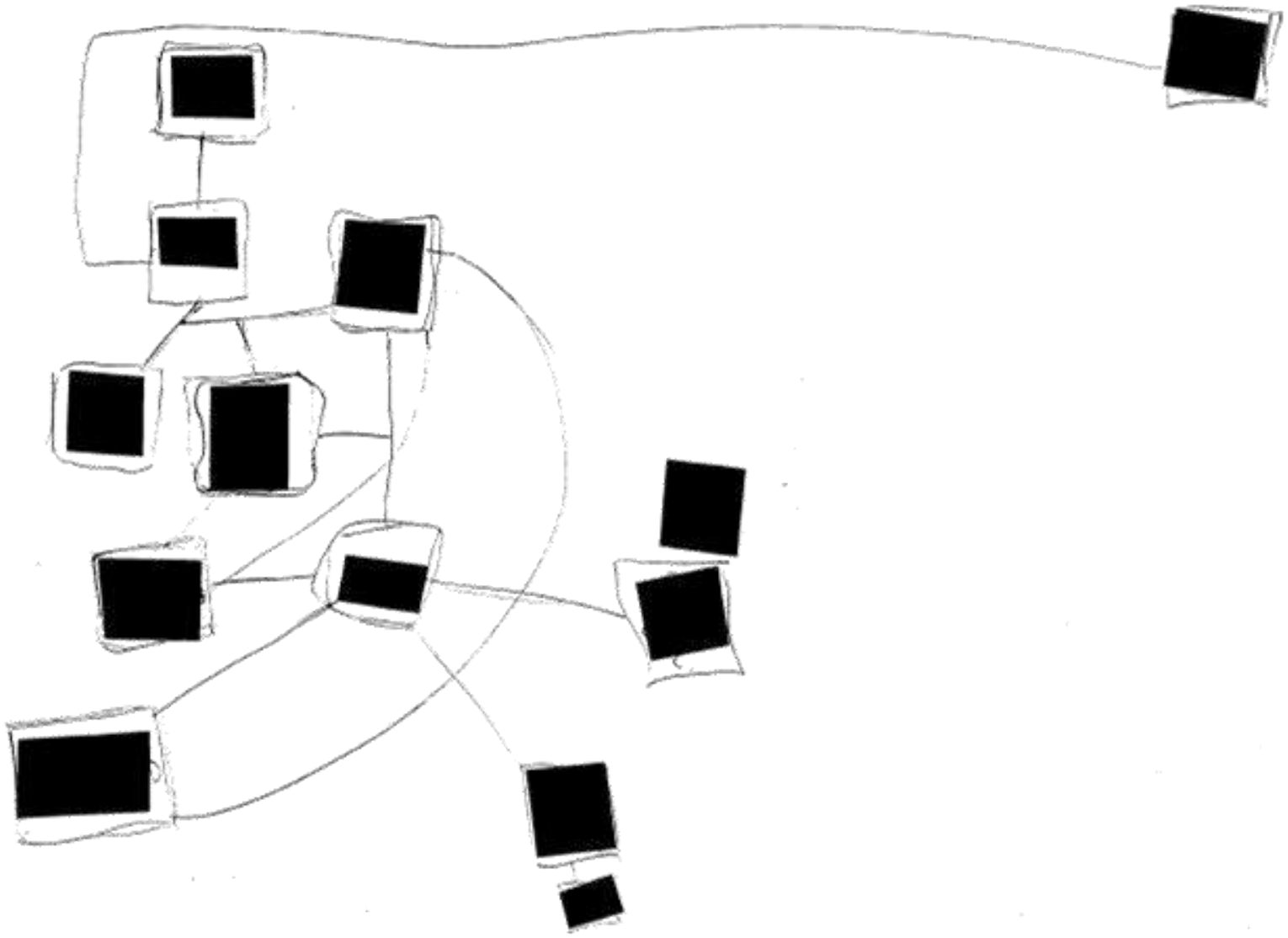
ANEXO G – Genograma do Casal 3



ANEXO H – Genograma do Casal 4



ANEXO H – Genograma do Casal 4 (continuação)



ANEXO I – Genograma do Casal 5

